



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO – MDU

A AVENTURA DO COMÉRCIO INFORMAL NO RECIFE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção parcial do título de doutora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Norma Lacerda
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Lúcia Leitão

Recife
2014

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

A663a Araújo, Maria do Socorro Pedrosa de
A aventura do comércio informal no Recife / Maria do Socorro Pedrosa de Araújo. – Recife: O Autor, 2014.
235 p.: il.

Orientador: Norma Gonçalves Lacerda.
Coorientador: Lúcia Leitão.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CAC.
Desenvolvimento Urbano, 2014.
Inclui referências e apêndices.

1. Planejamento urbano. 2. Espaços públicos. 3. Vendedores de rua -



Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano
Universidade Federal de Pernambuco

Ata de Defesa de tese em Desenvolvimento Urbano da doutoranda MARIA DO SOCORRO PEDROSA DE ARAÚJO.

Às 14 horas do dia 27 de fevereiro de 2014 reuniu-se na Sala de TG do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes e Comunicação, a Comissão Examinadora de tese, composta pelos seguintes professores: Norma Lacerda Gonçalves (orientadora), Roberto Acízelo Quelha de Souza e Tarcísio Patrício de Araújo(examinadores externos), Maria Angela de Almeida Souza e Virgínia Pitta Pontual(examinadoras internas), para julgar, em exame final, o trabalho intitulado: "A AVENTURA DO COMÉRCIO INFORMAL NO RECIFE", requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Desenvolvimento Urbano. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Norma Lacerda Gonçalves, após dar conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Pelas indicações, a candidata foi considerada Aprovada. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar eu Renata de Albuquerque Silva, lavrei a presente ata, que será assinada por mim, pelos membros participantes da Comissão Examinadora e pela candidata. Recife, 27 de fevereiro de 2014.

- Indicação da Banca para publicação (X)

Norma Lacerda Gonçalves
Orientadora

Tarcísio Patrício de Araújo
Examinador Externo/UFPE/Economia

Roberto Acízelo Quelha de Souza
Examinador Externo/ UERJ/Letras

Maria Angela de Almeida Souza
Examinadora Interna/PPGMDU

Virgínia Pitta Pontual
Examinador Interno/PPGMDU

Renata de Albuquerque Silva
Secretaria do PPGMDU

Maria do Socorro Pedrosa de Araújo
Candidata

Dedico esta tese à minha colega da Fundação Joaquim Nabuco *Janirza Cavalcante da Rocha Lima* – *Jana*, pela solidariedade e pelo carinho com os quais me presenteou em um momento difícil da minha vida profissional.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento é um processo em construção permanente, um somatório de ideias que remontam a um tempo difícil de datar e a contribuições que se misturam e se completam de tal modo que muitas vezes fica difícil identificá-las. Nessa concepção, parece inapropriado creditar os méritos de uma tese a um único signatário, cabendo-lhe, porém, a responsabilidade pelos equívocos cometidos e possíveis usos inadequados de teorias, métodos e procedimentos empregados. Assim, as contribuições para que o projeto desta tese se concretizasse são inumeráveis e incluem professores e colegas do MDU, colegas e amigos da Fundação Joaquim Nabuco, autores de textos que, embora não utilizados no estudo, ajudaram na compreensão das temáticas, etc.. No entanto, em meio a essa imensa cadeia de inominados, algumas pessoas se destacaram:

Minha orientadora *Norma Lacerda*, pela confiança depositada no meu trabalho, pela orientação precisa e, sobretudo, pelo respeito e pela doçura como trata os seus alunos.

Minha co-orientadora *Lúcia Leitão*, pelas horas dedicadas à leitura dos meus textos e pelas contribuições para aprimorá-los.

Meu amigo *Aldo de Lima*, pela indicação de referências bibliográficas que foram fundamentais para este estudo, pelo cuidado e carinho dispensados à leitura dos meus capítulos e, sobretudo, pelas sugestões feitas.

Minha amiga *Margarida Michel*, pelas horas destinadas à correção dos textos elaborados, alguns deles lidos mais de uma vez em razão das reformulações feitas.

Minha colega da Fundação Joaquim Nabuco *Rejane de Brito Lira*, pela disponibilidade com que se deu ao cauteloso trabalho de elaborar a amostra da pesquisa quantitativa.

Severina do Nascimento e *Clarice Barbosa*, pela habilidade com que abriram os caminhos necessários para a realização das entrevistas que juntas fizemos.

Tâmara Maciel dos Santos, servidora da Fundaj, pela ajuda que me deu na sistematização dos dados utilizados na primeira etapa da pesquisa.

Auridenes Alves Oliveira, estagiário da Fundaj, pelo cuidado tratamento estatístico dos dados na segunda etapa da pesquisa.

Meu saudoso e inesquecível Professor *Denis Bernardes*, que me incentivou a dar continuidade a esta tese, em alguns momentos em que pensei em desistir

Não poderia deixar de registrar aqui o meu reconhecimento à Fundação Joaquim Nabuco, instituição à qual pertença, por tudo o que alcancei no campo profissional, incluídas as condições necessárias à realização desta tese.

RESUMO

Esta tese tem como objeto de pesquisa o comércio informal de mercadorias, o qual está inserido num conjunto bem mais amplo e heterogêneo de atividades usualmente conhecidas como atividades informais. Também conhecido como comércio de rua e comércio ambulante, ele está incorporado à paisagem do centro do Recife e vem sendo de há muito investigado sob as lentes das teorias econômicas, sem considerar suficientemente as histórias específicas de cada lugar, que fazem os mecanismos sociais apresentarem características universais, mas assumirem formas peculiares a cada cultura. Ousamos, aqui, trocar de lentes. O objetivo central do estudo é analisar as motivações e as estratégias – os jeitinhos – utilizadas por comerciantes informais fixos que atuam no Centro Expandido do Recife para enfrentarem os diversos obstáculos impostos à sua atividade. Para tanto, partimos da hipótese de que o comércio informal do Centro Expandido do Recife tem razões que ultrapassam os domínios da economia, e, ainda que se tente explicá-lo no contexto do processo capitalista periférico, as suas raízes estão fincadas na nossa formação social, que incitou o desenvolvimento de uma sociedade na qual a busca por autonomia surge como uma necessidade e, com o passar do tempo, se cristaliza num ideal de vida no qual não se depende dos outros para sobreviver. A concretização desse ideal é possível graças ao chamado “jeitinho brasileiro”, interpretado como um elemento característico da identidade nacional. A tese nasceu de pressupostos de autores – Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta – que procuraram explicar as marcas sociais do Brasil, e buscou apoio teórico-metodológico na Sociologia Disposicionalista de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, recorrendo principalmente aos conceitos de *habitus* e disposições. À luz do pensamento de teóricos que se dedicaram aos estudos relacionados a espaço, território e lugar, e tendo como material de análise os dados das entrevistas realizadas, procuramos também apreender se os lugares ocupados pelos comerciantes informais contêm algum sentido especial para eles, ou se representam simplesmente o território no qual conseguem assegurar a sua sobrevivência material. No percurso metodológico para chegarmos a esses resultados, fizemos uso de metodologias quantitativas e qualitativas, as quais incluíram levantamentos de fontes históricas, sistematização de dados primários, entrevistas semiestruturadas com comerciantes informais (com base em uma amostra previamente calculada), e entrevistas em profundidade com um grupo menor de comerciantes informais selecionados. Ao final do estudo, buscamos justificar por que adjetivamos os nossos entrevistados de “cordiais, trabalhadores e aventureiros”. E ao evidenciarmos as razões pelas quais essas pessoas ingressaram no comércio informal e insistem em nele permanecer, nós entendemos haver confirmado a hipótese que fez nascer esta tese.

Palavras-chaves: Espaços públicos. Vendedores de rua. Vendedores ambulantes.
Trabalhadores autônomos.

ABSTRACT

This Thesis has as the object of research the informal trade of goods, which is housed in a much wider and heterogeneous set of activities usually known as informal activities. It is also known as street trading and itinerant trade, it is embedded in the landscape of the center of Recife and it has been long investigated under the lens of economic theories without considering sufficiently the specific stories of each place, those in which make the social mechanisms provide universal features, but taking peculiar forms to each culture. We dare at this point to change lenses. The main objective of the study is to analyze the motivations and strategies – the ways – in which are used by informal traders operating in the expanded Center of Recife to face the various tax obstacles to its activities. From that, we set out the hypothesis that the informal trade in the expanded Center of Recife has reasons that go beyond the domains of the economy, and, even if you try to explain it in the context of peripheral capitalist process, its roots are embedded in our social training, which spurred the development of a society in which the quest for autonomy appears as a necessity, and with the passing of times, it crystallizes in an ideal of life in which it does not depend on others to survive. The achievement of this ideal is possible thanks to the so-called "Brazilian way", interpreted as a characteristic element of the national identity. The thesis was born from the assumptions of the authors- Sergio Buarque de Holanda and Roberto Damatta- who tried to explain the marks of Brazil through the theoretical-methodological support sought in the sociology of the Dispositionalist theory of Pierre Bourdieu and Bernard Lahire, resorting mainly to the concepts of Habitus and provisions. In the light of the thinking of the theorists who dedicated themselves to studies related to space, territory and place, we have as material of analysis the data from the interviews conducted. We seek to seize if the places occupied by informal traders contain any special meaning for them, or if they only represent the territory in which they can ensure their material survival. In the methodological path to reach these results, we made use of quantitative and qualitative methodologies, in which included surveys of historical sources, primary data systematization that hadn't been worked, semi-structured interviews with informal traders (based on a sample previously calculated) , and in-depth interviews with a smaller selected group of informal traders. In the last part of the study, we seek to justify why we gave our interviewee the adjective of "Cordial, workers and adventurers". When we made evident the reasons why these people enter into the informal trade and insist on remaining in it, we have confirmed the hypothesis that created this thesis.

Keywords: Public spaces. Street vendors. Itinerant vendors. Self-employed workers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA

Mapa 1: O Centro Expandido do Recife: o território da teimosia

FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Rua Sete de Setembro antes e depois da ação da Prefeitura

Foto 2 – Artigos diversos – Santo Antônio

Foto 3 – Flores em relevo – Santo Antônio

Foto 4 – Banco de frutas - Santo Antônio

Foto 5 – Barraca padronizada de coco verde – Santo Antônio

Foto 6 – Artigos por toda parte – Santo Antônio

Foto 7 – Automóvel “informal” – São José

Foto 8 – Frutas para todos os gostos – Santo Antônio

Foto 9 – Calçadas ocupadas - Santo Antônio

Foto 10 – Roupas nas calçadas – Santo Antônio

Foto 11 – A ponte “informal” – Boa Vista

Foto 12 – Roupas por todo lado – Santo Antônio

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Comerciantes Informais registrados em 2006 no Centro Expandido do Recife, por bairros e por tempo na atividade.
- Tabela 2** – Proporção e unidades amostrais dos comerciantes informais do Centro Expandido do Recife, por bairros e por tempo na atividade.
- Tabela 3** – Proporção e unidades amostrais dos comerciantes informais do Centro Expandido do Recife, por ruas / praças / travessas e por tipo de artigo comercializado.
- Tabela 4** – Centro Expandido: comerciantes informais registrados, 2003 e 2006.
- Tabela 5** – Bairro do Recife: comerciantes informais registrados, 2003 e 2006.
- Tabela 6** – Bairro da Boa Vista: tipo de equipamentos utilizados pelos ambulantes, 2006.
- Tabela 7** – Bairro da Boa Vista: Comerciantes informais registrados, 2003 e 2006.
- Tabela 8** – Bairro da Boa Vista: Comerciantes informais registrados por tempo na atividade, 2006.
- Tabela 9** – Bairro de Santo Antônio: Comerciantes informais registrados, 2003 e 2006.
- Tabela 10** – Bairro de Santo Antônio: Comerciantes informais registrados por tempo na atividade, 2006.
- Tabela 11** – Bairro de São José: Comerciantes informais registrados, 2003 e 2006.
- Tabela 12** – Bairro de São José: Comerciantes informais registrados por tempo na atividade, 2006.
- Tabela 13** – Bairro de Santo Amaro: Comerciantes informais registrados, 2003 e 2006.
- Tabela 14** – Gênero
- Tabela 15** – Idade
- Tabela 16** – Local de nascimento
- Tabela 17** – Local de residência
- Tabela 18** – Posição econômica no domicílio
- Tabela 19** – Grau de instrução
- Tabela 20** – Idade x Grau de instrução
- Tabela 21** – Formação profissional
- Tabela 22** – Especificação da formação profissional
- Tabela 23** – Tempo de permanência no comércio informal
- Tabela 24** – Existência de atividade anterior
- Tabela 25** – Especificação da atividade anterior
- Tabela 26** – Tempo de exercício na atividade anterior
- Tabela 27** – Motivo pelo qual deixou a atividade anterior
- Tabela 28** – Carteira assinada na atividade anterior
- Tabela 29** – Receio de alguma ação da Prefeitura
- Tabela 30** – Bairro onde atua
- Tabela 31** – Tipo de equipamento utilizado
- Tabela 32** – Tipo de artigo comercializado
- Tabela 33** – Número de horas diárias de trabalho
- Tabela 34** – Rendimento líquido mensal
- Tabela 35** – Rendimento líquido mensal x artigo comercializado
- Tabela 36** – Situação no INSS
- Tabela 37** – Situação no INSS x Idade
- Tabela 38** – Receptividade à ideia de trabalhar no comércio formal, como assalariado, vendendo os mesmos artigos

- Tabela 39** – Por que não aceitaria trabalhar no comércio formal, como assalariado vendendo os mesmos artigos
- Tabela 40** – Por que aceitaria trabalhar no comércio formal
- Tabela 41** – Quais as condições em que aceitaria trabalhar no comércio formal
- Tabela 42** – Dificuldades para ingressar na atividade
- Tabela 43** – Tipos de dificuldades no ingresso na atividade
- Tabela 44** – Pessoas que ajudaram a ingressar na atividade
- Tabela 45** – Tipo de ajuda recebida para ingressar na atividade
- Tabela 46** – Ajuda recebida para permanecer na atividade
- Tabela 47** – De quem recebeu ajuda para permanecer na atividade
- Tabela 48** – Tipo da ajuda recebida para permanecer na atividade
- Tabela 49** – Existência de pagamento para ocupar o ponto no início da atividade
- Tabela 50** – A quem pagou para ocupar o ponto no início da atividade
- Tabela 51** – Local onde as mercadorias são guardadas à noite
- Tabela 52** – Banheiro utilizado durante a jornada de trabalho
- Tabela 53** – Local onde costuma comprar os artigos que vende
- Tabela 54** – Formas de aquisição dos artigos que vende
- Tabela 55** – Contratação de auxiliares para o desempenho da atividade
- Tabela 56** – Se a atividade acarreta problemas para a cidade
- Tabela 57** – Quais os problemas que a atividade traz para a cidade
- Tabela 58** – Agressões sofridas no desempenho da atividade
- Tabela 59** – Ação prevista se impedido de permanecer no local
- Tabela 60** – Por que acredita que não será retirado do local onde está
- Tabela 61** – Se já foi retirado do local onde atua
- Tabela 62** – Quantas vezes já foi retirado do local onde atua
- Tabela 63** – O que fez para voltar após ser retirado
- Tabela 64** – Se aceitaria ser transferido para outra rua
- Tabela 65** – Por que não aceitaria ser transferido para outra rua
- Tabela 66** – Se há alguma coisa ruim na atividade que exerce
- Tabela 67** – O que considera ruim na atividade que exerce
- Tabela 68** – O que considera bom na atividade que exerce
- Tabela 69** – Por que veio trabalhar no comércio informal
- Tabela 70** – Principal motivo de permanecer no informal
- Tabela 71** – Como se deu o aprendizado no comércio informal
- Tabela 72** – Existência de parentes próximos no comércio informal
- Tabela 73** – Profissão do pai do entrevistado
- Tabela 74** – Profissão da mãe do entrevistado
- Tabela 75** – Se está satisfeito com o comércio informal
- Tabela 76** – O que mais satisfaz no comércio informal
- Tabela 77** – Por que não está plenamente satisfeito com o comércio informal
- Tabela 78** – Por que não está satisfeito com o comércio informal
- Tabela 79** – Receptividade à ideia de trabalhar como assalariado em outro local e em outra atividade
- Tabela 80** – Por que aceitaria trabalhar como assalariado em outro local e em outra atividade
- Tabela 81** – Condições nas quais aceitaria trabalhar como assalariado em outro local e em outra atividade
- Tabela 83** – Por que não aceitaria trabalhar como assalariado em outro local e em outra atividade

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO 1: OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS	16
1.1 O comércio informal	
1.2 Os Mascates e o comércio informal	
CAPÍTULO 2: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	41
2.1 O método	
2.2 As técnicas utilizadas	
2.3 A amostra da pesquisa	
2.4 Metodologia para a determinação do tamanho da amostra	
2.5 Determinação do tamanho da amostra	
2.6 Procedimentos adotados para a análise dos dados	
2.7 Roteiro das entrevistas	
CAPÍTULO 3: A TEIMOSIA DO COMÉRCIO INFORMAL NO RECIFE	59
CAPÍTULO 4: OS DONOS DAS CALÇADAS.....	84
CAPÍTULO 5: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E O SENTIDO DO LUGAR	114
5.1 Os <i>dribles</i> (<i>jeitinhos</i>) para ocupar o lugar	
5.2 Concluindo o capítulo...	
CAPÍTULO 6: CORDIAIS, TRABALHADORES E AVENTUREIROS	139
6.1 A cordialidade dos comerciantes informais	
6.2 O trabalho e a aventura dos comerciantes informais	
6.3 As razões e os “<i>jeitinhos</i>” para estar no comércio informal	
6.4 Quanto aos <i>jeitinhos</i>...	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
REFERÊNCIAS	193
APÊNDICES	201

APRESENTAÇÃO

Uma tese, em geral, costuma marcar o início de uma vida profissional, ou, quando isso não ocorre, é feita ao longo de uma carreira que requer um aprimoramento ou mesmo um título que possibilite a quem o detém ascender profissionalmente. No presente caso, a tese resulta de uma situação distinta: uma pesquisadora que, mais próxima do arremate de sua carreira – muito embora a aposentadoria não seja uma realidade imediata –, se transmutou em aluna atenta à infinitude do conhecimento e buscando preencher lacunas que a acompanharam no curso das pesquisas que realizou. No campo da pesquisa social, particularmente, o conhecimento é inexaurível, e a dúvida uma companheira inseparável. Um pesquisador tem sempre muito a aprender. E também a ousar. Esta tese, como se verá adiante, é fruto de uma ousadia e da teimosia de muitos. Melhor dizendo, da ousadia de quem a escreve e da teimosia dos que a motivam. Início esta apresentação falando da ousadia.

As questões relacionadas às atividades informais constituem uma temática recorrente na minha trajetória de pesquisadora. Muitas foram as pesquisas realizadas a esse respeito, ao final das quais sempre restava uma indagação sobre os motivos que levam tantas pessoas à informalidade. Seriam as razões econômicas, por si sós, suficientes como explicação? Os anos se passavam, a pergunta persistia e crescia o pressentimento de que era preciso abordar a informalidade de modo diferente.

Na releitura de “Raízes do Brasil”, “Carnavais, Malandros e Heróis” e “O que faz do Brasil, Brasil”, vislumbrei indicativos da resposta que procurava. Holanda me mostrava “o homem cordial”. DaMatta me trazia “o *jeitinho* brasileiro”. E ao invés de investigar as motivações para a informalidade pelos caminhos da economia, optei pela trilha do histórico-cultural. Nascia, assim, a tese ora apresentada: da ousadia de trocar as lentes analíticas.

Construída a hipótese do estudo, senti a necessidade de um instrumental sociológico que resguardasse a pesquisa empírica por meio da qual buscaria a resposta que procurava. O amparo foi encontrado nos conceitos de *habitus* e disposições, de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire.

A tese tem como objeto de pesquisa o comércio informal de mercadorias, o qual está inserido num conjunto bem mais amplo e heterogêneo de atividades usualmente conhecidas como atividades informais. Também conhecido como comércio de rua e comércio ambulante, ele está incorporado à paisagem do centro do Recife e vem sendo de há muito investigado sob as lentes das teorias econômicas, sem considerar suficientemente as histórias específicas de cada lugar, que fazem os mecanismos sociais apresentarem características universais, mas assumirem formas peculiares a cada cultura.

O objetivo central do estudo é investigar as motivações que impulsionam os comerciantes informais fixos que atuam no Centro Expandido do Recife – sujeitos desta pesquisa – para a atividade que desempenham, bem como as estratégias– os jeitinhos – por eles utilizadas para enfrentarem os diversos obstáculos impostos à sua atividade. Para tanto, partimos da hipótese de que o comércio informal do Centro Expandido do Recife tem razões que ultrapassam os domínios da economia, e, ainda que se tente explicá-lo no contexto do processo capitalista periférico, as suas raízes estão fincadas na nossa formação social, que incitou o desenvolvimento de uma sociedade na qual a busca por autonomia surge como uma necessidade e, com o passar do tempo, se cristaliza num ideal de vida no qual não se depende dos outros para sobreviver. A concretização desse ideal é possível graças ao chamado “jeitinho brasileiro”, interpretado como um elemento característico da identidade nacional.

A pesquisa buscou também apreender os mecanismos que transformam o espaço público em território do comércio informal, os quais implicam a existência de uma certa logística que possibilita o seu funcionamento, além de formas específicas de articulações e regras de convivência instituídas, tanto entre as atividades formais e informais como entre os próprios comerciantes informais.

A tese compõe-se de seis capítulos, além das considerações finais e dos apêndices. No primeiro são apresentadas as bases teóricas que dão suporte ao estudo e que são representadas pelo pensamento dos autores com os quais dialogamos no intuito de elucidar a temática analisada e deixar claros os conceitos empregados. Ele principia com algumas considerações sobre as “atividades informais”, de cujo conjunto o comércio informal de mercadorias é parte integrante. Em seguida, partindo do argumento de Karl Polanyi a respeito dos resquícios das “grandes ordens sociais do passado” que mantêm as relações sociais embutidas nas relações

econômicas, adentramos nas fontes históricas em busca de tais resquícios. No desenvolvimento do capítulo nos aproximamos do pensamento de alguns autores que procuraram explicar o caráter nacional, especialmente Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta – de cujas intuições este estudo se originou, e das noções teóricas de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire – particularmente no tocante aos conceitos de *habitus* e disposições.

No segundo capítulo explicitamos os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, tais como o método empregado, as técnicas utilizadas, enfim, o caminho percorrido até atingirmos o alvo desejado. Antes de adentrarmos nas minúcias dos procedimentos e das técnicas, procuramos mostrar a importância do método utilizado no estudo (método visto como forma de abordagem que acena para o plano geral do trabalho, para a linha de raciocínio desenvolvida), e, particularmente, para o método histórico-cultural, que se mostrou mais apropriado para o intento da pesquisa, sobretudo pela importância por ele atribuída ao papel das relações sociais no determinismo cultural, na ideia de que a estrutural mental do homem se elabora numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade que o circunda.

No terceiro traçamos um quadro do comércio informal do centro do Recife, no qual são privilegiadas as mudanças ocorridas a partir do ano 2000 e, especialmente, a expansão verificada no triênio 2003-2006. Trata-se de uma caracterização resultante de dois levantamentos efetivados pela Prefeitura do Recife, nos anos de 2003 e 2006, e também apoiada em resultados de pesquisas realizadas anteriormente pela Fundação Joaquim Nabuco e em entrevistas feitas com gestores e técnicos da Prefeitura que atuam em campos relacionados ao objeto estudado, além de entrevistas feitas com o presidente do Sindicato dos Ambulantes do Recife e com lideranças de comerciantes informais que atuam nos bairros de Santo Antônio e São José. A bem dizer, este capítulo não estava inicialmente previsto. As entrevistas feitas e os dados secundários trabalhados visavam tão somente reunir os elementos necessários à delimitação de uma amostra que nos permitisse realizar o primeiro conjunto de entrevistas, e que fosse representativa do universo estudado. Os resultados alcançados, no entanto, foram tão além do previsto que resultaram nesse capítulo mais detalhado de caracterização do comércio informal do centro do Recife.

O quarto capítulo, que, sem nenhuma intenção crítica, intitulamos “Os donos das calçadas”, é dedicado aos comerciantes informais entrevistados: quem são, como vivem, como se articulam e se organizam. Aqui começam a aparecer alguns detalhes de suas histórias, detalhes que os fizeram ser quem são e que nos levam a não vê-los como meros agentes econômicos.

O quinto capítulo versa sobre “A ocupação do espaço”. À luz do pensamento de teóricos que se dedicaram aos estudos relacionados a espaço, território e lugar, e tendo como material de análise os dados das entrevistas realizadas, procuramos também entender se os lugares ocupados pelos comerciantes informais contêm algum sentido especial para eles, ou se representam simplesmente o território no qual conseguem assegurar a sua sobrevivência material. Partindo da reflexão acerca da questão relativa à geografia desse comércio informal e do processo que lhe garante o espaço e transforma esse espaço em território da atividade, chegamos às estratégias, aos artificios ou “jeitinhos” utilizados pelos comerciantes informais para ocuparem esses pontos onde operam com seus bancos, quiosques, tabuleiros.

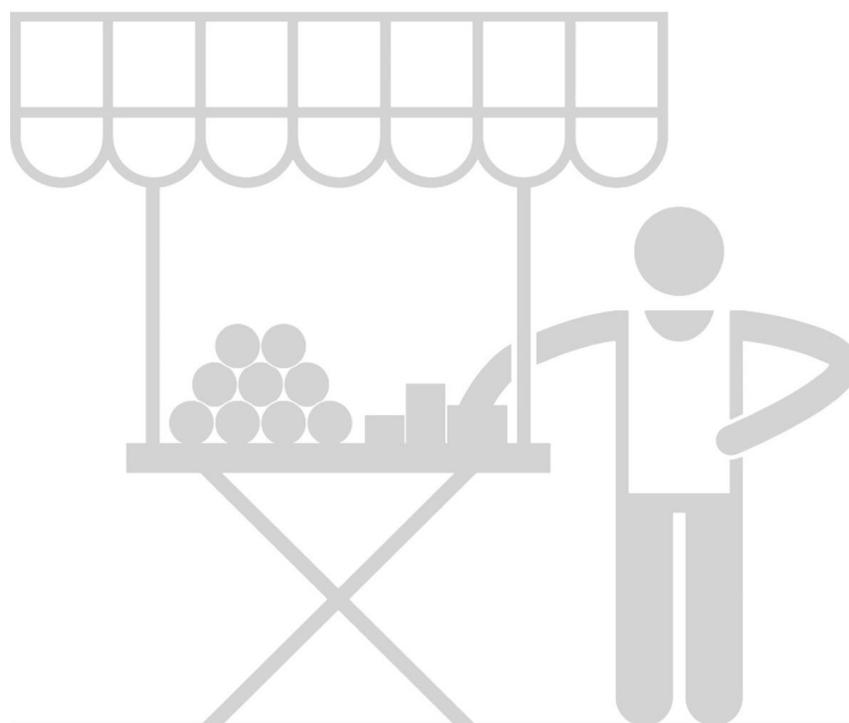
No sexto capítulo esforçamo-nos para justificar por que adjetivamos os nossos entrevistados de “cordiais, trabalhadores e aventureiros”. Ao evidenciarmos as razões pelas quais essas pessoas ingressaram no comércio informal e teimam em nele permanecer, entendemos haver confirmado a hipótese que fez nascer esta tese.

Trata-se, portanto, de um estudo analítico que tem como material as narrativas dos entrevistados, das quais retiramos os trechos que reproduzimos, alguns deles propositalmente repetidos talvez de forma até exaustiva, mas sob focos distintos de interpretação. Procuramos resguardar as identidades dos seus protagonistas, atribuindo-lhes nomes fictícios.

Levando, pois, em conta a magnitude do comércio informal na cidade do Recife, presumimos a necessidade de estudá-lo de uma forma mais distanciada da visão tradicional que predomina sobre o tema, no entendimento de que é imprescindível buscar a raiz dos processos sociais na história social do lugar.

Um outro aspecto a considerar nesta apresentação é que o ritmo acelerado das mudanças provocadas pela consolidação do capitalismo corporativo aponta, de um lado, para um

horizonte de crescimento que acena para a redução da pobreza – que implicará a propagação do consumo, os direitos (de todos) de acesso à cidade e novos usos e significados para o espaço –, e de outro lado para a necessidade de descobirmos novas instâncias que integrem as pessoas, o que requer um conhecimento mais aprimorado acerca das suas motivações para o lazer, para o trabalho e para a vida. Entendemos que esse é o caminho possível para acreditarmos na viabilidade de uma proposta urbanística integradora, na qual o moderno e o tradicional-local possam coexistir de forma civilizada. Este estudo pretende contribuir para isso.



CAPÍTULO I

OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CAPÍTULO I: OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Neste capítulo procuramos mostrar as bases teóricas que dão suporte a este estudo e que são representadas pelo pensamento dos autores com os quais dialogamos no intuito de elucidar a temática analisada e explicar os conceitos empregados. Ele principia com algumas considerações sobre as “Atividades Informais”, termos com os quais se denomina o conglomerado amplo e heterogêneo de atividades urbanas que absorvem um contingente considerável de trabalhadores – os trabalhadores informais –, e do qual o Comércio Informal de Mercadorias é parte integrante.

No seu conjunto, os trabalhadores informais vêm sendo investigados há mais de cinquenta anos, quando eclodiram os estudos sobre o chamado Setor Informal,¹ num quadro em que se verificam distintas interpretações que, *grosso modo*, podem ser agrupadas em três principais vertentes: a que vê o setor informal como produtor de bens e serviços para a população de baixa renda, sendo economicamente eficiente e com capacidade geradora de excedente (a corrente da autonomia); uma segunda, que concebe o setor informal integrado à economia e

¹ Também referenciado como “setor não organizado”, “setor não tipicamente capitalista”, ou, mais recentemente, “economia subterrânea” e “economia informal”, alcunhas consideradas *cada vez mais vagas* (BARBOSA, 2011, p. 107).

articulado ao setor formal, tendendo a fortalecer-se cada vez mais (a corrente da complementaridade); e uma terceira que interpreta o setor informal a partir das relações centro *versus* periferia, mediante as quais o setor capitalizado se aproveita do excedente gerado pelo setor informal (a corrente da subordinação).

Apenas com o intuito de assinalar o rebatimento dessa discussão no Brasil, citamos aqui três protagonistas identificados com esta última vertente: Paulo Renato Souza, Lúcio Kowarick e Francisco de Oliveira. Souza, ao analisar o funcionamento do mercado de trabalho e o problema do emprego nas economias atrasadas, fez uma caracterização do processo de desenvolvimento adotado na América Latina, ressaltando, como o traço mais característico desse processo nas décadas mais recentes, o reduzido ritmo do crescimento na oferta de emprego. Ele salientou o caráter pequeno e diversificado do mercado para o qual se voltavam as atividades produtivas urbanas e o fato de grande parte das indústrias instaladas na região ter surgido quando da expansão das grandes empresas em nível mundial, o que afetou tanto o tipo do bem produzido quanto a tecnologia utilizada. Paulo Renato aliou a essas peculiaridades da economia latino-americana o crescimento, a um ritmo bastante elevado no período pós-guerra, da oferta de mão de obra, bem como o grande aumento do fluxo migratório para os centros urbanos. Como resultado disso, o excedente dessa crescente força de trabalho, que não conseguiu espaço nas empresas organizadas, foi levado a criar os seus próprios meios de sobrevivência (SOUZA, 1980).

Lúcio Kowarick e Francisco de Oliveira debruçaram-se na análise da informalidade no Brasil, vendo-a como consequência das necessidades do modelo de acumulação adotado. Kowarick chamou-as de “atividades não tipicamente capitalistas”, devido tanto ao arcaísmo tecnológico de suas formas de produzir como às relações de trabalho que nelas predominam, e as viu como resultantes da necessidade de o sistema capitalista ter à sua disposição um exército industrial de reserva de força de trabalho, constituído por trabalhadores que, ao mesmo tempo em que estão à disposição do capital, contribuem para o rebaixamento da remuneração paga aos assalariados (KOWARICK, 1977).

Francisco de Oliveira concentrou a sua atenção nas atividades informais ligadas à prestação de serviços, e entendeu que a sua proliferação se deveu, fundamentalmente, à necessidade de se dirigirem os escassos fundos de acumulação disponíveis para as atividades industriais.

Assim, a carência, por parte da indústria emergente, do apoio dos serviços urbanos – então insuficientes – e a escassez de reservas provocaram o crescimento não capitalista do setor terciário. Oliveira procurou explicar, portanto, a expansão das atividades informais² pela forma como se originaram as empresas monopolistas, que passaram a requerer um aprofundamento na divisão social do trabalho, caracterizado pela ampliação das atividades ligadas à circulação das mercadorias e do capital. Para esse autor, a difusão das atividades não tipicamente capitalistas é atribuída à inexistência de um setor de serviços compatível com as necessidades da industrialização em sua fase monopolista:

Sobre as atividades informais, diz Chico: Ele é constitutivo de uma articulação entre industrialização sem base prévia de serviços, horizontalizando-os para poder socorrer àquela sem competir com os fundos de acumulação de capital propriamente dito. (OLIVEIRA, 1976, p. 86).

A explicação de Oliveira reavivou a discussão em torno das questões relativas à justaposição de formas de produção complexas e avançadas, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas que denotam as suas origens, numa realidade econômica e socialmente atrasada. A implantação de uma indústria moderna numa sociedade que não se revolucionou do ponto de vista capitalista, no sentido de não conseguir superar a carência de uma produção urbana sólida e consolidada, fez aflorar um quadro multiplicador de contradições, dentre as quais figura a inexistência de uma base de mão de obra capacitada e organizada para os serviços complementares. Mais de três décadas depois, ao analisar “o jeitinho e o jeitão”, Oliveira retomou o tema para mostrar como o trabalho informal tornou-se estrutural no capitalismo brasileiro, regulando a taxa de salários (OLIVEIRA, 2012, p. 34).

As contribuições de análises mais recentes para a questão da informalidade se enquadram, de acordo com Alexandre Barbosa, numa “linha de interpretação alternativa e de cunho neomarxista” (BARBOSA, 2011, p. 142) e têm como porta-vozes principais Alejandro Portes e Manuel Castells, que veem o setor informal – ao qual se referem com o codinome de economia informal – como o fruto da imposição da flexibilidade. Para esses autores,

²Oliveira não utiliza esse conceito, referindo-se às atividades informais como atividades não tipicamente capitalistas.

a economia informal não pode ser compreendida a partir de uma definição estrita [...], ela deve ser encarada como um processo, referindo-se a realidades históricas precisas. Com isso eles atestam que a economia informal não é um simples eufemismo para a pobreza [...], pois o informal, apesar de estar relacionado a contextos institucionais diversos, aparece agora como universal [...], o informal como parte do processo de reestruturação produtiva capitalista na cola da crise que afeta diretamente os países desenvolvidos. (BARBOSA, 2011, p. 143).

Um aspecto ainda não suficientemente enfatizado nas diversas investidas feitas sobre as atividades informais é o caráter extremamente diversificado que as caracteriza. Em geral, o senso comum costuma associá-las às atividades exercidas por pequenos comerciantes, vendedores de rua ou prestadores de serviços em condições precárias. Essa associação deve-se não apenas à heterogeneidade interna verificada no interior desse conjunto, como também à flexibilidade que lhe é inerente, permitindo que as atividades que dele fazem parte se adaptem com facilidade às mudanças, aos trajetos, ao poder aquisitivo da demanda, e amoldem-se aos instrumentos de controle impostos pelo poder público. Existem, sem dúvida, denominadores comuns que de certa forma explicam o agrupamento das atividades informais no espaço urbano. No entanto, devem ser consideradas as várias formas como estas se expressam e se combinam com a dinâmica interna do sistema capitalista. Além disso, a identidade que se costuma estabelecer entre produção informal e pobreza urbana, produção informal e marginalidade, produção informal e clandestinidade merece, em alguns casos, um tratamento cuidadoso, à medida que são detectadas modalidades informais de produzir totalmente articuladas com o setor capitalistamente organizado, e formas rentáveis em muitos casos. É certo que existem atividades que funcionam aparentemente à margem do modo de produção dominante. Embora constituam resquícios de formações históricas anteriores que encontram brechas para sobreviver, a sua permanência e mesmo a recriação de novas formas se ajustam à lógica de um sistema marcado por deformidades típicas do capitalismo tardio.

Observe-se, então, a dificuldade de se justapor num mesmo esboço teórico, como, por exemplo, o construído por Oliveira (1976), o afiador de facas que se posta numa esquina até conseguir a quantia necessária à sua sobrevivência diária, e o mecânico de oficina que atua plenamente articulado com o setor de vendas de automóveis. Credite-se a essa

heterogeneidade o dilema que persiste no esforço empreendido ao longo de cinco décadas para se conceituar a informalidade e arquitetar artifícios para mensurá-la.³

São atividades que, por escaparem dos mecanismos de controle do Estado e, por isso, se mostrarem mais vulneráveis a comportamentos afastados dos ditames das leis, são muitas vezes relacionadas no seu conjunto ao mundo da criminalidade. Por isso é importante deixar clara a compreensão que temos neste estudo de que são as atividades informais que vêm garantindo, ao longo da nossa história, a sobrevivência de parcelas significativas da população pobre do país, seja por fatores diretamente relacionados à ordem do capital, ou mais especificamente à forma como se desenvolveu o capitalismo na periferia, seja por se terem consolidado como um modo de vida ligado à nossa formação social – vertente aqui privilegiada – e à própria natureza humana.

Na análise crítica que fez do capitalismo industrial erigido na Inglaterra do início do século XIX, Karl Polanyi dirigiu a sua atenção para as consequências culturais, segundo ele “desumanizantes”, do sistema de mercado livre, defendendo que o predomínio do mercado desregulado, que opera exclusivamente de acordo com a lei da oferta e da procura, afasta as pessoas do enquadramento sociocultural que constitui a matriz da existência humana. Polanyi observou que a sociedade capitalista moderna se caracteriza por “um duplo movimento”: de um lado, o mercado autorregulável sustentado pelas classes comerciais e de proprietários, e, por outro, a preservação da sociedade, representada pelas forças sociais que tentam proteger as pessoas, sua terra e sua cultura. É por causa desse duplo movimento, disse Polanyi, que a sociedade industrial moderna não rompeu com as grandes ordens sociais do passado. O seu argumento principal – da “não-modificação do homem como ser social” – fundamentou-se numa intensa pesquisa antropológica por meio da qual compreendeu que “ao longo da história humana a atividade econômica sempre esteve incrustada nas relações sociais.” (POLANYI, 2000, p. 65).

³Segundo a estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2011 o Brasil ainda tinha 44,2 milhões de pessoas envolvidas com as atividades informais, o que representa algo em torno de 22% da população do país. De acordo com esse mesmo Instituto, nas regiões Norte e Nordeste esse percentual duplica, ficando em torno de 44%. (SARAIVA, Alessandra; MARTINS, Diogo. *País ainda tem 442 milhões de trabalhadores informais*. Valor Econômico, 28 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

Ao examinar, com completude e profundidade, a obra de Karl Polanyi, António Eusébio Martins deteve-se na proposta feita por aquele autor de uma nova abordagem para o estudo da economia, na qual, em vez de olhar exclusivamente a “economia formal”, isto é, a atividade econômica instituída com vista à realização do lucro, era preciso considerar a “economia substantiva”, que incluía todas as atividades econômicas instituídas, fizessem elas parte da economia formal ou da economia informal, que resultassem na produção e na distribuição de bens materiais. (MARTINS, 2007).

Martins mostrou ainda como Polanyi examinou as atividades econômicas tradicionais que sobreviviam na sociedade moderna (formas de redistribuição, costumes de reciprocidade, fóruns de trocas não lucrativas e ainda fenômenos de produção em uma escala reduzida, não registrada), sustentando que elas estavam incrustadas nas relações sociais, distinguiram-se da economia formal e podiam até mesmo remediar algumas das consequências do isolamento e da fragmentação causadas pelo sistema de mercado. Existiam, portanto, razões sociais e não apenas econômicas que justificavam a promoção da economia informal. (MARTINS, 2007).

É importante deixar claro, no entanto, que a economia informal à qual Polanyi se referia se distingue da economia informal dos nossos dias. Polanyi fez a sua análise num contexto diverso do atual, numa outra fase do capitalismo – o capitalismo industrial, na Inglaterra do início do século XIX –, na qual os excessos e os traumas da ruptura no sistema produtivo eram incomparavelmente mais fortes. Esse adendo, porém, no nosso entender, não invalida o que disse o autor a respeito dos resquícios das “grandes ordens sociais do passado”, sob o indefectível argumento da “não-modificação do homem como ser social”, que mantém as relações sociais embutidas nas relações econômicas, levando a que parcelas consideráveis da população reinventem formas diferentes para assegurar a sua sobrevivência.

Sobre isso discorreremos no item seguinte, em que trazemos explicações não estritamente econômicas para a magnitude do comércio informal no Recife, fundamentadas em consultas feitas a fontes históricas – em busca dos resquícios aos quais Polanyi se referiu – e nos pressupostos de autores que procuraram explicar o caráter nacional, principalmente Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta – de cujas intuições este estudo se originou –, e de outros que buscaram compreender os conflitos sociais do seu tempo, especialmente Pierre

Bourdieu e Bernard Lahire, que nos legaram o instrumental sociológico de que necessitávamos para desenvolvê-lo.

1.1 O comércio informal

O comércio informal encontra-se incorporado à paisagem do centro do Recife e à de muitos outros bairros da cidade, sobressaindo-se no universo da informalidade como sendo o seu ramo mais expressivo. Como manifestação social, constitui um processo dinâmico que, pela criatividade que lhe é inerente, se adapta com facilidade às inovações mantendo as características que lhe são peculiares (formas de organização e apresentação). Pela sua contraposição às características da formalidade, a atividade é exercida por trabalhadores conhecidos como comerciantes informais, que atuam vendendo as suas mercadorias nas ruas, avenidas, praças ou calçadas. A eles também são atribuídas as designações de comerciantes de rua, ambulantes e camelôs, alcunhas vez por outra utilizadas neste estudo.

Esse tipo de comércio não é uma peculiaridade da cidade do Recife, muito embora aqui ele exiba dimensões elevadas e, em alguns casos, relativamente maiores do que em outros centros urbanos do país. Em São Paulo, por exemplo, ele também é bastante expressivo e igualmente visto como um problema secular, que compõe a história da cidade (CABANES et al., 2011, p. 57). No Rio de Janeiro também. Em publicação sobre os camelôs do centro do Rio de Janeiro, Ana Clara Ribeiro e Roseli Elias retrataram a magnitude desse tipo de comércio nessa cidade e os conflitos a ele relacionados, os quais “fazem com que cada esquina e cada ponto se tornem espaços de disputa” (RIBEIRO & ELIAS 1986, p. 66). Também no Rio, o comércio de rua remonta aos tempos da Colônia, sendo retratado numa série de escritos sobre o passado da cidade, sobretudo após a chegada da família real ao Brasil.

As análises acerca da magnitude do comércio informal no Recife e em outras capitais latino-americanas costumam cingir-se, como já referimos, a explicações dadas para as atividades informais no seu conjunto, e em geral se reportam à forma como se desenvolveu o capitalismo periférico, trazendo à tona as questões ligadas ao desemprego, aos custos da formalização (taxas, impostos, investimentos em equipamentos e mercadorias para estoque), à baixa qualificação da força de trabalho, à complementação salarial, etc. Neste estudo, no entanto, entendemos que as explicações vistas sob um prisma meramente econômico não são

suficientes para elucidar o comércio informal no Recife, e por isso optamos por trilhar uma linha de raciocínio pautada no que pode ser rotulado como uma intuição sociológica, que aponta para a necessidade de se buscar a raiz dos processos sociais na história social do lugar.

1.2 Os Mascates e o comércio informal

O comércio informal no Recife tem sido por vezes relacionado à história dos mascates, nome dado aos mercadores ambulantes, árabes e portugueses, estes últimos predominantes, que percorriam estradas e ruas dos arraiais e vilas vendendo panos, joias e objetos manufaturados, dentre outros artigos.⁴ Esses mercadores ambulantes mais tarde viriam a constituir, juntamente com homens livres e bem sucedidos no comércio da praça, uma burguesia comercial que se contrapôs à “velha” aristocracia rural concentrada em Olinda, fato que resultou numa revolução de caráter nativista que ficou registrada na história como “Guerra dos Mascates”.⁵ Daí por que consideramos descabida a insistência em comparar *ipsis litteris* os comerciantes informais de hoje com os mascates de ontem. Diferentes dos homens livres pobres (brancos e negros libertos)⁶ e dos escravos de ganho⁷ e de aluguel,⁸ que na época perambulavam pelas ruas do Recife prestando serviços ou vendendo artigos oriundos dos seus quintais, cozinhas e redondezas (frutas, verduras, peixes crus, beijus, tapioca, macaxeira, etc.),⁹ os mascates aqui já chegaram com o firme propósito de ganhar dinheiro e se tornar ricos. No porto do Recife, eles pegavam as mercadorias e saíam a vendê-las pelas ruas e pelos bairros, vilarejos e engenhos.

⁴ A denominação era também usada com uma conotação pejorativa pelos brasileiros de Olinda ao se referirem aos portugueses do Recife (BOTELHO; REIS, 2008, p.126). A designação “mascate” foi utilizada, inclusive oficialmente, para a cobrança do “Imposto do Mascate”, derivando-se daí o verbo “mascatear” (COSTA, 1952, p. 260).

⁵ Conflito ocorrido em Pernambuco entre 1710 e 1711, envolvendo os proprietários de terras de Olinda e a elite comercial do Recife, formada em grande parte por imigrantes procedentes de Portugal (BOTELHO; REIS, 2008, p. 98).

⁶ Homens livres, no sentido econômico do termo, ou seja, trabalhador livre, proprietário dos seus meios de produção, mesmo que numa realidade pré-capitalista.

⁷ Escravos de ganho eram os que desempenhavam funções remuneradas, como de vendedores ambulantes ou prestadores de serviços – conserto de peças, corte de barbas e cabelos, etc. –, dando aos seus donos uma parte previamente estabelecida daquilo que recebiam das vendas.

⁸ Escravos de aluguel eram os cedidos por seus donos para os serviços prestados a outros senhores.

⁹ Esse tipo de exploração também existiu no Rio de Janeiro, sendo os escravos de ganho descritos como “aqueles escravos que, após fazerem o trabalho na casa de seus donos regulares, iam para as ruas em busca de atividade suplementar. Vendiam seu trabalho de forma avulsa, a diversos clientes, oferecendo serviços que podiam durar um dia ou mesmo algumas horas. Era um sistema tão popular que existiam até casas de comércio especializadas no aluguel de escravos. [...] No final do dia, os escravos de ganho repassavam parte do dinheiro aos seus donos.”(GOMES, 2007, p. 248).

A aptidão que tinham para o comércio e o objetivo determinado de fazer fortuna resultaram no surgimento de um segmento social expressivo, a ponto de deixar uma marca tão forte na história local. Nos “Diálogos das grandezas do Brasil”,¹⁰ também são encontradas referências a esses vendedores estrangeiros que já nos primeiros anos do século XVII chegavam à colônia:

[...] este Estado do Brasil todo, em geral, se forma de cinco condições de gentes [...]. A segunda condição de gente são mercadores, que trazem do Reino suas mercadorias a vender a esta terra e comutar por açúcares, do que tiram muito proveito; e daqui nasce haver muita gente desta qualidade nela com suas lojas de mercadorias, abertas, tendo correspondência com outros mercadores do Reino que lhas mandam, e como o intento destes é fazerem-se somente ricos pela mercancia, não tratam do aumento da terra, antes pretendem de a esfolarem tudo quanto podem (BRANDÃO, 1997, p. 13).

Aos relatos de Brandão¹¹ somam-se outros de viajantes e cronistas dos primeiros séculos de nossa colonização, que nos legaram o conhecimento a respeito da avidez pelo lucro fácil e pelo enriquecimento apressado, que caracterizaram o comportamento de parte dos nossos ancestrais. Séculos mais tarde, Buarque de Holanda viria a escrever sobre essas duas características que, segundo ele, encontram-se presentes nas formas de vida coletiva, regulando as atividades dos homens.

Graças à sua condição de núcleo portuário, o Recife sediava importantes transações comerciais, fato que lhe assegurou a condição de centro comercial importador e exportador da região.¹² Com o término da ocupação holandesa, a cidade encontrava-se num

¹⁰ Escrito datado de 1618, desenvolvido em forma de diálogo, que traz valiosas informações sobre a vida social e econômica das capitanias do norte do Brasil no período de 1583 a 1597.

¹¹ Outros relatos de Brandão: “Muitos homens têm adquirido grande quantidade de dinheiro amoedado e de fazenda no Brasil pela mercancia, posto que os que mais se avantajam nela são os mercadores que vêm do Reino para esse efeito, os quais comerciam por dois modos, de que um deles é que vem de ida por vinda, e assim depois de venderem as suas mercadorias, fazem os seu emprego em açúcares, algodões e ainda âmbar muito bom e gris, e se tornam para o Reino nas mesmas naus em que vieram, ou noutras. O segundo modo de mercadores são os que estão assistentes na terra com loja aberta, colmadas de mercadorias de muito preço, como são toda a sorte de lençaria, sedas riquíssimas, panos finíssimos, brocados maravilhosos, que tudo se gasta em grande cópia na terra, com deixar grande proveito aos mercadores que as vendem (BRANDÃO, 1997, p. 104). [...] E eu vi na capitania de Pernambuco certo mercador fazer um negócio, posto que o modo dele não aprovo, pelo ter por ilícito, o qual foi comprar para pagar de presente uma partida de peças de escravos de Guiné por quantidade de dinheiro, e logo, no mesmo instante, sem lhe entrarem os tais escravos em poder, os tornar a vender a um lavrador, fiados, por certo tempo que não chegava a ano, com mais de 85 por cento de avanço. [...] Pois assim se passa. E é tanto isto assim, que desta sorte de mercadores, e dos que têm suas lojas abertas, há muitos que têm grossas fazendas de engenhos e lavoura na própria terra, e estão nela assistentes e alguns casados.” (BRANDÃO, 1997, p. 106).

¹² No entanto, o Recife, cujo povoamento foi contemporâneo ao de Olinda – centro colonial da capitania, só começou a erguer-se após os holandeses se apoderarem de Pernambuco. Até isso acontecer, a sua

outro patamar de crescimento, passando a receber, cada vez mais, imigrantes portugueses que aqui chegavam com o mesmo propósito de enriquecer. Despreparados para assumirem outras ocupações, salvo exceções, esses imigrantes juntavam-se aos que aqui já estavam vivendo da venda de mercadorias na cidade e, ampliando o seu raio de atuação, chegavam até aos povoados, estradas e lugares do interior.¹³ Enquanto no porto se fixava o comércio em grosso, que envolvia as grandes transações de importação e exportação, o comércio a varejo, retalhista, era na sua quase totalidade exercido pelos mascates (FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, 1992, p. 38). As dificuldades de transporte e comunicação, como relatou Tollenare, e o caráter recluso da vida social na colônia conferiam a essa forma de comércio ambulante um caráter de atividade essencial.¹⁴ Não obstante, já nessa época se evidenciavam os primeiros conflitos ligados a esse tipo de atividade.¹⁵ O comércio de rua era visto sob a ótica da ilegalidade (sonegação de impostos) e de sua contraposição ao comércio da praça (o comércio formal), argumentos que, somados aos que vieram depois – higienismo, violência,

configuração ficava circunscrita às atividades do seu porto, onde ancoravam os navios do trato comercial (MELLO, 1981, p. 114), em função dos quais foram construídos armazéns para acomodarem os seus carregamentos, depósitos para os gêneros coloniais de exportação e casas para abrigarem o pessoal empregado em tais serviços. Após o incêndio de Olinda, o Recife terminava na Igreja da Madre de Deus (*Ib.*). Numa breve referência à cidade do Recife na primeira metade do século XVII, feita com base nas cartas holandesas que remontam a 1640, o cronista francês Louis François de Tollenare descreveu a cidade, até a ocupação flamenga, como “apenas um miserável agrupamento das cabanas de pescadores levantadas sobre a península” (TOLLENARE, 1978, p. 32).

¹³ A esses também se referiu o historiador José Antônio Gonsalves de Mello ao relatar a vida do português Antônio Fernandes de Matos, rico comerciante que iniciou a sua vida na colônia como mascate. Ao prefaciar o livro, Mello escreveu: “Antônio Fernandes de Matos, mestre pedreiro português que em Pernambuco, no período de 1671 a 1701, ascendeu social e economicamente [...] a comerciante de sobrados e a capitalista entre os homens de negócio do Recife. [...] “Mascate”, daqueles que aportavam ao hospitaleiro Pernambuco nus e miseráveis”, no dizer de um dos parciais da nobreza de Olinda ao escrever sobre a Guerra dos Mascates, e que acrescenta que em pouco tempo “aqueles estúpidos tornavam-se capitalistas”, foi ele, entretanto, de uma generosidade invulgar [...]”(MELLO, 1981, p. 12).

¹⁴ “Não há em Pernambuco divertimentos públicos de espécie alguma. O teatro só se abre aos domingos e isto mesmo sem regularidade, o que é ao menos uma prova de bom gosto. Não há outro passeio além da ponte da Boa vista onde vão passear os mesmos homens que se viu durante o dia na Praça do Comércio. Vê-se raramente passar senhoras, mas, muitas raparigas públicas de todas as cores. O verdadeiro divertimento da terra é a residência no campo, perto dos rios. [...]. Durante oito meses de residência em Pernambuco não vi uma só vez a alta sociedade do país, apesar das minhas cartas de recomendação e dos meus esforços para penetrar em algumas casas (TOLLENARE, 1978, p. 202). Quando um senhor de engenho visita outro, as senhoras não aparecem. Passei dois dias em casa de um deles, homem muito prazenteiro e que me cumulava de amabilidade, e não vi a sua família no salão nem à mesa” (TOLLENARE., 1978, p. 68).

¹⁵ “Durante o governo de João da Cunha Souto Maior, nomeado para ser governador da capitania de Olinda e que ficou na história como um administrador que governou de forma escandalosa e sem escrúpulo, foi baixado, em 1689, um “bando” que proibia a circulação de mascates em Pernambuco, sob pena de aqueles que desrespeitassem a proibição serem degredados para Angola e perderem as suas fazendas. Por certo, essa foi a primeira intervenção do poder público no comércio de rua do Recife, o que marca historicamente quando essa atividade passou a constituir um problema. Por trás dessa ação, escondia-se, na verdade, um conflito existente entre uma aristocracia rural decadente (em Olinda) e uma burguesia comercial em ascensão (no Recife). A medida do governador Souto Maior foi justificada por um argumento de caráter legalista, que era garantir o comércio da praça (nos termos de hoje seria o comércio formal) e também tornar mais eficaz a cobrança dos impostos dos quais os mascates se furtavam.” (COSTA, 1952, p. 257).

mobilidade (o mais recente) –, continuam em voga sempre que ocorrem intervenções no comércio informal. Também não se constatou, até hoje, uma forma eficaz para o trato da questão: as proibições são feitas e depois relaxadas, as normas são estabelecidas, mas depois negligenciadas, e o comércio de rua permanece, teimoso e inabalável.¹⁶

Acrescente-se ao que foi dito que, entre o início da colonização portuguesa e a definitiva retirada dos holandeses, a atividade econômica no Nordeste, principalmente em Pernambuco, girava em torno dos engenhos de açúcar, apesar de o pico da produção açucareira haver ocorrido na fase anterior a 1630. Registra-se que havia naquele período 118 engenhos moendo na capitania, os quais, somados aos engenhos das capitanias de Tamaracá,¹⁷ da Paraíba e do Rio Grande do Norte, perfaziam um total de 161 engenhos (MELLO, 2012, p. 57).

Darcy Ribeiro, na sua imersão histórica para escrever sobre o *Brasil Crioulo* (e outros Brasis), registrou que os nossos primeiros engenhos surgiram antes de 1520 e rapidamente se dispersam por todos os pontos da costa habitados por portugueses, acabando por se concentrarem no Nordeste, principalmente em Olinda, no Recife e em Salvador. Acrescenta Ribeiro (1995, p. 275) que “meio século depois os engenhos haviam se multiplicado tanto que a produção brasileira de açúcar tornara-se a principal mercadoria do comércio internacional.” Segundo Ribeiro, a massa humana organizada em função do açúcar estrutura-se em uma formação econômico-social atípica, com respeito às

¹⁶ A proibição do governador Souto Maior, citada na nota anterior, foi aos poucos negligenciada, episódio salientado por Costa (1952, p. 259, v. 8) ao escrever os seus Anais. Vê-se aqui também que a negligência frente à ordem estabelecida pelo poder público para disciplinar o comércio de rua no Recife não constitui característica dos tempos atuais, o que reforça as hipóteses de Buarque de Holanda (*cordialidade*) e Roberto DaMatta (*jeitinho*). Em 1781, portanto quase um século depois, para atender a uma representação do comércio da praça do Recife, o governador José César de Menezes proibiu, por meio do “bando” de 6 de novembro de 1781 (seria essa a segunda intervenção), o comércio de fazendas, miudezas e outros gêneros, feito por mascates pelas ruas do Recife, sem observância alguma à lei e “pragmática” de 24 de maio de 1749. Previa-se para esse “crime” a pena de perda das fazendas, multa de cem mil réis em dinheiro e seis meses de prisão, e, no caso de reincidência, o pagamento equivalente ao dobro da pena pecuniária, além de os infratores serem presos e até degredados para Angola, se fossem portugueses, e, se estrangeiros, expulsos do país e dos seus domínios, e no caso de *tornarem*, a penas de açoites, a pagarem na cadeia quatrocentos mil réis, e novamente expulsos do reino, de conformidade com a citada lei. (COSTA, 1952, p. 259). Excetuavam-se, porém, de semelhante proibição, as negras que publicamente vendessem pano branco, botões, linhas, agulhas, alfinetes, dedais, tesouras, fitas de lã e linho, e pentes, contanto que esses objetos fossem fabricados no reino e seus domínios, porque se não o fossem ficariam as ditas pretas sujeitas a proibição e penas da dita lei, como determinava o aviso de 21 de abril de 1761 (COSTA, 1952, p. 259). As mencionadas proibições, no entanto, “desaparecem com o tempo, e a indústria do mascate tornou-se livre, e legal mesmo, com o pagamento de impostos para o seu exercício.” (COSTA, 1952, p. 259).

¹⁷ Grafia também usada na época para designar a Capitania de Itamaracá.

americanas e às europeias de então, muito mais singela por seu caráter de empresa colonial destinada a lograr propósitos econômico-mercantis claramente buscados. Nela, a forma de existência, a organização da família, a estrutura de poder não eram criações históricas oriundas de uma velha tradição, mas meras resultantes de opções exercidas para dar eficácia ao empreendimento. Por outro lado, porém, muito mais complexa, como população surgida da fusão racial de brancos, índios e negros, como cultura sincrética plasmada pela integração das matrizes mais díspares e como economia agroindustrial inserida no comércio mundial nascente. (RIBEIRO, 1995. p. 276).

É, pois, compreensível o impacto causado pela abolição da escravidão na província de Pernambuco e, particularmente, no Recife. Os escravos, que no campo viviam sob a proteção e a exploração de patrões ricos, ao se verem livres (e pobres) sentiram-se impelidos a buscar meios para sobreviver e passaram a aspirar a autonomia que aflorou como forma de resistência ao controle externo sobre o trabalho, que, para o branco, era visto como uma obrigação de escravo, e, para o negro, aparecia relacionado ao cativo. Esse anseio por autonomia, de não precisar dos outros para sobreviver, assinalado nas *Notas Dominicais* de Tollenare (1978), foi reforçado pelo que Holanda (1995) apontou como um traço da formação do caráter nacional: “Um apego singular aos valores da personalidade” que, segundo esse autor, atrofia a inclinação para o associativismo, para o que é público, para o que é regulamentado, e acentua o ímpeto para a desregulamentação, para a informalidade e até para as pequenas transgressões do cotidiano.¹⁸

Essa aspiração por autonomia como expressão do personalismo cultural caracterizado por Holanda não é entendida apenas como legado da herança ibérica, como forma de resistência

¹⁸ Embora dizendo não saber até que ponto “essa queixa”(expressão do autor) é justa, Tollenare (1978, p. 112), observou: “Um homem que possui, na cidade, uns vinte bons negros, pode viver muito à vontade. Um mestre de obras, um marceneiro, um carpinteiro, um ferreiro, um pedreiro, um chefe, enfim, de qualquer destas profissões, em lugar de assalariar operários livres, compra negros e os instrui. Lamenta-se que esse afastamento dos homens livres de todas as ocupações industriais extinga o germe do trabalho, espírito que não exigiria senão a ocasião para os desenvolver, e que mantenha a indolência de que são acusados os brasileiros.” Junte-se à observação de Tollenare a que foi feita pelo autor dos *Diálogos das grandezas do Brasil* a respeito do espírito que dominava os que para cá vieram nos períodos iniciais da colonização e os que, como os mascates, continuaram vindo em levadas nos períodos subsequentes, muitos deles tomados como exemplos por terem sido bem sucedidos nos seus empreendimentos. “[...] E então, como neste Brasil concorrem de todas as partes diversas condições de gente a comerciar, e este comércio o tratam com os naturais da terra, que geralmente são dotados de muita habilidade, ou por natureza do clima ou do bom céu que gozam, tomam dos estrangeiros tudo o que acham bom, de que fazem excelente conserva para a seu tempo usarem dela.” (BRANDÃO, 1997, p. 107).

ao controle externo sobre a atividade de trabalho, como sinal de independência de terceiros para sobreviver. Ela também decorre da carga de exploração presente nas relações entre o senhor e o escravo, o dominador e o dominado, o patrão e o empregado, como apontou Barbosa (2003, p. XVI) em sua tese de doutorado:

[...] mesmo após a Abolição, o Brasil contaria, quando muito, com mercados de trabalho incompletos e regionalizados, onde as relações de trabalho não capitalistas se destacavam, assim como o autoritarismo dos “empregadores”. [...] A consolidação do mercado de trabalho pós 1930 – mesmo nos momentos de maior crescimento do produto e do emprego e de crescente diversificação das ocupações e das situações de classe – não permitiu superar as características que o marcaram durante a sua construção e regulação.

Ao aprofundar-se na discussão do conceito de “marginalidade”, Lúcio Kowarick contribuiu para que se pudessem identificar, nas condições de trabalho no Brasil, práticas patronais de muitas décadas passadas, levando a que, “para os livres e pobres, trabalhar para alguém significava a forma mais aviltada de existência.” (KOWARICK, 1994, p. 12). Situando o seu ensaio no caso de São Paulo e tendo como marco temporal os anos 1930, Kowarick centra a sua discussão em alguns traços fundamentais das raízes do Brasil, enfocando as heranças que marcaram a sociedade brasileira desde suas origens coloniais, que redundaram na degradação do trabalho ao longo dos séculos:

Como trabalhar sob as ordens significava, de fato, aceitar uma condição semelhante à do cativo, tenderam (os livres e libertos) a afundar-se na miséria itinerante e sem destino, preferindo essa situação a se submeter às regras de domínio com que os senhores tratavam os escravos. Daí a vida errante, utilizando-se dos recursos naturais da terra, da caça e pesca, das pequenas plantações que rodeavam choupanas rudimentares, logo abandonadas, quando os senhores englobavam essas áreas de economia de subsistência às suas propriedades, expulsando-os para zonas mais longínquas. (KOWARICK, 1994, p. 102).

Muito embora a análise de Kowarick tenha como centro a região cafeeira, pode ser aplicada à realidade vivida na zona canavieira, onde a relação senhor *versus* trabalhador livre – pobre e ex-cativo –, mesmo após a abolição da escravidão, continuava marcada por “uma mentalidade senhorial e despótica.” (KOWARICK, 1994, p. 105), fruto de um país regido inicialmente, como disse Darcy Ribeiro (1995, p. 447), “como uma feitoria escravista em que os interesses e as aspirações do seu povo – um povo em ser, impedido de sê-lo – jamais foram levados em conta”. A feitoria escravista deu lugar à empresa capitalista, mas nela deixou as suas marcas,

porque as marcas da história requerem tempo para desvanecerem-se. Séculos são necessários para apagar os sinais encravados nos homens.

O que foi dito reforça a nossa intuição de que o comércio informal do centro do Recife tem as suas raízes fincadas na nossa formação social, que incitou o desenvolvimento de uma sociedade na qual a busca por autonomia surge como uma necessidade e, com o passar do tempo, se cristaliza num ideal de vida no qual não se depende dos outros para sobreviver, e que a concretização desse ideal é possível graças a certo *jeitinho* que também resulta de uma herança histórica, e que é interpretado como elemento característico da identidade nacional. Como sintetizou Oliveira (2012, p. 31), “o homem cordial é a própria encarnação do *jeitinho* brasileiro.”

Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta contribuíram de forma substancial para a compreensão dos traços identitários da nação brasileira, o primeiro ao desenvolver a categoria da “cordialidade”, e o segundo a do “*jeitinho* brasileiro”. Holanda apontou “o personalismo e o patrimonialismo” como os dois aspectos essenciais da cultura brasileira. O primeiro, segundo ele, herdado dos povos ibéricos, para os quais o valor de um homem é medido pela sua independência em relação aos demais, corroborando uma forma de pensar que estimulou “o culto à personalidade”. Desse primeiro aspecto resultou o segundo ao qual Holanda se refere: o “patrimonialismo”, responsável por levar o interesse particular a se sobrepor ao interesse público. Apoiado nesse binômio, Holanda (1995, p. 149) descreveu “o homem cordial”, por ele entendido como aquele que privilegia a emoção em detrimento da razão, que não vê distinção entre o privado e o público, detesta formalidades, põe de lado a ética e a civilidade, características que sugerem uma histórica propensão do indivíduo brasileiro à informalidade. Dada a importância da *cordialidade*, enquanto categoria, para este estudo, reproduz-se aqui parte da extensa nota em que Holanda (1995, p. 204, nota 6) esclareceu o seu significado:

A expressão é do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reys e por ele inserta em sua publicação “Monterey”. [...] para melhor frisar a diferença, em verdade fundamental, entre as idéias sustentadas na referida obra e as sugestões que propõe o presente trabalho, cabe dizer que, pela expressão “cordialidade”, [...] estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos e de concórdia. A inimidade pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da

esfera do íntimo, do familiar, do privado. Pertencem, efetivamente, para recorrer a termo consagrado pela moderna sociologia, ao domínio dos “grupos primários”, cuja unidade, segundo observa o próprio elaborador do conceito, “não é somente de harmonia e amor”. A amizade, desde que abandona o âmbito circunscrito pelos sentimentos privados ou íntimos, passa a ser, quando muito, benevolência, posto que a imprecisão vocabular admita maior extensão do conceito. Assim como inimizade, sendo pública ou política, não cordial, se chamará mais precisamente hostilidade [...].

Holanda via como o problema central do Brasil o fato de ainda não se haver constituído no país uma ordem realmente “pública”, capaz de transcender e debelar as antigas lealdades particularistas fundadas em laços familiares, e contestava os doutrinadores que pregavam serem o Estado e as suas instituições descendentes em linha reta, e por simples evolução, da família:

A verdade, bem outra, é que pertencem (o Estado e a família) a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. (HOLANDA, 1995, p. 141).

Nas palavras do autor, “o singular apego aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico” reflete-se na conduta ordinária do brasileiro – “o homem cordial”. Por conseguinte, é da esfera do privado, do qual derivou o conceito de “cordialidade”, que provêm as crises de adaptação dos indivíduos aos mecanismos sociais. (HOLANDA, 1995, p. 144).

Buarque de Holanda influenciou uma geração de intérpretes que o sucederam, sendo os seus pressupostos ratificados e desdobrados por uns e questionados por outros. Darcy Ribeiro foi um dos que o colocaram dentre os intérpretes que analisaram as características nacionais a partir dos mais variados defeitos e qualidades aos quais atribuíram valor causal. Para esse autor, o exemplo de Buarque de Holanda bastaria para ilustrar a sua suposição, valendo a pena aqui reproduzir na íntegra o texto de Ribeiro, com o intuito de deixar ainda mais claro o pensamento de Holanda e a ótica de análise da presente tese. Escreveu Darcy Ribeiro (1995, p. 451):

Para Sérgio Buarque de Holanda, seriam características nossas, herdadas dos iberos, a sobranceira hispânica, o desleixo e a plasticidade lusitanas, bem como o espírito aventureiro e o apreço à lealdade de uns e outros e, ainda, seu gosto maior pelo ócio do que pelo negócio. Da mistura de tais ingredientes, resultaria uma certa frouxidão e anarquismo, a falta de coesão,

a desordem, a indisciplina e a indolência. Mas derivariam delas, também, certo pendor para o mandonismo, para o autoritarismo e para a tirania.

[...]

Como quase tudo isso são defeitos, devemos convir que somos um caso feio, tamanhas seriam as carências de que padecemos. Seria assim? Temo muito que não. Muito pior para nós teria sido, talvez, e Sérgio o reconhece, o contrário de nossos defeitos, tais como o servilismo, a humildade, a rigidez, o espírito de ordem, o sentido de dever, o gosto pela rotina, a gravidade, a sisudez. Elas bem poderiam nos ser ainda mais nefastas porque nos teriam tirado a criatividade do aventureiro, a adaptabilidade de quem não é rígido, mas flexível, a vitalidade de quem enfrenta, ousado, azares e fortunas, a originalidade dos indisciplinados.

Talvez tenha faltado a Darcy Ribeiro complementar o que Holanda acrescentou após caracterizar os dois tipos (“o trabalhador e o aventureiro”) a que se referiu: que ambos só existem, em forma pura, no mundo das ideias, embora tenha Holanda reconhecido que na obra da conquista coube ao aventureiro o papel mais relevante.

Um autor que aliou a sua interpretação à de Buarque de Holanda foi Roberto DaMatta, que, cinquenta anos depois, ao discorrer sobre o referido “jeitinho brasileiro” (DAMATTA, 1986), justificou a sua categoria analítica dizendo ser a natureza do Estado coercitiva e, no caso brasileiro, inadequada à realidade individual. Para esse autor, “a obediência às leis universais decorre de uma simples e direta adequação entre a prática social e o mundo constitucional e jurídico”, daí que “[...] incapacitado pelas leis, descaracterizado por uma realidade opressora, o brasileiro deverá utilizar recursos que vençam a dureza da formalidade, se quiser obter o que muitas vezes será necessário à sua sobrevivência.” (DAMATTA, 1986, p. 99).

No seu ensaio, Roberto DaMatta procurou uma resposta à pergunta por ele formulada e por ele próprio considerada enigmática: “O que faz o Brasil, Brasil?”. O primeiro “Brasil” (com B minúsculo) é, segundo DaMatta, “dado nas possibilidades humanas”, mas “o segundo Brasil é feito de uma combinação especial dessas possibilidades universais.” (DAMATTA, 1986, p. 14). A importância dessa relação é por ele destacada porque “define um estilo, um modo de ser, um ‘jeito’ de existir que, não obstante estar fundado em coisas universais, é exclusivamente brasileiro” (p. 15). É essa a compreensão que delimita o ponto de partida do ensaio de DaMatta: que “tanto os homens como as sociedades se definem por seus estilos, seus modos de fazer as coisas” (p. 15.). Para esse autor, existem dois modos básicos de se construir a realidade brasileira: por meio de dados quantitativos (dados estatísticos, renda *per*

capita, PIB, PNB, IDH, etc.), o que, segundo ele, permite construir uma identidade social moderna; e por meio de dados sensíveis e qualitativos (dados culturais que exprimem os modos de viver e as relações familiares, pessoais e de cordialidade). Para ele, não se trata nem só de uma coisa nem só de outra, mas das duas, que se dão de modo simultâneo e complexo (DAMATTA, 1986, p. 19).

O “jeitinho brasileiro”¹⁹ é, portanto, explicado como sendo um modo de navegação social mediante o qual o indivíduo enfrenta as contradições sociais de um modo tipicamente brasileiro (DAMATTA, 1986, p. 100). Para fundamentar a sua definição, ele toma como referência o que acontece em países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, onde as regras jurídicas e as práticas da vida diária se mostram coerentes, e por isso as regras ou são obedecidas ou não existem.²⁰ DaMatta observou que é justamente devido à inexistência dessa coerência que, no Brasil, “conseguiamos descobrir e aperfeiçoar um modo, um jeito, um estilo de navegação social que passa sempre nas entrelinhas desses peremptórios e autoritários “não pode!”. Conclui DaMatta (1986, p. 100):

Assim, entre o “pode” e o não “pode”, escolhemos, de modo chocantemente antilógico, mas singularmente brasileiro, a junção do “pode” com o “não pode”. Pois bem, é essa junção que produz todos os tipos de “jeitinhos” e arranjos que fazem com que possamos operar um sistema legal que quase sempre nada tem a ver com a realidade social.

Ao definir o “jeitinho como um modo de navegação social”, talvez, à primeira vista, DaMatta dê margem à interpretação de que se trata de um predicado próprio das classes menos favorecidas, no seu esforço para sobreviver. Mas o que o autor percebeu foi que no Brasil as regras jurídicas se encontram descoladas das práticas da vida diária, pois o brasileiro (todos e

¹⁹ A filósofa Fernanda Carlos Borges, em seu livro *A filosofia do jeito*, constatou que a expressão “jeitinho” apareceu na primeira metade do século XX, com o processo de modernização industrial do Brasil, quando o brasileiro, acostumado com a vida social apoiada nas relações pessoais, viu-se repentinamente transformado em indivíduo. (BORGES, 2006, p. 13).

²⁰ Antonio Cândido aproximou-se dessa interpretação quando, em sua “*A Dialética da Malandragem*”, reconheceu que “na formação histórica dos Estados Unidos houve desde cedo uma presença constritora da lei, religiosa e civil, que plasmou os grupos e os indivíduos, delimitando os comportamentos graças à força punitiva do castigo exterior e do sentimento interior do pecado. No Brasil, nunca os grupos ou os indivíduos encontraram efetivamente tais formas; nunca tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato, nem da liberdade senão como capricho. As formas espontâneas de sociabilidade atuaram com maior desafogo e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência. A sociedade brasileira se abriu com maior largueza à penetração dos grupos dominados ou estranhos. E ganhou em flexibilidade o que perdeu em inteireza e coerência.” (CÂNDIDO, 2004, p. 40 e 43).

não apenas os pobres), pela sua cordialidade, têm um jeito próprio de ser que é produto de sua história.

Oliveira, no entanto “um caminho norbertiano”, construindo uma tese segundo a qual “o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras que se transmitiu às classes dominadas”, na qual incorpora o pensamento de Marx e Engels expresso em *A Ideologia Alemã*, segundo o qual “as ideias e os hábitos das classes dominantes transformam-se em hegemonia e caráter nacional.” (OLIVEIRA, 2012, p. 32). Não obstante, embora dizendo estar a sua intenção voltada para “uma investida mais nitidamente materialista”, Oliveira aproxima-se de DaMatta quando afirma que “o dribble constante nas soluções formais propicia a arrancada rumo à informalidade generalizada” (OLIVEIRA, 2012, p. 32), e dá realce a Norbert Elias, quando este, ao analisar o caráter alemão, alertou para o fato de que não são apenas as circunstâncias históricas que explicam o surgimento de um Hitler.²¹

Outro autor que contribuiu para a compreensão de como o caráter de um povo resulta de uma conjunção de fatores e de como é importante considerar o caráter como elemento fundamental para a compreensão dos fatos sociais, foi Carlos Néelson Coutinho. Ao analisar a gênese e as crises do Estado brasileiro, ele uniu de certa forma Holanda (a cordialidade) a DaMatta (o jeitinho) quando se referiu à impropriedade das regras jurídicas brasileiras à nação. Segundo Coutinho (2006, p. 173), “o Brasil se caracterizou até recentemente pela presença de um Estado extremamente forte, autoritário, em contraposição a uma sociedade civil débil, primitiva, amorfa.” Reportando-se a Raymundo Faoro, ele mostrou como o autoritarismo teve a sua origem na burocracia patrimonialista portuguesa que deixou as suas marcas no Brasil, mesmo após a independência (p. 173). Recorrendo a Gramsci, Coutinho (2006, p. 174) lembrou que, para o pensador italiano, o Ocidente se caracteriza por uma relação equilibrada entre Estado e sociedade civil, mas,

[...] tomando como base a distinção entre Oriente e Ocidente por ele estabelecida, eu diria que o Brasil foi, pelo menos até os anos 1930, uma

²¹ Para Elias, citado por Oliveira (2012, p. 32), “a bestialidade fascista talvez não tivesse acolhida sem a existência prévia do caráter alemão resultante de uma conjunção de fatores como o desenvolvimento tardio do capitalismo na Alemanha, a ausência de uma revolução burguesa no país, a unificação nacional sob o tacão militar de Bismark, o culto à organização.”

formação político-social de tipo “oriental”, na qual o Estado é tudo e a sociedade civil é primitiva e gelatinosa.

De acordo com Coutinho (2006, p. 175), “o caso brasileiro gera uma via brasileira, ou seja, tem suas próprias” especificidades, explicadas nos fatos decisivos para a formação do Estado brasileiro, sobretudo depois da Independência. Na “via brasileira”, conforme o pensamento de Coutinho, estão subjacentes tanto a “cordialidade” de Holanda como “o jeitinho” de DaMatta.

Mas a construção do conhecimento não acontece fora da dialética, ou, mais precisamente, da dialética subjetiva (o pensamento dialético). Nas ciências sociais, especialmente, o conhecimento se faz a partir da ausência de unanimidade, das conversas, da heterogeneidade de ideias, ou, como preferiu dizer Giddens (1991, p. 175), da institucionalização da dúvida:

[...] as ciências sociais pressupõem uma circularidade num duplo sentido, que é constitutivamente fundamental às instituições modernas. As reivindicações de conhecimento que elas produzem são todas em princípio revisáveis, mas são também “revisadas” num sentido prático conforme elas circulam dentro e fora do ambiente que descrevem.

Para Giddens, as ciências sociais se relacionam com a vida social num duplo movimento, fazendo com que certos conhecimentos produzidos sejam assimilados pelos indivíduos, o que influencia o seu comportamento. Com isso, esses conhecimentos estão sujeitos a reinterpretções ou revisionismos que requerem, antes de qualquer coisa, um compromisso com o critério de cientificidade, que se reflita, inclusive, na postura como o cientista social conduz a sua revisão ou faz a sua crítica.

Imbuído desse caráter revisionista da ciência social, mas descuidando-se da forma como o faz, Jessé Souza, ao teorizar a respeito da desigualdade social brasileira à luz do que ele denomina “violência simbólica”,²² formula, em tom ácido, a sua crítica aos mais respeitados intérpretes da formação social brasileira, dentre os quais os dois que fundamentam este estudo, cujos pressupostos são por ele considerados fundamentos de uma “ciência social conservadora”,

²² Segundo Souza (2009, p. 15), a violência simbólica resulta da difusão de *duas falsas teses*: a primeira, de que todos os problemas sociais e políticos brasileiros já são conhecidos e já foram devidamente mapeados; e a segunda, de que a desigualdade brasileira vem de muito tempo e que não se pode acabar de uma penada só com coisa tão antiga. Duas proposições, segundo ele, falsas e bem relacionadas, que formam o núcleo da violência simbólica que torna possível a naturalização da desigualdade brasileira contemporânea, a qual permite a sua reprodução cotidiana e nada tem a ver com o passado longínquo.

que serve para legitimar a “violência simbólica que torna possível a naturalização da desigualdade social brasileira” (SOUZA, 2009, p. 53). Escreveu Souza (2009, p. 56), contundente:

Como o mundo dos sentimentos é ambíguo, ou seja, os sentimentos podem ser tanto “maus” como “bons”, construímos uma tradição, a de Gilberto Freyre, por exemplo, da glorificação dessa herança pré-moderna, e outra, que pretende possuir um “charminho crítico”, como a de Sérgio Buarque, Raimundo Faoro e Roberto da DaMatta, apenas porque invertem o sinal e acusam essa mesma tradição de ser nosso “mal de origem”.

Ele também classifica esse tipo de referencial analítico como “um mecanismo usado por quem não sabe do que está falando”, pois, segundo ele,

[...] a “legitimação da desigualdade” no Brasil contemporâneo, que é o que permite a sua reprodução cotidiana indefinidamente, nada tem a ver com esse passado longínquo. Ela é reproduzida cotidianamente por meios “modernos”, especificamente “simbólicos” [...] (SOUZA, 2009, p. 15).

A crítica feita por Jessé Souza – fundamentada no controle, por parte dos setores dominantes, dos meios de comunicação, influenciando a opinião pública, e no resgate dos “mitos da malandragem, do oportunismo, da resistência ao trabalho regular” – já havia, no entanto, sido feita anos antes por Ana Clara Ribeiro e Roseli Elias (RIBEIRO e ELIAS, 1986, p. 65), em tom harmônico com os critérios sugeridos por Guiddens.

Mais recentemente, em palestra feita na Fundação Joaquim Nabuco, Francisco de Oliveira reconheceu a importância de se analisar o “jeitinho brasileiro”, percebendo-o como decorrência da forma como Portugal conquistou o Brasil, apenas entregando a cada donatário uma capitania [...], cada capitania criando as suas próprias regras [...] e, diante de cada fato novo, o capitão criando uma nova regra para driblar a anterior.²³

Segundo Oliveira, na palestra citada, isso criou uma personalidade, um caráter. O referido sociólogo entende que o capitalismo periférico tem dificuldades para conviver com as regras que lhe são impostas, e então, como essa convivência é indispensável para ele poder entrar no circuito, ele vive criando novas regras e, ao mesmo tempo, jeitos de burlá-las lá na frente.

²³ Trecho da palestra proferida em 19 de julho de 2012 na Fundação Joaquim Nabuco.

A compreensão de Oliveira (OLIVEIRA, 2012, p. 32) de que o modo de viver resulta de um processo histórico, não está fundamentada numa noção antiga que percebe o caráter nacional como algo estático, imutável. Ele se apoia no conceito de *habitus* que, na visão de Norbert Elias, significa basicamente uma segunda natureza, ou um saber social incorporado:

[...] o *habitus* nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido. À semelhança das tribos e dos Estados, um *habitus* nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo (ELIAS, 1997, p. 16).

Ao admitir um caráter nacional influenciado pela inexistência de regras nos períodos embrionários de nossa formação, Oliveira suscitou nos ouvintes a lembrança de Caio Prado Júnior, que, ao analisar o sistema político vigente na sociedade brasileira, assinalou que até meados do século XVII a legislação era, com raras exceções, ditada pelos interesses exclusivos das classes dos colonos abastados (OLIVEIRA, p.32).

Esse é o contexto histórico a partir do qual Buarque de Holanda e Roberto da Matta construíram as suas interpretações e os seus conceitos, dos quais foram retirados os fundamentos teóricos deste estudo: que os povos, de um modo geral, têm características coletivas que lhes são próprias e, embora sujeitas a mutações, tais características são transmitidas de geração a geração, numa espécie de “memória coletiva” que se mantém hegemônica no comportamento de uma nação, refletindo-se nas práticas sociais cotidianas; que o “jeitinho brasileiro” é uma prática social enraizada na sociedade, situada numa zona intermediária entre o legal e o ilegal, utilizada pelos diferentes segmentos sociais como mecanismo para alcançar objetivos, encurtar processos, auferir vantagens ou sobreviver. Portanto, não se trata de atributo de uma única classe social, mas de comportamento próprio do caráter nacional que, visto à luz do conceito empregado por Elias, de *habitus* nacional, não é imutável.

Mas foi na Sociologia Disposicionalista de Pierre Bourdieu, revista e ampliada por Bernard Lahire, que encontramos o instrumental teórico-metodológico de que necessitávamos para alicerçar a pesquisa que pretendíamos desenvolver, particularmente os conceitos (interligados) de *habitus* e disposições. Aventuramo-nos a utilizar tais conceitos, embora cientes da advertência feita pelo próprio Bourdieu de que as noções de campo, *habitus* e

capital não podem ser definidas isoladamente, mas apenas no interior de um sistema teórico que constituem.²⁴

Ao investigarem as raízes dos conflitos sociais contemporâneos, esses autores enveredaram por caminhos que possibilitaram compreender as práticas dos indivíduos e os mecanismos estruturantes da sociedade, deixando-nos como legado conceitos como “campo”, “capital social”, “*habitus*” e “disposições”, dentre outros. Bourdieu desenvolveu os seus conceitos sob o ponto de vista de classe social, como categoria sociológica. Assim visto, o *habitus* corresponde a um sistema de disposições incorporadas e constituídas a partir de um princípio gerador diretamente vinculado à origem de classe do indivíduo, ou seja, um princípio gerador das disposições que orientam as práticas cotidianas e explica como os tipos de socialização definem os modos de perceber o mundo (ORTIZ, 1994). Esse sistema de disposições ao qual Bourdieu se referiu corresponde às estruturas próprias de um tipo particular de meio, que podem ser assimiladas pelos indivíduos produzindo *habitus*, ou seja, “sistemas de disposições duráveis.” (ORTIZ, 1994, p. 18). Visto assim, o *habitus* corresponde a uma disposição adquirida, seja por meio de uma trajetória pessoal, seja por meio do grupo em que se está inserido. Mas Bourdieu não restringiu o seu conceito e admitiu a assimilação e a incorporação de novas práticas sociais que possibilitem as mudanças.

“Campo social” foi definido por Bourdieu como um espaço no qual os agentes se distinguem de acordo com os seus valores e o seu capital cultural, que são incorporados por meio da formação familiar, do aprendizado escolar ou das relações estabelecidas ao longo do tempo com outros agentes. Cada campo tem as suas regras de jogo próprias, constituindo-se um espaço de lutas entre os diferentes agentes que disputam a apropriação de um capital específico ao campo, o qual é distribuído de forma desigual entre os agentes de um campo. No interior de um campo há tensões e disputas entre grupos sociais que instituem espaços com autonomia relativa e regras próprias. Trata-se, portanto, de um espaço definido por suas próprias leis de funcionamento e relações de força.²⁵

²⁴ In: “As possibilidades analíticas da noção de campo social” Campinas, Educação & Sociedade, v. 32, n. 114, p. 189-202, jan.-mar. 2011 Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

²⁵ De muita valia para a compreensão desses conceitos foram as interpretações feitas por Márcio Sá (SA, 2011) e Augusto Amorim (AMORIM, 2011).

Já a compreensão do termo “capital”, para Bourdieu, vai além do simples acúmulo de bens e riquezas econômicas, abarcando também os recursos ou mesmo o poder que se manifesta nas atividades sociais. Assim, além do capital econômico, existem: o capital cultural, que corresponde aos saberes reconhecidos por títulos e diplomas; o capital social, que são as relações sociais que podem ser convertidas em recursos; e o capital simbólico, que é aquilo que chamamos de prestígio e honra e que permite identificar os agentes no espaço social.

Ao tentarem descobrir as raízes dos conflitos sociais contemporâneos, Bourdieu e Lahire nos apontaram caminhos que nos possibilitam compreender as práticas dos indivíduos e os mecanismos estruturantes da sociedade. Bourdieu (1979) concluiu que os modos de pensar e de viver herdados de gerações anteriores, ao se juntarem aos modos de pensar e viver decorrentes do desenvolvimento capitalista resultam na tensão social que gera os conflitos sociais. Lahire (2006), seguindo a proposição do social incorporado de Bourdieu, entendeu que a compreensão social pode ser obtida de uma forma melhor por meio dos indivíduos, pois estes apresentam em suas disposições manifestações dos mais diversos aspectos de uma sociedade em sua condição individual. Bourdieu admitiu a existência de “sistemas de disposições e princípio gerador”. Lahire, numa visão mais ampliada, preferiu falar em “disposições e em princípios geradores”, por meio dos quais seria possível perceber as variações inter e intraindividuais, bem como as contradições inerentes aos indivíduos e os diversos contextos de ação nos quais eles se inserem.

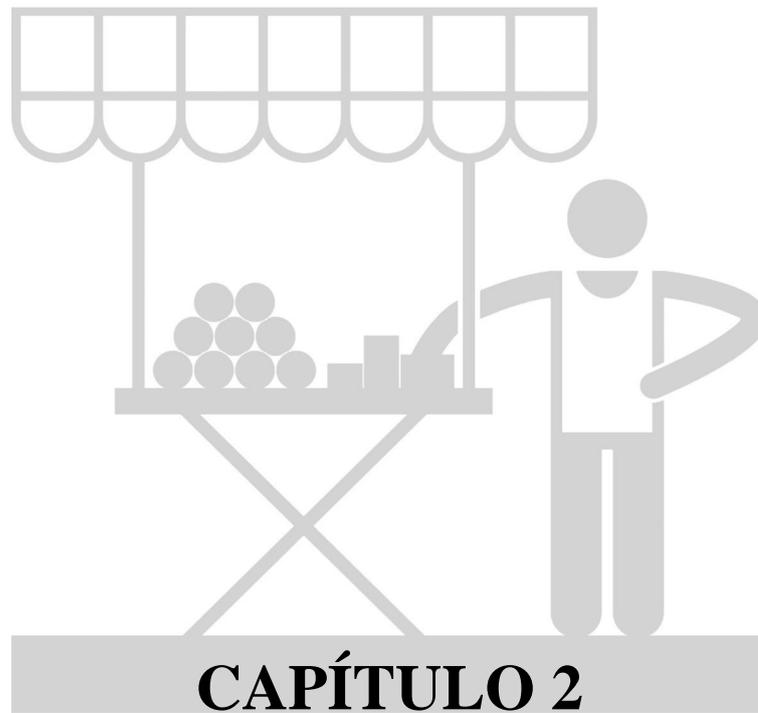
Esses dois autores²⁶ nos ajudam a explicar a persistência da “cordialidade” e do “jeitinho” no segmento social que analisamos, categorias vistas como atributos de uma sociedade (brasileira) na qual se manifestam das mais diversas formas, num contexto econômico capitalista introduzido de modo diverso de sua forma clássica (OLIVEIRA, 2012). Entendemos, pois, que o atraso na incorporação dos chamados valores modernos²⁷ subsiste (existe em sua substância, individualmente) em todas as classes sociais, e que a tendência à informalidade, o predomínio do privado sobre o público (como demonstrou Buarque de

²⁶ “Na década de setenta, na França, observava-se uma diminuição da discussão sobre classe social. Nos anos oitenta, viu-se quase o desaparecimento da classe social como objeto sociológico. Alguns sociólogos falam então apenas da grande classe média francesa e formulam a tese da sociedade individualizada e mais livre que os indivíduos nas classes sociais. Foi justamente nos anos noventa que Bernard Lahire começou a traçar as primeiras linhas de sua sociologia à escala individual.” (SÁ, 2011, p. 196).

²⁷ Valores modernos: entendidos como valores decorrentes de uma nova visão de mundo que resulta do desenvolvimento do capitalismo, relacionados ao conceito de modernidade surgido no meio do século XIX.

Holanda) e a prática do Jeitinho (para a qual atentou DaMatta) ainda se configuram como marcas do caráter brasileiro, independentemente de classe e nível de instrução.

Assim, os conceitos de Cordialidade e Jeitinho brasileiro entram na explicação do comércio informal no cotidiano recifense, à medida que se percebe, em muitas situações vivenciadas pelos brasileiros em geral, que a especificidade do Jeitinho é fazer uso das relações afetivas, pessoais, clientelistas, para atingir os seus objetivos. Os comerciantes informais, na sua luta diária para exercer uma atividade que se contrapõe às normas que regulam o comércio (formal) na cidade, não escapam desse tipo de comportamento: ora se aliam a segmentos do comércio formal para conseguir ocupar um espaço ou guardar os seus artigos e equipamentos, ora se submetem a cobranças indevidas dos fiscais da Prefeitura para não ter os seus produtos apreendidos e para permanecer onde estão; apelam para os políticos, principalmente os vereadores, e comprometem o seu voto em troca de apoio para a atividade; quando atingidos por algum processo de intervenção municipal, procuram sensibilizar a opinião pública recorrendo ao apelo da questão social. Uns estão na atividade porque não têm outra opção. Alguns puderam optar, mas preferiram permanecer como estão. Outros são comerciantes informais porque essa é “uma profissão de família”. Todos usam o Jeitinho para assim permanecer.



OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 2: OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, explicitamos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, que foram definidos a partir dos pressupostos da tese e, por conseguinte, voltados para uma abordagem de natureza qualitativa que teve como fonte principal os testemunhos obtidos por meio de entrevistas realizadas com os comerciantes informais estabelecidos nas ruas do Centro Expandido do Recife, recorte geográfico da pesquisa. São eles os sujeitos da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma abordagem que requer do pesquisador, além do zelo pelos procedimentos escolhidos – requisito basilar de toda pesquisa científica –, uma postura reflexiva durante todo o processo da investigação, acompanhada de um esforço contínuo para não esquecer o alerta feito por Bourdieu (2008, p. 703) no sentido de que uma entrevista é sempre uma relação de troca, e que

nessa relação de troca, cada um engana um pouco o outro ao se enganar a si próprio: o pesquisador se prende à “autenticidade” do testemunho da pesquisada porque ele acredita ter tido êxito na descoberta de uma palavra bruta, densa, inviolada, que outros não souberam ver ou suscitar [...]; a pesquisada finge ser o personagem que é esperado nesse encontro.

Bourdieu preocupou-se com a “violência simbólica” embutida nas entrevistas, pois, segundo ele, ainda que a relação da entrevista se distinga da maioria das trocas da existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua sendo uma “relação social” que exerce efeitos sobre os resultados obtidos. Sem dúvida, escreveu esse autor, “a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas obtidas.” (2008,p. 694). Por isso, o primeiro desafio com o qual nos

preocupamos, ao planejar o trabalho de campo, foi procurar minimizar, o máximo possível, as possibilidades de ocorrência de tal “violência” mediante a instauração de uma relação de escuta ativa, metódica e reflexiva, tentando antever os efeitos que poderão resultar dessa espécie de “intrusão” (termo usado por Bourdieu) sempre um pouco arbitrária, que está no tipo de relação que se estabelece entre pesquisador e pesquisado, especialmente pela maneira como se apresenta a pesquisa (2008, p. 695). Tal preocupação exigiu um esforço adicional para assegurar uma postura reflexiva em todas as fases da pesquisa, atitude esperada de todo pesquisador que lida com pesquisas qualitativas e que foi enfatizada por Jessé Souza em sua análise crítica sobre o *fetichismo dos números* (SOUZA, 2009, p. 433). Essa postura foi vista como essencial para a pesquisa que realizamos, que esteve ancorada numa percepção de mundo diferenciada daquela determinada única e exclusivamente pelas condições econômicas, numa perspectiva que envolve valores e sentimentos resultantes de uma herança histórica e cultural.

A importância dispensada ao tratamento dos dados utilizados na primeira etapa da pesquisa e que serviram para o cálculo de uma amostra que definiria os critérios utilizados nas entrevistas feitas na segunda etapa, assim como o rigor empregado no tratamento estatístico dispensado aos dados obtidos nessas entrevistas, tiveram por objetivo abrir caminhos mais seguros para o que pretendíamos averiguar de forma mais aprofundada. Partimos da suposição de que assim, mediante a obtenção de uma quantidade maior e mais diversificada de informações acerca do cotidiano desses trabalhadores, nessas duas etapas preliminares, conseguiríamos alcançar um melhor resultado nas entrevistas direcionadas para as questões centrais do estudo, estas últimas realizadas na terceira etapa do trabalho, quando fica mais evidente a natureza qualitativa da pesquisa.

Assim sendo, a pesquisa empírica abrangeu três etapas. A primeira consistiu numa caracterização do comércio informal pautada nas mudanças ocorridas a partir de 2003,²⁸ fundamentada em dados secundários e em entrevistas realizadas com representantes de comerciantes formais e informais e com técnicos e gestores municipais que direta ou indiretamente tinham ligações com o objeto estudado. Essa etapa também contemplou dois

²⁸ Ano em que foi feito o primeiro levantamento mais completo dos comerciantes informais que atuavam no Centro Expandido do Recife, com informações que contemplavam com exatidão o local onde atuavam, o tipo do equipamento e do artigo comercializado e o tempo na atividade.

levantamentos realizados pela Prefeitura nos anos de 2003 e 2006, os quais possibilitaram uma aproximação do quantitativo de comerciantes informais que atuavam na área de abrangência da pesquisa – o Centro Expandido do Recife –, cujos resultados compõem o conteúdo do terceiro capítulo desta tese. A segunda etapa incidiu na realização de 101 entrevistas semiestruturadas com os comerciantes informais fixos atuantes na área coberta pela pesquisa. E a terceira consistiu no aprofundamento de vinte e duas entrevistas retiradas do conjunto das entrevistas feitas na etapa anterior, com vista a cotejar os aspectos de maior relevância para os objetivos almejados.

Após darmos por encerrada a segunda etapa do trabalho de campo e já nos prepararmos para iniciar o tratamento estatístico dos dados que embasariam a etapa seguinte, acrescemos à amostra prevista cinco outras entrevistas feitas com comerciantes informais cujos testemunhos nos pareceram enriquecedores para a pesquisa. Decidimos então incluí-los na amostra, entrevistando-os segundo o roteiro das entrevistas já feitas, vindo os mesmos a fazer parte da relação do que chamamos “as entrevistas do retorno”, ou seja, as vinte e duas entrevistas realizadas na terceira etapa da pesquisa. Assim fugimos mais uma vez da rigidez metodológica que resulta da fidelidade excessiva aos velhos princípios metodológicos que, como dizia Bourdieu (2008, p. 693), “são frequentemente decorrentes [...] da vontade de imitar os sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas.”

2.1 O método

A pesquisa empenhou-se em juntar elementos que, segundo os pressupostos adotados, interferem na realidade que se procurou desvendar. Para isso, o uso dos fundamentos do método histórico-cultural (método entendido como forma de abordagem, que acena para o plano geral do trabalho, a linha de raciocínio desenvolvida), desenvolvido por Lev Vygotsky, mostrou-se apropriado ao intento da pesquisa, sobretudo pela importância que ele atribui ao papel das relações sociais no determinismo cultural, na ideia de que a estrutura mental do homem se elabora numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade que o circunda (VYGOTSKY apud LIMA, 2006, p. 72). Vygotsky contextualizou a sua psicologia sócio-histórica a partir da compreensão de que o ser humano se forma em contato com a sociedade, ou seja, que a estrutura mental do homem se elabora numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade que o rodeia. Sobre isso, Lima (2006, p. 73) escreveu:

Na sua investigação sobre a "fala interior", isto é, quando a fala interioriza-se em pensamento e por isso está caracterizada por uma natureza mais semântica do que sintática, Vygotsky argumentou, inspirado nas lições de Paulhan, que a palavra, no âmbito dessa "fala", além do seu significado geral, tem um sentido particular, individual, que varia de acordo com as experiências materiais e espirituais de cada ser humano, do contexto em que este a utiliza, bem como das suas necessidades históricas.

A contribuição de Vygotsky para a presente pesquisa, no entanto, não está na teoria por ele desenvolvida, cujo foco é a construção da inteligência humana, mas no método por ele empregado, que realça a importância da História para se compreender o comportamento do indivíduo enquanto sujeito social. Essa perspectiva se faz presente neste trabalho justamente por permitir caracterizar aspectos do comportamento brasileiro resultantes de fatos históricos que interferiram na formação social desse povo.

A ênfase que o método confere à natureza semântica da fala, expressa na palavra, serviu de bússola para a análise das entrevistas, que foram vistas na sua relação histórica e interacional do homem com o meio social em que ele vive, ou seja, sem perder de vista que o ser humano é um ser histórico, e, portanto, em permanente evolução. Essa visão ratifica o entendimento de que os processos históricos só podem ser explicados a partir da perspectiva dialética (como método) "capaz de articular [...] elementos não visíveis no real e de relacionar situações e contextos gerais com fenômenos particulares" (BRAYNER, 2002, p. 62), a qual se fundamenta no princípio de que tudo está sujeito ao contexto histórico e, portanto, nada é eterno, fixo; tudo está em permanente transformação (LEFEBVRE, 1983, p. 236).

2.2 As técnicas utilizadas

Como se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, entendemos que o alcance da cientificidade não está relacionado às comprovações estatísticas, muito embora façamos uso delas, mas ao trato cuidadoso dos procedimentos adotados, conforme testemunharam Aaron Cicourel, citado por Minayo (1992, p. 132), Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2008) e Jessé Souza (SOUZA, 2009, p. 433), tendo este último enfatizado a importância do retorno a alguns entrevistados, ocasião em que as questões-chave de uma pesquisa podem ser conferidas.

Os depoimentos orais, em forma de entrevistas semiestruturadas, foram considerados o meio mais adequado para a coleta de dados, na compreensão de que a entrevista livre, totalmente

aberta, daria margem a divagações que não trariam nenhuma contribuição para a pesquisa, da mesma forma como a entrevista totalmente estruturada e fechada poderia impedir que informações significativas para o objetivo pretendido deixassem de ser colhidas. Uma observação feita por Cecília Minayo, que mereceu particular atenção no decorrer das entrevistas e que coincide com a recomendação feita por Jessé Souza, é a de que uma entrevista é um processo de interação que se dá entre dois parceiros, tendo, portanto, um significado subjetivo próprio para cada um, e que a atenção de ambos os parceiros está condicionada às respostas ou às reações do interlocutor. Além disso, como arrematou Minayo (1992, p. 131),

cada situação de entrevista tem o seu impacto social próprio. Não há duas situações iguais e nem sequer semelhantes; serão sempre diferentes, ainda que se trate, em ocasiões distintas, dos mesmos atores e do mesmo tema, por causa tanto de disposição dos interlocutores, como pelo contexto da pesquisa, isto é, por fatores externos ou internos que condicionam a situação.

As entrevistas feitas na segunda etapa foram montadas a partir de um roteiro comum (Apêndice I) no qual, em meio a outros, foram expressos os temas geradores da investigação, procurando-se deixar sempre uma margem de abertura para as questões de maior significado para o entrevistado e para aquelas que constituem o foco da investigação, ou seja, as razões da entrada e da permanência dos entrevistados no comércio informal e nos fatores que asseguram o exercício de sua atividade. As outras questões aliadas às questões centrais foram relacionadas ao perfil social dos entrevistados (local de residência, gênero, idade, renda, nível de instrução) e à sua trajetória ocupacional; à caracterização da atividade desempenhada e às estratégias usadas para a ocupação do espaço; e às formas de organização da atividade (tipos de produtos comercializados, tipos de acordos existentes, parcerias, regras de convivência estabelecidas, etc.). Na terceira etapa da pesquisa, embora permanecêssemos com um roteiro de entrevistas semiestruturadas, procuramos assegurar espaços mais largos para divagações, embora com o cuidado de dosá-los para não nos desviarmos dos nossos objetivos.

Fundamental para o estudo, que pela sua natureza qualitativa coloca como desafiador o esforço de apreender respostas dadas a questões subjetivas, foi a realização de uma pesquisa-piloto feita antes do início do trabalho de campo propriamente dito, com um grupo aleatório de dez comerciantes informais não incluídos na amostra da pesquisa. Isso permitiu não só reformular (tanto o modo como as questões foram formuladas, como a ordem em que foram postas) o roteiro feito inicialmente, como também selecionar as duas pesquisadoras que

auxiliaram no trabalho de campo. Já no início da pesquisa-piloto, as duas pesquisadoras escolhidas, ambas com nível de mestrado, revelaram dificuldade para interagir com os entrevistados. Demo-nos conta, então, da necessidade de pôr em prática mais um dos ensinamentos de Bourdieu: instruir com as técnicas de pesquisa pessoas que pudessem ter acesso mais fácil aos pesquisados, isto é, “pessoas com maior identificação, maior proximidade social, condições de classe similares, com vista a uma comunicação menos violenta” (BOURDIEU, 2008, p. 699). Decidimos então interromper a pesquisa-piloto a fim de preparar outras duas pesquisadoras para o trabalho, procurando incutir nelas os objetivos pretendidos pela pesquisa, as especificidades relacionadas com a entrevista e, sobretudo, “a disposição de ir em busca da verdade”, pois, como escreveu o sociólogo citado,

A entrevista pode ser considerada uma forma de *exercício espiritual*, visando obter, pelo *esquecimento de si*, uma verdadeira *conversão do olhar* que lançamos sobre os outros nas circunstâncias comuns da vida. (BOURDIEU, 2008, p. 704).

Após um treinamento cuidadoso que durou aproximadamente um mês, incluindo a realização do restante da pesquisa-piloto, conseguimos ver que elas estavam aptas para iniciar o trabalho de campo, conscientes de que, como elas próprias disseram naquela ocasião, “se a gente não entrar de salto baixo, a gente não consegue.” Feitas as modificações necessárias no roteiro das entrevistas, que foram identificadas na pesquisa-piloto, foi dado início ao trabalho de campo, sendo de muita valia para nós as experiências anteriores com pesquisas sobre a informalidade, pois, lembrando mais uma vez Bourdieu (2008, p. 706), “é somente quando se apoia num conhecimento prévio das realidades, que a pesquisa pode fazer surgirem as realidades que ela deseja registrar.” Durante o treinamento foi ressaltada, para as pesquisadoras, a necessidade do esforço de memória para registrar os fatos narrados pelos entrevistados,²⁹ mesmo aqueles que aparentemente fugiam do interesse da pesquisa, mas com o devido cuidado para não se deixarem levar por aquilo que Bourdieu entendia como “a felicidade de expressão” e alongarem o tempo da entrevista para muito além do necessário.

²⁹ Procuramos evitar o uso de gravador por duas razões: primeiro porque, pela experiência acumulada ao longo dos anos, sabemos que a presença do gravador em entrevistas com trabalhadores informais os deixa inibidos e preocupados, em razão da natureza de sua atividade; e segundo porque as entrevistas foram realizadas sob o efeito dos ruídos das ruas, levando muitas vezes as pesquisadoras e os entrevistados a terem que repetir palavras ou frases pronunciadas.

Acontece até que, longe de serem simples instrumentos nas mãos do pesquisador, eles conduzem de alguma maneira a entrevista e a densidade e intensidade de seu discurso [...]; a impressão que eles dão frequentemente é de sentir uma espécie de alívio, até de realização; tudo neles lembra a *felicidade de expressão*. [...] Pode-se sem dúvida falar então de *autoanálise provocada e acompanhada*: em mais de um caso sentimos que a pessoa interrogada aproveitava a ocasião que lhe tinha sido dada de ser interrogada sobre ela mesma e da licitação ou solicitação que lhe asseguravam nossas perguntas ou nossas sugestões (sempre abertas e múltiplas e frequentemente reduzidas a uma intenção silenciosa) para realizar um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, às vezes com uma extraordinária *intensidade expressiva*, experiências e reflexões há muito reservadas e reprimidas. (BOURDIEU, 2008, p. 705).

Assim, as entrevistas transcorreram de um modo bastante natural, com as pesquisadoras demonstrando discernimento para o trabalho e interagindo com os entrevistados de um modo surpreendente, deixando-os muito à vontade, como pudemos conferir nas várias vezes em que as acompanhamos no trabalho, e dando-nos testemunhos de uma sinceridade inesperada, como no relato feito por uma entrevistada que chegou a falar até do estupro que sofreu quando tinha apenas 15 anos e trabalhava dentro de um matadouro; como a descrição de uma tentativa de estupro sofrida por uma comerciante informal, aos 13 anos de idade, que trabalhou como empregada doméstica; ou como a história sofrida de Abel, quando trabalhava como cortador de cana. Todos esses fatos, segundo os depoentes, foram cruciais na decisão por eles tomada de nunca mais trabalharem para ninguém.

No final de dois meses o trabalho dessa etapa foi concluído, e demos então início ao processo de dupla leitura: uma leitura de primeiro plano (leitura flutuante), feita na fase inicial da análise, e uma leitura temática, feita no momento posterior, com o propósito de atingir um nível de compreensão mais aprofundado, relacionando-se as estruturas semânticas (significantes: palavras ou frases pronunciadas pelos entrevistados e eleitas como categorias de análise) com as estruturas sociológicas dos enunciados (significados: categorias contidas nos pressupostos da pesquisa), sem se deixar de levar em conta as variáveis psicossociais, o contexto cultural e o próprio processo de produção da informação. Ao discorrer sobre esse processo, Bardin escreveu que “analisar mensagens por esta dupla-leitura, em que uma segunda leitura se substitui à leitura ‘normal’ do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião” (BARDIN, 2004, p. 26).

Concluída essa fase prévia do tratamento das informações, as entrevistas foram submetidas ao tratamento estatístico, a cargo de um profissional capacitado para isso, a fim de que pudéssemos quantificar questões que nos permitissem caracterizar o conjunto estudado e subsidiar a análise qualitativa. Enquanto essa etapa se processava, retomamos os resultados obtidos nas leituras flutuante e temática, do que decorreu uma sistemática e objetiva descrição do conteúdo das mensagens, sendo dela retiradas as questões norteadoras escolhidas a partir da hipótese teórica do trabalho e que serviram para a construção do Quadro Prévio de Categorias³⁰, o qual revelou os elementos necessários para a seleção das entrevistas a serem escolhidas para o retorno e, posteriormente, para a análise do conjunto. Essas questões norteadoras foram transformadas em indicadores para os quais foram estabelecidos índices que possibilitaram o conhecimento da frequência com que se repetiram e que foram posteriormente confirmados pelos percentuais resultantes do tratamento estatístico. Esses indicadores foram recortados do texto e passaram a constituir unidades comparáveis de categorização para a análise temática.³¹ Essa categorização permitiu reunir um maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar as classes de acontecimentos para ordená-los, utilizando-se, para a escolha das categorias, o critério semântico (baseado no significado da palavra, da frase ou do tema) e o critério sintático (baseado no significado relacional de verbos, adjetivos ou pronomes).

Com base no “Quadro Prévio de Categorias”, selecionamos e demos início ao que chamamos “entrevistas de retorno”, isto é, vinte e duas entrevistas retiradas do conjunto das cento e uma já realizadas e às quais retornamos para o aprofundamento. Dessas vinte e duas, quatro não puderam ser realizadas por indisponibilidade dos entrevistados, sendo então substituídas por outras que apresentavam similaridades.

2.3 A amostra da pesquisa

A definição de uma amostra constitui um momento metodológico decisivo em qualquer pesquisa, notadamente nas pesquisas qualitativas, quando é necessário estabelecer critérios para a seleção das pessoas que serão entrevistadas, com o devido cuidado para que as

³⁰ As categorias são conceitos ou pensamentos emitidos pelo entrevistado, nos quais se identifica o valor significativo para as questões centrais da pesquisa.

³¹ Os indicadores foram organizados em colunas, com as questões centrais da pesquisa à esquerda e as respostas dos entrevistados à direita, onde foram acentuados, com cores diferentes, os contrastes e as semelhanças encontrados na pré-análise dos dados.

conclusões alcançadas possam ser representativas do grupo social estudado. Levando isso em conta, a construção da amostra desta pesquisa dispensou uma atenção especial ao pressuposto de que não existem decisões nem estratégias certas *per se* (FLICK, 2004, p. 86) para se estabelecer com precisão quantos e quais casos são necessários para se responder às perguntas formuladas numa pesquisa. Também levamos em conta que essa exatidão é indispensável nas pesquisas quantitativas, nas quais existe a intenção de se generalizarem os resultados alcançados. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, contextualizada num universo composto por um grupo social diferenciado nos seus interesses e motivações, esse tipo de entendimento é muitas vezes minimizado e a atenção se concentra nos critérios de seleção a serem adotados, a partir do confronto entre a lógica da amostragem estatística e o pressuposto central da pesquisa.³²

Marre destacou, com muita propriedade, como a seleção dos informantes é uma questão metodológica importante nas pesquisas eminentemente qualitativas, e que não basta apenas definir um número total de indivíduos para entrevistar, mas que é preciso assegurar que esse número expresse realmente o pensamento do grupo social pesquisado a respeito das questões que se pretende aprofundar. Foi nesse sentido que o referido autor sugeriu o estabelecimento de critérios que possibilitassem atingir uma medida suficiente de evidência qualitativa nos dados pesquisados (MARRE, 1991, p. 110). Um desses critérios sugeridos por Marre é o da diversificação da amostra, que consiste em identificar as pessoas capazes de contribuir efetivamente para as questões essenciais da pesquisa, podendo, a partir daí, serem levadas em conta as características de gênero, idade, raça, renda, etc.. Essas outras características, segundo esse autor, poderão ser eleitas durante o próprio trabalho de campo (MARRE, 1991, p. 111).

Seguindo as recomendações de Marre e adotando como referencial básico o levantamento realizado pela Prefeitura do Recife, em 2006, no qual foram mapeados os bairros e as ruas do centro expandido da cidade onde se concentram os comerciantes informais, a amostra tomou como elementos principais de diversificação os bairros e, dentro deles, as ruas onde esses vendedores atuam, bem como o tempo no exercício da atividade nos referidos locais. Num

³² Dada a exigência de conhecimentos mais aprofundados para definirmos o tamanho da amostra, recorreremos a uma profissional especializado na matéria – uma doutora em Estatística – à qual confiamos as decisões relacionadas ao tratamento estatístico da pesquisa.

segundo momento, foi levado em conta o tipo de artigo comercializado. O tempo de atividade em um mesmo local permite inferências a respeito tanto da estabilidade na atividade como das motivações para exercê-las, ou seja, uma pessoa que se encontra desempenhando uma atividade há 10, 15, 20 anos, pode ter razões diferentes de outras para as quais a atividade tem um significado passageiro. Por trás do tipo de artigo comercializado, podem-se encontrar respostas para os objetivos específicos da pesquisa, os quais procuram desvendar as redes de articulações, os fluxos de mercadorias, etc.

O passo seguinte consistiu em determinar a quantidade de entrevistas que seriam realizadas com cada uma das categorias eleitas, procedimento feito com base nas informações prévias constantes do mapeamento já referido e nos critérios de substituição para cada uma das categorias amostrais selecionadas. Decidimos que, quando a categoria predominante fosse o tempo na atividade, o entrevistado previamente selecionado deveria ser substituído por outro com o mesmo tempo. No caso de não se encontrar o substituo previsto, este seria substituído por outro com um tempo imediatamente superior, de preferência, ou com um tempo imediatamente inferior. Do mesmo modo, quando a categoria predominante fosse o tipo de produto comercializado, a substituição deveria recair sobre o mesmo tipo de produto e, no caso de não se encontrar, deveria ser procurado na rua mais próxima.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a definição do tamanho da amostra e a repartição das unidades amostrais nos bairros do Centro Expandido do Recife partiram da definição de dois critérios de estratificação: “Localização (bairros)” e “Tempo de atividade nos referidos locais”, deixando-se o tipo de artigo comercializado a critério do pesquisador. Com base nessas variáveis, foi feita a distribuição dos dados do universo da pesquisa, conforme está demonstrado nas Tabelas 1 e 2, no final deste capítulo.

2.4 Metodologia para a determinação do tamanho da amostra

Para a efetivação da segunda etapa do trabalho de campo, decidimos que seria realizada uma pesquisa de campo amostral, na qual o tamanho e a repartição das unidades amostrais nos bairros levaria em conta, principalmente, o tempo de atividade dos referidos comerciantes informais distribuídos pelas diversas avenidas, ruas, praças e travessas.

O processo de amostragem adotado foi o probabilístico, considerando-se a estratificação bidimensional com pequenas amostras (COCHRAN, 1965, p.177). Os dois critérios de estratificação, segundo L linhas e C colunas nos dá L x C células e uma amostra com representação proporcional para cada um dos dois critérios de estratificação (bairros e tempo na atividade). Assim, todas as células foram representadas na amostra, tanto em relação aos bairros do Centro Expandido do Recife quanto em relação às faixas de tempo na atividade, na seleção da amostra. Vale salientar que, embora o tipo de artigo comercializado seja visto como uma variável importante do ponto de vista das relações estabelecidas com o setor formal, para os objetivos deste estudo o tempo na atividade foi visto como mais estratégico.

2.5 Determinação do tamanho da amostra

A definição do tamanho n da amostra ficou vinculado:

- i. ao objetivo visado, ou seja, ao tipo de parâmetro que, no caso, é dado pela estimação da proporção (p), isto é, a proporção do total de comerciantes informais de cada bairro e de cada faixa de tempo na atividade;
- ii. à precisão da estimativa, isto é, ao erro máximo que se admite para a estimação do parâmetro (10%) e
- iii. à confiabilidade da estimativa (de 95%).

Para o cálculo da amostra, adotamos o modelo probabilístico proporcional com a predominância do fator precisão. Foi calculada, assim, uma amostra aleatória simples para as unidades de observação (COCHRAN, 1965, p.110), o que está expresso a seguir:

$$n = \frac{(\delta^2 * PQ)/\epsilon^2}{1 + 1/N [((\delta^2 * PQ)/\epsilon^2) - 1]} \quad ; \text{ em que:}$$

N = tamanho do universo

n = tamanho da amostra

δ = valor do afastamento normal, correspondente à probabilidade de confiança de 95% (1,96%)

ϵ = erro da estimativa de 0,10

Com a finalidade de preservar a precisão dos resultados amostrais, calculamos uma amostra aleatória de 93 unidades amostrais, representativa do já referido universo de 3.205

comerciantes informais do Centro Expandido da cidade do Recife, conforme mostra a tabela seguir (Tabela 1).

Tabela 1									
Comerciantes Informais registrados em 2006, no Centro Expandido do Recife por Bairros, segundo o Tempo na Atividade.									
Bairros	Nº de Comerciantes	Tempo na Atividade						Total	%
		Menos de de 5 anos	de 5 a 9 anos	de 10 a 14 anos	de 15 a 19 anos	de 20 a 24 anos	25 anos e mais		
Bairro do Recife	82	17	18	13	7	10	16	81	2,65
Boa Vista	836	136	271	172	112	56	70	817	26,74
Santo Antônio (1)	1.002	117	245	263	162	55	111	953	31,19
São José (2)	1.081	74	339	418	86	31	64	1012	33,13
Santo Amaro (3)	154	19	31	49	20	9	14	142	4,65
Ilha do Leite (3)	50	9	15	15	9	1	1	50	1,64
Total	3205 (4)	372	919	930	396	162	276	3055	100
%	-	12,18	30,08	30,44	12,96	5,3	9,03	100	-

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife – Elaboração: Rejane de Brito Lira, 2013.

Para amostras pequenas, podem ser observados maiores desvios da distribuição normal, mas devemos considerar a natureza da variável e analisar a distribuição de frequência dos dados observados. Conforme o tamanho da amostra n vai aumentando, a distribuição dos dados vai se aproximando de uma distribuição normal, ou seja, simétrica (em forma de sino). Segundo Bussabe Morettin (1987), a rapidez dessa convergência depende da distribuição da população da qual a amostra é retirada. Se a população original está próxima da normal, sua convergência é rápida; se a distribuição, porém, da população tem a forma de um V, essa convergência é mais demorada. Como regra prática, aceita-se que para amostras com mais de 30 elementos a aproximação já pode ser considerada muito boa. Desse modo, a amostra dessa magnitude ($n = 93$), definida para esta pesquisa, atende às expectativas da convergência para a normalidade das variáveis a serem pesquisadas.

Para a partição proporcional da amostra (Tabelas 2 e 3) utilizamos a partilha proporcional, levando em conta a estratificação bidimensional com pequenas amostras (COCHRAN, 1965, p.177). A espacialização da amostra foi obtida mediante a fórmula a seguir apresentada, cujos valores numéricos constam das tabelas 2 e 3, reproduzidas no final deste capítulo.

$$n_{ij}' = \frac{N_{ij}}{N} \cdot n ; \text{ em que:}$$

N_{ij} = é o número total comerciantes informais de determinado bairro (i) segundo a faixa de tempo na atividade (j);

n_{ij}' = é o número da amostra de cada bairro (i) e de cada faixa de tempo na atividade;

n = é o tamanho da amostra.

A seguir expomos as tabelas que demonstram a partição proporcional da amostra da pesquisa:

Tabela 2

Proporção e Unidades Amostrais dos Comerciantes Informais do Centro Expandido do Recife por Bairros, segundo o Tempo na Atividade

Bairros	Número de ruas	Número de comer. (i)	Notação	Tempo na Atividade (j)						Notação	Total
				- de 5 anos	de 5 a 9 anos	de 10 a 14 anos	de 15 a 19 anos	de 20 a 24 anos	25 anos e mais		
Recife Antigo	14	82	m_{1j}	17	18	13	7	10	16	$m_{1.}$	81
			P_{1j}	0,006	0,006	0,004	0,002	0,003	0,005	$P_{1.}$	0,027
			n_{1j}	1	1	0	0	0	0	$n_{1.}$	2
Boa Vista	53	836	m_{2j}	136	271	172	112	56	70	$m_{2.}$	817
			P_{2j}	0,045	0,089	0,056	0,037	0,018	0,023	$P_{2.}$	0,267
			n_{2j}	4	8	5	3	2	2	$n_{2.}$	25
Santo Antônio	40	1.002	m_{3j}	117	245	263	162	55	111	$m_{3.}$	953
			P_{3j}	0,038	0,08	0,086	0,053	0,018	0,036	$P_{3.}$	0,312
			n_{3j}	4	7	8	5	2	3	$n_{3.}$	29
São José	38	1.081	m_{4j}	74	339	418	86	31	64	$m_{4.}$	1012
			P_{4j}	0,024	0,111	0,137	0,028	0,01	0,021	$P_{4.}$	0,331
			n_{4j}	2	10	13	3	1	2	$n_{4.}$	31
Santo Amaro	21	154	m_{5j}	19	31	49	20	9	14	$m_{5.}$	142
			P_{5j}	0,006	0,01	0,016	0,007	0,003	0,005	$P_{5.}$	0,046
			n_{5j}	1	1	1	1	0	0	$n_{5.}$	4
Ilha do Leite	18	50	m_{6j}	9	15	15	9	1	1	$m_{6.}$	50
			P_{6j}	0,003	0,005	0,005	0,003	0	0	$P_{6.}$	0,016
			n_{6j}	0	1	1	0	0	0	$n_{6.}$	2
Total	184	3205 (1)	$m_{.j}$	372	919	930	396	162	276	$m_{.j}$	3055
			$P_{.j}$	0,122	0,301	0,304	0,13	0,053	0,09	$P_{.j}$	1
			$n_{.j}$	11	29	29	12	5	8	$n_{.j}$	93

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife – Elaboração: Rejane de Brito Lira.

Tabela 3

Proporção e Unidades Amostrais dos Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife, segundo "ruas/Praças/Travessas" e Tipo de artigo comercializado.

Ruas/ Praças / Travessas...	Comerciantes informais			Tipo de artigo comercializado
	Abs.	Proporção	Amostra	
Bairro de Santo Antônio				
Av. Dantas Barreto	195	0,194	2	Fiteiro = 43; coco verde = 21; engraxate = 1 ; acarajé 6; revista = 3; tapioca = celular = 1; milho verde= 5; frutas nobres = 6; plástico = 2; lanche = 3; ferragens = 1; batata frita = 2; xerox = 1 ; guar do Amazonas = 1; sorvete = 4; diversos = 24; acess. p/ celular = 4; couro = 8; fechado = 2; relógio = 13; óculos = 6; veneno = 1 ; importados = 17; CDs = 3; cinto = 1; bijuteria = 9; meia = 3; cons. de relógio = 1 .
Rua das Flores	30	0,03	1	Milho verde = 1; revista = 1; côco =1; relógio = 1; acess. p/ celular = 2; flores = 7; bijuteria = 1; acess. p/relógio = 16
Rua Floriano Peixoto	44	0,044	1	Fiteiro = 11; aquário/peixe = 8; peixe = 1; engraxate = 3 ;lanche = 6; revistas = 1; côco = 6; sapateiro = 1 ;castanha = 1; frutas nobres = 1; conserto de som = 2 ; chaveiro = 1
Av. Guararapes	90	0,09	1	Papelaria=10; jornais = 1; castanha = 1; fiteiro = 25; revistas = 12; xerox = 1 ;artigos evangélicos = 1; milho verde = 1; tapioca = 1; frutas nobres = 1; côco verde = 10; engraxate = 20 ; flores = 4; lanche = 5; diversos = 8.
R.Marquês do Recife	42	0,042	1	Fiteiro = 1; lanche = 2; côco verde = 1; livro/revista = 22; CDs/DVDs = 16
R Mathias de Albuquerque	93	0,093	1	Fiteiro = 8; relógio/carteira = 1; relógio/bolsa = 1; relógio = 1; chapéu = 1; acess. p/celular = 2; flores = 6; côco verde = 1;Bijuteria = 12; confecções = 7; couro = 24; artesanato/confecções = 20; grafiteagem =1; plantas = 2; couro/confecções = 2; bordados = 1; plástico/couro = 1; diversos = 2.
Rua N. Sra do Carmo	60	0,06	1	Celular = 2; óculos = 1; couro = 1; revista = 2; côco verde = 5; fiteiro = 10; sombrinhas = 2; diversos = 20; confecções = 2; milho verde = 1; frutas tropicais = 1; lanche = 3; antenas = 2; importados = 1; pano de prato = 2; bijuterias = 2; castanha = 1
Rua da Palma	43	0,043	1	Fiteiro = 6; côco verde = 6; revista = 1; fruta nobre = 6; fruta tropical = 1; lanche = 11; CDs = 1; cortador = 1; diversos = 4; acess. celular = 1; flores = 4
Rua do Sol	45	0,045	1	Fiteiro = 13; fechado = 3; chapéu = 2; flores = 2; revista = 2; côco verde = 3; lanche = 2; confecção = 5; meias = 1; antenas = 1; diversos = 3; cintos = 1; relógio = 1; miudezas = 1; acarajé =1; caldo de cana = 1; laranja = 1; caldo/lanche = 1; sorvete = 1
Total	1.003	1	10	
Bairro de Boa Vista				
Rua da Conceição	20	0,024	1	Coco verde = 2; almoço = 4; fiteiro = 4; óculos = 1; frutas tropicais = 2; lanche = 5; diversos = 2
Av. Con. da B. Vista	48	0,057	1	Revista = 10; sombrinhas = 3; chaveiro = 1 ; fiteiro = 11; frutas tropicais = 2; lanche = 9; óculos = 1; acess. p/ celular = 2; Bijuteria = 4; couro = 2; relógio = 1; antena = 2
Bairro de Boa Vista				
Rua Gervásio Pires	30	0,036	1	Coco verde = 4; fiteiro = 9; lanche = 13; DVD = 1; revista = 1; diversos = 2
Rua do Hospício	169	0,202	2	Coco verde = 9; chaveiro = 3 ; Fiteiro = 26; bijuteria = 10; lanche = 51; CD = 1; ervas = 1; fechado = 1; diversos = 15; relógio = 12; revista = 16; jogo de bicho = 1 ; sapateiro = 1 ;artesanato = 3; importados = 3; sombrinhas = 2; óculos = 7; acess. p/ celular = 7
Rua do Riachuelo	42	0,05	1	Fiteiro = 15; chaveiro = 1 ; xerox = 1 ;coco-verde = 5; sapateio = 1 ;lanche = 12; relógio = 3; frutas tropica = 1; revista = 3
Rua Sete de Setembro	113	0,135	1	Coco- verde = 4; lanche = 10; chave = 2; revista = 13; bolsa = 1; frutas nobres = 2; fiteiro = 15; relógio = 10; revista = 10; importados = 10; CD = 15; sombrinha = 2; bijuteria = 6; óculos = 3; confecção = 1; pano de prato = 1; conserto de bolas =2 ; acess. p/ celular = 1; diversos = 5
Parque 13 de Maio	74	0,089	1	Diversões = 6 ; lanche = 53; brinquedos = 9; fotos = 1 ; fiteiro = 3; coco-verde = 2
Total	836	1	8	

Bairro de São José				
Av. Dant Barreto	211	19,182	3	Calçado = 2; confecções = 2; ferragens = 1; diversos = 37; miudezas = 1; lanche = 35; fechado = 7; fiteiro = 60; relógio = 7; cigarro = 1; coco = 12; almoço = 2; art. Evangélico = 3; chaveiro = 1 ; fruta nobre = 10; conserto = 1 ; revista (época) = 15; importados = 4; óculos = 1; discos = 2; acess. Celular = 2; meia/cinto = 3; condimento = 2.
Rua Direita	49	4,455	1	Confecção = 44; fiteiro = 1; lanche = 2; Flores = 1; diversos = 1
Rua da Penha	41	3,727	1	Aviamentos = 25; confecções = 15; bolsa = 1
Praça Dom Vital	163	14,818	2	Revista (Época) = 4; confecções = 56; CD/DVD = 1; calçado = 13; meia = 5; lanche = 3; coco-verde = 2; frutas nobres = 5; fiteiro = 4; diversos = 22; cinto = 1; importados = 1; bijuteria = 1; consertos diversos = 13 ; não informou = 1; ervas = 4; ferragens = 7; óculos = 4; relógio = 1; celular = 1; alumínio = 7; bolsa = 1; não especificou = 2; engraxate = 4
Rua Tobias Barreto	99	9	1	Revista (Época) = 6; diversos = 24; cinto = 1; miudezas = 3. calçado = 21; meia = 2; bijuteria = 4; confecções = 23; importados = 4; relógio = 3. couro = 2; pano de prato = 1; óculos = 2; ferragem = 1; fruta nobre = 1; coco-verde = 1; fiteiro = 1; fechado = 2; serviço 4 ; água = 1;
Travessa do Cirigado	28	2,545	1	Confecções = 14; ferragens = 4; importados = 2; CD = 1; bijuteria = 1; diversos = 1; serviço = 4 ; lanche = 1
Travessa do Macedo	31	2,818	1	Frutas = 1; diversos = 4; lanche/bebida = 7; conserto = 2 ; jogo de bicho = 1 ; crustáceo = 2; frios = 5; cigarro = 7; verdura = 1; carne = 1
Pátio do Carmo	168	15,273	2	Artesanato = 13; bolsa = 3; calçado = 16; confecção = 76; couro = 30; ferragem = 9; diversos = 7; miudezas = 7; sombrinha = 2; lanche = 1; papeleria = 3; fechado = 1
Rua 24 de Maio	51	4,636	1	Conserto = 2 ; moradia = 9 ; fechado = 2; oficina = 1 ; lanche/bebida = 17; diversos = 1; depósito de cana = 7 ; depósito = 4i ; madeira = 4 ; CD = 1; disco = 1; fiteiro = 2
Total	1.059	90,684	13	
Bairro de Santo Amaro				
Av. CruzCabugá	22	0,104	1	Lanche = 9; almoço = 1; chaveiro = 1 ; fiteiro = 9; óculos = 1; revista = 1
Pç. do Campo Sto.	22	0,104	1	Almoço = 9; jogo de bicho = 2 ; flores = 7; coco-verde = 1; lanche = 2; depósito = 1
Total	154	0,73	2	
Bairro de Recife Antigo				
Av. Cais do Apolo	26	0,867	1	Lanche = 15; frutas tropicais = 3; fiteiro = 5; coco = 2; revista = 1
Rua da Guia	1	0,033	0	Fiteiro = 1
Total	82	2,733	1	
Bairro de Ilha do Leite				
Sen José Henrique	6	0,081	1	Lanche = 3; fiteiro = 2; borracharia = 1
Total	50	0,676	1	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife – Elaboração: Rejane de Brito Lira.

2.6 Procedimentos adotados para a análise dos dados

A análise de dados qualitativos requer cuidados metodológicos especiais, tanto em razão da diversidade dos dados como por serem eles significativos em sua essência. É por isso que Cecília Minayo atribui, como paradigma básico, uma importância indiscutível para cada entrevista realizada, uma vez que é do conjunto delas que o pesquisador compõe o seu quadro de análise. Trata-se de uma perspectiva na qual essa autora, revelando-se afinada com o pensamento de Vygotsky, privilegia dois aspectos: o *status* da palavra (da fala individual como reveladora dos códigos de sistemas e valores contraditórios) e o caráter da interação

social, ou seja, a relação entre o pesquisador e o pesquisado (MINAYO, 1992, p. 109; BOURDIEU, 2008, p. 703).

Para a análise das entrevistas, optamos por adotar o procedimento conhecido como análise de conteúdo, o que nos permite captar a essência do conteúdo textual das entrevistas e é definido por Bardin (2004, p. 37) como:

[...] um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (indicadores quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Esse procedimento possibilita o percurso entre os dois polos citados por Laurence Bardin: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade (BARDIN, 2004, p. 7), o que implica um processo de dupla leitura, já referido anteriormente: uma leitura de primeiro plano (leitura flutuante) feita na fase inicial da análise, e uma leitura temática feita no momento seguinte (BARDIN, 2004, p. 26).

Foi dada especial atenção a algumas das advertências feitas por Bardin no sentido de que, para serem consideradas boas, as categorias devem ter certas qualidades, tais como: exclusão mútua (cada elemento só pode existir em uma única categoria); homogeneidade (para definir uma categoria é preciso haver uma só dimensão na análise); pertinência (as categorias devem estar perfeitamente alinhadas aos objetivos da pesquisa); objetividade (muita clareza no tocante à definição dos indicadores e dos índices que determinam a entrada de um novo elemento no quadro de categorias); e fidelidade (evitem-se distorções provenientes da subjetividade dos analistas). Nesse segundo momento da análise temática, foram analisados os temas ou itens de significação contidos no quadro de codificação, com vista a: avaliar a representatividade e a homogeneidade das respostas obtidas; aferir a pertinência das questões selecionadas e, se for o caso, a reformulação da hipótese do trabalho, o que implica também a checagem com os objetivos inicialmente propostos; interpretar e atribuir significados às respostas alcançadas, na busca de encontrar por trás do discurso aparente, geralmente simbólico e polissêmico, o sentido que se pretende desvendar (BARDIN, 2004, p. 12). Essas advertências feitas por Bardin reportam ao que preconizava Paulo Freire quando se referia ao

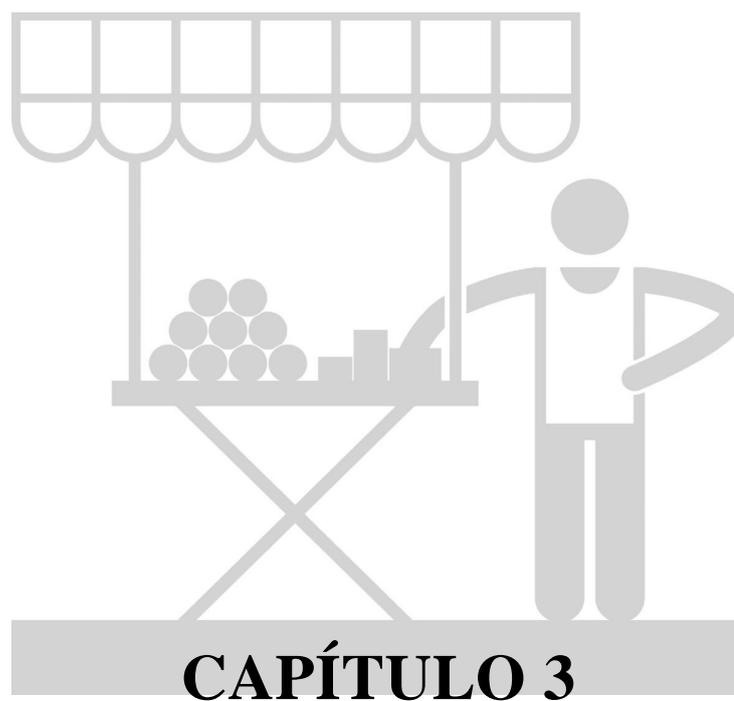
ato de ler: que a leitura do mundo precede a leitura da palavra (FREIRE, 1998, p. 11). Ressaltamos ainda que, no decorrer de toda a análise, procuramos manter a atenção no fato de que na análise de conteúdo, ou, como prefere chamar a própria Bardin, nas análises de conteúdo,

não existe o pronto-a-vestir, mas somente algumas regras de base, por vezes dificilmente intransponíveis. [...] A técnica de análise de conteúdo adequada ao domínio e ao objetivo pretendidos tem que ser reinventada a cada momento... (BARDIN, 2004, p. 26).

2.7 Roteiro das entrevistas

O roteiro das entrevistas (Apêndice 1) aglutinou três blocos de questões: o primeiro, composto de perguntas fechadas ou estruturadas que permitissem obter-se um perfil dos entrevistados (embora também com espaços para acréscimos que contribuíssem para a pesquisa); o segundo, composto de perguntas abertas, semiestruturadas (de modo a evitar divagações que fugissem do controle do pesquisador e não acrescentassem informações relevantes para a pesquisa) e de caráter subjetivo, para possibilitarem aos entrevistados discorrer de forma mais livre a respeito dos temas propostos pelo pesquisador, de modo a que delas se pudessem retirar os elementos essenciais ao quadro de análise; e o terceiro, constituído pelas questões-chave da pesquisa, nas quais deverão estar contidas as categorias que fundamentam a hipótese do estudo. Foram justamente as questões constantes desse último bloco que orientaram as entrevistas do retorno.

Ao concluirmos o trabalho de campo, confirmamos, mais uma vez, que cada pesquisa tem as suas especificidades, razão pela qual a complementaridade de métodos e técnicas, sobretudo em pesquisas de natureza subjetiva, é, em muitos casos, um pré-requisito indispensável. Também pudemos comprovar que o êxito de uma pesquisa depende, fundamentalmente, de um trabalho de campo bem estruturado e muito precavido para com a preparação das pessoas envolvidas na coleta das informações. No caso deste estudo, esse cuidado foi levado a tal extremo que os dados obtidos na fase preparatória, quando procurávamos apenas dados que nos possibilitassem calcular uma amostra precisa para a realização das primeiras entrevistas, resultaram no capítulo que vem a seguir, no qual fazemos uma caracterização do comércio informal no Centro Expandido do Recife, mediante uma sistematização minuciosa de dados colhidos (e nunca trabalhados) pela Prefeitura do Recife em dois períodos distintos – 2003 e 2006.



A TEIMOSIA DO COMÉRCIO INFORMAL NO RECIFE

CAPÍTULO 3: A TEIMOSIA DO COMÉRCIO INFORMAL NO RECIFE

A decisão de dedicarmos um capítulo da tese para caracterizar o comércio informal no Centro Expandido do Recife, num determinado período de tempo (2000 – 2006), pode à primeira vista parecer inoportuna tanto pelo caráter descritivo do seu conteúdo como pelo fato de nos afastarmos, mesmo que momentaneamente, do objetivo central do estudo. A razão de fazê-lo, no entanto, deve-se ao fato de havermos descoberto dados que nos possibilitavam uma aproximação maior da realidade, e que, uma vez sistematizados e analisados, além de nos permitirem construir uma amostra mais precisa para a pesquisa, deixariam como legado o registro do desempenho da atividade num determinado período da história do centro da cidade. Ocorreu que, ao procurarmos um caminho mais preciso para a elaboração e distribuição da amostra da pesquisa,³³ encontramos dois levantamentos censitários realizados pela Prefeitura do Recife, um em 2003 (feito pela Companhia de Serviços Urbanos – Csurb) e outro em 2006 (sob a responsabilidade Gerência do Comércio Informal do Centro do Recife –

³³ As tentativas feitas com o objetivo de caracterizar e dimensionar o comércio informal costumam basear-se em estimativas feitas a partir de indicadores censitários produzidos pelo IBGE (censo demográfico, pesquisa mensal de emprego, pesquisa por amostra em domicílio, relação de informações sociais), os quais nos possibilitam uma aproximação da realidade, mas deixam-nos as dúvidas que aturdem os que sabem que lidam com artifícios. Nesse caso específico tal dificuldade é também ocasionada pela dinâmica própria à atividade, aos movimentos de idas e vindas dos seus protagonistas.

GCI), que atendiam ao que procurávamos³⁴ e possibilitariam uma compreensão melhor de sua dinâmica. Valemo-nos também dos resultados de pesquisas realizadas anteriormente pela Fundação Joaquim Nabuco³⁵, e de entrevistas feitas com gestores e técnicos da Prefeitura que, à época, atuavam em campos relacionados ao objeto estudado, bem como entrevistas feitas com o presidente do Sindicato dos Ambulantes do Recife e com lideranças de comerciantes informais que atuam nos bairros de Santo Antônio e São José. Disso resultou este capítulo.

Sobre os dois levantamentos citados, esclarecemos que na ocasião em que procuramos a Prefeitura em busca de dados que nos aproximassem da realidade que pretendíamos estudar chamaram-nos a atenção para quatro itens: primeiro, que tais levantamentos refletem situações encontradas em momentos pontuais e não devem ser confundidos com cadastramentos, o que implica licenciamento para o exercício da atividade; segundo, que esses números não traduzem com exatidão a totalidade dos comerciantes informais do Centro Expandido, na ocasião em que os levantamentos foram realizados, porque muitos procuram escapar desses procedimentos; terceiro, que os dados de mais difícil comprovação, como o tempo de exercício na atividade ou no ponto específico onde o ambulante foi abordado, ou escapam da memória ou são propositalmente alterados quando eles acham que, alegando maior tempo de permanência na atividade, poderão ser absorvidos por algum programa que possa vir a beneficiar os mais antigos; e quarto, que hoje, muito mais do que antes, são muitos os ambulantes que provêm de outros municípios da região metropolitana, principalmente de municípios vizinhos (Olinda, Jaboatão, Paulista e Abreu e Lima). No levantamento feito em 2006, as informações foram comprovadas *in loco*, com a apresentação de documento de filiação ao Sindicato ou de licenciamento concedido pela Prefeitura. Para os que não puderam comprovar alguma informação como o tempo de permanência na atividade, foi dado o crédito à palavra.

Com a sua dinâmica e a sua capacidade de adaptação às novas situações, o comércio informal, ou comércio de rua, pela sua oposição à formalidade e pelo aprofundamento de sua complexidade, continua presente no Recife, articulando fluxos de mercadorias as mais diversificadas e de procedências as mais distintas (desde os produtos de fundos de quintal até

³⁴ No levantamento de 2003 foram recenseadas 173 ruas, além do Camelódromo, do *Shopping* Santa Rita e do Mercado das Flores. No de 2006, foram contempladas 190 ruas, mas excluídos o Camelódromo, o *Shopping* Santa Rita e o Mercado das Flores.

³⁵ Fundaj, 1992,1993, 1995, 2009.

os importados, numa mistura que junta espetinhos, *hamburgers* e cachorros-quentes a complementos de celulares, CDs, DVDs e artigos eletrônicos diversos), operando, muitas vezes, em redes que ultrapassam os limites locais (muitos desses artigos são de procedência estrangeira, em sua grande maioria de origem chinesa, os quais podem ser vistos em profusão principalmente no bairro de São José). Surgiram novas estratégias de distribuição, novos circuitos estruturados de provimento de estoques dos comerciantes informais (aparecimento da figura do intermediário, aquisição de mercadorias por consignação no comércio atacadista), estreitaram-se as alianças entre alguns segmentos do comércio formal e do comércio informal, bem como ficou mais explícito o clientelismo político que, de forma exacerbada, interfere no uso indevido dos espaços e equipamentos públicos.

No Recife, esse tipo de comércio não é visto somente no centro da cidade; ele também se faz presente nos bairros mais populosos e populares, como Casa Amarela, Água Fria, Afogados e Beberibe, porém, é no centro da cidade que ele encontra a sua maior expressão. Trabalhos feitos sobre o funcionamento dessa atividade no Recife, em períodos mais recentes, como, por exemplo, os realizados pela Fundação Joaquim Nabuco (1992, 1993, 2005 e 2009), explicam a dimensão desse comércio na cidade como o resultado de condicionantes geográficos, históricos e econômicos, relacionados: a) à localização geograficamente estratégica do Recife no contexto da Região Nordeste e à sua condição de cidade portuária, que a fez logo cedo atrativa para migrantes originários de cidades do interior ou de localidades do meio rural; b) à herança histórica comumente relacionada à cultura do açúcar e à quantidade de trabalhadores libertos da escravidão que necessitavam de meios para sobreviver; c) ao desequilíbrio histórico entre a oferta e a demanda de mão de obra, que caracteriza o mercado de trabalho nordestino e é fruto do sistema capitalista periférico que no Nordeste apresentou os seus efeitos perversos mais acentuados.

No caso do Centro Expandido, a expansão do comércio informal nas últimas décadas tem sido relacionada ao afastamento dos consumidores de rendas média e alta do centro da cidade, questão abordada com muita propriedade em duas pesquisas realizadas pela Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAÇÃO..., 1992; 1993). Trata-se de um fenômeno que nos reporta à década de 1980, quando começaram a surgir *shoppings centers* e galerias em bairros típicos dessas classes de renda, fenômeno que teve como marco inaugural o

Shopping Center Recife, no bairro de Boa Viagem, em outubro de 1980, o qual já começou ocupando uma área de 19.830 m², com 72 lojas e 1.131 vagas para estacionamento. Em 1983, ele teve a sua primeira expansão, abrindo mais 82 lojas, uma praça de alimentação e outras 691 vagas para estacionamento. Em 1988, passou por uma segunda expansão, ganhando mais 96 lojas e 195 vagas para estacionamento. Daí por diante, não mais parou de crescer, chegando a ficar conhecido como o maior *Shopping Center* da América Latina.³⁶ Essa nova modalidade de comércio – de *Shopping Center* e grandes galerias – no Recife foi aos poucos se estendendo para outros bairros, o que alterou radicalmente as relações sociais urbanas e levou o centro da cidade a perder muitos estabelecimentos comerciais voltados para clientela de rendas média e alta. À medida que isso acontecia, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, o comércio do centro vivenciava um processo de popularização, voltando-se para as classes de rendas mais baixas e atraindo cada vez mais vendedores informais para essa região da cidade.³⁷

Ao longo dos anos 1980 e no início da década seguinte, as ruas centrais já estavam ocupadas por ambulantes, os conflitos mais acirrados, bem como mais acentuadas as críticas ao poder público. Um depoimento colhido naquela época, de um proprietário de uma agência de turismo que havia encerrado as suas atividades no centro da cidade devido ao estado de violência e de sujeira das ruas, resume bem o conjunto de outros depoimentos colhidos naquela mesma ocasião: “Recife que fique para os vândalos, governantes e políticos à procura de votos” (FUNDAÇÃO... 1992, p. 81). Em resposta às pressões exercidas por diferenciados segmentos da sociedade, principalmente pelos setores ligados ao comércio formal, a Prefeitura reforçou as suas sucessivas tentativas de regulamentação do uso do espaço público pelos comerciantes informais, ora criando restrições ao seu funcionamento, ora atuando na melhoria da aparência dos equipamentos utilizados pelos vendedores, num vaivém contínuo de tolerância e repressão (CORREIA, 1987; BERNARDES, 1996, FUNDAÇÃO..., 1992; 1993).

Nos anos 1990, algumas ações levadas a efeito pelo executivo municipal tiveram um rebatimento maior no comércio informal do centro da cidade, dentre as quais se destacaram: a “Operação Camelô”, o *Shopping* Popular de Santa Rita, o Mercado das Flores e o Calçadão

³⁶ Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Shopping_Recife>. Acesso em: 2 maio 2012.

³⁷ Essa análise encontra-se mais detalhada no relatório da pesquisa realizada pela FUNDAÇÃO... 1992).

dos Mascates. A primeira delas, posta em prática durante a gestão do prefeito Gilberto Marques Paulo, em abril de 1992, apoiou-se na justificativa de que se tratava de uma questão de interesse geral, expressa na necessidade de defesa do centro da cidade, e consistiu em retirar das ruas Nova, Imperatriz, Duque de Caxias, Palma, Flores e Estreita do Rosário todos os equipamentos utilizados pelos comerciantes informais, inclusive os fiteiros e as bancas de revista. Foi uma ação exitosa por haver atingido os objetivos pretendidos, mas condenável pelos procedimentos utilizados.³⁸ Por tal razão, apesar dos resultados alcançados, essa iniciativa da prefeitura foi recriminada por diversos segmentos sociais que viam o comércio de rua como uma estratégia de resistência dos grupos mais empobrecidos da população, excluídos dos mecanismos formais de sobrevivência.

O *Shopping* Popular de Santa Rita, localizado no Cais de Santa Rita, foi construído em 1995 para abrigar os feirantes e ambulantes que ocupavam as ruas que davam acesso ao Mercado de São José. Segundo dados coletados na CSURB, em 1999 o equipamento ainda não estava plenamente ocupado. Com uma capacidade para abrigar 1.100 feirantes/ambulantes, havia, naquele ano, espaço disponível para mais 392 ambulantes, mas esses se recusavam a sair das ruas onde estavam.

O Mercado das Flores, localizado em frente à Praça Sérgio Loreto, no encontro da Avenida Dantas Barreto com a Avenida Sul, foi projetado para abrigar os comerciantes de flores do Cais de Santa Rita. O equipamento tinha capacidade para abrigar 52 comerciantes, mas ficou por muito tempo com uma ocupação aquém de sua capacidade, pois os comerciantes se queixavam do fluxo insuficiente de pessoas naquele local.

Finalmente, deu-se a instalação do equipamento denominado “Calçadão dos Mascates”, popularmente conhecido como Camelódromo, uma iniciativa do então prefeito Jarbas Vasconcelos quando governou o Recife pela segunda vez (de 1993 a 1997). O *Calçadão* foi visto como uma ação inovadora, não só pelas características arquitetônicas do equipamento, mas também pelo fato de se destinar um espaço privilegiado da cidade (canteiro central da Avenida Dantas Barreto) ao exercício de uma atividade rejeitada por alguns segmentos

³⁸ A *Operação Camelô* foi posta em prática numa quinta-feira da Semana Santa, à noite, retirando de forma abrupta todos os equipamentos e produtos neles existentes e depositando tudo embaralhado num depósito da prefeitura, no Cais do Apolo, sem possibilitar a identificação e a recuperação dos equipamentos e dos produtos após a *Operação*. Ver Fundação Joaquim Nabuco (1993).

sociais. Às críticas feitas ao empreendimento, naquela ocasião, a Prefeitura respondia que era preciso dar uma finalidade àquele espaço, além de que a construção de um equipamento em módulos permitiria a utilização do espaço para outras atividades (realização de festas populares e outros eventos).

Previsto para abrigar 1.800 ambulantes, o equipamento se compunha de seis módulos cobertos e equipados com banheiros e depósitos no piso superior, onde todas as noites as mercadorias seriam guardadas, deixando os módulos desocupados. O projeto foi implementado, mas aos poucos foi se distanciando de sua concepção original. Hoje, o equipamento encontra-se transfigurado, inclusive com comerciantes que até moram dentro dele, conformando uma situação de total distorção no uso do espaço público. Após essa investida, as ações desenvolvidas voltaram a ser apenas pontuais, sem grandes repercussões e com o *mesmo receituário*, como escreveu Bernardes (1996, p. 96) há uma década e meia, ao fazer considerações a respeito dessa questão: “interdição do comércio em determinadas ruas, propostas para transformar ambulantes em feirantes cadastrados, alocação em ruas onde o comércio ambulante seria permitido.”

Ao longo do ano 2000, houve um certo arrefecimento nas ações de controle do comércio informal, o que promoveu uma situação propícia à ocupação das ruas. Essa tolerância teria estimulado os comerciantes informais – sobretudo os eventuais que atuam nas épocas do ano que coincidem com os ciclos festivos locais ou que costumam ir para o centro quando o controle da atividade fica descuidado – a permanecerem nas ruas à espera de serem contemplados por qualquer política de proteção do poder público ao setor e que porventura viesse a ser desfraldada, coisa que, segundo eles, é mais difícil de acontecer se eles ficarem nos bairros. A preferência pelo centro da cidade ocorre em razão do fluxo mais intenso de pessoas, o que representa maiores chances de aumentarem as vendas. No entanto, muitos dos que se encontram nessa situação permanecem com os seus pontos nos bairros, onde em geral deixam alguém da família como responsável.

Em 2010, o descontrole urbano mostrou-se insustentável e as críticas à gestão municipal recrudesceram, incitando a necessidade de uma resposta à sociedade, o que resultou na formatação do programa “Recife Nosso Centro”, no âmbito do qual ocorreu uma intervenção no comércio informal das ruas Sete de Setembro e do Hospício e em parte da Avenida Dantas

Barreto. Esse programa foi lançado em outubro de 2010 e posto em execução em novembro do mesmo ano. Antes de o programa ser lançado, foram feitas três reuniões com 58 representantes de instituições que desenvolvem alguma atividade no Centro Expandido, chamados pela Prefeitura de *parceiros* (Clube dos Diretores Lojistas, bancos, ONGs, movimentos sociais).

Além dessas reuniões, durante nove dias foi feita uma enquete pela *internet* com o objetivo de verificar o que a população almejava para a melhoria do centro do Recife. Nas reuniões com os *parceiros*, as ações mais requeridas foram: limpeza urbana, segurança, mobilidade, ordenamento do comércio informal e divulgação das informações. Esta última ação foi a mais citada pelos *parceiros* que atuam no Bairro do Recife, onde há muitas empresas e onde as atividades culturais estão mais presentes. Já na enquete, que refletiu os anseios da população de forma mais direta, foram contabilizados 2.215 acessos, dos quais foram retiradas 866 contribuições efetivas: limpeza urbana, ordenamento do comércio informal, segurança, mobilidade e incentivo à conservação dos edifícios. Embora não seguissem a mesma ordem de citação, as sugestões feitas pelos dois grupos, *parceiros* e *internautas*, coincidiram. A ação prevista para o comércio informal, no âmbito desse programa, resultou na diminuição do número de ambulantes na Rua Sete de Setembro (reduzido para 61, um pouco mais da metade), na Rua do Hospício (reduzido para 61) e no trecho trabalhado da Av. Dantas Barreto (reduzido a mais da metade do que havia anteriormente).

O comércio informal, que hoje se apresenta em escala aumentada, torna-se uma realidade mais complexa e requer esforços redobrados da parte de quem se aventura a desvendá-lo. A ele se atribui parte da responsabilidade pela sensação de insegurança dos cidadãos que transitam pelo centro da cidade, na compreensão de que, quando se solucionam as questões da sujeira, da melhoria dos prédios, das ruas e das calçadas, as pessoas se sentem mais seguras e a cidade lhes parece cuidada e mais bonita. Sendo um dos ramos mais expressivos do universo da informalidade, costumou ser visto como expressão de fatores conjunturais e estruturais da economia capitalista periférica, do que não se pode discordar a não ser para acrescentar não serem esses fatores os únicos a explicarem o fenômeno.

No Centro Expandido do Recife, os comerciantes informais estão em toda parte e aparecem em várias formas. A maioria já não perambula como antes, deixando de certo modo vazia a

expressão *ambulante*, pois agora têm um lugar fixo – *o ponto* –, onde podem praticar livremente o seu comércio, muitos com licença concedida pela própria Prefeitura. Os que não têm essa licença vez por outra se veem obrigados a trocar de local para poder escapar dos fiscais ou mesmo de lideranças dos próprios comerciantes informais encarregados de reduzir a concorrência que também existe nesse ramo de atividade, na briga pelos melhores pontos. Outros atuam nos semáforos, em movimentos ligeiros entre a calçada e o meio da rua, quando o sinal fecha, para abordar motoristas que nem sempre se permitem baixar o vidro do carro. Muitos trabalham para si. Outros trabalham para terceiros, num formato bastante heterogêneo de exploração capitalista. São vendedores de frutas, panos para limpar chão ou enxugar pratos, flanelas, complementos para celulares, água mineral, sucos engarrafados, doces, bombons, etc. Muitos vêm de outros municípios da região metropolitana, principalmente dos mais próximos da capital: Jabotão, Cabo de Santo Agostinho, Olinda, Paulista, Abreu e Lima. Nos seus quiosques, fiteiros, tabuleiros, bancas, barracas, telas ou cadeiras, eles vendem de tudo: roupas, calçados, frutas, relógios, celulares, alimentos que complementam as necessidades de motoristas, trabalhadores ou transeuntes que circulam pelas ruas do Centro, artigos de origens as mais diversas (local, nacional, estrangeira), sendo-lhes imputada a responsabilidade pelas calçadas intransitáveis e pelas ruas sujas e mal cuidadas.

Tanto pelas formas específicas de organização, como pelos padrões estéticos que lhe são peculiares, a atividade incomoda as camadas da população para as quais o Centro da cidade tem outras representações: local de lazer, turismo, referência histórica, muito embora esses mesmos segmentos, em ocasiões especiais como Carnaval, São João, Natal, festas infantis, utilizem esse comércio em busca de artigos de época e de preços mais baratos. Para os vendedores informais, o Centro da cidade é o espaço estratégico de sobrevivência, ou, aliado a isso, o lugar onde podem praticar um jeito diferente de viver. Mas a atividade traz transtornos ao dia a dia da cidade, sobretudo em razão do imperativo que lhe é inerente: localizar-se nos corredores de ônibus e de pedestres, nas paradas de ônibus e de táxis, nos meios-fios das calçadas, nos pontos de maior movimento. Os comerciantes de rua, outra denominação que lhes é dada, atuam no meio-fio das calçadas, ou ocupam mesmo as calçadas das ruas centrais, especialmente as ruas paralelas às avenidas Conde da Boa Vista, Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo, o que dificulta, inclusive, o trabalho de limpeza urbana. Eles são ágeis, criativos, persistentes. São conhecidas, pelos que se aventuram a desvendar a sua história, as

inumeráveis e infrutíferas tentativas de removê-los. Eles resistem, adaptam-se aos novos mercados e às novas tecnologias, deixam que fique mais difícil entendê-los e organizá-los.

Os técnicos encarregados do ordenamento do comércio informal reconhecem que, nos últimos dez anos, essa atribuição ficou mais difícil de cumprir, pois a atividade está muito mais complexa: a) ficou mais difícil identificar os comerciantes de rua (“a gente agora não sabe mais quem é quem”); b) a reposição dos estoques passou a ser feita com mais rapidez (“a gente apreende a mercadoria hoje à tarde, amanhã de manhã ele já aparece com a mercadoria reposta, às vezes em quantidade até maior”), deixando claros os vínculos existentes entre alguns empresários do setor do comércio que utilizam o comércio informal; c) os produtos importados, especialmente os chineses, muitos de origem duvidosa, invadiram esse mercado e são comercializados mediante arranjos diversos; d) ficou também mais difícil controlar o trabalho da fiscalização, que agora é exercida por funcionários terceirizados (atualmente a cargo da empresa Transval), e) a ingerência política é muito forte.

Essa é uma questão muito difícil de equacionar, sobretudo pela politização, pelo loteamento do espaço urbano por políticos que se apoiam no clientelismo – vereadores. Percebe-se que os gestores entendem e têm vontade de implementar ações efetivas para a requalificação do espaço urbano, mas não conseguem transpor as dificuldades impostas pelo clientelismo político. (Depoimento de um técnico entrevistado)

Apesar de achar que o camelô (ambulante) é a alma do comércio na região central do Recife, pois, “se tirar o camelô de lá o Centro acaba” (CARVALHO, 2012), o representante da categoria reconhece que há um inchaço do número de pessoas que atuam no setor e opina que o controle da atividade está deixando muito a desejar. Para ele, a atitude compreensiva da Prefeitura, em nome do respeito ao problema social, faz com que os mecanismos de repressão (demolição de bancas, quiosques e barracas e apreensão de mercadorias) não funcionem e os vendedores não credenciados invadam a cidade. Ele disse ainda que a fiscalização está muito mais tolerante do que antes (“A fiscalização observa, mas não reprime, e com isso, em vez de ajudar ela cria mais problemas para a cidade, que pertence a todo mundo, mas hoje ninguém pode mais andar pelo centro”).

O clientelismo político, mais explícito que antes, é considerado, atualmente, um dos principais empecilhos para a organização e a contenção do comércio informal, sendo visto

como um comportamento que se ampliou e se fortaleceu na última década, coincidindo com o momento em que se verificou uma sensibilização maior em relação aos grupos sociais excluídos, bem como um compromisso maior para com os mecanismos de participação popular. A conjugação desses fatores se acentuou com a ascensão ao poder de forças políticas mais comprometidas com as causas populares, ainda sob as lembranças muito vivas dos governos autoritários pós-1964 e de um estado permanente de crises econômicas, em que não havia o horizonte de crescimento existente hoje. Os próprios técnicos da Prefeitura reconhecem que houve, na última década, uma flexibilização equivocada na forma de lidar com o comércio informal nas ruas centrais do Recife, o que resultou na ocupação desordenada do espaço público e no fortalecimento das tramas que estão na retaguarda desse comércio. Firmou-se a compreensão de que, liberando as ruas para o exercício da atividade, se conseguiria melhorar as condições de vida das pessoas, deixando-se em segundo plano o compromisso da gestão para com o uso e a ocupação do espaço público. Como disse um dos entrevistados, “a ação foi movida pelo imediatismo; não se pensou que o ônus do controle é bem menor do que o ônus da retirada”.

Entre 2000-2001, quando ocorreu a transição da gestão municipal, verificou-se um arrefecimento nas ações de controle do comércio informal, o que propiciou a ocupação das ruas, porque nem o prefeito que estava saindo (em 2000) nem o que estava assumindo o cargo queriam ter seus nomes vinculados a ações impopulares. Isso facilitou o acesso dos ambulantes carentes de oportunidade de acesso ao Centro da cidade e também reforçou os interesses especulativos de comerciantes formais menos comprometidos com a legalidade e com a preservação da cidade. Quando a nova gestão municipal se instalou, em janeiro de 2001, a Avenida Conde da Boa Vista encontrava-se literalmente ocupada pelo comércio informal, o que exigiu do órgão encarregado do controle da atividade um esforço enorme para transferir esses comerciantes para as ruas paralelas, transversais ou adjacentes, assegurando-lhes, portanto, a permanência no Centro da cidade. Esse comportamento mais complacente dispensado ao comércio informal era coerente com a linha-mestra partidária identificada como defensora das causas dos mais pobres e excluídos, uma postura bem ilustrada na fala de um então deputado federal em campanha para a Presidência da República, em 1989, dirigida a um ambulante do Centro de São Paulo: “É melhor você vender um churrasquinho numa esquina do que pegar numa arma para assaltar” (frase reproduzida por Carlos Freire da Silva, citada por CABANES, 2011, p. 70).

A responsabilidade que, em parte, se atribui ao comércio informal pelo sentimento de insegurança dos que transitam pelo Centro da cidade é creditada à compreensão de que a conservação da limpeza e da ordem sinaliza que o poder público está presente, cuidando do espaço, de que o espaço não está abandonado.

O abandono das ruas é que traz a sensação de insegurança, portanto, a estética para mim, como técnico, significa o Estado estar presente, cuidando, pois o patrimônio público precisa estar bem conservado, e essa é uma das funções do gestor público. (Depoimento de um técnico entrevistado, em maio de 2012).

Há quem veja como positiva a presença apenas dos comerciantes informais que atuam com bancas de revista e fiteiros, sobretudo nos horários em que as ruas centrais ficam esvaziadas, não somente por serem equipamentos encontrados em qualquer grande cidade do mundo, mas porque se arroga a esses vendedores o papel de *vigilantes naturais* das ruas, talvez num reconhecimento velado da ineficiência de uma ação que é atributo do Estado, e com a consciência de que a vigilância deve ser garantida pelos mecanismos próprios de vigilância, assim como a permanência de equipamentos privados em espaços públicos precisa estar articulada com a infraestrutura da cidade.

Os fiteiros podem muito bem funcionar no Centro da cidade, inclusive porque eles até contribuem para a sensação de segurança dos cidadãos. Nas paradas de ônibus, por exemplo, os fiteiros e as bancas de revista são importantes, pois, além de suprirem algumas necessidades das pessoas que estão saindo do trabalho e voltando para casa, esses equipamentos funcionam como vigilantes naturais, pois eles conhecem o movimento da rua. (Depoimento de um técnico entrevistado, cujo teor foi repetido por outros).

Segundo os vários depoimentos colhidos nessa primeira etapa da pesquisa, as questões relativas à mobilidade e à acessibilidade são que legitimam as intervenções no comércio informal. No entanto, quando elas acontecem, tais argumentos são de imediato suplantados pelos argumentos que invocam a questão social. No depoimento abaixo reproduzido, de um técnico da Prefeitura, isso fica bem claro e remete mais uma vez às questões da *cordialidade* (no apelo à sensibilidade) e ao *jeitinho* (na ignorância das leis):

Na intervenção ocorrida em 2010, por exemplo, tão logo a ação foi implementada vieram à tona os questionamentos do tipo: mas para onde vai esse povo? E aí veio logo a mediação política, através do velho argumento,

de que se estava retirando o ganha pão dos pobres, que sensibiliza a sociedade e os técnicos responsáveis pelos projetos e preocupa os gestores em razão do comprometimento político, porque há pactos firmados com facções políticas, principalmente através dos vereadores, e peitar esses grupos repercute no alcance de aspirações políticas posteriores.

Uma técnica da Prefeitura, ligada à Diretoria de Controle Urbano, analisou a dimensão do comércio informal no Centro da cidade sob o prisma do novo contexto econômico e social no qual há mais dinheiro circulando e, por conseguinte, mais pessoas com acesso aos bens de consumo. Isso, disse ela, dinamiza tanto o comércio formal como o informal. Porém, ela reconhece que há também uma pressão bem maior dos políticos para evitar que sejam feitas intervenções em muitas áreas ocupadas por ambulantes, por eles classificados como “meus eleitores” (novamente, os sinais da cordialidade, dessa vez pela via do clientelismo político).

Impulsionado de um lado pela questão social e do outro pelo novo contexto socioeconômico, o comércio informal funciona com o suporte de acordos estabelecidos com a Prefeitura e com próprio comércio formal, nos quais as limitações no uso do espaço figuram como um requisito importante. O relato de um técnico da Prefeitura, entrevistado no âmbito deste estudo, explicita bem isso:

Na ocasião da recente ação de requalificação posta em prática na Rua Sete de Setembro, alguns comerciantes formais dessa rua procuraram a Prefeitura para sugerir mudanças nos modelos das novas bancas de coco projetadas para aquela rua, pois o padrão proposto pela Prefeitura poderia prejudicar os seus interesses, pois acharam que as bancas eram muito grandes e ficavam muito próximas de suas lojas. Então, eles próprios sugeriram um novo modelo para as bancas, que foi acatado pela instância municipal.

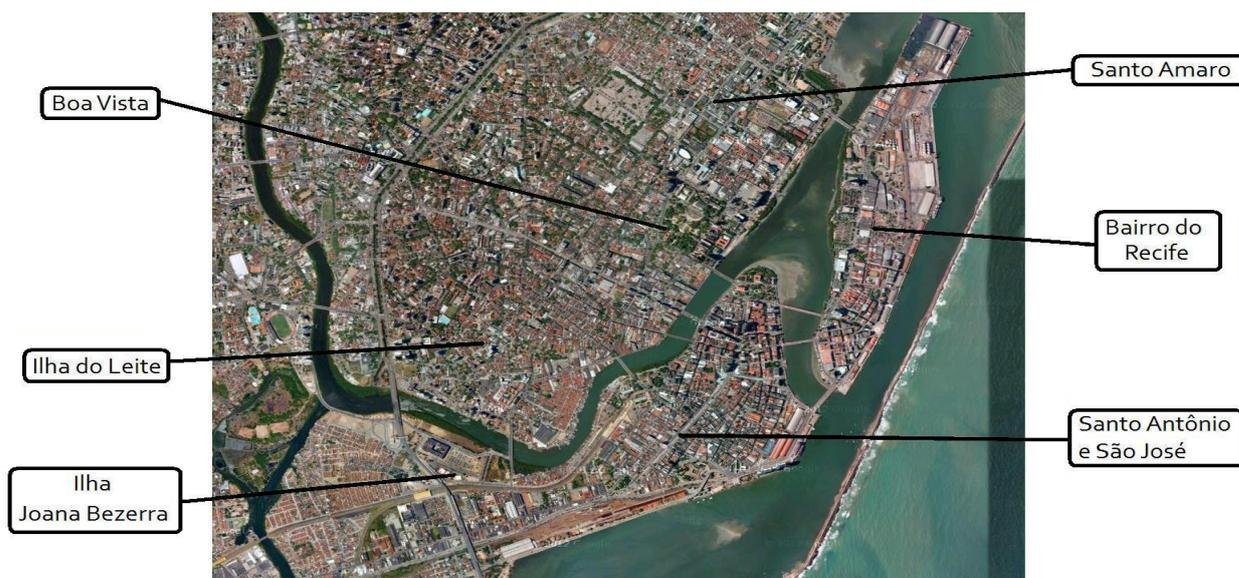
Para alguns, essa “aliança” entre comerciantes formais e informais está revestida de certa ambiguidade: existem comerciantes formais que reclamam de barracas na frente de suas lojas, pois, dizem eles, tiram a visão das vitrines, prejudicam a acessibilidade ou, dependendo do produto, sujam as calçadas; há outros que utilizam os informais para venderem as suas mercadorias, e existem comerciantes formais que acham até bom haver vendedores informais por perto, porque, segundo eles, atraem pessoas para aquelas ruas – uma opinião totalmente oposta à que fora com frequência outrora afirmada, e na qual o comércio informal aparece convivendo pacificamente como âncora para o comércio formal. Assim, o comércio informal segue no seu ritmo e no ritmo das mudanças. A questão social, que não se pode minimizar,

não dá conta por si só de explicar o comércio informal por inteiro. Os gestores e os técnicos sabem que alguma ação mais efetiva precisa ser feita para a regulamentação dessa atividade, mas isso constitui para muitos, principalmente para os técnicos – bastante céticos quanto a essa possibilidade, uma tarefa difícil, pois o comércio informal é um comércio teimoso.

O Centro Expandido do Recife (Mapa 1) é constituído pelos bairros da Boa Vista, Santo Antônio, São José, Bairro do Recife, Santo Amaro, Ilha do Leite e Ilha Joana Bezerra. Esse espaço é limitado pela Avenida Dantas Barreto, Rua Imperial, Largo das Cinco Pontas, Cais de Santa Rita e Av. Nossa Senhora do Carmo, locais onde se registra a maior afluência de transeuntes devido ao dinamismo das atividades de comércio e serviços que ali se desenvolvem.

Mapa 1

CENTRO EXPANDIDO DO RECIFE: o território da teimosia



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife(PCR) – Secretaria de Planejamento, 2006.

Tabela 4- Centro Expandido

Comerciantes informais registrados, 2003 e 2006			
Bairros	2003	2006	Varição %
Bairro do Recife	84	82	-2,4
Boa Vista	777	836	7,6
Santo Antônio *	953	1.002	5,1
São José **	727	1.081	48,7
Subtotal	2.541	3.001	18,1
Santo Amaro ***	-	154	-
Ilha do Leite ****	-	50	-
Total	2.541	3.205	26,1

Fonte: Dados da PCR. Elaboração própria, 2012.

* Não foram considerados os quantitativos referentes ao Camelódromo

** Não foram considerados os quantitativos referentes ao Shopping Santa Rita e ao Mercado as Flores

*** Na ocasião do levantamento feito, o cadastramento ainda não havia sido feito nesse bairro.

**** Os dados de 2006 incluem os vendedores da Ilha Joana Bezerra

Os dados da Tabela 4 (acima) mostram o aumento ocorrido no quantitativo de comerciantes informais nos anos de 2003 e 2006, no Centro Expandido. Nos subtotais da tabela apresentada, que não incluem os bairros de Santo Amaro e da Ilha do Leite no levantamento feito pela Csurb em 2003, pelo fato de que nesse período a presença de ambulantes nesses dois bairros era inexpressiva, constatamos uma variação percentual da ordem de 26,1% na comparação desse ano com o ano de 2006. O aumento no quantitativo de ambulantes nos bairros de Santo Antônio e de São José é observado numa variação de 5,1% e 48,7%, respectivamente, mostrando que foi o bairro de São José o responsável pela expansão do comércio informal no período analisado.

O Bairro do Recife, o mais antigo da cidade, concentrava até o início da década de 1920 o comércio, as finanças e os serviços públicos básicos. Hoje, ele se inclina para atividades adjetivadas como atividades do futuro: economia do turismo e da cultura, indústria criativa (inclusive ligada à tecnologia, que é o novo recorte) e tecnologia da informação (abriga um polo de empresas de *software*, o chamado Porto Digital, além de diversas empresas incubadoras). Ali também se desenvolvem algumas atividades administrativas e financeiras (o bairro acolhe vários órgãos ligados ao governo do estado e à Prefeitura) e as tradicionais atividades portuárias, no velho porto do Recife, muito embora essas últimas venham sendo reduzidas na proporção em que se ampliam cada vez mais as atividades do porto de Suape. Esse bairro, costumeiramente referenciado como o “Recife Antigo”, vem servindo de palco para as grandes programações turístico-culturais, em geral relacionadas com os ciclos festivos

da cidade (Carnaval, São João, Natal, *Réveillon*) e com eventos de forte apelo popular que vêm proliferando de 2003 para cá.

Pela natureza de suas atividades, sobretudo pela frágil presença das atividades comerciais, o Bairro do Recife é a parte do Centro Expandido que, salvo quando acontecem os eventos, exhibe o menor quantitativo de comerciantes informais registrados: 84 em 2003 e 82 em 2006, conforme mostra a Tabela 5. Observamos uma variação percentual negativa (-2,4)

Tabela 5 - Bairro do Recife
Comerciantes informais registrados 2003 e 2006

Ruas / Avenidas	2003	2006	Var. %
Av. Cais do Apolo	30	26	-15,4
Subtotal	30	26	-15,4
Outras ruas	54	56	3,7
Total	84	82	-2,4

Fonte: Dados da PCR – Elaboração. Própria, 2012

Ali, os vendedores informais estão mais concentrados na Avenida Marquês de Olinda e no Cais do Apolo, por serem esses os lugares de maior movimento de pessoas, e, no caso do Cais do Apolo, devido à localização da sede da Prefeitura. Quando ocorrem os eventos, percebe-se a presença mais marcante dos chamados “comerciantes informais eventuais”, que, no Centro Expandido, atuam em geral com licenças concedidas pela própria Prefeitura.

O bairro da Boa Vista caracteriza-se como um polo de comércio e de serviços, embora ainda mantenha moradias remanescentes da época em que se destacou como zona residencial da cidade, e também seja visto com potencial para as atividades ligadas ao turismo e à cultura. A Avenida Conde da Boa Vista e, especialmente, algumas das suas ruas transversais (Sete de Setembro, União, Hospício e Gervásio Pires) destacam-se como os logradouros de maior interesse dos comerciantes de rua, principalmente as ruas do Hospício e Sete de Setembro. A Avenida, Conde da Boa Vista, que em 2003 não teve nenhum ambulante registrado, aparece em 2006 com 48 registros, número bem inferior ao exibido por algumas de suas transversais e adjacentes, como, além das duas ruas já citadas, as do Riachuelo e da Saudade. Para se ter uma ideia melhor do que isso representa em termos de ocupação das ruas, observe-se, na Tabela 6, a quantidade de equipamentos ali apinhados em 2006, quando foi feito o registro. As duas fotos exibidas da Rua Sete de Setembro (Ilustração 2), feitas antes e depois da intervenção ocorrida em novembro de 2010, mostram o que isso provoca em termos de

desordem urbana. Nessa intervenção, na Rua Sete de Setembro, conforme já foi dito, o quantitativo de comerciantes informais foi reduzido de 113 para 61, um pouco mais da metade do que se havia registrado em 2006.

Tabela 6 - Bairro da Boa Vista

Tipo de equipamentos utilizados pelos ambulantes, 2006		
Ruas	Tipo de equipamento	Total
Ac. Conde da B. Vista	1 barraca; 10 bancas; 10 carroças, 10 telas, 15 tabuleiros, 2 tripés	48
Rua Sete de Setembro	73 tabuleiros, 17 fiteiros e 23 outros	113
Rua do Hospício	38 quiosques, 30 tabuleiros, 30 telas, 24 fiteiros, 19 barracas, 15 carroças e 13 outros	169
Rua do Riachuelo	13 fiteiros, 13 barracas, 8 carroças e 8 outros	42
Rua da Saudade	5 bancas, 10 barracas, 2 carroças, 5 fiteiros e 3 outros	25
Rua Gervásio Pires	13 fiteiros, 6 barracas e 11 outros	30
Parque 13 de Maio	30 carroças e 44 diversos	74
Total		501

Fonte: Dados da PCR –Elaboração própria, 2012

Fotografia 1: Rua Sete de Setembro antes e depois da ação da Prefeitura



Foto: Prefeitura da Cidade do Recife – Secretaria de Planejamento, 2010.

Tabela 7 - Bairro da Boa Vista

Comerciantes informais registrados 2003 e 2006			
Ruas / Praças / Avenidas	2003	2006	Variação %
Rua da Aurora	20	4	-400
Rua da Conceição	23	20	-15,0
Av. C. da B. Vista	-	48	-
Rua Gervásio Pires	31	30	-3,3
Rua do Hospício	177	169	-4,7
Av. Manuel Borba	20	18	-11,1
P. Machado de Assis	13	23	76,9
Rua do Riachuelo	40	42	5,0
Rua da Saudade	31	25	-24,0
R Sete de Setembro	111	113	1,8
Parque 13 de Maio	50	74	48,0
Rua da União	19	22	15,8
Av. Visc. Suassuna	20	19	-5,3
Subtotal	555	607	9,4
Outras ruas	222	229	3,2
Total	777	836	7,6

Fonte: Dados da PCR - Elaboração própria, 2012

Do outro lado do bairro da Boa Vista, a informalidade no comércio tem uma presença mais forte no Parque 13 de Maio, verificando-se um aumento no quantitativo de ambulantes, incluídos nos levantamentos realizados, de 50 em 2003 para 74 em 2006, o que implica uma variação percentual da ordem de 48%. Na Praça Machado de Assis, outro ponto de concentração, a variação percentual foi de 76,9% (de 13 para 23). Também se observa um número razoável de comerciantes informais na Avenida Visconde de Suassuna (20 em 2003 e 19 em 2006), e chama a atenção a redução verificada na Rua da Aurora, onde foram registrados, em 2003, vinte ambulantes, e em 2006 apenas quatro (Tabela 7). No que diz respeito ao tempo da atividade dos comerciantes informais que atuam nas ruas do bairro da Boa Vista (o que não significa tempo no exercício da atividade), notam-se duas coisas: 1) a confirmação do que alertaram os técnicos responsáveis por esses levantamentos, ou seja, de que eles representavam apenas um registro do que fora encontrado num determinado momento; 2) que, apesar de o número de ambulantes ter aumentado no período 2003 – 2006 em cerca de 7,6%, 49% deles atuavam nas ruas desse bairro no ano de 2006, há mais de 10 anos, dos quais 8,4% ali se encontram há mais de 25 anos. No entanto, confirmando o que vem sendo dito até agora, 16,3% deram início à sua atuação no bairro da Boa Vista a partir do ano 2000 (Tabela 8).

Tabela 8 – Bairro da Boa Vista

Comerciantes informais registrados por tempo na atividade 2006								
Ruas / Avenidas	Nº	– de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
Rua da Aurora	4	-	-	-	2	-	2	-
Rua da Conceição	20	1	7	3	3	-	6	-
Av. C. da B. Vista	48	18	14	4	4	2	4	2
R. Gervásio Pires	30	6	14	5	2	1	2	-
Rua do Hospício	169	15	83	40	18	6	4	3
Av. Manuel Borba	18	1	3	8	1	1	3	1
Rua do Riachuelo	42	7	12	13	6	2	1	1
Rua da Saudade	25	2	6	10	4	1	-	2
R Sete de Setembro	113	31	30	23	13	10	6	-
Parque 13 de Maio	74	17	12	15	15	6	9	-
Rua da União	22	1	7	5	1	1	6	1
Av. Visc. Suassuna	19	2	8	4	1	2	2	-
Subtotal	607	103	197	136	75	37	49	10
Outras ruas	229	33	74	36	37	19	21	9
Total	836	136	271	172	112	56	70	19

Fonte: Dados da PCR – Elaboração própria. 2012

Santo Antônio é o bairro onde se verifica uma presença maior do comércio varejista, mas onde também se desenvolvem atividades ligadas ao turismo e à cultura. Ali, o comércio informal se faz presente com mais força nas avenidas Guararapes e Dantas Barreto e na Rua Mathias de Albuquerque. Na Avenida Guararapes, segundo os dois levantamentos (Tabela 9), o quantitativo de ambulantes passou de 62 em 2003 para 101 em 2006, o que representa uma variação percentual da ordem de 62,90%. A Avenida Dantas Barreto, no trecho localizado nesse bairro, apesar de conter a maior aglomeração de informais, 216 em 2003 e 195 em 2006, mostra uma leve redução nesse período, fato que se repete no trecho dessa Avenida que está atrelado ao bairro de São José (que em 2003 contabilizava 243 e em 2006 caiu para 211). Juntando-se, pois, os dois trechos da Dantas Barreto, contabilizam-se 459 comerciantes informais registrados em 2003, contra 406 em 2006. Considerando-se o que isso significa em termos dos equipamentos informais espalhados ao longo dessa Avenida (bairros de Santo Antônio e São José), tem-se o seguinte cenário: 159 tabuleiros, 106 fiteiros, 87 barracas, 34 carroças e 20 outros (quiosques, bancas, cadeiras, telas). Nesses equipamentos pode-se compra de tudo: coco verde, acarajé, tapioca, assessório para celular, milho verde, frutas, ferragens, batata frita, sorvete, artigos de couro, relógio, óculos, importados diversos, cds, bijuterias, meias e até veneno. Essa quantidade de equipamentos utilizados pelos comerciantes informais, constituídos, à exceção dos fiteiros e dos quiosques padronizados, de materiais toscos, somada à variedade de artigos neles comercializados, não apenas impactam no visual

das ruas como dificultam a mobilidade e a acessibilidade das pessoas. No caso do comércio de alimentos (processados e *in natura*), o impacto se torna maior devido à falta de higiene.

Tabela 9– Bairro de Santo Antônio

Comerciantes informais registrados - 2003 e 2006			
Ruas / Praças / Avenidas	2003	2006	Variação %
Rua Dr. Amaro Pedrosa	1	25	2.400,0
Av. Dantas Barreto *	216	195	-10,7
Rua das Flores	32	30	-6,7
Rua Floriano Peixoto	38	44	15,8
Av. Guararapes	62	101	62,9
Rua do Imperador	29	18	-61,1
Rua Inf. Dom Henrique	27	24	-12,5
Rua Marquês do Recife	41	42	2,4
R. Mathias de Albuquerque	20	93	-365,0
Rua Martins de Barros	21	17	-23,5
Rua N. Senhora do Carmo	67*	60	-11,7
Rua da Palma	41	43	4,9
Praça do Diário	3	20	566,7
Praça Joaquim Nabuco	43	5	760,0
Rua 1º de Março	17	11	-54,5
Rua Siqueira Campos	24	26	8,3
Rua do Sol	35	45	28,6
Rua Tobias Barreto	111	20	-455,6
Subtotal	828	819	-1,1
Outros	125	183	46,4
Total	953	1.002	5,1

Fonte: Dados da PCR – Elaboração própria, 2012

*Foram incluídos aqui os 40 que constavam do bairro de São José.

Quantidade de ambulantes próxima à encontrada na Avenida Guararapes foi registrada em uma de suas paralelas, a Rua Mathias de Albuquerque, que aumentou de 20 em 2003 para 93 em 2006 (Tabela 10). Pelos dados trabalhados, não se trata, nesse caso, de transferência, visto que apenas 1 dos cadastrados em 2006 se encontra nessa rua há menos de cinco anos. A grande maioria (81,7%) atua na Mathias de Albuquerque há mais de 15 anos. Mudança no sentido inverso ao verificado nessa rua pode ser vista na Praça Joaquim Nabuco, que passa por um processo de desocupação no período em foco: de 43 ambulantes em 2003 passa para 5 em 2006. Já as praças da Independência e do Diário, também localizadas nesse bairro, passaram por alterações nesse período: a primeira teve apenas 2 registros em 2003, passando para 11 em 2006; a segunda, que tinha apenas 3 em 2003, passa a ter 20 em 2006.

Tabela 10– Bairro de Santo Antônio

Comerciantes informais registrados por tempo na atividade 2006								
Ruas / Praças / Avenidas	Nº	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
Rua Dr. Amaro Pedrosa	25	-	1	19	4	1	-	-
Av. Dantas Barreto *	195	20	99	34	14	7	19	2
Rua das Flores	30	3	6	18	-	3	-	-
Rua Floriano Peixoto	44	4	6	15	14	2	2	1
Av. Guararapes	101	2	23	5	12	14	38	7
Rua do Imperador	18	1	7	1	1	3	4	1
Rua Inf. Dom Henrique	24	-	-	24	-	-	-	-
Rua Marquês do Recife	42	2	1	39	-	-	-	-
R. Mathias de Albuquerque.	93	1	13	1	73	-	3	2
Rua Martins de Barros	17	7	3	4	-	1	2	-
Rua N. Senhora do Carmo	60	11	27	17	4	-	-	1
Rua da Palma	43	16	14	9	2	1	1	-
Praça do Diário	20	2	-	9	8	-	-	1
Praça Joaquim Nabuco	5	-	-	2	3	-	-	-
Rua 1º de Março	11	2	-	9	-	-	-	-
Rua Siqueira Campos	26	-	3	16	-	4	2	1
Rua do Sol	45	20	4	7	8	2	1	3
Rua Tobias Barreto	20	2	2	2	5	4	5	-
Subtotal	819	93	209	231	148	42	77	19
Outras ruas	183	24	36	32	14	13	34	30
Total	1.002	117	245	263	162	55	111	49

Fonte: Dados da PCR – Elaboração própria, 2012

São José foi o bairro onde se deu o grande salto no número de comerciantes informais, no período entre 2003 e 2006. A Praça Dom Vital, em cujo entorno foram anotados, em 2003, apenas 25 comerciantes informais, em 2006 passa a ter 163, o que equivale a uma variação percentual de 552%. Representa a segunda maior concentração de ambulantes em 2006, só perdendo para a Avenida Dantas Barreto (no trecho localizado nesse bairro). A especificação da quantidade de equipamentos e do tipo de artigos comercializados possibilita construir-se mentalmente o que isso representa em termos de impacto no entorno dessa praça: 82 barracas, 43 tabuleiros, 24 fiteiros e 14 outros (expositores, bancas, carroças, cadeiras, carro e tela). A Praça Machado de Assis, que não havia tido nenhum registro em 2003, aparece em 2006 com 23 ambulantes, e a Praça Mauá, apesar de apresentar um número bem inferior aos das duas praças já citadas, teve uma redução no período de 13 para 6. Em termos de variação percentual, a mudança maior verifica-se na Rua 24 de Maio, onde em 2003 só havia 3 ambulantes e em 2006 nela foram registrados 51.

Nesse bairro, a maior aglomeração de informais é encontrada na Avenida Dantas Barreto, no trecho que lhe cabe, apesar de nos dois levantamentos realizados se verificar uma redução de 243 para 211 em 2006. Em razão dessa incidência, a Avenida foi incluída na intervenção feita em novembro de 2010, no âmbito do programa “Recife Nosso Centro”. Nessa Avenida, a quantidade de ambulantes foi reduzida à metade, aproximadamente, pois havia ali uma quantidade bem maior de ambulantes sem autorização. Outra aglomeração expressiva de ambulantes, nesse bairro, encontra-se na Rua Tobias Barreto, que teve praticamente mantido o seu quantitativo de informais: 111 em 2003, e 99 em 2006. A Travessa do Mercado passou por um processo de desocupação nesse período, pois, de 72 ambulantes em 2003, teve apenas nove registrados em 2006. A Rua Direita figura entre as que tiveram aumentos mais significativos: de 17 em 2003 para 49 em 2006 (188% a mais). Nessa rua, os artigos de vestuário (chamados *artigos de confecção*) são os mais comercializados pelos informais (dos 49 ambulantes registrados, 44 comercializam com esse tipo de artigo).

Tabela 11- Bairro de São José

Comerciantes informais registrados - 2003 e 2006			
Ruas / Praças / Avenidas	2003	2006	Variação %
Av. Dantas Barreto	243	211	-15,2
Rua Direita	17	49	188,2
Rua da Penha	-	41	-
Rua do Porão	24	22	-9,1
Praça Dom Vital	25	163	552,0
Rua de Santa Rita	22	11	-100,0
Rua Tobias Barreto	111	99	-12,1
Travessa do Cirigado	26	28	7,7
Travessa do Macedo	-	31	-
Travessa do Mercado	72	9	-700,0
Pátio do Carmo	-	168	-
Rua 24 de Maio	3	51	1.600,0
Pr. Machado de Assis	-	23	-
Subtotal	543	906	66,8
Outras ruas	184	175	-5,1
Total	727	1.081	48,69

Fontes: Dados da PCR – Elaboração própria, 2012

*Foram retirados daqui os 40 que constavam da Av. N. Senhora do Carmo e incluídos no bairro de Santo Antônio.

A incoerência verificada no confronto das Tabelas referentes ao tempo de exercício da atividade (nos mencionados bairros) e os dados constantes da Tabela 1 (quantitativo de informais em 2003 e 2006) confirmam a observação feita anteriormente a esse respeito. Dos comerciantes cadastrados no bairro de São José, 38,7% disseram ter, em 2006, até nove anos no exercício da atividade nesse bairro, o que não corresponde ao que apontam os dados da Tabela 1, que mostram ter sido o bairro de São José o que registrou o maior aumento no quantitativo de informais no período 2003-2006. A maioria deles (56,8 %) afirmou estar lá há mais de nove anos e, dentre esses, 17,4 % há 15 anos e mais, dos quais 113 atuam nesse bairro há mais de 24 anos.

Uma permanência tão longa numa atividade informal expõe os limites da suposição feita sobre a informalidade como algo passageiro, que pode ser superado por melhorias que venham a ocorrer na oferta de emprego formal ou na distribuição da renda, conjectura já comprovada por pesquisas realizadas anteriormente, que mostram ser esse pressuposto aplicado apenas a uma parte desse contingente de trabalhadores.

Tabela 12 – Bairro de São José

Comerciantes informais registrados por tempo na atividade - 2006								
Ruas / Avenidas	Nº	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
Av. Dantas Barreto	211	10	136	46	7	6	2	4
Rua Direita	49	6	8	8	6	6	15	-
Rua da Penha	41	1	-	-	40	-	-	-
Rua do Porão	22	-	1	2	4	3	9	3
Praça Dom Vital	163	2	77	57	11	2	13	1
Rua de Santa Rita	11	1	2	4	1	-	3	-
Rua Tobias Barreto	99	6	22	66	-	1	1	3
Trav. do Cirigado	28	3	13	10	1	1	-	-
Trav. do Macedo	31	-	12	3	-	6	10	-
Trav. do Mercado	9	6	-	-	-	1	-	2
Pátio do Carmo	168	-	4	163	-	-	-	1
Rua 24 de Maio	51	6	13	19	4	3	6	-
P.Machado de Assis	23	-	-	-	-	-	-	23
Subtotal	906	41	288	378	74	29	59	37
Outras ruas	175	33	51	40	12	2	5	32
Total	1.081	74	339	418	86	31	64	69

Fonte: Dados da PCR – Elaboração própria, 2012

Para muitos comerciantes informais, a atividade representa um modo favorito de viver. No caso do comércio informal, contribui para isso o fato de os rendimentos nesse setor serem quase sempre superiores aos dos assalariados do setor formal, e, quando não são, haver a expectativa de virem a ser. Aliás, isso não ocorre apenas no ramo informal do comércio. Em

duas pesquisas realizadas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-PE) e pelo Sindicato das Indústrias de Vestuário (SINDIVEST-PE), no ano de 2003, a conclusão foi de que precisa ser criado um ambiente em que não valha a pena ser informal.³⁹

Santo Amaro, que liga o centro do Recife à zona norte da cidade, é o bairro do Centro Expandido com maior população residente. Em 2003, concentrava 11,7% dos estabelecimentos comerciais existentes no Centro Expandido (Tabela 10), dentre os quais o comércio varejista no qual se salienta o *Shopping Tacaruna*, e o comércio atacadista de veículos automotores. Nesse bairro, como no bairro da Ilha do Leite, o comércio informal não tem a expressão que tem nos demais (Tabela 1), pois abriga apenas 4,8%, o primeiro, e 1,6%, o segundo, dos ambulantes registrados no Centro Expandido. Em Santo Amaro, 43 desses vendedores lá se encontram há mais de 14 anos e atuam, principalmente, na Avenida Cruz Cabugá e na Praça do Campo Santo, onde se localiza o cemitério.

Tabela 13 – BAIRRO DE SANTO AMARO

Comerciantes informais registrados, 2003 e 2006		
Ruas/Avenidas	2003	2006
Av. Cruz Cabugá	-	22
Praça do Campo Santo	-	22
Subtotal	-	44
Outras ruas	-	110
Total	-	154

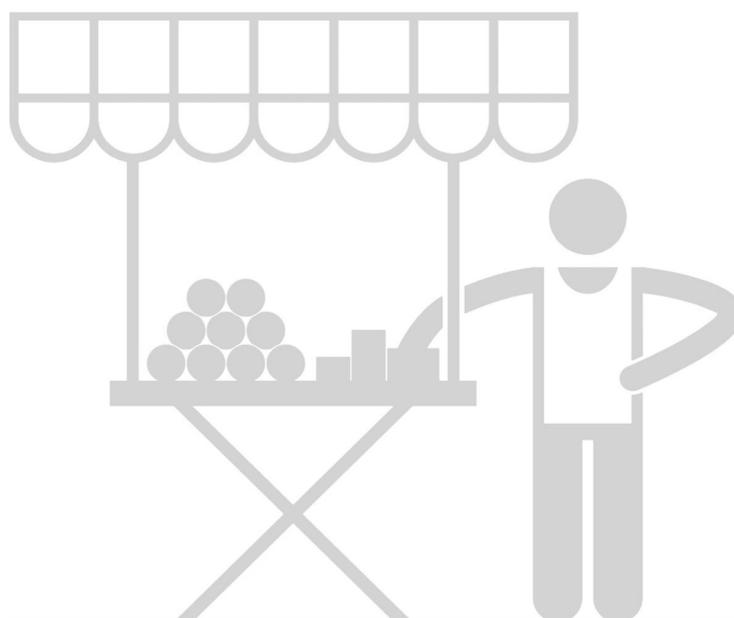
Fonte: Dados da PCR –Elaboração própria, 2012

A Ilha do Leite, bairro tradicionalmente habitacional, vivencia nos últimos anos um processo substancial de mudança, com uma nova configuração que o caracteriza como um polo moderno de serviços médicos. Ali se concentram hospitais, clínicas e consultórios que oferecem modernos serviços de saúde. O comércio informal nesse bairro é inexpressivo (apenas 50 comerciantes registrados, o que representa 1,57% do total do CE, a maioria deles com menos de 15 anos de atividade no bairro). O bairro Ilha Joana Bezerra, cujos vendedores informais estão incluídos nos da Ilha do Leite, também vem passando por um processo de mudança motivada pela implantação do Fórum Joana Bezerra, a partir do qual o bairro vem se configurando como o polo jurídico da cidade.

³⁹ Declaração do diretor-superintendente do Sebrae, para o jornal Folha de Pernambuco, em 19 de junho de 2003.

Ao analisarmos as mudanças ocorridas no comércio informal do Centro Expandido do Recife, nos anos mais recentes, dois aspectos se salientaram: primeiro, as diferentes razões de sua magnitude e o nível de complexidade que cada vez mais se aprofunda num emaranhado de interesses escondidos sob o véu da questão social; e segundo, a atitude vacilante do poder público municipal, pressionado por motivos e interesses os mais diversos. Assim, as dificuldades de identificar tais razões, somadas à persistência dos ambulantes e à argúcia de outros interessados em tirar proveito da atividade, inviabilizam as tentativas que visam organizá-la ou mesmo inibi-la, deixando o poder público comprimido no dilema provocado pelas pressões exercidas por duas forças que se opõem: a do apelo popular e a da pressão dos segmentos sociais que requisitam uma cidade bem cuidada e cobram a responsabilidade da gestão municipal pela conservação do patrimônio público, pela garantia das condições de mobilidade e pelo direito de acesso à cidade e aos serviços que ela oferece. As ações postas em prática nos últimos vinte anos, algumas mais pontuais, outras de caráter permanente, como o Calçadão de Mascates, não conseguiram alcançar o êxito almejado, pois foram todas elas vencidas pela tenacidade dos comerciantes informais em permanecerem na atividade, valendo-se de sua “capacidade de navegar” num movimento contínuo de saídas e voltas.

É justamente esse aspecto, dentre outros, que procuramos desvendar no próximo capítulo deste estudo, no qual iniciamos a análise dos dados obtidos na segunda etapa da pesquisa empírica. Conforme já anunciamos, nesse capítulo, que sem nenhuma intenção crítica intitulamos “Os donos das calçadas”, procuramos conhecer melhor os entrevistados: quem são, como vivem, como se articulam, como se organizam. Aqui começam a aparecer alguns detalhes de suas histórias, detalhes que os fizeram ser quem são e que não nos deixam vê-los como meros agentes econômicos.



CAPÍTULO 4

OS DONOS DAS CALÇADAS

CAPÍTULO 4: OS DONOS DAS CALÇADAS

 Camelô, esse dono da calçada/ na conversa bem contada/ vende a quem não quer comprar/ Se tivesse tido a chance de uma escola/ muita gente de cartola/ lhe daria o seu lugar/ Ele é vesgo, pois a profissão ensina/ a ter um olho na esquina/e o outro no freguês...⁴⁰

Eles chegam logo cedo, assim que o vigia da noite se vai. Às sete da manhã, as ruas já estão em rebuliço: carroças, bancos e tabuleiros, tudo em movimento à procura do lugar. Às nove horas o Centro da cidade já está em ebulição. Atentos ao movimento da rua, “com um olho na esquina e o outro no freguês”, hábeis nas táticas de convencimento – “na conversa bem contada” – e convictos da aceitação popular, certos de que “o povo gosta dos camelôs”, como declarou um dos entrevistados da pesquisa sintetizando os depoimentos de muitos outros, esses homens e essas mulheres protagonistas do comércio informal enfrentam os desafios do dia a dia, “na insegurança e na aventura”, como professou outro entrevistado. A convicção de serem aceitos pelo povo é atribuída ao fato de proporcionarem alternativas de consumo acessíveis aos segmentos de renda mais baixa, com produtos similares e vendidos a preços menores do que os praticados no mercado formal.

⁴⁰ Parte da letra da canção que compõe a trilha sonora do filme *O camelô da Rua Larga*, exibido em 1958, sob a direção de Eurides Ramos, tendo como roteirista principal Zé Trindade e como responsável pela trilha sonora Radamés Gnatalli.

Foto 2: Artigos diversos – Santo Antônio



Foto: Ivone Medeiros, 2013

São homens e mulheres, estas últimas em minoria, com idade entre 17 e 88 anos,⁴¹ naturais do Recife e de outros municípios pernambucanos. Nem todos residem na capital: 43,6% deles são domiciliados em outros municípios da Região Metropolitana do Recife, principalmente nos municípios vizinhos – Olinda e Jaboatão dos Guararapes. A maioria (72,3%) aparece na pesquisa como o principal provedor da família e os demais como contribuintes da renda familiar, à exceção de dois (Tabelas 14 a 19).

Tabela 14: Gênero

Gênero	Freq.	(%)
Masculino	70	69,3
Feminino	31	30,7
Total	101	100.0

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Tabela 15: Idade

Idade (em anos)	Freq.	(%)
Menos de 18	2	2,0
De 18 até 25	14	13,9
De 26 até 33	6	5,9
De 34 até 41	22	21,8
De 42 a 49	18	17,8
De 50 a 57	18	17,8
De 58 a 65	17	16,8
De 66 acima	4	4,0
Total	101	100.0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

⁴¹ Seu Laércio, 88 anos, trabalhou como agricultor dos 12 aos 18 anos, depois serviu o exército e quando saiu foi trabalhar como padeiro. Após 25 anos nesse ofício, adoeceu por causa do calor do forno da padaria e teve de se aposentar (estava com 48 anos). Ficou algum tempo em casa, sem fazer nada, até que resolveu vir para o comércio informal para complementar o valor que recebia da aposentadoria. Encontra-se nesse ponto há mais de vinte anos. Já esteve em outros. Seu Nelson tem 80 anos e trabalhou nos Correios até a aposentadoria, quando, incentivado por um fiscal da Prefeitura, resolveu ser comerciante informal. Seu Nelson é alegre e gosta de brincar. Foi assim que ele se apresentou quando foi por nós abordado pela primeira vez: “Sou aposentado dos Correios, não dou esmola nem faço favor, me chamam de Foice, não gosto de pobre e trabalho de camelô.”

Tabela 16: Local de nascimento

Local de nascimento	Freq.	(%)
Não Informado	1	1,0
Alhandra /PB	1	1,0
Amaragi /PE	1	1,0
Arapiraca /AL	1	1,0
Barreiros /PE	1	1,0
Bonito /PE	1	1,0
Cabo /PE	1	1,0
Catende /PE	1	1,0
Escada/PE	1	1,0
Glória de Goitá/PE	1	1,0
Jaboatão/PE	7	7,0
João Pessoa /PB	1	1,0
Limoeiro /PE	2	2,0
Macaparana / PE	1	1,0
Olinda /PE	7	7,0
Orobó PE	2	2,0
Passira /PE	1	1,0
Patos /PB	1	1,0
Paudalho /PE	1	1,0
Pesqueira /PE	2	2,0
Pombos / PE	2	2,0
Quipapá /PE	1	1,0
Recife / PE	55	54,0
Santo André /SP	1	1,0
Santos /SP	1	1,0
São Lourenço / PE	1	1,0
São Vicente Ferrer /PE	1	1,0
Surubim /PE	1	1,0
Timbauba /PE	1	1,0
União dos Palmares /AL	1	1,0
Vitória de Sto Antônio /PE	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 17: Local de residência

Município / Estado	Freq.	(%)
Abreu e Lima / PE	1	1,0
Camaragibe/ PE	4	3,9
Jaboatão/ PE	12	11,9
Olinda/ PE	21	20,8
Paulista/ PE	4	3,9
Recife/ PE	57	56,5
São Lourenço da Mata/ PE	1	1,0
Vitória de Santo Antônio/ PE	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 18: Posição econômica no domicílio

Posição econômica	Freq.	(%)
Chefe da família (principal provedor)	73	72,3
Contribuinte da renda familiar	26	25,7
Não contribuinte da renda familiar	1	1,0
Mora sozinho	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 19: Grau de instrução

Grau de Instrução	Freq.	(%)
Analfabeto Pleno	4	4,0
Lê e Escreve o nome	7	6,9
Alfabetizado	3	3,0
1º grau incompleto	45	44,6
1º grau completo	12	11,9
2º grau incompleto	14	13,8
2º grau completo	13	12,8
Superior Incompleto	2	2,0
Não Respondeu	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

São portadores de graus mínimos de instrução, pois mais da metade não conseguiu concluir o 1º grau de escolaridade. 13,9% se encontram na condição de analfabetos plenos, ou apenas leem e escrevem o nome, ou são simplesmente alfabetizados (Tabela 19). Quando confrontamos a idade com o grau e instrução (Tabela 20), vimos que os graus mínimos se concentram nos entrevistados de maior idade, confirmando as estatísticas oficiais que apontam a redução do analfabetismo no país nas últimas décadas.

Tabela 20 – Idade X Grau de Instrução

Idade (Em anos)	Grau de Instrução (%)									Total (%)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
- de 18	0	0	0	2 (4,4)	0	0	0	0	0	0	2 (2,0)
De 18 a 25	0	0	0	6 (13,3)	1 (8,3)	2 (14,3)	4 (30,8)	1 (50,0)	0	14 (13,9)	
De 26 a 33	0	0	0	3 (6,7)	1 (8,3)	1 (7,1)	1 (7,7)	0	0	6 (5,9)	
De 34 a 41	0	1 (14,3)	0	6 (13,3)	4 (33,3)	6 (42,9)	4 (30,8)	1 (50,0)	0	22 (21,8)	
De 42 a 49	2 (50,0)	1 (14,3)	0	8 (17,9)	2 (16,8)	3 (21,4)	2 (15,3)	0	0	18 (17,8)	
De 50 a 57	0	1 (14,3)	1 (33,3)	10 (22,2)	4 (33,3)	2 (14,3)	0	0	0	18 (17,8)	
De 58 a 65	1 (25,0)	3 (42,8)	2 (66,7)	10 (22,2)	0	0	1 (7,7)	0	0	17 (16,8)	
De 66 a +	1 (25,0)	1 (14,3)	0	0	0	0	1 (7,7)	0	1 (100,0)	4 (4,0)	
Total	4 (100,0)	7 (100,0)	3 (100,0)	45 (100,0)	12 (100,0)	14 (100,0)	13 (100,0)	2 (100,0)	1 (100,0)	101 (100,0)	

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

1 – Analfabeto pleno; 2- Lê escreve o nome; 3 – Alfabetizado; 4 = 1º Grau incompleto; 5 = 1º Grau completo; 6 – 2º Grau incompleto; 7 – 2º Grau completo; 8 – Superior incompleto; 9 – Não respondeu.

Perto de um quarto dos depoentes (22,8%) são portadores de curso profissionalizante, mas não executam o que aprenderam, uns porque não conseguiram emprego na área, alguns porque ganham mais como comerciantes informais, outros porque não querem submeter-se a ordens superiores. Dentre os portadores de cursos profissionalizantes, encontramos três técnicos de enfermagem, três vigilantes, dois técnicos de contabilidade e até portador de um curso de computação avançada (Tabelas 21 e 22).

Tabela 21: Formação profissional

Formação	Freq.	(%)
Sim	23	22,8
Não	78	77,2
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 22: Especificação da formação profissional

Curso	Freq.	(%)
Técnico de enfermagem	3	13,2
Cabeleireira	2	8,8
Caldeireiro e Montador	1	4,3
Computação avançada	1	4,3
Serralheiro	1	4,3
Atendente lojista	1	4,3
Técnico de contabilidade	2	8,8
Educador de trânsito	1	4,3
Informática básica	1	4,3
Manicure, corte e costura	1	4,3
Marcenaria e motorista	1	4,3
Mecânico	1	4,3
Motorista	2	8,8
Operador de ponte rolante	1	4,3
Padeiro	1	4,3
Vigilância	3	13,2
Total	23	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 23: Tempo de permanência no comércio informal

Tempo de permanência	Freq.	(%)
Menos de 5 anos	17	16,8
De 6 a 10 anos	14	13,9
De 11 a 15 anos	16	15,8
De 16 a 20 anos	21	20,8
De 21 a 25 anos	9	8,9
De 26 a 30 anos	7	6,9
De 31 a 35	8	7,9
De 36 a 40 anos	5	5,0
De 41 a 45 anos	2	2,0
De 46 acima	2	2,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Pouco mais da metade dos depoentes (53,5%) está no comércio informal há mais de quinze anos, dentre os quais 19,9% desempenham a atividade há mais de trinta anos e 30,7% ingressou no ramo nos últimos dez anos (Tabela 23).

A pesquisa também procurou ver se antes do comércio informal os entrevistados haviam tido alguma outra vivência profissional, e constatou que 63,4% já haviam desempenhado outra atividade anteriormente, principalmente como trabalhadores da indústria (21,9%) e do comércio formal (12,3%). No rol dessas outras atividades, também têm destaque o emprego como auxiliar de serviços gerais e como empregada doméstica. Foram vistas como inusitadas, por razões óbvias, duas ocupações citadas: assessor de vereador e porteiro da Csurb, órgão que tem, dentre as suas atribuições, a do controle do comércio informal. Para a metade desses comerciantes, essa experiência não foi além de cinco anos. Para a outra metade, o tempo de exercício em outra atividade se distribui em faixas temporais que vão de seis a mais de trinta anos. (Tabelas 24 a 26).

Tabela 24: Existência de atividade anterior

Atividade anterior	Freq.	(%)
Sim	64	63,4
Não	37	36,6
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 26: Tempo de exercício na atividade anterior

Tempo na atividade anterior	Freq.	(%)
Menos de 1 ano	10	15,6
De 1 a 5 anos	22	34,4
De 6 a 10 anos	14	21,9
De 11 a 15 anos	7	10,9
De 16 a 20 anos	2	3,1
De 21 a 25 anos	1	1,6
De 26 a 30 anos	2	3,1
De 30 acima	1	1,6
Não lembrou	5	7,8
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 25: Especificação da atividade anterior

Especificação	Freq.	(%)
Assessor de vereador	1	1,6
Carregador de caminhão	1	1,6
Ajudante de pedreiro	3	4,7
Trabalhador da indústria	14	21,9
Comerciário	8	12,5
Auxiliar de serviços gerais	11	17,2
Barbeiro de quartel	1	1,6
Borracheiro	1	1,6
Cabeleireira	1	1,6
Catador de Papelão	1	1,6
Cobrador de Kombi / de ônibus	2	3,0
Trabalhador rural	2	3,0
Empregada doméstica	6	9,4
Estagiário de contabilidade	1	1,6
Estivador	1	1,6
Motorista	2	3,0
Padeiro	3	4,7
Pintor de parede	1	1,6
Porteiro da Csurb	1	1,6
Representante comercial	1	1,6
Vigilante	2	3,0
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Foto 3: Flores em relevo – Santo Antônio



Foto: Ivone Medeiros, 2013

Vale também o registro de que 46,9% trabalharam naquele tempo na clandestinidade, pois não tiveram a carteira profissional assinada, fato que não pareceu ter tido importância para eles, pois, quando interrogados a respeito do motivo que os fizera deixar a atividade anterior, apenas 4,7% fizeram menção a isso. 29,6% deles disseram haver deixado a atividade então exercida porque foram demitidos. Um pouco mais de um terço dos depoentes tem o comércio informal como sua única referência em matéria de trabalho, razão pela qual se mostraram muito preocupados quando indagados sobre a possibilidade de serem proibidos de permanecer no exercício dessa atividade (Tabelas 27 a 29).

Tabela 28: Carteira assinada na atividade anterior

Ativ. anterior	Freq.	(%)
Sim	34	53,1
Não	30	46,9
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 29: Receio de alguma ação da prefeitura

Receio	Freq.	(%)
Sim	69	68,3
Não	32	31,7
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 27: Motivo pelo qual deixou a atividade anterior

Motivo	Freq.	(%)
Fui demitido(a)	19	29,6
Ficou com uma deficiência numa perna	1	1,6
Era mal remunerado	7	10,9
Para ter tempo de tomar conta da casa	6	9,3
A firma fechou	4	6,2
Aposentou-se	3	4,7
No CI via chance de melhorar de vida	1	1,6
Cansou de trabalhar para os outros	1	1,6
Perdeu o emprego que tinha na Prefeitura	1	1,6
Não gostava do horário	2	3,1
Não se identificava com o trabalho	4	6,2
Não quiseram assinar a carteira de trabalho	3	4,7
O trabalho era muito pesado	1	1,6
O vereador perdeu a eleição	1	1,6
Para estudar	1	1,6
Não gosta de levar grito de ninguém	3	4,7
Saiu do quartel	1	1,6
Não respondeu (Foi uma decisão pessoal)	5	7,8
Total	64	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Para os que desempenharam outras atividades antes de serem comerciantes informais, a experiência anterior é algo que não gostam de recordar, como expressaram Abel (que disse sentir vontade de chorar quando lembra o trabalho duro que desempenhou na usina, onde começou a trabalhar como cortador de cana, aos nove anos de idade), Adão (que foi enfático ao dizer que não tem mais paciência para aturar patrão), Jean Carlos (que confessou estar cansado de ser mandado) e Priscila (que disse já haver recebido muito grito, mas que hoje não aguenta mais isso).

Estabelecidos nos principais bairros do Centro da cidade – Boa Vista, Santo Antônio e São José –, com equipamentos (Tabelas 30 e 31) que variam de uma caixa de papelão, uma lona no chão ou um varal com pegadores, fiteiros e quiosques, e automóveis das mais diversas marcas (de passeio e utilitários), eles comercializam os mais variados produtos, desde raízes (inhame e macaxeira) e frutas de época ou frutas nobres (maçã, pera, uva), como eles chamam, até CDs, DVDs, produtos importados do Paraguai ou da China, artigos de vestuário e, com uma visível predominância, alimentos consumidos como lanches (cachorro-quente, pipoca, refrigerantes, água de coco, biscoitos, bombons, chocolates, salgadinhos diversos, churrasquinhos, etc.).

Tabela 30: Bairro onde atua

Bairros	Freq.	%
Boa Vista	32	31,7
Santo Antônio	32	31,7
São José	33	32,7
Bairro do Recife	1	1,0
Santo Amaro	3	2,9
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Foto 4: Banco de frutas – Santo Antônio



Foto: Ivone Medeiros., 2013.

Tabela 31: Tipo de equipamento utilizado

Equipamento utilizado	Freq.	(%)
Carro de passeio ou utilitário *	5	4,9
Banco / Balcão	14	13,8
Carroça	36	35,7
Tabuleiro	12	11,9
Quiosque	11	10,9
Baú de madeira	1	1,0
Box padronizado	2	2,0
Caixa de papelão/prancha/tela	7	6,9
Carrinho de supermercado	2	2,0
Carro de mão	2	2,0
Fiteiro	4	3,9
Isopor e tela	1	1,0
Arara com cabides	2	2,0
Engradado de plástico	1	1,0
Varal com pegadores	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

* Equipado com estufa, churrasqueira, forno de microondas, ventilador.

Os eletroeletrônicos têm alcançado nos últimos anos um aumento considerável em meio ao mosaico de ofertas do comércio informal, acompanhando a profusão desse tipo de artigo no comércio formal, principalmente no Bairro de São José e no Calçadão dos Mascates, chamado de Camelódromo (Tabela 32). Para 31,7% dos entrevistados, a rotina de trabalho se estabelece numa média de 10 horas diárias de permanência no ponto. Dos que escapam dessa média, 28,7% disseram ter uma jornada de trabalho acima dessa média, enquanto 39,6% declararam uma jornada inferior (Tabela 33). Nessa rotina eles trabalham de segunda a sábado – dia em que reduzem à metade as horas trabalhadas –, sendo que nas datas comemorativas, como o Dia das Mães, o Dia dos Pais e principalmente no final do ano, muitos costumam trabalhar também aos domingos, pois é nesse período em que ocorre a melhoria das vendas.

Tabela 32: Tipo de artigo comercializado

Artigo comercializado	Freq.	(%)
1 - Artigos de couro (bolsas e calçados)	5	4,9
2 - Artigos de época	3	3,0
3 - Artigos importados	8	7,9
4 - Relógios e Óculos	3	3,0
5 - Bijuterias	3	3,0
6 - Vestuário	10	9,9
7 - Cadernos, cartões, canetas, apostilas	2	2,0
8 - Lanches (sanduiches, salgadinhos)	10	9,9
9 - Coco verde, água e refrigerante	10	9,9
10 - CDs e DVDs piratas	4	3,9
11 - Ferramentas	2	2,0
12 - Frutas / verduras	11	10,9
13 - Meias	3	3,0
14 - Mungunzá / Milho cozido / Tapioca	3	3,0
15 - Condimentos	2	2,0
16 - Flores e coroa de flores	2	2,0
17 - Artigos diversos	20	19,7
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 33: Número de horas diárias de trabalho

Horas trabalhadas	Freq.	%
Menos de 8 horas	5	5,0
8 horas	11	10,9
9 horas	24	23,7
10 horas	32	31,7
11 horas	16	15,8
12 horas	9	8,9
13 horas	1	1,0
14 horas	2	2,0
Varia muito	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Respostas reticentes, demoradas e imprecisas apareceram quando tentamos obter informações sobre os rendimentos e o volume dos negócios realizados, fato que não nos surpreendeu, por se tratar de um comportamento relacionado à tendência natural de se preservarem dados ligados ao orçamento pessoal, como, dada a natureza da atividade, por receio de virem em algum momento a ser cobrados de pagamentos de taxas, multas ou impostos. No caso dos comerciantes informais, há que considerarmos a falta de hábito de contabilizar ganhos e gastos, tanto pelo imediatismo do consumo pessoal como pela forma inconstante e diária como os rendimentos são embolsados, como relataram Conceição, Henrique e Givanildo: “A gente que está acostumada a pegar em dinheiro todo dia não se acostuma a só receber no final

do mês”; “Aqui todo dia eu tenho dinheiro no bolso”; “Também já trabalhei como estivador e garçom, mas deixei porque gosto mais de viver assim, como comerciante informal, porque o ganho não é certo, mas todo dia pinga e dá para eu viver”. Com as vendas que realizam, os comerciantes informais do Centro do Recife conseguem obter rendimentos que ultrapassam o salário-mínimo oficial, o que, dada a ausência de qualificação profissional dessa mão de obra específica, certamente seria a remuneração desses comerciantes, caso estivessem inseridos no trabalho formal. Apuramos que 47,6% dos entrevistados conseguem obter um rendimento líquido médio mensal superior a três salários mínimos, particularidade que constitui uma das razões pelas quais as pessoas se sentem atraídas para essa atividade, conforme veremos mais adiante, de forma mais detalhada. 30,7% dos depoentes percebem entre mais de dois e três salários mínimos, e apenas 4,9% declararam obter um rendimento líquido mensal equivalente a um salário-mínimo. Abaixo disso, não tivemos nenhum registro. Vimos que não existe uma estreita correlação entre os rendimentos e o tipo de artigo comercializado, e que há uma certa homogeneidade nos ganhos dos que comercializam coco verde, água e refrigerantes. Além disso, os que conseguem atingir um patamar de rendimentos acima de cinco salários mínimos trabalham com artigos importados, relógios e óculos e vestuário (Tabela 34).

Tabela 34: Rendimento líquido mensal

Rendimento (Em SM)	Freq.	(%)
Menos de 1 SM	3	3,0
1 Salário-mínimo	16	15,8
Mais de 1 até 2	29	28,7
Mais de 2 até 3	38	37,6
Mais de 3 até 4	7	6,9
Mais de 4 até 5	0	0
Mais de 5 SM	3	3,0
Não Respondeu	5	5,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A Tabela 35 nega a existência de correlação entre o valor do rendimento auferido e o tipo de artigo comercializado, confirmando que o valor dos ganhos está muito mais relacionado à localização do ponto e à quantidade dos produtos postos à vista do consumidor.

Tabela 35: Rendimento líquido mensal X Artigo comercializado

Rendim. (SM)	Tipo de artigo																	Total (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
- de 1 SM						2								1				3,0
1 SM	1						1	5				5		1	1		2	16,0
+ de 1 a 2	1	1	2	1	1	3		1	1			1	1	1	1	2	12	29,0
+ de 2 a 3	2	2	4	1	2			4	9	2	1	5	2				4	38,0
+ de 3 a 4	1					4					1						1	7,0
+ de 4 a 5																		0,0
De 5 a +			1	1		1												3,0
NR			1				1			2							1	5,0
Total	5	3	8	3	3	10	2	10	10	4	2	11	3	3	2	2	20	101,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

1 = Bolsas e calçados; 2 = Artigos de época; 3 = Artigos importados; 4 = Relógios e óculos; 5 = Bijuterias; 6 = Vestuário; 7 = Cadernos, cartões postais, canetas; 8 = Lanches; 9 = Coco verde, água e refrigerante; 10 = CDs e DVDs piratas; 11 = Ferramentas; 12 = Frutas/ verduras; 13 = Meias; 14 = Mungunzá / Milho / Tapioca; 15 = Condimentos; 16 = Flores e coroa de flores; 17 = Artigos diversos. Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Dentre os entrevistados, apenas 12,9% disseram pagar a contribuição previdenciária oficial, na condição de autônomo. A maioria (39,6%) nunca contribuiu e alguns (15,8%) se incluíram na condição de autônomo em atraso (Tabela 36).

Tabela 36: Situação no INSS

Situação	Frequência	%
Autônomo em dia	13	12,9
Autônomo em atraso	16	15,9
Nunca contribuiu	40	39,6
Contribuiu quando era empregado	23	22,7
Empregado contribuinte	1	1,0
Aposentado/pensionista	7	6,9
Não respondeu	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Dos que se encontram em idade mais avançada, alguns (12,9%) demonstraram preocupação com o fato de não terem a carteira assinada e, em consequência disso, não poderem usufruir dos direitos conferidos pela legislação trabalhista, mas para a maioria essa questão relativa a tais direitos não pareceu ter muita importância, numa demonstração clara da preponderância da informalidade e do jeitinho sobre uma legislação trabalhista atrelada a um salário cujo valor não assegura condições dignas de sobrevivência. Dentre os que nunca contribuíram para a previdência social, a maioria se encontra justamente na faixa etária de 18 a 25 anos, que corresponde ao período usual de ingresso no mercado de trabalho (Tabela 37).

Tabela 37 : Situação no INSS x Idade

Idade (em anos)	Situação atual para com a previdência social							Total
	1	2	3	4	5	6	7	
Menos de 18	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (5,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (100,0)
De 18 até 25	1 (7,1)	0 (0,0)	10 (25,0)	2 (14,3)	1 (7,1)	0 (0,0)	0 (0,0)	14 (100,0)
De 26 até 33	1 (16,7)	1 (16,7)	4 (10,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	6 (100,0)
De 34 até 41	2 (9,1)	3 (13,6)	7 (17,5)	9 (40,9)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (4,5)	22 (100,0)
De 42 até 49	3 (16,7)	3 (16,7)	7 (17,5)	5 (27,8)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	18 (100,0)
De 50 até 57	5 (27,8)	4 (22,2)	5 (12,5)	3 (16,7)	0 (0,0)	1 (5,6)	0 (0,0)	18 (100,0)
De 58 até 65	1 (5,9)	5 (29,4)	5 (12,5)	3 (17,6)	0 (0,0)	3 (17,6)	0 (0,0)	17 (100,0)
De 65 acima	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (25,0)	0 (0,0)	3 (75,0)	0 (0,0)	4 (100,0)
Total	13 (12,9)	16 (15,8)	40 (100,0)	23 (22,8)	1 (1,0)	7 (6,9)	1 (1,0)	101 (100,0)

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

1 = Autônomo em dia; 2 = Autônomo em atraso; 3 = Nunca contribuiu; 4 = Contribuiu quando era empregado; 5 = Empregado contribuinte; 6 = Aposentado, pensionista, beneficiário reformado; 7 = Não respondeu.

Foto 5: Barraca de coco – Santo Antônio

Foto: Ivone Medeiros, 2013.

Questionamos sobre a receptividade à ideia de trabalharem no comércio formal como assalariados, vendendo os mesmos produtos que vendem no informal, 73,3% responderam: “Não” (Tabela 38).

Tabela 38: Receptividade à ideia de trabalhar no comércio formal, como assalariado, vendendo os mesmos artigos

Aceitaria	Freq.	(%)
Sim	15	14,8
Não	74	73,3
Ia depender das condições	12	11,9
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

E quando solicitados a dizer por que não aceitariam, a questão salarial sobressaiu, às vezes de forma direta, outras vezes associada à questão da autonomia, vinculada à figura do patrão/empregador (Tabela 39).

Tabela 39: Por que não aceitaria trabalhar no comércio formal, como assalariado, vendendo os mesmos artigos

Razões	Freq.	%
A gente que é acostumada a pegar em dinheiro todo dia, não se acostuma a só receber no final do mês / Aqui, todo dia eu tenho o meu trocado	2	2,7
Não posso viver de salário-mínimo nem ter patrão / Não me interessa ser sempre gado e viver de salário-mínimo / Nem quero ser mandado, nem ganhar pouco	15	20,3
Não me acostumo mais a cumprir horário	1	1,3
Aqui é meu e eu ganho mais	2	2,7
Gosto do que faço	1	1,3
Ganho muito mais do que um salário-mínimo / Aqui eu ganho mais/ Ganhar salário-mínimo não me interessa / Salário-mínimo não dá pra viver	24	32,5
Aqui trabalho pouco e ganho bem	1	1,3
Aqui não trabalho pra ninguém, só pra mim mesmo	4	5,4
Batalhei muito tempo pra conseguir o meu próprio negócio, deu certo e não vou desistir dele	1	1,3
Não quero ser mais empregado de ninguém pois já estou acostumado a ser autônomo / Porque não quero ter ninguém mandando em mim	3	4,0
Na formalidade o salário só chega no final do mês e às vezes ainda com atraso	1	1,3
Gosto de trabalhar pra mim mesmo / Já estou acostumado / Gosto do que faço	7	9,8
Nunca trabalhei como empregado e tenho a minha liberdade	2	2,7
Prefiro trabalhar sem receber ordens	1	1,3
Gosto de trabalhar pra mim mesmo, porque não levo esporro de ninguém	1	1,3
Não tenho mais idade para isso	2	2,7
Não tenho mais saúde pra ser mandada... aqui é meu e eu faço o meu horário	4	5,4
Não vou deixar de ser dona pra ser empregada	2	2,7
Total	74	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Dos quinze que responderam que aceitariam a troca, onze justificaram sua resposta dizendo que iam ter um salário certo e a carteira assinada (Tabela 40). Dos doze que condicionaram essa decisão, todos vincularam a aceitação da troca aos rendimentos (Tabela 41). Dentre os que rejeitariam a proposta de troca, um disse possuir dois pontos de comércio informal: o do local onde estava sendo entrevistado, e outro em Abreu e Lima, município próximo do Recife, no qual ele deixa um rapaz tomando conta, pagando-lhe R\$ 300,00 por quinzena. Além desses dois pontos, tem também uma lanchonete em Abreu e Lima, que funciona a partir da hora em que ele chega em casa, “por volta das cinco da tarde”, quando sua mulher já tem prontos os “quitutes” que ele comercializa nessa lanchonete.

Já outro entrevistado confessou que vendendo CDs e DVDs piratas consegue ganhar mais de cinco salários mínimos por mês, quantia próxima ao que ganhava quando trabalhava na Câmara Municipal do Recife, como assessor de vereador. A única coisa que ele acha ruim nessa sua nova atividade é “a perseguição da Prefeitura”.

Foto 6: Artigos por toda parte – Santo Antônio



Foto: Ivone Medeiros, 2013.

Tabela 40: Por que aceitaria trabalhar no comércio formal, como assalariado, vendendo os mesmos artigos

Razões	Freq.	%
Eu ia ter um salário certo e a carteira assinada / Teria o meu INSS	11	73,4
Teria os meus direitos trabalhistas	2	13,3
Não respondeu	2	13,3
Total	15	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 41: Quais as condições em que aceitaria trabalhar no comércio formal, como assalariado, vendendo os mesmos artigos

Condições	Freq.	%
Se fosse pra receber mais e ter a mesma liberdade que tem aqui	1	8,3
Se fosse pra ganhar o mesmo que ganha aqui	3	25,1
Só se fosse pra ter um salário fixo bem maior que o salário-mínimo	1	8,3
Só se fosse pra ganhar muito mais do que ganha aqui	4	33,3
Só se fosse para ganhar mais, com todos os direitos e aposentadoria	3	25,0
Total	12	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Nas falas dos depoentes, ficou evidenciado que o ingresso na atividade, no Centro da cidade, não é tão fácil como se costuma apregoar. 55,4% confirmaram a existência de dificuldades nessa ocasião e apontaram como principais o que eles chamam de “perseguição da Prefeitura (fiscais, carrocinha, Dircon)” e falta de dinheiro para comprarem as mercadorias a fim de iniciarem o negócio (Tabelas 42 e 43).

Tabela 42: Dificuldades para ingressar na atividade

Teve dificuldades	Freq.	(%)
Sim	56	55,4
Não	45	44,6
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 43: Tipos de dificuldades no ingresso na Atividade

Tipo de dificuldades	Freq.	(%)
Perseguição da Prefeitura (fiscais, Dircon, Carrocinha)	27	48,2
Outras	29	51,8
Total	56	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A maioria não contou com o apoio de ninguém para se iniciar na atividade, mas 46,5% afirmaram ter recebido a ajuda de terceiros, principalmente de parentes (Tabela 44).

Tabela 44: Pessoas que ajudaram a ingressar na atividade

Origem da ajuda	Freq.	(%)
Cônjuge, filho, pais	16	34,0
Outros parentes	11	23,5
Amigo / conhecido	5	10,6
Lojista	6	12,8
Político	2	4,2
Agiota	7	14,9
Total	47	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Em alguns casos, a ajuda extrapolou a esfera familiar, procedendo de amigos, conhecidos, lojistas, políticos e até de agiotas. O auxílio recebida consistiu, quase sempre, no empréstimo de dinheiro para bancar o investimento inicial (a compra das mercadorias), mas alguns também se referiram ao ponto e ao aprendizado, que herdaram do pai, da mãe ou do marido, que eram ambulantes, e outros fizeram referência ao apoio que receberam de lojistas e também de fiscais da Prefeitura, “que franquearam o ponto”, como ocorreu com Maria de Lourdes:

Hoje tenho meu carro (um *fiat*) equipado com micro-ondas e ventilador, onde preparo os lanches que vendo (cachorro-quente, sanduíches, salgadinhos e sucos). Antes era muito ruim, porque eu não tinha onde parar e ficava correndo de um lado pra outro. Mas o coronel da Prefeitura (da Csurb) disse que eu podia me estabelecer aqui e desde então eu fiquei. Hoje trabalho pra mim e loja nenhuma ia me pagar o que ganho aqui. (Maria de Lourdes).

Os agiotas também foram lembrados como pessoas que ajudaram a superar as dificuldades iniciais para o ingresso na atividade. As entrevistas feitas na segunda etapa da pesquisa mostraram que as estratégias de ajuda mútua, o companheirismo e as relações de parentesco são fundamentais para quem almeja entrar e se manter nessa ocupação.

Vimos que, para muitos, a entrada na ocupação ocorreu por meio de parentes, principalmente os pais ou conhecidos que já atuavam em algum ponto do Centro da cidade, sendo, portanto, o parentesco e a ajuda mútua de comerciantes informais mais antigos os suportes essenciais para o ingresso na atividade. Essa relação de parceria que se estabelece entre esses informais ocorre no dia a dia e se concretiza na ajuda para a realização de tarefas triviais (ajuda na montagem ou desmontagem de equipamentos, na falta de dinheiro miúdo para passar troco ao comprador, na indicação de outro comerciante que possua algum produto de que determinado vendedor não disponha no momento, na vigilância e até no atendimento quando alguns deles necessitam afastar-se temporariamente para fazer uma refeição, ir ao banheiro ou desempenhar alguma tarefa de cunho pessoal, ou nas ocasiões em que surge algum problema que venha a afetar a todos (fiscalização, ameaças de remoção, etc.).

A pesquisa apurou que os agiotas são atores muito presentes no dia a dia dos comerciantes informais, muito embora os entrevistados não tenham feito referência de forma espontânea a esses “agentes bancários informais” que se afiguram como mais uma forma de expressão do *jeitinho*. Para falarem sobre a participação dos agiotas no comércio informal, os entrevistados precisaram ser provocados. Alguns se negaram a falar sobre o assunto, outros se mostraram mais refratários à questão, sobretudo na ocasião do retorno, quando as entrevistas se deram de forma mais solta, mais demorada, num clima de maior aproximação entre pesquisador e pesquisado, levando-nos a concluir que os 14,9% apontados na Tabela 44 estão abaixo do percentual real. Foi na ocasião da segunda entrevista que conseguimos informações mais precisas acerca da participação mais forte desses agentes na vida dos comerciantes informais, sendo eles vistos por alguns como pessoas que os ajudam na atividade, sobretudo quando ocorrem imprevistos (doenças na família, confisco de mercadorias, prejuízos nas vendas ou um recuo muito grande da clientela, o que costuma acontecer nos meses de março e abril e nos meses em que chove mais, como julho e agosto). Outros, no entanto, procuram evitar recorrer a agiotas, na compreensão de que “quem cai na mão de agiota tem muita dificuldade de sair”.

Só apelei pra agiota porque foi o jeito. Tinha sido retirado de onde estava, minha barraca tinha sido destruída e fazia cinco meses que eu estava vagando pelas ruas, com a minha mercadoria na mão. Aí foi quando o Prefeito João da Costa voltou atrás e me autorizou a voltar para o mesmo local, mas com outra barraca, no modelo aprovado pela Prefeitura. Me deram 90 dias pra voltar, senão eu perderia o ponto. Então eu tive que

recorrer a um agiota pra pegar R\$ 4.500,00 emprestado para refazer a barraca como eles queriam. Foi difícil, mas já paguei tudo (Laércio).

Tem muita gente por aí vivendo aperreado, devendo a agiota... Todo dia passa agiota por aqui oferecendo dinheiro emprestado, e muita gente vai na onda e depois tá aí sem poder dormir porque tá pendurado, sem ter como pagar. (Damião).

Todo dia passa alguém (agiota) por aqui oferecendo dinheiro emprestado pra quem quiser. Mas eu nunca quis entrar nessa fria, pois se entrasse nunca mais ia poder sair, pois dinheiro de agiota só faz engordar, pra ele e pra quem toma emprestado, porque os juros que eles cobram são muito altos. (Camilo).

Houve entrevistados (17,8%) que declararam continuar recebendo ajuda de terceiros para exercer a atividade, principalmente de lojistas que lhes permitem situarem-se nas calçadas dos seus estabelecimentos (Tabelas 45, 46 e 47).

Tabela 45: Tipo de ajuda recebida para ingressar na atividade

Motivo	Freq.	(%)
O aprendizado, o ponto e as mercadorias que recebeu da mãe	2	4,3
O aprendizado, o ponto e as mercadorias que herdou do pai	3	6,4
O ponto e as mercadorias que herdou do marido	2	4,3
Dinheiro emprestado, de parentes ou conhecidos	20	42,5
Dinheiro emprestado, com juros, de um agiota	7	14,9
Empréstimo e/ou permissão de lojista para ficar no ponto	6	12,8
Ajuda de fiscal da Prefeitura franqueou o ponto	3	6,4
Empréstimo bancário para comprar o ponto	2	4,2
Ajuda de amigos que falaram na Prefeitura para liberar o ponto	1	2,1
Ajuda de alguém que pintava os vestidos que ela vendia	1	2,1
Total	47	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013

Tabela 46: Ajuda recebida para permanecer na atividade

Ajuda para ficar	Freq.	(%)
Sim	18	17,8
Não	82	81,2
Não respondeu	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta. 2013.

Tabela 47: De quem recebeu ajuda para permanecer na atividade

Procedência da ajuda	Freq.	(%)
Cônjuge, filho, pais	2	11,1
Amigo / conhecido	1	5,5
Lojista	12	66,8
Político	1	5,5
Não respondeu	2	11,1
Total	18	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Mas essa relação entre comerciantes informais e lojistas tem características bem diversificadas: às vezes aparece mesmo como resultado de uma atitude compreensiva do lojista para com o comerciante informal que fica nas imediações do seu estabelecimento (como no caso de Genésia, de Laércio, de Vicente e de outros); outras vezes é conflituosa (como no caso de Luís, que montou a sua máquina de fazer churrasco em frente a uma grande loja e o gerente começou a implicar até que os fiscais da Prefeitura vieram e o obrigaram a deslocar-se para uma esquina próxima); outras vezes é uma relação de parceria na qual o comércio informal aparece intimamente articulado ao empreendimento do lojista (como no caso de André, que todos os dias retira R\$ 200,00 em ferramentas da loja de Seu Francisco para só pagar no final da semana, quando também devolverá o que não conseguiu vender, conformando-se assim como um vendedor disfarçado do comércio formal, muito embora ele não admita essa condição, como pudemos constatar.

Outra situação que mostra essa articulação mais direta entre comerciante informal e lojista é a de Adelson, que vende roupas fabricadas pelo proprietário da loja em cuja calçada ele se encontra, ponto que pertence a um primo que o convidou para tomar conta e dividir o lucro entre os dois. Adelson conserva no bolso uma autorização dada pela Prefeitura e outra abonada pela loja da fábrica das roupas permitindo-lhe vender neste ponto. Alguns entrevistados atribuíram a relação amistosa que têm com os lojistas da área onde atuam, ao fato de, no seu entendimento, além de atraírem as pessoas para aqueles locais, eles também garantirem a segurança dos lojistas e dos pedestres. Também houve quem dissesse haver efetuado pagamento a terceiros para poder ocupar o espaço, no início da atividade, mas foram poucos: apenas seis (5,9%). Desses, três disseram ter efetuado esse pagamento a fiscais da própria Prefeitura (Tabelas 48 a 50).

Tabela 48: Tipo da ajuda recebida para permanecer na atividade

Tipo da ajuda recebida	Freq.	(%)
A loja permite ficar na frente ou ao lado dela	11	61,1
O lojista fornece as mercadorias para pagar depois	2	11,2
Uma carta de autorização do Presidente da APSE	1	5,5
Ajuda do político que lhe conseguiu o ponto	1	5,5
Ajuda da diretora do colégio, para ficar na calçada	1	5,5
Não respondeu	2	1,0
Total	18	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 49: Existência de pagamento para ocupar o ponto no início da atividade

Efetivou pagamento	Freq.	(%)
Sim	6	5,9
Não	94	93,1
Não respondeu	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 50: A quem pagou para ocupar o espaço no início da atividade

Efetivou pagamento	Freq.	(%)
À colega que me vendeu o ponto	1	16,7
Ao ex-proprietário do quiosque	1	16,7
Ao fiscal da Prefeitura	3	50,0
Ao Sindicato dos ambulantes	1	16,6
Total	6	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

O comércio informal não escapa da necessidade de uma que possibilite o seu funcionamento no Centro da cidade, e que corresponde: ao local onde as mercadorias são guardadas à noite quando os comerciantes retornam às suas casas, em bairros distantes, ou até em outros municípios metropolitanos; ao local onde são adquiridos os produtos comercializados; e à utilização, por alguns, de mão de obra complementar. Com relação ao primeiro tópico, apuramos que a maioria (54,5%) utiliza depósitos de aluguel específicos para essa finalidade, espalhados pelos bairros que aglomeram esse tipo de comércio, que cobram aluguéis pagos semanalmente e cujos preços variam de acordo com o tipo e a quantidade das mercadorias e também com as condições e localização dos depósitos. Encontramos quem paga R\$ 10,00 por semana e também quem paga R\$ 20,00, R\$ 30,00 e até R\$ 50,00 pelo aluguel de um espaço num depósito. Alguns comerciantes deixam as suas mercadorias nos próprios equipamentos, guardadas na parte inferior dos bancos, com portas fechadas com cadeados ou em cima dos próprios bancos ou quiosques, cobertos com lonas ou plásticos e amarrados com cordas. Os que assim procedem, costumam pagar a um vigia para tomar conta durante toda a noite. Outros levam as mercadorias para casa ou para a casa de parentes ou amigos que residem nas proximidades, havendo também quem as guarde em lojas próximas ao ponto ou até em condomínios onde tem amizade com o vigia (Tabela 51).

Tabela 51: Local onde as mercadorias são guardadas à noite

Local	Freq.	(%)
No(a) própria(a) banco/barraca	28	27,7
Deposito de aluguel	55	54,4
Leva para casa	11	10,9
Na casa de parente ou amigo	2	2,0
Em loja próxima ao ponto	2	2,0
Num condomínio próximo	1	1,0
Na casa da filha (que mora perto)	1	1,0
Na casa do dono da mercadoria	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A logística desses comerciantes também inclui os banheiros utilizados durante a sua jornada de trabalho. Os mais usados são os públicos existentes em vários pontos do Centro da cidade, bem como os de estabelecimentos comerciais (principalmente bares e restaurantes) próximos. Também são bastante utilizados os do Mercado de São José e dos depósitos onde esses comerciantes costumam guardar as suas mercadorias. Alguns entrevistados se queixaram da distância existente entre os banheiros e seus pontos de trabalho, razão pela qual lançam mão de recursos bem pouco convencionais, como saco plástico, garrafa *pet* ou o próprio Capibaribe, o rio (Tabela 52).

Tabela 52: Banheiro utilizado durante a jornada de trabalho

Banheiro utilizado	Freq.	(%)
Banheiro público	30	29,6
De estabelecimento comercial* próximo ao ponto	26	25,7
Do Mercado de São José	15	14,8
Do depósito onde guarda as mercadorias	9	8,9
Da Casa da Cultura	2	2,0
De uma Associação de Servidores do Estado	1	1,1
Da Faculdade Joaquim Nabuco	1	1,1
De uma igreja próxima	1	1,1
Da Praça do Sebo	1	1,1
Do Camelódromo	3	3,0
De um edifício residencial próximo	3	3,0
De um colégio municipal onde guarda a carroça	1	1,0
Do Expresso Cidadão	1	1,0
Da própria casa	3	3,0
Utiliza o rio, atrás de uma árvore	1	1,0
Utiliza um saco plástico, atrás de uma palmeira	1	1,0
Utiliza uma garrafa <i>pet</i>	1	1,0
Depende da ocasião	1	1,0
Total	101	100

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

* Loja, padaria, bares, lanchonetes, Shopping Boa Vista.

Nas referências aos locais onde costumam adquirir os artigos comercializados, as lojas chinesas apareceram como responsáveis por parte substancial desse abastecimento (22,8%). O comércio atacadista local e a Ceasa (que também vende por atacado, sendo o local onde costumam abastecer-se os que comercializam com frutas e verduras) vieram em seguida. Chamou a atenção o percentual de entrevistados que adquirem os artigos em outros locais, como São Paulo (camisas), Fortaleza e Caruaru (sandálias, chapéus e bolsas de couro), e Bahia, Fortaleza, Natal e Paraíba, de onde vêm intermediários para abastecer os que comercializam com coco verde. As vendas à vista constituem a forma preferencial de compra desses comerciantes (Tabelas 53 e 54).

Tabela 53: Local onde costuma comprar os artigos que vende

Local de abastecimento	Freq.	(%)
Comercio atacadista local	19	18,9
Ceasa	17	16,9
Comercio varejista local	15	14,8
Lojas chinesas	21	20,7
Intermediário	13	12,9
Caruaru	13	12,9
São Paulo e Fortaleza	2	1,98
Timbaúba	1	1,00
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 54: Forma de aquisição dos artigos que vende

Forma de aquisição	Freq.	(%)
A prazo	23	22,8
Á vista	67	66,3
Em consignação	6	5,9
Outra forma	5	5,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Apenas 5,9% dos entrevistados disseram que costumam contratar auxiliares, que são remunerados de acordo com o acerto feito com o contratante (percentual sobre as vendas ou remuneração fixa paga semanalmente). Muitos contam com a ajuda de auxiliares não remunerados (mulher e filhos), mas a maioria não utiliza mão de obra auxiliar⁴² (Tabela 55).

Tabela 55: Contratação de auxiliares para o desempenho da atividade

Contratação de auxiliares	Freq.	(%)
Não contrata auxiliares (trabalha sozinho)	66	65,4
Com auxiliares não remunerados (família)	28	27,7
Com auxiliares contratados/remunerados	6	5,9
Não respondeu	1	1,0
Total	101	100

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Foto 7: Automóvel “informal” – Santo Antônio

Foto: Ivone Medeiros, 2013.

⁴² Alguns, no entanto, disseram que, em ocasiões de muito movimento, como nas festas de final de ano, contam com o auxílio de algum membro da família (mulher ou filhos).

Dentre os entrevistados, treze possuem outro ponto de comércio informal, sete dos quais no Centro da cidade. Os demais estão localizados em outros bairros ou em outros municípios da Região Metropolitana. Nesses pontos secundários, eles comercializam, em sua maioria, o mesmo tipo de artigo. 88,1% dos protagonistas do comércio informal têm a opinião de que a atividade que executam não ocasiona problemas para o Centro da cidade. Alguns, inclusive, acham que exercem um papel importante como âncoras para as lojas, como “vigilantes informais” e como “informantes” para os transeuntes. Outros, no entanto, se mostram conscientes de que a atividade traz problemas para o Centro da cidade, tais como obstrução das calçadas e da ponte, sujeira e dificuldades para o trânsito. E foi por presumirmos a existência de tais problemas que incluímos no roteiro da entrevista uma questão referente à incidência de agressões sofridas pelos entrevistados no dia a dia do seu trabalho. Obtivemos 21,8% de respostas afirmativas. 3,9% disseram que isso ocorre raramente (Tabelas 56 a 45).

Tabela 56: Se a atividade acarreta problemas para a cidade

Opinião	Freq.	(%)
Sim	11	10,9
Não	89	88,1
Não Respondeu	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 58: Agressões sofridas no exercício da atividade

Incidência de agressões	Freq.	(%)
1 Sim	18	17,8
2 Não	79	78,2
3 Raramente	4	4,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 57: Quais os problema que a atividade provoca no centro da cidade.

Tipo de problema	Freq.	(%)
A atividade ocupa o espaço das calçadas	2	20,0
Alguns ambulantes não deixam o lugar limpo	2	20,0
A atividade atrapalha o trânsito e as pessoas	1	10,0
A atividade atrapalha o trânsito	3	30,0
Desorganiza as calçadas e deixa muita sujeira	1	10,0
Porque dificulta a passagem na ponte	1	10,0
Total	10	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Com relação às questões das calçadas e da segurança dos indivíduos nas ruas da cidade, é pertinente lembrar aqui o reconhecimento de Jane Jacobs a respeito do papel fundamental das calçadas na manutenção da segurança nas cidades: “Quando dizemos que uma cidade não é segura, estamos nos referindo às suas calçadas.” (JACOBS, 2000, p. 30). Ao discorrer sobre as calçadas e os desconhecidos, Jacobs defendeu a presença de desconhecidos como sendo importante, e apontou como principal atributo de um distrito urbano próspero o fato de as pessoas se sentirem seguras e protegidas na rua, em meio aos desconhecidos, e propôs, então, as três condições necessárias para que haja pessoas nas ruas, em número suficiente e de uma

forma segundo a qual exerçam uma vigilância natural sobre os espaços públicos e, com isso, se reduza a violência: 1) que seja nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado; 2) que existam “os olhos da rua”⁴³; 3) que as calçadas tenham usuários transitando nelas ininterruptamente (JACOBS, 2000). E disse ainda Jacobs que a manutenção da segurança não é feita pela polícia (ou pelo menos não apenas por ela, que também é necessária), mas “[...] pela rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados.” (JACOBS, 2000, p. 32). Moisés, Conceição e Ivan por certo não leram Jacobs, mas intuíram bem o que ela quis dizer:

Os ambulantes são os seguranças da cidade. Tem rua que, se não tem barraca, ninguém vai porque tem medo. O governo é falho na administração da cidade, ele não dá conta do recado. Nesse ponto, o ambulante é um apoio para o lojista e também para o pedestre. (Moisés).

A gente sabe quem é malandro e eles sabem disso. Ainda anteontem um ia assaltar uma moça que estava nessa parada (de ônibus) e quando olhou pra mim desistiu. A gente faz um papel muito importante que a Prefeitura não vê... A gente passa o dia informando sobre onde fica isso, onde fica aquilo, onde fica tal rua... onde fica tal parada de ônibus... Tem muita gente que anda na rua completamente desorientada (Severina).

Os ambulantes são muito importantes porque conhecem a cidade mais do que ninguém e dão informações às pessoas, mostram onde ficam as paradas de ônibus, as repartições, os hospitais e informam os locais perigosos onde as pessoas devem ter cuidado (Ivan).

Um sentimento de insegurança foi constatado nos entrevistados quando do questionamento acerca de um possível receio de virem a ser atingidos por alguma ação da Prefeitura. A maioria admitiu ter esse receio, por se tratar do começo de uma gestão municipal e, principalmente, por não ser uma gestão ligada ao Partido dos Trabalhadores, que, na opinião da grande maioria dos entrevistados, foi a gestão mais compreensiva com a causa dos comerciantes informais.

⁴³ Os olhos da rua são as pessoas que, consciente ou inconscientemente, utilizam o espaço público e/ou costumam contemplá-los de suas casas, exercendo uma vigilância natural sobre o que ali acontece. Jacobs cita como contra-exemplo alguns edifícios muito verticalizados, em que os corredores eram inacessíveis aos olhos, apesar de serem de acesso público, e por isso sofriam enormemente com a depredação e a violência. Sob a aparente desordem da cidade tradicional, existe, nos lugares em que ela funciona a contento, uma ordem surpreendente que garante a manutenção da segurança e a liberdade. É uma ordem complexa (JACOBS, 2000, p. 52).

Em seguida, foi feita uma pergunta aos entrevistados que se mostraram com receio de vir a ser impedidos de permanecer no local onde estão sobre o que farão caso isso venha a ocorrer (Tabela 59), tendo 23,2 % respondido: “A mesma coisa de sempre: ficar com a mercadoria na mão e correr quando a fiscalização aparecer”, pensamento expresso por outros de uma forma diferente: “Vou voltar a vender no corre-corre”. Outros (20,3 %) nem sabem o que fariam ou até se recusam a pensar nisso: “Ainda não sei... Só vou saber na hora... Nem quero pensar nisso”. Uma parcela disse que, caso isso venha a acontecer, simplesmente troca de local: “Me mudo para outro local”. Outros, no entanto, se mostraram mais obstinados em lutar pelo direito de permanecer no ponto: “Vou recorrer à Prefeitura, atrás dos meus direitos, pois nós não estamos roubando e sim trabalhando”; “Vou atrás dos meus direitos”; “Vou reagir pra poder voltar a vender”; “Nem sei dizer, só sei que estou aqui pra matar ou morrer pelo meu ponto”; “Vou me juntar com os outros ambulantes, para mobilizar o sindicato e brigar pelo direito de poder vender nas ruas.”

Tabela 59: Ação prevista se impedido de permanecer no local

Ação prevista	Freq.	(%)
A mesma coisa de sempre: ficar com a mercadoria na mão e correr quando a fiscalização aparecer / Vou voltar a vender no corre-corre	16	23,1
Me mudo para outro local	11	15,8
Vou passar a vender nas feiras livres	2	2,9
Procurar emprego / Vou desenrolar outra coisa pra fazer	6	8,7
Como não sei ler, o único jeito vai ser voltar a trabalhar em casa de família	1	1,5
Continuar na insistência, porque desde que o mundo é mundo que existe camelô	1	1,5
Fazer bico / Descarregar caminhão	2	2,9
Recorrer à Prefeitura atrás dos meus direitos / Vou atrás dos meus direitos / Reagir pra poder voltar a vender.	9	13,0
Obedecer na hora e depois voltar	1	1,5
Vou ter que ficar em casa, esperando a morte chegar, pois com a minha idade não vou poder ficar circulando	1	1,5
Vou passar a fazer viagem turística com a minha Kombi	1	1,5
Vou me juntar com os outros ambulantes, para mobilizar o sindicato e brigar pelo direito de vender na rua	1	1,5
Vou vender pipoca dentro dos ônibus	2	2,9
Nem sei dizer. Só sei que estou aqui para matar ou morrer pelo meu ponto	1	1,5
Ainda não sei / só vou saber na hora / nem quero pensar nisso	14	20,2
Total	69	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Dentre os entrevistados que desacreditam na possibilidade de alguma ação para retirá-los do local onde se encontram, a maioria (37,5%) se apoia no fato de possuir a autorização da própria Prefeitura para atuar naquele lugar; outros dizem já estar acostumados com essa situação (“sempre foi assim: eles mandam sair, a gente sai e depois volta”); alguns, por fim, se amparam na convicção de que já se encontram ali há muito tempo sem que ninguém os

importune. Há até quem considere o seu equipamento patrimônio da cidade, uma vez que já comercializa naquele ponto há mais de 50 anos (Tabela 60).

Tabela 60: Por que acredita que não será retirado do local onde atua

Por que acredita	Freq.	(%)
A dona dessa banca está aqui há mais de 50 anos e já é patrimônio da cidade	1	3,1
Porque já estou há muito tempo neste local e ninguém me tirou	4	12,5
Aqui a gente tem licença da Prefeitura / Foi a Prefeitura que me autorizou	12	37,5
Tenho autorização da Prefeitura e da loja para vender as roupas nesse ponto	1	3,1
Eles prometeram que se tirarem a gente daqui colocam em outro local	1	3,1
Em barraca de coco ninguém mexe, porque é tradição na cidade	1	3,1
Essa rua não é nunca fiscalizada pela Prefeitura, porque só tem um ambulante	1	3,1
Meu ponto não atrapalha ninguém e o local é sempre limpo	1	3,1
A Prefeitura não me deixaria sem um local para trabalhar	1	3,1
Porque tenho autorização da loja pra ficar na calçada dela	1	3,1
Porque sempre foi assim: eles mandam sair, a gente sai e depois volta	5	15,6
Porque não incomodo ninguém, fico numa calçada de uma loja fechada	1	3,1
Porque se a Prefeitura não fez até agora, não fará mais	1	3,1
Tenho a permissão da Igreja para ficar onde estou	1	3,1
Total	32	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Os entrevistados demonstraram desconforto ao serem abordados acerca da possibilidade de serem proibidos de comercializar nas ruas centrais da cidade, revelando uma expectativa muito grande a esse respeito. No entanto, 37,6% deles não temem ser atingidos por nenhuma ação que venha a ser deflagrada pela Prefeitura para retirá-los de onde estão, em contraposição a outros que já foram desalojados várias vezes, conforme nos mostram as Tabelas 61 e 62.

Tabela 61 : Se já foi retirado do local onde atua

Já foi retirado	Freq.	(%)
Sim	63	62,4
Não	38	37,6
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 62: Quantas vezes já foi retirado do local onde atua

Nº de vezes	Freq.	(%)
1 vez	18	28,6
2 a 5 vezes	18	28,6
6 a 9 vezes	4	6,3
Umas 10 vezes	4	6,3
Muitas vezes	18	28,6
Não dá nem pra contar	1	1,6
Total	63	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Foto 8: Frutas para todos os gostos – Santo Antônio



Foto: Ivone Medeiros – 2013.

Foto 9: Calçadas ocupadas - Santo Antônio



Foto: Ivone Medeiros – 2013.

Esses, quando questionados sobre a atitude que tomaram para voltar a comercializar no centro da cidade, responderam: “Dava um tempo e depois voltava pro mesmo local”; “Me escondia e depois voltava”; “Eles tiravam num dia e eu voltava no outro”; “Vivo insistindo, na teima”. (Tabela 63).

Tabela 63: O que fez para voltar, após ser retirado

Atitude adotada	Freq.	(%)
Foi a própria Prefeitura que me arranhou outro local	5	7,9
Conversei com o fiscal e ele permitiu que eu voltasse pro mesmo local	1	1,6
Da 1ª vez fui pra a rua protestar e consegui; da segunda eu voltei por conta própria	1	1,6
Dava um tempo e voltava pro mesmo local / Me escondo, depois volto / Tiram num dia e volto no outro / Vivo insistindo / Na teima / Persistia / Enfrentei a barra e fiquei	42	66,7
Fui para a DIRCOM e renovei a minha licença	2	3,8
Fui para a DIRCOM, peguei as minhas mercadorias e voltei pra rua	4	6,3
Paguei R\$20,00 a um rapaz da DIRCOM, recebi tudo de volta e continuei aqui	1	1,6
Falei com um político e com o meu pai que é presidente da Associação	1	1,6
Fui autorizada pela Igreja a ficar na calçada dela	1	1,6
Mudei de ponto, fiquei um tempo trabalhando com as mercadorias na mão correndo quando a fiscalização se aproximava e quando eles relaxaram eu me estabeleci aqui.	2	3,2
Saia por ai vendendo e depois parava num local e me estabelecia	1	1,6
Arranjei dinheiro emprestado e montei esse quiosque com permissão da Prefeitura	1	1,6
Não respondeu	1	1,6
Total	63	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Foto 10: Roupas nas calçadas - Santo Antônio



Foto: Ivone Medeiros – 2013.

Foto 11: A ponte “informal” - Boa Vista

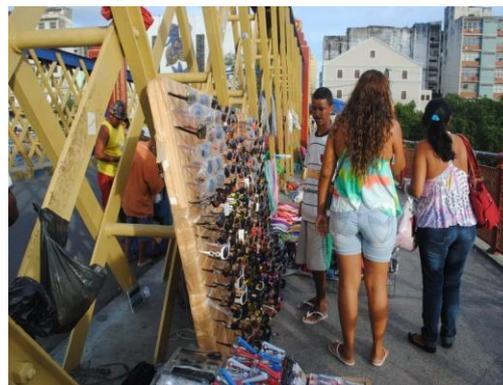


Foto: Ivone Medeiros – 2013.

Eles também foram consultados sobre se aceitariam com tranquilidade ser transferidos, pela própria Prefeitura, para outro ponto no Centro da cidade, desde que preservadas as condições atuais de instalação e vendas, tendo a maioria (55,4%) respondido que não aceitaria, apresentando como justificativas principais o fato de o ponto haver pertencido aos pais ou ao marido e o sentimento de apego ao ponto (Tabelas 64 e 65), aspectos já analisados no capítulo anterior.

Tabela 64: Se aceitaria ser transferido para outra rua

Aceitaria	F	(%)
Sim	35	34,6
Não	56	55,5
Ainda não pensou nisso	8	7,9
Não respondeu	2	2,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 65: Por que não aceitaria ser transferido para outra rua

Por que não aceitaria	F	(%)
Já estou apegado ao ponto	15	26,7
Porque o ponto pertenceu ao pai/ mãe/ marido	21	37,5
Porque aqui já tenho os meus amigos/ conhecidos	10	17,9
Porque a clientela já está acostumada comigo aqui	10	17,9
Total	56	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Foto 12: Roupas por todo lado – Santo Antônio



Foto: Ivone Medeiros – 2013

Por último, foi perguntado aos entrevistados o que eles viam de ruim na atividade que exercem, sendo obtidas apenas trinta (29,7%) respostas afirmativas, treze delas relacionadas à inexistência de proteção diante da chuva e do sol (Tabela 66 e 67).

Tabela 66: Se há alguma coisa ruim na atividade que exerce

Há alguma coisa ruim	Freq.	(%)
Sim	30	29,7
Não	71	70,3
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 67: O que considera ruim na sua atividade

Considera ruim	Freq.	(%)
Falta de proteção para a chuva e para o sol	13	43,3
O banheiro fica distante do ponto	2	6,7
Não ter a carteira assinada	1	3,3
A perseguição da Prefeitura	3	10,0
A perseguição da Polícia	2	6,7
A perseguição da Prefeitura e da Polícia	3	10,0
O movimento às vezes cai	1	3,3
A insegurança (tanto faz a gente está aqui, como a Prefeitura retirar)	2	6,7
O peso que tem que carregar todo dia	2	6,7
O ponto fica perto de um esgoto	1	3,3
Total	30	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Em contraposição ao que veem de negativo na atividade, os consultamos sobre o que veem de bom no comércio informal, tendo a maioria das respostas se concentrado nas questões relativas à autonomia (Tabela 68):

Aqui eu **não tenho patrão** e nem **horário fixo** / Aqui eu **mando e desmando** / Aqui estou **livre pra ir e vir** / Não recebo **ordens** e chego na hora que quero / Não sou **escravo de relógio** / Ninguém é **dono de mim** / Tenho **autonomia** / Tenho **liberdade** / Trabalho **quando quero**.

Tabela 68: O que considera bom na sua atividade

O que é bom	Freq.	%
A clientela certa , que não falha nunca	3	3,0
A convivência com os colegas / Comunicar-se com as pessoas livremente / Trabalhar se distraíndo / Sentir-se em casa	13	12,9
Não viver na rotina e ver o movimento da rua / É muito divertido, o tempo passa rápido e a pessoa nem sente.	6	5,9
Aqui o tempo é meu	1	1,0
Aqui as pessoas me respeitam	1	1,0
Aqui se tem o dinheiro na hora , não tem esse negócio de esperar que o mês termine não / Aqui nunca se fica liso / Todo dia se tem o trocado	5	4,9
Aqui eu não tenho patrão e nem horário fixo / Aqui eu mando e desmando / Aqui eu estou livre de patrão / Aqui estou livre pra ir e vir / Não recebo ordens e chego na hora que quero / Não sou escravo de relógio / Ninguém é dono de mim / Tenho autonomia / Tenho liberdade / Trabalho quando quero	51	50,4
Trabalho pra mim mesmo e ganho bem, na sombra e na água fresca	1	1,0
Trabalho pra mim e ganho mais do que se trabalhasse pros outros / o que eu ganho me satisfaz	10	9,9
Ganho mais e tenho liberdade até de me vestir	1	1,0
Faço o que gosto e tenho o meu lucro certo	4	4,0
É o meio que achei pra complementar a minha renda	2	2,0
Junto o útil ao agradável: sou livre, tenho o controle das minhas obrigações e sou feliz. Meu trabalho é a minha vida	1	1,0
Me sinto livre e bem informado , porque vivo na rua	1	1,0
O dono do ponto confia em mim e toda semana eu tenho o meu dinheiro certo	1	1,0
Total	101	100,0

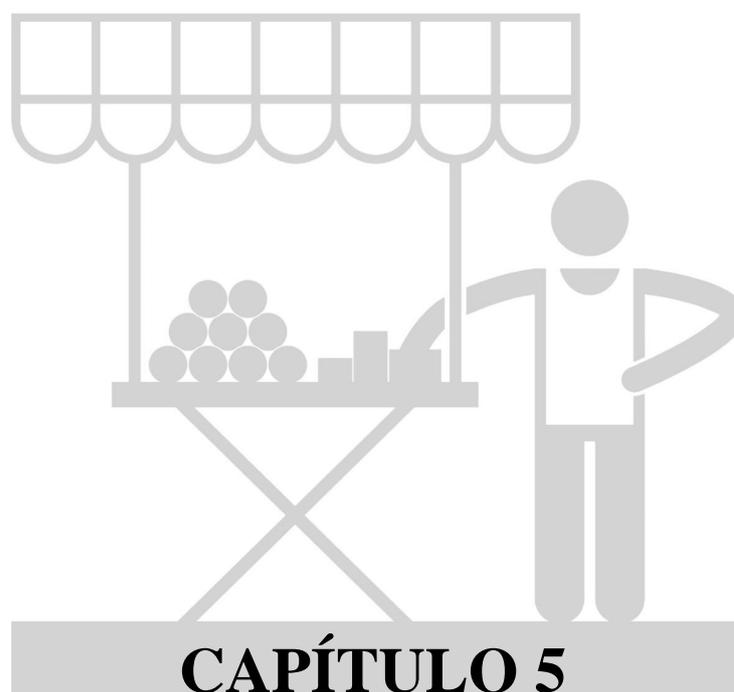
Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A pesquisa nos revelou que, além dos comerciantes informais, o comércio informal tem outros protagonistas: agiotas, donos dos depósitos, carregadores, comerciantes formais que fornecem mercadorias em consignação, comerciantes informais atacadistas que atuam na obscuridade, produzindo ilegalmente produtos piratas, como CDs e DVDs, repassados aos que vão comercializá-los nas ruas, intermediários que vêm de outros estados abastecer os quiosques de coco verde, além de fiscais e políticos que procuram beneficiar-se da atividade, os primeiros agregando ganhos financeiros aos seus rendimentos legítimos e os segundos colhendo o apoio político dos seus protegidos.

Trata-se, portanto, de uma rede de atividades que, em razão de sua complexidade e de sua heterogeneidade, dificulta qualquer ação do poder público focada no seu disciplinamento. Além disso, são atividades que não podem ser compreendidas como um fenômeno transitório, uma vez que, como foi observado no terceiro capítulo deste estudo, vistas no seu conjunto, constituem parte integrante de nossas relações laborais, e, mais que isso, um modo próprio de viver, a informalidade, diferentemente do que vem sendo observado nos países desenvolvidos,

onde ela aflora como consequência da crise do sistema monetário internacional, do desgaste do Estado de Bem Estar-Social, das crises do petróleo, da elevação dos déficits públicos, etc., que fazem os estudos sobre essa questão se enquadrarem no contexto da modernidade e de suas questões sociais. Entre nós, o comércio informal ultrapassa a visão de fenômeno transitório ou de mera estratégia de sobrevivência; ele exprime também a rejeição aos predicados do assalariamento (sobretudo no que se refere ao valor dos salários) e uma profunda aversão à autoridade e à regulamentação.

No entanto, é impossível denegar a necessidade de discipliná-lo, pois, volumoso e desorganizado como é, não há dúvida de que causa transtornos à cidade. A essa necessidade junta-se o interesse de vários segmentos sociais em minimizar a visibilidade desse comércio, porque ele expõe um jeito de viver que também reflete a pobreza que aos olhos da sociedade precisa ser escondida até para eximi-la de um sentimento de culpa que também lhe toca. É um modo de vida de uma gente pobre, em sua expressiva maioria, e manifesta uma injustiça social histórica que constrange porque rebate na imagem de empresários, políticos e dirigentes, como tão bem lembrou Antonio Candido ao defender o direito todos à literatura (CANDIDO, 2012). Afora esse aspecto, há um patrimônio histórico que merece ser preservado, além dos problemas relacionados à mobilidade urbana que precisam ser administrados e que atingem diversos interesses. Enfim, não é possível passar por cima das regras estabelecidas para a ocupação do espaço público e que fazem parte dos princípios de civilidade. Mas, como será visto no próximo capítulo, por trás de toda essa desordem existem histórias de vida, histórias que estão ligadas à história e à cultura do lugar, histórias relacionadas a um modo singular de ver o mundo, histórias das diferenças e das desigualdades que precisam ser compreendidas no plano das relações entre pessoas.



A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E O SENTIDO DO LUGAR

CAPÍTULO 5: A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E O SENTIDO DO LUGAR

Procuramos neste capítulo refletir não somente sobre as estratégias, os artifícios ou *jeitinhos* utilizados pelos comerciantes informais para ocuparem os lugares onde operam com seus bancos, quiosques e tabuleiros, mas também pensar, mediante os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pela pesquisa e à luz do pensamento de teóricos que se dedicaram aos estudos relacionados a espaço, território e lugar, se esses lugares aos quais nos referimos agregam algum sentido especial ou se representam simplesmente o espaço no qual esses trabalhadores conseguem assegurar a sua sobrevivência material. Procuramos analisar, por exemplo, se a transferência de um desses comerciantes da Rua das Calçadas para a Rua Direita lhe seria indiferente, desde que mantidas as possibilidades de obtenção do mesmo nível de rendimento, ou se existem outras razões que o levariam a relutar contra a troca de um lugar por outro. Trata-se, portanto, de um intento que nos reporta às categorias conceituais acima referidas.⁴⁴

⁴⁴ “A ideia de território, segundo Jean Gottmann, já era debatida no século XV, no contexto das questões políticas da época...” (SAQUET, 2013, p. 27).

É no espaço, geograficamente falando, que a vida humana se reproduz em todas as suas facetas e plenitude, ocorrência que se constitui no fato gerador dos processos e conflitos relacionados ao uso e à ocupação do espaço, os quais, por sua vez, instigaram cientistas sociais das mais variadas disciplinas, particularmente os dedicados à geografia humana, a procurarem entendê-los e explicá-los à luz de profundas e, às vezes, exaustivas interpretações (SAQUET, 2013). Entretanto, como os objetivos deste estudo encontram-se voltados para as motivações e as formas (*os jeitos*) utilizadas no processo de ocupação do espaço, não nos sentimos requisitados para uma imersão mais aprofundada nesse debate conceitual em torno de *espaço e território*⁴⁵, duas categorias inseparáveis e relevantes nas análises da geografia humana mais crítica, a ele nos reportando na medida necessária para melhor compreensão dos fatos analisados por esta pesquisa. Nosso esforço se volta, essencialmente, para o entendimento dos estímulos (objetivos ou afetivos) que subsistem no processo de ocupação do *lugar*, esta outra categoria que compõe o importante tripé conceitual implicado nas análises das relações sociais. Afinal, é no espaço, no território ou no lugar que essas relações se concretizam, que as desigualdades sociais se materializam, que a vida urbana se revela nas suas múltiplas contradições e as relações de poder se confrontam, lembrando a assertiva de Foucault de que “onde há poder há resistência.” (FOUCAULT, 1978 apud SAQUET, 2013).

⁴⁵ Debate que nos legou as profundas e profícuas contribuições, como, por exemplo, as de Claude Raffestin e Milton Santos. O primeiro entende ser o espaço anterior ao território, pois, no seu modo de ver, o território se forma a partir do espaço, como resultado de uma ação conduzida pelo homem. Para Raffestin, ao apropriar-se de um espaço, concreta (por meio de um trabalho ou de uma ação) ou abstratamente (mediante uma representação,) o ator “territorializa” o espaço num processo – de territorialização – que envolve relações marcadas pelo poder. Assim, na concepção desse autor, o território se forma pela ação do homem no espaço e é definido a partir das relações de poder: “O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. É o ‘local’ de possibilidades, a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. [...] o território de apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Já Milton Santos imergiu nessa discussão conceitual seguindo uma direção oposta à de Raffestin. Enquanto o primeiro, na sua análise estrutural construtivista, viu o espaço como uma *tabula rasa* (chamou-o de *matéria-prima*) na qual o homem projeta as suas ações, o segundo, com a sua visão dinâmica e processual, o compreendeu como um conceito central, como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente. Na visão de Santos, portanto, não se trata de um conceito estanque e uniforme, mas, de “um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”(SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2013, p. 91). Ao contrário de Raffestin, Santos atribuiu ao espaço um significado vivo, moldado a partir dos atores que o utilizam, pois, no seu entendimento, “é a utilização do território pelo povo, que cria o espaço” (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2013, p. 91). O espaço geográfico é, portanto, entendido por Santos, em sua elaboração teórico-metodológica, como um sistema indissociável de objetos e ações, no qual a instância social é uma expressão concreta e histórica. Já o território é um conceito subjacente e representa um dado fixo (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2013, p. 91).

Ao analisar as questões ligadas a espaço e território, Marcelo Lopes de Souza observou que o território é definido e delimitado a partir de relações de poder (SOUZA, 1995), ou seja, que grupos sociais específicos estabelecem relações de poder e formam territórios no conflito pelas diferenças culturais: “Todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da OTAN.” (SOUZA, 1995, p. 11).⁴⁶

Assim, para Souza (1995), os conflitos e as contradições inerentes às sociedades mantêm uma íntima relação com a constituição de territórios, pois o território está presente em toda a espacialidade social, repleto dos conflitos e contradições das sociedades.

Preocupado com a visão reducionista do uso do conceito de território e levando em conta a essencialidade das questões relativas às relações de poder, enfatizadas por Souza e por tantos outros que o precederam, Saquet (2013) insistiu no fato de que o território não existe em si, uma vez que são as relações de poder que o formam,⁴⁷ pois são justamente elas que territorializam os espaços imprimindo neles uma determinada territorialidade, mas considera ser uma forma reducionista explicar o território apenas como produto de centralidades e autoridades. Para ele, é preciso evidenciar as dimensões sociais fundamentais de sua

⁴⁶ Souza propõe o conceito de “território autônomo” como uma alternativa para o desenvolvimento, pois, na sua concepção, a autonomia constitui a base do desenvolvimento, que, por sua vez, é visto como um processo de autoinstituição da sociedade rumo a maior liberdade e menor desigualdade. Escreveu Souza (1995, p. 106): “Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território [...] Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...]. No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um ‘Estado’ enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante de sociedade.” Na ideia desse autor, “em qualquer circunstância, o território encerra a materialidade que constitui o fundamento imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo” (SOUZA, 1995, p. 108). Mas ele trabalha com a ideia de um território autônomo sobre o qual não há interferência de um poder centralizador como o Estado-Nação, onde as pessoas têm a liberdade de manifestar suas escolhas e potencialidades, o que gera um espaço socialmente equitativo. Trata-se, portanto, de uma concepção que admite a existência, principalmente nas grandes cidades, de múltiplos e diferentes territórios autônomos, que podem ser temporários ou permanentes. Ao afirmar que o território contém a materialidade que constitui o fundamento imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo, Souza converge para Milton Santos, que definiu o espaço como “um sistema indissociável de sistemas de objetos e ações, em que a instância social é uma expressão concreta e histórica” (SOUZA, 1995, p. 108).

⁴⁷ Saquet traz à lembrança a constatação de Foucault acerca do poder como componente das relações sociais, fazendo-se presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas..., enfim, nas relações sociais que se efetivam na vida da cotidiana, visando ao controle e à dominação sobre os homens e as *coisas*, ou seja, o que Claude Raffestin denomina de “trunfos do poder, chegando a considerar que são as relações de poder que cristalizam o território e as territorialidades [...] O território é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (SAQUET, 2013, p. 34).

compreensão e constituição no *real*, ou seja, “a economia (E), a política (P), a cultura (C) e as relações do homem vivendo em sociedade com sua natureza exterior (N).”⁴⁸ Segundo o autor,

A sociedade, construindo o território, conforme Magnaghi (2000), está se relacionando com o ambiente, historicamente. Assim define o conceito de identidade, como um *código genético local, material e cognitivo*; é um produto social da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A identidade é formada pelas edificações (monumentos, infraestruturas, cidades, pontões...), línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos *atos territorializantes* dos atores sociais e históricos; significa *sedimentos* em um certo lugar, no qual há uma *coevolução* social e natural. (SAQUET, 2013, p. 148).

Uma questão transversal que se observa no conjunto das reflexões feitas pelos diversos autores que se debruçaram sobre os conceitos de espaço e território – visto por Raffestin também como *lugar de enraizamento, por definição* (SAQUET, 2013) – é a confirmação do princípio filosófico segundo o qual as coisas não existem em si mesmas e, por conseguinte, só podem ser apreendidas nas suas relações, sejam elas de caráter político, social, cultural, econômico ou numa perspectiva experiencial, como preferia ponderar Tuan Yi-Fu⁴⁹.

Ao analisar os diversos conceitos de espaço e lugar, procurando resposta para a indagação sobre a natureza da experiência na vida das pessoas, Yi-FuTuan principia o seu livro referindo-se às perguntas que ocorreram aos físicos Niels Bohr e Werner Heisenberg quando visitaram o castelo de Kronberg na Dinamarca: O que é um lugar? O que dá identidade e aura a um lugar? A resposta às questões postas coube a Bohr:

Não é interessante como este castelo muda tão logo a gente imagina que Hamlet viveu aqui? Como cientistas, acreditamos que um castelo consiste só em pedras [...]. Mas, nada disto deveria mudar pelo fato de que Hamlet

⁴⁸ Saquet define territorialidade como sendo as relações diárias momentâneas entre os homens e a natureza orgânica e inorgânica, necessárias à sobrevivência: [...] “é o acontecer de todas as atividades no cotidiano, produzindo o território” (SAQUET, 2013, p. 19). Diz mais: “É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e a unidade do mundo da vida.” (SAQUET, 2013, p. 24).

⁴⁹ A experiência é definida por Tuan (1983, p. 13) como “todas as modalidades pelas quais uma pessoa vivencia e constrói a realidade”. Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. Espaço é mais abstrato do que lugar. “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] Se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.” (TUAN, 1983, p. 4). [...] O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. (TUAN, 1983, p. 151).

morou aqui e, no entanto, muda completamente. De repente os muros e os baluartes falam uma linguagem bem diferente. O próprio pátio se transforma em um mundo, um canto escuro nos lembra a escuridão da alma humana, e escutamos Hamlet [...]. Uma vez que sabemos disso, Kronberg se torna, para nós, um castelo bem diferente. (In: TUAN, p. 4)

Tuan considerou *espaço* e *lugar* designações do nosso cotidiano que indicam as experiências triviais do dia a dia. Não importa se é um local natural ou construído, o que vale é saber que uma pessoa se liga ao lugar quando este adquire um significado mais profundo ou mais íntimo:

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. [...] Se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1983, p. 4). [...] O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado. (TUAN, 1983, p. 151)

No enfoque desse autor a afetividade está relacionada ao conceito de lugar, numa visão humanística que percebe o lugar como uma porção do espaço em relação ao qual se desenvolvem afetos, a partir da experiência individual ou de grupos sociais. Para Tuan, o lugar é uma área que foi apropriada afetivamente, e foi essa apropriação que transformou um espaço indiferente em lugar, pois "o lugar é um mundo de significado organizado." (TUAN, 1983, p. 198). Na visão desse autor, espaço é um conceito mais abstrato que o de lugar. O que começa como espaço indiferenciado se transforma em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor: "Lugar é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais." (TUAN, 1983, p. 203). Só nos familiarizamos com um lugar após algum tempo. O lugar é, por sua vez, definido por e a partir de apropriações afetivas que decorrem dos anos de vivência e das experiências atribuídas às relações humanas, tal como expressou *Izaura* em seu depoimento: "Este é um lugar da minha família".

O antagônico do lugar – o não lugar – foi trabalhado por Marc Augé como um protótipo da supermodernidade⁵⁰. Para esse autor, a mobilidade cada vez mais acelerada dos tempos atuais

⁵⁰ Marc Augé denega o termo pós-modernidade substituindo-o por supermodernidade, pois na sua opinião este último intui a ideia de continuidade em vez de ruptura, como sugere o primeiro termo. Para ele, o que realmente observamos são mais fatores de aceleração (como de tempo) do que mesmo de ruptura. (AUGÉ, 1994).

não cria espaço, e sim “não lugares”, pois transforma os lugares em meros locais de passagem ou de trânsito, efêmeros e provisórios: os meios de transporte, de comércio, de lazer, enfim, todos os “lugares” que permitem passar de um espaço a outro, que não passam de experiências marcadas pela perda de marcos e de identidades (AUGÉ, 1994). Vemos, assim, que o conceito de “não lugar” está associado à noção de mobilidade; ou seja, espaço de passagem incapaz de dar forma a qualquer tipo de identidade.

O lugar, assim, confere ao espaço um sentido mais ontológico. É no lugar que a vida de fato se concretiza, abrindo-nos a perspectiva de que o sujeito não pode mais ser considerado um elemento passivo. É no lugar que o sujeito faz a sua história, forja a sua própria identidade, toma consciência de si mesmo, como de um jeito singelo expressou *Genésia* no seu depoimento: “Já me sinto “fincada” (enraizada) nesse lugar... foi aqui que consegui criar os meus filhos e me manter até hoje.” É também como sugeriu o poeta:

O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,
Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia
Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia. (CAEIRO, 1977, p. 215).

É justamente nesse enraizamento de que nos fala *Genésia* que está a sutil diferença entre território e lugar, termos imbricados que envolvem questões ligadas às relações de identidade e às relações de poder. No território as relações de poder aparecem com mais realce. No lugar têm mais destaque as questões de identidade, as vivências, as ligações afetivas. O Tejo, poetizado por Caetano, não corre num território; o Tejo corre numa aldeia, num lugar. Izaura, por sua vez, não vê o seu ponto como o seu território, mas como o lugar de sua família.

Dentre os depoimentos obtidos na pesquisa de campo, em suas duas etapas, constatamos que um lugar pode conter distintos significados para os que nele e dele vivem, e que esses significados estão relacionados às formas como ocorreu a ocupação do ponto ⁵¹, ou, como diria Tuan, às “experiências triviais do dia a dia”. Para efeito desta análise, selecionamos de início alguns depoimentos que nos ajudam a elucidar melhor a questão investigada e que são

⁵¹ O Ponto é o lugar onde o comerciante informal costuma estabelecer-se com o seu equipamento (banco, tabuleiro, carro...) para trabalhar.

referendados pelos resultados quantitativos obtidos na primeira etapa do trabalho de campo. *Izaura, Mário, Laércio e Genésia* passam, neste momento, à condição de principais figurantes.

Izaura confessou ter muito apego ao seu ponto, pois trabalha ali há 20 anos, quando começou a ajudar a sua mãe, que era comerciante informal e com quem “tomou gosto pela profissão”. O ponto pertencia ao pai e foi assumido pela sua mãe quando esse veio a falecer. Como era a filha mais velha, a mãe a levou para trabalhar com ela. *Izaura* disse que o comércio informal é para ela uma profissão de família (além dos pais terem sido comerciantes informais, tem outros membros da família – tios e irmãos – que vivem dessa atividade). Ao referir-se ao ponto onde trabalha e ao qual se sente muito apegada, disse que o considera um lugar muito especial porque sempre pertenceu aos seus pais: “Este é um lugar da minha família.”

Numa trajetória que lembra a de *Izaura, Laércio* começou a trabalhar no seu ponto junto com o pai, em 1969, e com ele ali ficou até 2002, quando o pai veio a falecer. Desde então, “assumi o ponto”. *Laércio* disse que trabalhou tranquilo até o ano de 2010, quando a Prefeitura empreendeu uma intervenção naquela área. Eis o seu relato:

Em 2010 **sofri uma agressão muito grande porque o prefeito mandou arrancar a minha barraca**, que era fincada no chão e padronizada desde os tempos de Jarbas. No dia em que iam derrubar a barraca, o comandante da polícia disse que eu tinha que assinar um documento... **eu só esperei mesmo pra assinar e logo depois saí pra não ver a derrubada da barraca, pois se ficasse pra ver eu não sabia qual ia ser a minha reação...** Eu tava triste, nervoso e revoltado, com a cabeça toda embaralhada, **só me lembrava do meu pai**. Tive um prejuízo grande e fiquei cinco meses vagando pelas ruas, com a minha mercadoria na mão. Aí foi quando o Prefeito João da Costa voltou atrás e me autorizou a voltar para o mesmo local, mas com outra barraca, no modelo aprovado pela Prefeitura. Me deram 90 dias pra voltar, senão eu perderia o ponto, que, os fiscais disseram, seria sorteado entre os camelôs mais antigos que ainda estavam sem ponto. Então eu tive que recorrer a um agiota para pegar R\$ 4.500,00 emprestado para refazer a barraca como eles queriam. (Grifos nossos).

A história de *Laércio* lembra a de *Mário*:

Trabalhei sempre aqui com meu pai. Isso aqui é só o que sei fazer. Quando ele faleceu, eu fiquei com o ponto, como herança dele. Depois minha mulher botou um tabuleiro pra ela, lá no começo da rua, onde também

vende meias. Com o tempo, o meu filho também veio e se estabeleceu ali na frente... Daqui dá para eu ver os movimentos dele... Isso aqui já é uma profissão de família, e eu não sei mais viver fora disso aqui. Além disso, **me sinto apegado ao meu ponto e estou pra matar e morrer por ele.** (Grifos nossos).

A história de *Genésia* é diferente. Quando se separou do marido, que foi embora para São Paulo e não deu mais notícias, os filhos ainda eram bem pequenos e ela precisou trabalhar para criá-los. Foi então trabalhar como empregada doméstica, mas não deu certo porque, além de trabalhar muito e ganhar pouco, não tinha tempo para cuidar dos filhos. Foi então que resolveu ir para a rua vender alguma coisa, como fizera uma tia dela alguns anos atrás. *Genésia* começou vendendo milho, caminhando pela Rua das Calçadas, até que os fiscais da Prefeitura a abordaram e lhe disseram para arranjar um lugar certo para ficar, pois não era permitido ficar andando de um lado para o outro com uma carroça. Ela insistiu em permanecer circulando, até que um representante da Csurb a intimou a apresentar uma declaração que afirmasse o lugar certo onde iria ficar. Ela então falou com três lojistas do Beco do Cirigado, uma transversal da rua onde costumava ficar, que a viam todo dia naquelas imediações e que, vez por outra, costumavam lhe comprar milho cozido. *Genésia* complementou essa história:

Eles disseram que não tinha problema, que eu podia estacionar aqui no Beco. Um desses lojistas me disse que ia fazer uma reforma na frente da loja dele, onde havia umas grades e uma porta que dava para um banheiro, e que, depois da reforma, eu podia botar a minha carroça lá. Quando ele fez a reforma, ele mesmo disse para o pedreiro deixar “um buchinho” para o pneu da carroça poder ficar bem apoiado em cima da calçada. Ele mesmo bateu a declaração no computador e assinou. Mostrei a licença ao pessoal da CSURB e fiquei aqui, já faz 18 anos... Já me sinto “fincada” (enraizada) nesse lugar... foi aqui que consegui criar os meus filhos e me manter até hoje. (Grifos nossos).

Izaura, Mário, Laércio e Genésia: quatro vidas e um destino comum: o comércio informal ligado à história da família, e a história da família relacionada ao apego ao lugar – o ponto. Nos três primeiros a ligação se reporta aos ascendentes. No caso de *Genésia*, o elo é feito com os descendentes. Em todos eles, o apego ao ponto aparece de uma forma bastante explícita, relacionada à história familiar de cada um, como que ratificando o que afirmou Yi-Fu Tuan ao refletir sobre a noção de lugar: é a familiaridade com uma dada porção do espaço que o faz tornar-se lugar. Para *Izaura*, o ponto representa um lugar de sua família. *Laércio* não teve nem coragem de assistir à derrubada de sua barraca – a barraca que pertencera ao seu pai. *Mário*

sente-se tão apegado ao ponto que ocupa, que se diz disposto a matar e a morrer por ele. *Genésia* diz sentir-se “fincada” (enraizada) naquele lugar, pois foi ali que conseguiu criar os seus filhos. Tanto para *Mário* como para *Laércio*, o ponto, embora não seja mais o mesmo de antes, permanece impregnado da memória dos respectivos pais, de quem herdaram não apenas o lugar para trabalhar mas o próprio ofício, como disse textualmente *Mário*: “Isso aqui já é uma profissão de família, não sei viver fora disso.” *Laércio* nem esperou para ver a derrubada de sua barraca, pois “[...] tava triste, nervoso e revoltado, com a cabeça toda embaralhada, só me lembrava do meu pai.”

Os dados quantitativos da pesquisa mostram que para uma parcela considerável dos entrevistados o apego à atividade e ao lugar onde a desempenham vai além do caráter objetivo do trabalho, relacionando-se à história familiar de cada um e expressando a importância das relações pessoais e das afinidades nascidas na intimidade dos grupos primários, apresentados por Holanda como atributos do homem cordial. “E onde pesa a família, sobretudo em seu molde tradicional, dificilmente se forma a sociedade urbana de tipo moderno” (HOLANDA, 1995, p. 17; 145). Atributos que, como demonstraram Bourdieu e Lahire, constituem as disposições que orientam as práticas cotidianas e explicam como os tipos de socialização definem os modos de perceber o mundo (ORTIZ, 1994). Esse achado da pesquisa foi ratificado pelas respostas dadas a duas outras indagações feitas por ocasião das entrevistas semiestruturadas: se eles aceitariam, com tranquilidade, a transferência do ponto para outra rua, desde que mantidas as condições locais e de vendas, e, para os que recusaram a ideia, o porquê da recusa. A maioria dos que responderam que não aceitariam apresentou como motivo o fato de o ponto haver pertencido ao pai, à mãe ou ao marido (Tabela 65, no capítulo anterior).

O apego ao lugar, no entanto, não está ligado apenas às histórias familiares, mas às vivências pessoais e diárias, à sua forma particular de inserir-se no mundo, ou seja, ao tempo e ao modo vivido no lugar. Como afirmou Tuan (1983), só nos familiarizamos com um lugar após algum tempo, pois o lugar é definido por e a partir de apropriações afetivas que decorrem dos anos de vivência e das experiências atribuídas às relações humanas, como confirmam os depoimentos de *Vicente e Severina*:

Eu não sou dono desse lugar, pois ele pertence à Prefeitura, mas eu não posso sair daqui porque é daqui do meu lugar que eu vejo o mundo. (Vicente)

É aqui nesse lugar que eu passo a maior parte da minha vida e não me sinto só, pois tenho amigos, tenho os meus clientes e me distraio com o movimento das pessoas. Cada dia é uma novidade, não tem rotina, esse lugar é meu mundo. (Severina)

Para Vicente e Severina, o lugar é o mundo e o mundo se reduz ao pedaço, ao lugar, tal como sugere o poema de Caeiro (1977, p. 215): “Eu sou do tamanho do que vejo.” O lugar não é apenas “um intermédio entre o indivíduo e o mundo”, como apregoou Mlinar citado por Santos (1996, p. 57), mas confunde-se com o próprio mundo. Para aqueles aos quais o mundo se reduz “ao pedaço” e que desde cedo incorporaram o princípio evangélico de que “a cada dia basta o seu fardo”, numa postura avessa aos princípios hegemônicos do capitalismo, esse é “o lugar melhor de se viver”, como disseram Leonardo (“Aqui me sinto como se estivesse em casa, livre, feliz, vendo o movimento da cidade e tendo todo dia o meu trocado no bolso”) e João (“Não me interessa viver preso. Aqui na rua me sinto vivo”). A acepção de lugar agora ampliada para além do ponto (o lugar é a rua), abarcando o significado de um jeito próprio de viver.

Na singeleza desses e de outros depoimentos, a questão da identidade mostra-se presente, ratificando a constatação feita por Berdoulay e Entrikin (2012, p. 93) de que nas recomposições territoriais contemporâneas essa questão não cessa de se afirmar. Para esses autores, “[...] se a identidade é frequentemente invocada hoje em dia, é porque ela traduz – ainda que confusamente – uma vontade de recolocar em discussão a maneira habitual de pautar a relação das sociedades e dos indivíduos com o espaço”

Berdoulay e Entrikin (2012, p. 94) têm convicção de que está havendo alterações interessantes na compreensão da relação dos indivíduos com o espaço. Citando Zumthor (*La mesure du monde*), eles escrevem:

As mutações modernas nada mais fazem do que aflorar o espaço mais próximo, o ambiente imediato de cada um de nós. Por certo, elas tendem a atenuar seus contornos, a distorcer os laços que nos ligam ao espaço; mas, é em torno desse nicho espacial pessoal que se busca uma abertura, uma revolução dos costumes e das ideias, trinta anos para cá.

Numa linha similar de raciocínio, Saquet (2013, p. 171) escreveu:

O território precisa se expressar no pensamento. Há ligações e relações *no real* e no pensamento, o que nos remete a pensar numa relação sujeito-objeto bastante delicada e num nível em que a razão e a emoção se coadunam incessantemente.

Nos depoimentos coletados, a recorrência às histórias familiares e a preferência por um jeito diferente de viver foram frequentes. São depoimentos que não mostraram os indivíduos como sujeitos passivos, mas como sujeitos portadores de vontades, sentimentos e história, envolvidos numa prática social que afronta os preceitos da cidade progressista, idealizada e planejada pelo Estado e desejada por expressiva parcela da população. Foi nessa ótica de análise que Berdoulay e Entrikin (2012) perceberam haver fenômenos que escapam da abordagem científica e exigem a observância das relações “espaço-lugar-sujeito através da história”, perspectiva na qual o sujeito não pode mais ser posto entre parênteses, nem ser considerado como uma entidade passiva, determinada por circunstâncias exteriores.

No seu ponto, *Laércio* continua a cultivar a memória do seu pai. Do seu ponto, *Mário* permanece trabalhando e observando a sua mulher, lá no final da rua, e vendo os movimentos do filho na calçada da frente. Do seu lugar, *Vicente* vê o mundo. Para *Izaura*, o ponto continua a ser o lugar da sua família, numa alusão inconsciente à dependência dos laços familiares, vistos por Holanda como marca da cordialidade ibérica. Nesses pedaços de calçadas, esquinas e pontas de rua, chamados de “meu lugar, meu ponto”, a vida é compartilhada pelos comerciantes informais, “na alegria e na tristeza”, como disseram Vicente e Severina:

Aqui eu trabalho e vivo, porque em casa é tudo rotina, a vida fica sem graça. Quando chego aqui esqueço os problemas da família, porque família só dá problema. Quando chego triste, converso com os meus colegas, desabafo, e quando volto pra casa já volto mais leve. Aqui a gente passa o dia rindo com as brincadeiras dos colegas e se sente apoiado por eles na alegria e na tristeza (*Vicente*).

Moro sozinha. Aqui nesse canto eu passo a maior parte da minha vida e não fico só, pois tenho amigos e clientes. Me distraio com o movimento das pessoas, cada dia é uma novidade. Não vivo na rotina. Esse lugar é o meu mundo. Aqui no meu canto eu junto o útil ao agradável: trabalho, ganho a vida e me sinto feliz. Meu trabalho é minha vida (*Severina*).

A rua, vista como pedaço ou lugar ampliado, não lhes aparece apenas como espaço de circulação, lugar de passagem, cartão postal ou *ring* da luta pela sobrevivência. A rua é também lugar da liberdade, local onde a vida se manifesta, onde se escapa da rotina, onde se vive em plenitude. A rua é o espaço apropriado pelo avesso, na forma de “contra-uso”, ou seja, usado de uma forma diferente para o qual foi planejado (LEITE, 2004). A rua é um lugar específico, impregnado de memória, cujo sentido lhe é conferido pelo uso de quem dele se apropria.

- Eu gosto da rua. Na rua eu pego em dinheiro todo dia e me divirto (Adelson e Henrique).
- Sou uma pessoa feliz e abençoada. Gosto do que faço e ganho o bastante para viver, porque gosto de trabalhar na rua, vendo o movimento, sem ficar trancado dentro de um escritório. (Maurício)
- O que mais gosto é a convivência com meus colegas. (Edézio)
- Gosto de viver assim, porque na rua me sinto livre. (Givanildo)
- Se eu for retirado daqui, eu vou brigar pelos meus direitos de poder trabalhar na rua, porque eu gosto de trabalhar conhecendo as pessoas e vendo o movimento da rua. Eu não sou passarinho pra viver trancado. (Fernando)
- Antes eu ficava em casa, ansiosa, depressiva. Hoje vivo alegre, vendo o movimento das pessoas na cidade e ganhando o meu dinheirinho. (Ednalva)
- Não me interessa viver preso. Na rua me sinto vivo. (João Batista)
- Trabalhar na rua é distraído porque quando a gente fica em casa a gente se aperreia com um vizinho, com as crianças... na rua não... na rua a gente se distrai e faz amizades. (Vicente)

Mas há os que são indiferentes ao lugar, desde que mantidas as condições necessárias ao bom desempenho do seu negócio, como é o caso de *Pedro*, que lidera um grupo expressivo de comerciantes informais em uma das ruas do bairro de São José.⁵² *Pedro* tem uma banca, bem maior que as demais existentes na área, na qual comercializa frutas as mais variadas e mantinha, na ocasião da entrevista, dois auxiliares trabalhando para ele. *Pedro* tem perto de quarenta anos, mostra muita esperteza para os negócios, aparenta ter espírito empreendedor e capacidade de “dominar o pedaço”, o que explica a sua condição de líder da rua. Ao ser

⁵² A inexatidão do número de liderados por Pedro e a omissão do nome da rua onde ele atua são propositais, para evitar identificação, já que se trata de uma liderança da categoria.

abordado para a entrevista, disse não dispor de tempo para isso, mas terminou por concordar. Todos os dias, às 4 horas da manhã já se encontra de pé, acordado, a fim de ir à Ceasa comprar as frutas. De lá vem direto para o ponto, onde fica até às 19 horas. *Pedro* está “nessa pisada” há 27 anos, pois começou a trabalhar como comerciante informal aos 12 anos, quando “precisou se jogar no mundo pra ganhar a vida”. E, como ele mesmo disse, ganhou, “aprendendo todas as malícias do mundo”. *Pedro* confirmou o que *Mário* falou: “o melhor governo para os ambulantes foi o do PT, que deixou todo mundo trabalhar tranquilo.” De vez em quando apareciam por aqui, ajeitavam um canto, outro, organizavam um pouquinho e iam embora, deixando a gente trabalhar em paz.” Questionado sobre as formas usuais de ocupação do espaço, *Pedro* disse:

É conquista mesmo. A gente chega devagar, ocupa 1 metro com um banco, o fiscal passa, pede um trocado pra tomar um café, fazer um lanche, a gente dá e ele vai embora. Depois de um tempo a gente aumenta o banco mais um pouco, bota mais um tabuleiro, aí o fiscal vem, reclama, a gente “molha” a mão dele... e assim vai... Tem uns que passam a vida toda com o mesmo banco, o mesmo tabuleiro... Às vezes depende muito do dono da loja que está atrás, que começa a implicar... Muitos lojistas têm “peixada” dentro da Prefeitura e impedem a gente de crescer... Mas a gente vai driblando.

5.1 Os dribles (jeitinhos) para ocupar o lugar

Os depoimentos até agora citados e outros mencionados a seguir ajudam-nos a compreender a lógica embutida no processo de ocupação e criação do lugar – “[...] depois de um tempo a gente aumenta o banco mais um pouco, bota mais um tabuleiro... e assim vai” – pelos comerciantes informais do Centro do Recife. Observamos que, quando não se trata de “herança”, como no caso de *Izaura*, que, como outros tantos, começou ajudando a mãe dela naquele mesmo ponto, existem estratégias distintas para ocupar o espaço. Uma primeira aparece no depoimento de *Pedro*, assim como no de *Camilo*, de *Maria*, de *João* e de tantos outros, nos quais se salienta a capacidade de iniciativa própria para sondar, descobrir e, *com muito jeito*, ocupar um lugar adequado para estabelecer-se:

A gente começava andando pela rua com as mercadorias na mão, cubando (observando) o movimento até descobrir um lugar bom pra ficar. Se o lugar fosse largo, não tivesse muita gente por perto, a gente armava o tabuleiro ou um banco pequeno e ia ficando... Depois, na medida em que o tempo ia passando, a gente ia fazendo uma puxadinha, esticando um pouco mais o banco ou botando um tabuleiro maior, até chegar num tamanho bom pra gente. Quando acontecia ter colegas trabalhando perto, a gente conversava com eles, perguntava se eles se importavam de a gente se acomodar por ali... e eles sempre concordavam. No meu caso, eu consegui por mim mesmo... não precisei falar com ninguém... fui ficando... (*Pedro*)

Luís também foi chegando devagar, sondando o movimento, conhecendo as práticas cotidianas, como diria Certeau (1994), até montar o seu tabuleiro. Depois, também devagar, com *jeitinho*, ia fazendo uma puxadinha, “esticando” o banco, usando a mesma estratégia, ou o mesmo *jeitinho* utilizado por *Pedro*, que também chegou devagar, ocupou inicialmente um metro com um banco, depois foi aumentando, “molhando” a mão do fiscal, até conseguir o espaço ideal para expor a sua variedade de frutas.

A capacidade de conseguir a solidariedade e cumplicidade dos que já se encontram na atividade constitui outra estratégia utilizada para se ocupar um espaço, como mostra o depoimento de *Antônio*, semelhante a outros depoimentos obtidos ao longo da pesquisa:

Entrei com cuidado... devagar... Nos três primeiros dias fiquei perambulando, falando com um e com outro, até que no quarto dia eu terminei comovendo dois caras e eles resolveram me ajudar: recuaram um pouco o banco deles e deixaram que eu armasse o meu tabuleiro lá junto. Conte pra eles que estava precisando, eles viram que eu estava mesmo necessitado e que todo mundo precisa ter uma chance, e aí me deram.

Antônio, como vimos, também chegou com *jeito*, devagar, na conquista – no quarto dia conseguiu “comover dois caras e se ajeitou”. *Antônio* repetiu também *Pedro*, que, apesar de toda sua capacidade de iniciativa e liderança – chegando ao ponto de tornar-se líder da área – chegou devagarzinho, na conquista, no drible.⁵³ Assim, a ocupação do espaço por conta própria, e com muito *jeitinho*, aparece como a forma mais usual de acesso ao espaço, sendo, no entanto, a que oferece menor segurança para permanência no local, como mostraram 48,2% dos entrevistados quando se referiram à precariedade dessa forma de acesso que lhes tornava mais vulneráveis às ações de retirada empreendidas pela Prefeitura (Tabelas 42 e 43).

O acesso dos comerciantes de rua a alguns locais do Centro da cidade está, outras vezes, condicionado à permissão concedida pelo proprietário do estabelecimento na frente do qual o comerciante se instala. Essa concessão dá ao comerciante de rua um certo respaldo para depois pleitear junto à Prefeitura autorização para exercer a sua atividade naquele local. Essa

⁵³ As características de *Pedro* lembram muito *Leonardo*, o personagem criado por Manuel Antônio de Almeida no romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, no qual o autor expõe os traços caricaturais de tipos populares encontrados no Rio de Janeiro no período do joanino. *Leonardo*, seu personagem principal, é apresentado como um anti-herói que a todo momento empreende esforços para driblar as adversidades de sua condição social e, ao mesmo tempo, tirar proveito dos instantes de sorte que a vida lhe oferece.

estratégia utilizada para ocupar o lugar, ligada às relações sociais existentes entre comerciantes informais e lojistas, também se estende a outras relações sociais estabelecidas com políticos e integrantes da própria Prefeitura, como nos relatou *Maria*. Ela tem 41 anos, é analfabeta e há 20 trabalha como comerciante informal. Antes, trabalhou por 1 ano e meio como assalariada num estabelecimento de comércio formal pertencente a um parente, mas foi dispensada, sem explicação, e ficou sem trabalho. Então teve a ideia de trabalhar como comerciante informal e, assim como outros fizeram, começou a vagar pelas ruas para ir apropriando-se de saberes até então desconhecidos, como ela própria expressou:

Comecei a andar por aqui e a conversar com os camelôs, pra ir me entendendo do negócio. Aí o rapaz que tinha um ponto ali na frente (e conserva até hoje) cedeu um lugarzinho junto dele para eu ficar, no intuito de me ajudar. Aí, na época, a Secretária da Prefeitura que lidava com os camelôs chegou aqui nessa rua pra dar uma arrumada, me viu espremida ali e falou com esse senhor (camelô) aí de trás, que já vendia coco verde aqui, pra ele tirar dois tonéis dele que estavam aqui neste canto para eu poder ficar. Então eu vim pra cá, recebi um crachá pra trabalhar e me mantenho até hoje. Mas, naquela época não tinha vereador atuando por aqui não... Era só o pessoal da Prefeitura. Hoje é diferente, tem vereador que protege a gente, como por exemplo, HL, que já esteve aqui várias vezes pra nos dar apoio e até já fez reunião lá na Câmara com um grupo de camelôs. Aqui nessa área é HL quem protege, mas tem outros vereadores que protegem as outras ruas. Ali na frente mesmo tem um camelô que tem três pontos aqui no Centro, em dois ele bota gente pra tomar conta e naquele lá ele é quem fica, pois foi autorizado por um vereador amigo dele para estacionar o carro dele lá (uma Kombi adaptada para acomodar os produtos que ele vende – sanduíche, pastel, coxinha, suco e refrigerante). Não tem fiscal que mexa com ele, porque ele tem costa quente. (*Maria*).

O depoimento de *Maria* nos reportou a dois momentos vivenciados na primeira fase desta pesquisa, nos quais foram entrevistadas a Secretária de Planejamento da Prefeitura e a técnica responsável pela Diretoria de Controle Urbano (Dircon). Naquelas duas ocasiões, nas quais transcorriam ações de disciplinamento do comércio informal em alguns trechos do Centro da cidade, as duas entrevistas tiveram que ser interrompidas para que as entrevistadas pudessem atender telefonemas de vereadores que reclamavam das ações e cobravam explicações.

Danilo foi outro entrevistado que fez referência à intervenção direta de vereadores em favor dos comerciantes de rua, dizendo-se ele mesmo favorecido por esse tipo de relação: “Já me tiraram daqui duas vezes, mas eu falei com um vereador que eu conheço e consegui voltar para o mesmo lugar.” No decorrer da pesquisa observamos certo receio por parte dos

entrevistados em falar sobre esse tipo de relação. Quando estimulados a discorrer sobre isso, desconversam, dão respostas vagas, apressam-se a mudar de assunto. Uma das lideranças entrevistadas nos revelou, sem citar nomes, que os comerciantes de sua área estavam muito tranquilos porque contavam com a proteção de um vereador que não permitiria que mexessem com ninguém dali. Alguns fizeram referência ao ex-prefeito Jarbas Vasconcelos, que, na opinião deles, é um político bastante sensível à causa dos comerciantes informais e, como tem muita influência na nova gestão municipal, certamente agirá em favor deles. Muitos disseram que os políticos ligados ao Partido dos Trabalhadores não permitirão nenhuma medida que os prejudique, pois foi o governo do PT que mais respeitou os comerciantes informais, como explicitou *Pedro* em sua entrevista. Os depoimentos de *Maria*, *Danilo* e *Pedro* ratificam o que ouvimos nas entrevistas feitas com técnicos da Prefeitura, referenciadas no capítulo anterior, a respeito da mediação política que ocorre quando das intervenções no comércio informal. Um desses entrevistados, diretamente responsável por esse tipo de ação, disse que existe hoje⁵⁴ uma pressão bem maior de vereadores e deputados locais para evitar intervenções em áreas ocupadas por ambulantes, seus eleitores.

A permissão solicitada por quem chega aos que já se encontram no local também mostra que existe uma espécie de ética segundo a qual quem chega primeiro ocupa o espaço e dele se apropria, estabelecendo as regras de convivência que devem ser seguidas por quem chega depois. Assim, os retardatários vão chegando devagar, ajustando-se ao “código de conduta” vigente no local, e só com o passar do tempo passam a ter os mesmos direitos dos que ali já estavam, como mostra o depoimento de *Maria*:

Quando eu tive a ideia de vir pra rua vender, comecei a andar por aqui e conversar com os camelôs daqui pra ver como eles trabalhavam. Então, o rapaz que tinha, e ainda tem, um ponto ali na frente cedeu um lugarzinho junto dele pra eu ficar, no intuito de me ajudar, e até hoje não tive o menor problema porque nunca mijei fora do caco, sempre respeitei o jeito de se trabalhar aqui: se alguém não vem trabalhar, a gente toma conta do lugar; se precisa dar uma saída pra ir fazer um lanche ou ir ao banheiro, a gente fica tomando conta da mercadoria, até os preços a gente tem o cuidado de não cobrar bem diferente dos outros (*Maria*).

Quando não se trata de um ponto herdado de parentes, a ocupação de um espaço no Centro da cidade se dá ou a partir da ajuda de um companheiro que vai *ajeitando* um cantinho para outro que chega, ou por meio de uma transação de compra e venda quando alguém resolve passar

⁵⁴ Essas entrevistas foram realizadas em junho de 2012.

um ponto adiante, ou, como descreveu *Pedro*, fazendo-se uma “puxadinha, esticando um pouco mais o banco ou botando um tabuleiro maior, até chegar num tamanho bom”. Mas, como disse *Maria*, “hoje está bem diferente de uns cinco anos atrás”, pois naquela época, segundo ela, era possível permitir que qualquer pessoa que necessitasse de um lugarzinho para trabalhar pudesse estabelecer-se, porque eles entendiam que “tinha que ser justo pra todo mundo, porque todo mundo precisava ganhar o seu trocado”. Também era mais fácil ceder, alugar ou vender o ponto, conforme fosse a situação. Hoje, porém, é diferente, diz *Maria*,

A gente continua achando do mesmo jeito, que todo mundo precisa ganhar o seu trocado, mas hoje não dá mais pra gente facilitar... Hoje a gente tem que defender o da gente. Há uns cinco anos atrás ainda se vendia o ponto, mas de lá pra cá não se vende mais porque não adianta, pois já há muito camelô na rua e se chegar mais não vai ter onde ficar e vai até prejudicar a gente. Hoje, quem comprar vai perder. Antes, quando alguém queria desistir do ponto, só era dar o preço e passar o ponto adiante, mas agora não é mais assim. Eu mesmo aviso logo a quem chega que não adianta comprar nada porque se comprar vai perder. Antes, quando chegava uma pessoa precisando, contando a situação, a gente mesmo ajudava a arranjar um cantinho pra ela ficar, porque tinha que ser justo com todo mundo, pois todo mundo precisava ganhar o seu trocado. Mas hoje não pode ser mais assim. (*Maria*)

Outro que também se referiu à facilidade que havia anteriormente para se ocupar um espaço na rua, e que hoje não existe mais, foi *Damião*, que é aposentado por invalidez, pois ficou cego devido a um assalto que sofreu alguns anos atrás, e trabalha auxiliado pela mulher, responsável pelas vendas, enquanto ele fica junto, sentado num banquinho, “só tirando as dúvidas dela”, como ele mesmo disse:

Quando comecei a trabalhar como comerciante informal, há uns 25 anos atrás, não havia dificuldade pra gente se instalar, porque não tinha tanta gente como tem hoje... Hoje tem até africano vindo pra cá pra Pernambuco, porque Pernambuco tem as portas abertas pra receber todo tipo de gente que vem pra cá e logo se estabelece. Antes a gente olhava, se engraçava dum ponto e se instalava. Às vezes aparecia um fiscal querendo “um toco”, a gente dava e pronto. (*Damião*).

Damião fez alusão, em seu depoimento, à presença de um novo tipo de comerciante informal, no Centro do Recife, originário do Senegal,⁵⁵ e criticou a facilidade que ainda existe para o

⁵⁵ No transcorrer da pesquisa, foram feitas várias tentativas de aproximação a esses novos atores do comércio informal, mas todos se esquivaram a dar qualquer tipo de informação. O máximo que conseguimos apurar foi que eles começaram a vir para cá há mais ou menos três anos, que se encontram na faixa etária de 20 e 30 anos, e que alguns deles vieram juntos, deixando as suas famílias na África.

exercício desse tipo de atividade. Ele também disse que, como esses novos atores são estrangeiros, os comerciantes da área não ousam dizer nada, inclusive porque “eles não entendem bem o que a gente fala, ficam com aquela cara de bobo e o olho arregalado pra gente, embora que com os clientes eles conseguem se entender direitinho.”

Como já mencionado, o processo de ocupação do espaço está ligado às relações sociais existentes entre os próprios comerciantes informais e entre esses comerciantes e lojistas (que admitem comerciantes informais em suas imediações e até os ajudam, pois permitem que utilizem o espaço de suas calçadas, usem o banheiro da loja ou guardem as mercadorias dentro das lojas), políticos e integrantes da própria Prefeitura.

Moisés tem uma banca em frente a uma grande loja de móveis e eletrodomésticos, na Avenida Nossa Senhora do Carmo. Quando foi procurado para a segunda entrevista, estava atendendo a uma pessoa e, sorrindo, pediu que o aguardássemos “no seu escritório”, apontando para um sofá que se encontrava à venda, no interior da loja. Entramos, sentamo-nos no referido sofá, um dos funcionários nos perguntou o que desejávamos, respondemos que estávamos aguardando *Moisés*, e ali ficamos até a chegada dele. Enquanto o esperávamos, relembramos a sua trajetória: Tinha vindo de Bonito, trinta anos atrás, “pensando em viver sem depender da família e para escapar do trabalho da roça”. Tinha um amigo que já morava aqui e trabalhava vendendo picolé no centro da cidade. Então começou a ajudar esse amigo e logo teve a ideia de “juntar um dinheirinho” para trabalhar para si próprio. Explicou:

Naquele tempo, uns 30 anos atrás, era mais fácil a gente arranjar um cantinho pra se alojar, porque não tinha tanta gente como tem hoje... A gente fazia amizade e os colegas arranjavam o lugar pra gente. Com o tempo, eu fui vendo qual era o lugar melhor pra ficar e acabei escolhendo aqui, nessa coluna. Naquele tempo, era outra loja. Fiz logo amizade com o dono e ele nunca criou problema comigo. Depois veio essa, e foi a mesma coisa. Me sinto muito à vontade com o pessoal da loja, pois todos gostam muito de mim, entro na loja na hora que quiser, uso o banheiro da loja, e os funcionários compram lanche a mim (pipoca, refrigerante, água mineral, biscoito e salgadinhos diversos). À noite, quando vou pra casa, guardo as minhas mercadorias dentro da loja, e no dia seguinte, quando a loja abre, eu tiro as mercadorias e tudo recomeça. (*Moisés*)

O depoimento de *Genésia*, a vendedora de milho, reproduzido no início deste capítulo, é um bom exemplo da aliança existente entre os comerciantes informais e os lojistas.

Demonstrando muita gratidão, ela lembrou que um dos lojistas que lhe deram ajuda chegou a orientar o pedreiro, na ocasião em que fez uma reforma na fachada de sua loja, para “fazer um buchinho” na ponta da calçada para que o pneu da carroça dela pudesse ficar bem apoiado.

Na história de *Ervásio*, tal aliança também aparece. Ele ingressou no comércio informal muito novo, com apenas 15 anos; ajudava um cunhado que tinha um ponto no Beco do Cirigado, onde vendia relógio. Depois de um tempo, quando resolveu trabalhar para si próprio, observou que essa parte da calçada estava vaga e pediu autorização à dona da loja para estabelecer-se ali. Ela autorizou e ele se instalou. Ali permanece já por 20 anos, comercializando relógio e outros produtos importados (rádio, óculos, gravador, celular, carregador, etc.). Hoje, segundo ele, não é possível abrigar mais ninguém ali, porque, além de não haver mais espaço, todas as pessoas dali já estão cadastradas na Prefeitura: “Antigamente, ainda havia espaço e se os donos das lojas dessem consentimento, a gente até que podia ajudar um colega que estivesse precisando. Hoje, mais não”.

A compreensão do direito dos lojistas pelo espaço do entorno de suas lojas é um aspecto levado muito em conta pelos comerciantes informais, conforme podemos apreender nos depoimentos acima reproduzidos e no que segue. *Claudemir*, que tem apenas 20 anos, já trabalhou como servente de pedreiro, mas foi dispensado do trabalho e ingressou na atividade informal, ajudando um cunhado que, posteriormente, lhe arranjou um lugar para que ele pudesse instalar um tabuleiro na mesma rua. *Claudemir* começou com pouca mercadoria e depois foi aumentando seu estoque. Arma o tabuleiro na frente de uma coluna que separa duas lojas. Ao ser questionado sobre a escolha daquele local, disse: “Boto aqui nessa coluna porque ela (a coluna) não pertence a nenhuma das lojas, é um espaço sem dono.”

Existe uma lógica geral que permeia todo esse processo de ocupação dos espaços públicos pelos comerciantes de rua, que é guiada pelo fluxo de pessoas: quanto maior o fluxo, mais disputado é o local. Chama a atenção a intensa flexibilidade da atividade e a sua extraordinária capacidade de adaptação ao fluxo comercial e de pedestres e às novas necessidades de consumo da população. Guiados por essa lógica geral de ocupação do espaço, os comerciantes informais continuam, embora bem menos do que antes, praticando a solidariedade para com quem chega, e respeitando as regras de convivência por eles pactuadas:

Às vezes dá pena, pois todos precisam receber o seu trocado pra poder viver. Quando dá, a gente ajuda, mas tá ficando difícil porque já tem muita gente. O preço também tem que ser combinado, pra ninguém ser prejudicado. Quem chega primeiro, geralmente é quem fala mais alto, mas com o tempo todo mundo se iguala. Quando alguém quer desrespeitar os acordos, a gente, da área, se junta, conversa e se entende. A gente precisa trabalhar sempre unido. (*André*)

Para muitos entrevistados, no entanto, predomina a ideia de que a interferência no espaço cabe mesmo à Prefeitura, pois, segundo eles,

Só a Prefeitura tem o direito de mexer com quem está aqui. As lojas só têm o direito de reclamar quando o equipamento utilizado estiver prejudicando o acesso dos clientes à loja ou impedindo que as pessoas que passam na rua vejam as vitrines. (Depoimento de vários entrevistados)

Mas há os que não reconhecem o direito de intervenção no espaço público, nem por parte da Prefeitura, nem por parte dos lojistas, e se acham portadores do pleno direito de exercer livremente o seu trabalho. É o caso de *Isaiás*, vendedor de “churrasquinho grego”, e que, quando começou, estacionou a sua máquina de fazer o churrasco na frente de um Atacadão, na Avenida Conde da Boa Vista. Mas aí “a fiscalização começou a implicar” e ele foi obrigado a mudar-se para a esquina, onde, aliás, se encontra bem instalado, protegido por uma árvore que o livra do sol, que tem um banco de cimento ao redor, onde os fregueses costumam sentar-se para comer o churrasquinho (um pão partido ao meio e recheado com a carne cortada em pequenos pedaços), em geral acompanhado de um refrigerante, que ele também vende. Segundo *Isaiás*,

Não precisei falar com ninguém pra ficar aqui, primeiro porque a rua não tem dono, nem é da Prefeitura nem dos lojistas, e segundo porque não tinha ninguém ocupando esse lugar, pois se tivesse eu respeitava. O lugar estava desocupado e eu só fiz estacionar. De vez em quando vem um fiscal dizendo que eu não posso continuar aqui, mas eu continuo e não vou sair. Quem é que vai me dar um emprego para eu ganhar o que ganho aqui? Da última vez que isso aconteceu, o fiscal foi muito grosso comigo, falou com muita brutalidade e eu pensei em passar a faca nele. Fui pra casa, passei dois dias pensando nisso, mas resolvi deixar essa ideia de lado e voltei pro ponto. Até hoje ele não voltou mais aqui. (*Isaiás*)

Visão oposta à de *Isaiás* é a de *Camilo*, que tem 37 anos, o 2º grau incompleto e uma renda mensal assegurada entre três e quatro salários mínimos, negociando vestuário esportivo (calções, camisas e meias esportivas), nas proximidades da Estação Central do Metrô. Os calções ficam todos arrumados na calçada, em cima de um plástico, junto com as meias. As camisas ficam penduradas em cabides presos às grades que circundam a Casa da Cultura.

Começou a trabalhar aos 13 anos, como carregador de frete nas feiras livres. Depois, aos 17 anos, trabalhou como zelador em um condomínio residencial, sem carteira assinada, e, após isso, foi servir às forças armadas, lá ficando até os 24 anos. Quando saiu do quartel, foi trabalhar como vigilante nas empresas Nordeste e Securite, função que desempenhou durante mais ou menos sete anos. Sentiu-se explorado e decidiu ser ambulante, pois entendeu que só trabalhando para si mesmo teria chance de melhorar de vida. Ao descrever como se estabeleceu no espaço que hoje ocupa, disse:

Quando cheguei aqui pra trabalhar, quis ficar num espaço mais lá na frente que, quando olhei, estava desocupado, mas me disseram que o local já pertencia a outro ambulante que fazia uns três dias que não aparecia pra trabalhar. Então resolvi me estabelecer aqui na esquina, que depois vi que é até melhor porque tem mais espaço e me permite expor toda a minha mercadoria. Mas já tinha consciência de que não ia poder ficar aqui por muito tempo, pois sabia que não estava fazendo uma coisa certa, porque estava ocupando um local público, que pertence aos pedestres, e também sabia que estava prejudicando a paisagem. Acho que a Prefeitura não vai continuar permitindo essa atividade aqui, e por isso estou me preparando para, daqui a dois meses, abrir em sociedade com um amigo “um fabrico” de roupas esportivas. O galpão já foi escolhido, no bairro de Afogados, e estamos providenciando a documentação. Quando estiver tudo pronto, eu deixo este local livre. (*Camilo*)

O depoimento acima se diferencia dos demais, tanto na forma como no conteúdo, supostamente devido ao nível de instrução do entrevistado. Trata-se aqui de alguém que lançou mão da atividade informal no âmbito de uma visão estratégica voltada para a obtenção das condições necessárias para a montagem de uma microempresa, conforme confessou o próprio entrevistado. Chama a atenção, inclusive, nessa fala, a preocupação com a paisagem e o entendimento de que a ocupação do espaço público está sujeita a regras estabelecidas e controladas pelo poder público. Tal compreensão, no entanto, inexistente para muitos que veem os lojistas com poderes para permitir a ocupação do lugar, ou, para outros, como *Amaro*, que atribuem esse poder a uma pessoa ou instituição na qual vislumbram autoridade para isso.

Eu vivia andando pela rua, com uma *galeia*, vendendo acerola. Um dia eu *tava* encostado numa árvore aqui na esquina quando o Presidente da Associação dos Pensionistas do Estado (APSE), daquela época, passou e me cumprimentou. Já tinham me dito que ele era gente fina, então eu tomei coragem e perguntei se podia colocar uma carrocinha na frente da Associação, *pra* vender os meus produtos. Ele liberou, me dizendo que eu parecia ser uma pessoa boa, e ainda cedeu *pra* eu fazer uma barraca decente (toda de ferro e com abertura de *lasquinhas* e grade aberta). Quando ele saiu da APSE o presidente que veio depois dele me deu uma carta de referência para eu poder permanecer aqui, e aqui fiquei até hoje. (*Amaro*)

Observamos que o entendimento sobre a quem compete o gerenciamento dos processos de ocupação do espaço é assimilado pelos comerciantes informais de forma diferenciada, ora sendo essa atribuição dirigida à Prefeitura, por seus agentes (secretários, técnicos, fiscais), ora sendo imputada aos lojistas, às vezes a outros atores aos quais é atribuída essa competência, como foi visto no depoimento de *Amaro* e como pode ser confirmado pelos dois depoimentos que seguem, num dos quais aparece a figura do vereador, confirmando o que foi relatado no capítulo anterior, quando tocamos na questão do clientelismo político que também permeia essa questão.

Vimos, então, que a conquista do lugar, pelos comerciantes informais, é um processo no qual as trocas sociais se intensificam no âmbito de uma rede de solidariedade e de interesses que envolve informais, lojistas, políticos e atores civis específicos, como mostram o depoimento de *Amaro* e este outro que segue: “Há cinco anos trabalho aqui ao lado da Igreja porque tenho permissão do Padre, que me viu perambulando sem ter onde ficar e disse que eu podia ficar aqui.” (*Damiana*).

Assim, os lugares vão sendo ocupados e conquistados mediante uma lógica pouco aparente para os que não estão inseridos no mundo da informalidade; uma lógica pautada por princípios e regras pactuadas entre eles, que regulam o “contra-uso” do espaço. Nessa lógica, confundem-se sentimentos (“Esse lugar é um lugar da minha família”; “Daqui do meu lugar eu vejo o mundo”), interesses (“Hoje é diferente; os vereadores arranjam lugar para os deles”), solidariedade (“Todo mundo precisa ganhar o seu trocado”) e respeito aos princípios éticos que “ordenam” a atividade (“Tem que ser justo pra todo mundo”; “Quem chegar, tem que chegar com respeito e humildade”; “Se o lugar já tiver dono, ninguém pode ocupar”; “A gente aqui sabe onde cada um está e se um não vem a gente tá de olho”; “Quando a gente pode ajudar, ajuda, porque todo mundo tem direito de ganhar o seu trocado, pois todo mundo precisa”).

Por trás disso tudo, entrevê-se a extraordinária competência do brasileiro que, ao abrir espaço para a informalidade generalizada, encontra alternativas para escapar das soluções formais, como lembrou Oliveira (2012, p, 32) ao reinterpretar a proposição de DaMatta: “O drible constante nas soluções formais propicia a arrancada rumo à informalidade generalizada.” O drible está presente: a) na competência demonstrada por *Moisés* ao usar a loja de

eletrodomésticos como *o seu escritório*; b) no *buchinho* que o lojista do Beco do Cirigado recomendou ao pedreiro, a fim de facilitar a vida de *Genésia*; c) no “molejo” de *Mário*, semelhante ao de *Antônio*, andando pela rua com as mercadorias na mão, “cubando” o movimento até encontrar um lugar para ficar e, depois, com “as esticadinhas” no banco ou com um tabuleiro maior, conseguir produzir espaço; d) no clientelismo político de vereadores e deputados que tentam interferir nas ações da Prefeitura procurando agradar os seus eleitores.

Como interpretou Oliveira (2012), trata-se de *jeitinho* e de *jeitão*, ou seja, o drible nas soluções formais não aparece como atributo de uma única classe, mas como marca do caráter nacional. No presente estudo, vimos como *driblam*: a) os lojistas que facilitam a permanência de comerciantes informais no entorno dos seus estabelecimentos, como no caso de *Genésia, Moisés e Ervásio*; os vereadores que autorizam os comerciantes informais a estacionarem os seus carros-equipamentos em locais onde não poderiam ou tentam interferir junto aos gestores municipais; o padre que dá permissão a *Damiana* para comercializar seus produtos na calçada da Igreja.

O acesso ao ponto é um elemento fundamental para o exercício da atividade, embora, como dito antes, já não seja tão fácil conseguir um lugar para comercializar no Centro da cidade devido à magnitude alcançada por esse tipo de comércio, principalmente nos locais mais disputados. Para se conseguir um ponto, hoje, é necessário, mais que antes, contar com “um facilitador” – um parente, amigo, lojista ou um político que facilite a aquisição do ponto. Esse tipo de dificuldade contraria o que por muito tempo se pensou a respeito do comércio informal, como sendo a porta de entrada na informalidade, devido justamente à facilidade de entrada.

Ao serem entrevistados acerca das dificuldades para o ingresso na atividade, a maioria dos entrevistados respondeu afirmativamente e se reportou ao que costumam chamar de “perseguição da Prefeitura (fiscais, carrocinha, Dircon)” (Tabelas 42 e 43, no capítulo anterior). Vimos, no entanto, que parte dos entraves ao exercício dessa atividade no Centro da cidade se deve, hoje, à disputa existente no interior da própria categoria pelo espaço já escasso, a qual se vê ameaçada pelo excesso de comerciantes informais, e entre a categoria e os setores dominantes que procuram preservar um uso seletivo dos espaços no Centro da cidade.

É justamente por essa razão que hoje, mais do que antes, a ocupação do espaço sem um “apadrinhamento”, seja de um político, seja de um comerciante formal, deixa o comerciante informal mais inseguro e mais vulnerável aos processos de intervenção, a não ser que ele já possua uma licença concedida pela própria Prefeitura, como disse *Severino*:

Sou cadastrado na Prefeitura, portanto, se quiserem me tirar daqui vão ter que me indenizar ou arranjar outro local para eu trabalhar. Caso contrário, vou lutar pelos meus direitos. (*Severino*)

5.2 Concluindo o capítulo...

Não é tarefa fácil, para quem não participa do universo da informalidade, compreender a complexa lógica que o perpassa, principalmente quando se deseja focar aspectos subjetivos como os considerados na presente pesquisa. Constitui mesmo um desafio querer entender os dribles (*jeitinhos*) utilizados por quem pratica uma atividade sobre a qual pesa o estigma da contravenção e está ali defendendo a sobrevivência ou procurando melhores condições para sobreviver. O desafio é ainda maior quando a investida envolve aspectos permeados por sentimentos, histórias familiares ou mesmo uma visão de mundo diferente. Foi, portanto, afrontando esse desafio e os limites que ele nos impõe que nos aventuramos a adentrar nas questões referentes à ocupação e ao sentido do lugar para os comerciantes informais do Centro Expandido do Recife.

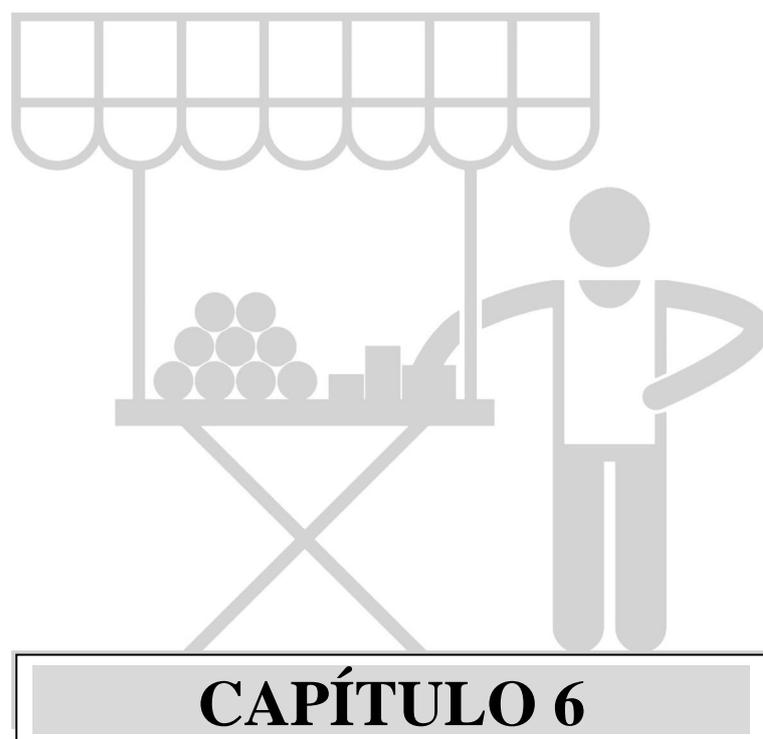
A pesquisa nos mostrou que a posse de um ponto certo na rua, para se trabalhar como comerciante informal, não tem o mesmo sentido para todos. Para uns representa uma simples garantia de sobrevivência, uma oportunidade para se viver em melhores condições, ou mesmo um “trampolim para oportunidades”⁵⁶, e nesse caso o ponto é o território, o local de luta, onde prevalecem as relações de poder. Para outros, a importância do ponto ultrapassa as questões práticas da vida. Ele deixa de ser apenas um território e passa a ser lugar, e tem a ver com a sua história familiar, com a sua própria história. O lugar na rua passa a ser o seu lugar no mundo. A ligação dessas pessoas com o lugar se dá não pelo que nele existe, mas pelo que nele vivem ou experimentaram e com o que nele se identificam, lembrando o conceito de

⁵⁶ Gottmann, em sua reflexão sobre os significados do território, concluiu que ele tem duas funções principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança; b) servir como um trampolim para oportunidades (GOTTMANN apud SAQUET, 2013, p. 27), como no caso do entrevistado Camilo.

identidade como sendo um “código genético local, material e cognitivo”.⁵⁷ O apego ao ponto ocorre quando ele adquire um significado mais íntimo, pessoal, quando ele se transforma em lugar, confirmando o princípio filosófico segundo o qual as coisas não existem em si mesmas e, por conseguinte, só podem ser apreendidas nas suas relações, numa perspectiva experiencial. (TUAN, 1983).

Assim visto, o ponto é o lugar: o lugar de todos os dias, no qual se assegura a satisfação das necessidades, se reproduz o passado e se pode juntar o trabalho à aventura, o lugar do enraizamento, parafraseando Raffestin quando definiu “território” como “lugar de enraizamento, por definição, [...] uma área apropriada afetivamente”, como admitiu Saquet (2013); o lugar onde, à custa de “dribles ou jeitinhos”, é possível viver cordialmente, conforme veremos no capítulo seguinte.

⁵⁷ A sociedade, construindo o território, conforme Magnaghi (2000), está se relacionando com o ambiente historicamente. Assim, ele define o conceito de identidade como um “código genético local, material e cognitivo”; um produto social da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A identidade é formada pelas edificações (monumentos, infraestruturas, cidades, pontões, etc.), línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos “atos territorializantes” dos atores sociais e históricos; significa “sedimentos” em um certo lugar, no qual há uma “coevolução” social e natural (SAQUET, 2013, p. 148).



CORDIAIS, TRABALHADORES E AVENTUREIROS

CAPÍTULO 6: CORDIAIS, TRABALHADORES E AVENTUREIROS

Ao evocar os primórdios da colonização nacional, Buarque de Holanda caracterizou os dois tipos que, segundo ele, encarnam as formas de vida coletiva: o aventureiro e o trabalhador. Ao fazer isso, tomou a devida precaução de alertar para o fato de que ambos os tipos participam, em maior ou menor grau, de múltiplas combinações, ou seja, em estado puro, nem o aventureiro nem o trabalhador possuem existência real, fora do mundo das ideias (HOLANDA, 1995, p. 44). Holanda também considerou que no caso do Brasil, devido às circunstâncias, essas características foram positivas, pois, segundo ele, na obra da conquista e da colonização dos novos mundos coube ao trabalhador um papel muito limitado, quase nulo, uma vez que as condições conjunturais predispunham os mais aguerridos, aventureiros, aqueles que ignoram as fronteiras e para os quais tudo aparece em generosa amplitude e os obstáculos se transformam em trampolins (HOLANDA, 1995, p. 44). O trabalhador, ao contrário do aventureiro, antes de agir avalia a dificuldade que tem à sua frente. Esse tipo, escreveu Holanda,

planeja, não afronta o desconhecido e tem por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem – tudo, enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo, característica desse tipo. (HOLANDA, 1995, p. 44).

À primeira vista, pode até parecer inoportuna, ou mera elucubração teórica, essa tentativa de retomarmos uma tipologia construída numa época e num contexto tão afastados do centro dos acontecimentos históricos com peculiaridades sociais inteiramente diversas das atuais. É possível, no entanto, apartar tal estranheza insistindo no fato de que as marcas da história se dissolvem com lentidão, mantendo-se por muito tempo modos de pensar e de viver herdados de gerações anteriores. Foi nessa perspectiva, aliás, que Pierre Bourdieu analisou os conflitos sociais do seu tempo, buscando compreender as práticas dos indivíduos e os mecanismos estruturantes da sociedade contemporânea e viu que os modos de pensar e de viver herdados de gerações anteriores, ao se juntarem aos modos de pensar e viver resultantes do desenvolvimento capitalista, resultam na tensão social que gera os conflitos sociais. (BOURDIEU, 1979).

Bernard Lahire (2006), seguindo Bourdieu na sua interpretação do social incorporado, entendeu que a compreensão social pode ser obtida de uma forma melhor por meio dos indivíduos, pois esses apresentam em suas disposições manifestações dos mais diversos aspectos de uma sociedade em sua condição individual. Nessa esfera de compreensão, em vez de *sistemas de disposições e princípio gerador*, como propôs Bourdieu, Lahire preferiu falar em *disposições* e em *princípios geradores*, pois, por meio deles, seria possível perceber as variações inter e intraindividuais, bem como as contradições inerentes aos indivíduos e os diversos contextos de ação nos quais os indivíduos se inserem (LAHIRE, 2006).

Foi por isso que recorremos a Bourdieu e a Lahire⁵⁸ para explicar a persistência da *cordialidade* e do *jeitinho* no segmento social objeto deste estudo, categorias vistas como atributos de uma sociedade (a brasileira) na qual se manifestam das mais diversas formas, num contexto econômico capitalista introduzido de modo diverso de sua forma clássica. (OLIVEIRA, 2012). Entendemos, portanto, que o atraso na incorporação dos chamados valores modernos subsiste (existe em sua substância, existe individualmente) em todas as classes sociais e que a tendência à informalidade, o predomínio do privado sobre o público (como assinalou Buarque de Holanda) e a prática do *jeitinho* (para a qual atentou DaMatta)

⁵⁸ “Na década de setenta, na França, observava-se uma diminuição da discussão sobre classe social. Nos anos oitenta, viu-se quase o desaparecimento da classe social como objeto sociológico. Alguns sociólogos falam então apenas da grande classe média francesa e formulam a tese da sociedade individualizada e mais livre que os indivíduos nas classes sociais. Foi justamente nos anos noventa que Bernard Lahire começou a traçar as primeiras linhas de sua “sociologia à escala individual” (SÁ, 2011).

ainda se configuram como marcas do caráter brasileiro, independentemente de classe e nível de instrução, interpretação diversa das conclusões tiradas de uma pesquisa realizada por Alberto Almeida,⁵⁹ na qual ele estabelece uma relação proporcional entre o *jeitinho* e os níveis de escolaridade (ALMEIDA, 2012).

A pesquisa de Almeida⁶⁰ procurou examinar valores, atitudes e opiniões da sociedade brasileira, relacionando-os com os níveis de escolaridade dos entrevistados. Ao final da análise, ele concluiu que Roberto DaMatta teve razão quando afirmou que o Brasil continua sendo um país: a) hierárquico, no qual a posição e a origem social são fundamentais para definir o que se pode e o que não se pode fazer, característica sintetizada por DaMatta na conhecida frase “Você sabe com quem está falando?”, que contribui para corroer o respeito às leis e às normas; b) familista, no qual a influência dos valores familiares ainda tem um peso muito forte nas escolhas e nas formas de vida das pessoas; c) e patrimonialista, onde o público se confunde com o privado – tão bem definido por Mário, um dos nossos entrevistados, quando disse: “A calçada aqui é pública e sendo pública a gente pode usar”; pelo prefeito que nos finais de semana transporta a família para a casa de praia nos aviões da FAB; ou pelo funcionário público que, no gracejo, assim aconselha o filho pequeno a não se apropriar de nada dos outros: “Se precisar de um lápis ou de alguma coisa assim, pede pro papai que ele traz da repartição...”

O coordenador da referida pesquisa, ao testar quantitativamente a afirmativa de DaMatta de que no Brasil a mentalidade hierárquica predomina, concluiu que a sociedade brasileira ainda se encontra dividida entre o “arcaico e o moderno”, e “ainda aprova tanto *o jeitinho*, como comportamentos similares” (ALMEIDA, 2012, p. 16-19). Ele constata que existe no país um lado dominante, embora em lenta erosão, constituído pelas classes baixas, e outro pouco presente, mas com tendência a fortalecer-se à medida que a escolaridade média da população aumentar (ALMEIDA, 2012, p. 19), concluindo, com isso, que a escolaridade é um dos fatores mais importantes para determinar o abismo existente entre os brasileiros.⁶¹ Almeida

⁵⁹ Publicada em forma de livro sob o título *A cabeça do brasileiro*.

⁶⁰ Essa pesquisa, de abrangência nacional, foi feita em 2002, com 2.363 entrevistas aplicadas em 102 municípios que constaram da amostra.

⁶¹ Os dados da pesquisa de Almeida mostram, por exemplo, que, ao serem questionados se “o jeitinho é certo ou errado”, os percentuais relativos aos que consideraram o jeitinho “errado” aumentavam na medida em que se elevava o nível de escolaridade (43% entre os analfabetos e 67% entre os portadores de escolaridade superior). Usando o mesmo critério, ele constatou que os portadores de níveis de escolaridade mais altos se

estabelece, portanto, em suas conclusões, uma correlação entre a permanência entre nós de valores arcaicos (sociedade hierárquica, familista, e patrimonialista) e a baixa escolaridade da população.

Embora concordemos com Almeida no tocante à importância da escolaridade na assimilação de comportamentos mais adequados aos princípios civilizatórios, consideramos que os chamados valores arcaicos ainda estão muito presentes na sociedade brasileira, o que os dados de sua própria pesquisa comprovam. Trata-se, por conseguinte, de atributos culturais arraigados na sociedade brasileira, que têm muito mais a ver com o que herdamos dos nossos antecessores, seja pelas suas características pessoais, seja pela forma como se implantou o capitalismo no país (OLIVEIRA, 2012), sobretudo no que se refere às relações de trabalho, aspecto visto por Lúcio Kowarick como preponderante na permanência de um comportamento social impregnado de traços ainda tão fortes de nossa herança histórica (KOWARICK, 1994).

Essa conjunção de elementos arcaicos e modernos numa mesma sociedade implica, como anunciaram Bourdieu e Lahire, realidades complexas que somente a comprovação empírica respaldada em métodos submetidos aos rigores da metodologia científica pode responder. Foi justamente por esse caminho que procuramos responder à pergunta que deu origem à pesquisa: Como explicar a permanência, em proporções tão significativas, dessa forma de comércio nas ruas centrais do Recife? Será que as razões econômicas, sozinhas, dão conta da resposta?

Os achados de nossa pesquisa sugerem que não, conforme veremos adiante. Quando questionados a respeito das razões pelas quais se encontram na atividade, parte expressiva dos entrevistados apresentou respostas do tipo “não quero ser mandado”, “não quero ter patrão”, “quero ser dono de mim mesmo”. Tais rebates, além de refletirem uma cultura personalista, também confirmaram o caráter autoritário que marca as relações de trabalho no Brasil, como foi mostrado no Capítulo I deste estudo. Muitos dos depoentes revelaram aversão à ideia de se submeterem às ordens de um patrão ou, como costumam dizer, “de ser mandado”. A figura do

mostraram menos hierárquicos e menos patrimonialistas que aqueles que não conseguiram ultrapassar os níveis de escolaridade mais baixo (ALMEIDA, 2012, p. 29-30).

empregador, para muitos, aparece como um símbolo “ambrosiano”⁶² de poder de mando, de subjugo, como foi retratado nos testemunhos de Amarildes (“Trabalhar para os outros é sofrer humilhação”) e de Igor (“Não me interessa ser gado a vida inteira”). Em outros depoimentos, no entanto, o protagonista é o homem cordial que, movido por impulsos de natureza emotiva e à semelhança do homem ordinário,⁶³ inventa e assegura o seu cotidiano, mostra a sua desenvoltura para criar e manter outros jeitos de viver, apoiado na lógica do avesso e da teimosia que a informalidade permite:

Vivo na insegurança, na aventura, mas gosto de viver assim... Não tenho hora pra chegar nem pra sair... Tenho liberdade, não quero patrão, gosto do que faço porque trabalho sem pressão... Gosto de ser informal porque é um trabalho sem estresse, trabalho poucas horas, na sombra e água fresca... Gosto do comércio informal porque nele me sinto vivo, com disposição para trabalhar, vendo o movimento da rua e me distraindo com os conhecidos que me visitam no ponto. (Trechos de depoimentos coletados na pesquisa).

Muitos dos comerciantes informais entrevistados são pessoas para as quais as relações pessoais e de afeto se sobrepõem à impessoalidade da lei e da norma social. São alegres, mostram satisfação quando dizem que estão dando continuidade ao que faziam os seus pais, ou quando dizem que compartilham com parentes a atividade que desempenham. Gostam do contato direto com os seus clientes (muitos dos quais, conforme mostram os depoimentos, se tornam fregueses cativos); preferem estabelecer seus próprios ritmos e horários de trabalho a ficar presos às normas estabelecidas pela legislação trabalhista. À primeira vista parecem trabalhar mais do que as oito horas usuais de trabalho adotadas no setor formal; no entanto, eles se vangloriam do que a flexibilidade do horário e o ritmo do trabalho lhes proporcionam: “tenho o meu horário solto”, “não tenho horário para pegar e se quiser dar uma saidinha não preciso pedir a ninguém”, “trabalho sem estresse, descansado, na sombra e água fresca”, “não tenho hora pra chegar nem pra sair”, “trabalho sem pressão”. Essa relação “horário *versus* pressão”, tão recorrente no conjunto dos depoimentos, reporta-se à observação feita por Maria Aparecida Pascal no sentido de que “as pressões agem sobre os indivíduos e estes as elaboram de acordo com a sua experiência pessoal, transmitida por gerações através das tradições”. (PASCAL, 2008, p. 283).

⁶² Adjetivo inspirado em *Ambrósio*, personagem do romance *Viva o povo brasileiro*, que usava o seu poder de mando de forma ilimitada. (RIBEIRO, 2005).

⁶³ O homem ordinário: o homem comum, o homem do povo, o popular, pertencente à classe dos desprovidos de privilégios.

Os procedimentos utilizados no intuito de responder à pergunta desta pesquisa tiveram como princípio norteador, tanto na fase de realização das entrevistas como na etapa do seu aprofundamento, a advertência feita por Bourdieu acerca do esforço que precisa ser feito, numa entrevista, no intuito de minimizarmos tanto quanto possível “os enganos que permeiam a relação de troca entre pesquisador e pesquisado” (BOURDIEU, 2008, p. 703).⁶⁴ Esse conselho foi fundamental para esta pesquisa, sobretudo no segundo momento das entrevistas, quando alguns entrevistados, a exemplo de Lenira, Mário, Moisés, Maria e Vicente, tomados pela “felicidade de expressão” de que também nos falou Bourdieu (2008, p. 705), desceram a detalhes de suas histórias de vida que, aparentemente supérfluos, foram essenciais para o fechamento de nossas conclusões. Tais particularidades são aqui narrados por eles próprios, conforme decisão tomada ainda na ocasião preparatória da pesquisa de campo, quando optamos por privilegiar “a voz dos donos, que são os donos da voz”,⁶⁵ conforme se verá em muitos trechos deste capítulo,⁶⁶ procurando mais uma vez seguir os ensinamentos do mestre: “[...] dar realmente a palavra àqueles que habitualmente não a têm, é apenas lhes dar a palavra tal e qual.” (BOURDIEU, 2008, p. 703). Além do mais, a fala do “dono da voz” traduz as situações com muito mais fidedignidade do que os dados frios de uma tabela, cuja utilidade numa pesquisa da natureza da nossa é mostrar a representatividade das respostas no conjunto da amostra. Outra razão para essa opção foi que, com o foco nas afirmativas de Holanda e DaMatta e seguindo os passos de Bourdieu e Lahire, sabíamos da importância de adentrar em partes da história de vida dos entrevistados para podermos deduzir as questões propostas por este estudo e nos contrapormos a visões superficiais e muitas vezes preconceituosas a respeito dos trabalhadores informais, como lembrou a própria Lenira, uma de nossas entrevistadas:

⁶⁴ Bourdieu (2008, p. 703), ao discorrer sobre a entrevista, diz: “Nessa relação de troca, cada um engana um pouco o outro ao se enganar a si próprio: o pesquisador se prende à autenticidade do testemunho da pesquisada porque ele acredita ter tido êxito na descoberta de uma palavra bruta, densa, inviolada, que outros não souberam ver ou suscitar [...]; a pesquisada finge ser o personagem que é esperado nesse encontro [...]”

⁶⁵ Parafraseando o compositor Chico Buarque de Holanda, na sua canção *A voz do dono e o dono da voz*.

⁶⁶ Acontece até que, longe de serem simples instrumentos nas mãos do pesquisador, os entrevistados conduzem de alguma maneira a entrevista e a densidade e intensidade de seu discurso [...]. A impressão que eles dão frequentemente é de sentirem uma espécie de alívio, até de realização; tudo neles lembra a felicidade de expressão. [...] Pode-se sem dúvida falar então de autoanálise provocada e acompanhada, em mais de um caso, sentimos que a pessoa interrogada aproveitava a ocasião que lhe tinha sido dada de ser interrogada sobre ela mesma e da licitação ou solicitação que lhe asseguravam nossas perguntas ou nossas sugestões (sempre abertas e múltiplas e frequentemente reduzidas a uma intenção silenciosa) para realizar um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, às vezes com uma extraordinária intensidade expressiva, experiências e reflexões há muito reservadas e reprimidas (BOURDIEU, 2008, p. 705).

[...] A gente passa o dia todo aqui, levando sol, levando chuva e às vezes até agressão. Isso vira até um preconceito contra nós, porque nós não somos marginais, nós somos trabalhadores, estamos aqui porque precisamos e porque foi a vida que trouxe a gente pra cá. Com 10 anos de idade, eu já acompanhava a minha mãe. Não aprendi a fazer outra coisa na vida... Além disso, eu gosto muito de trabalhar assim, na rua, vendo as pessoas passar, conversando com os outros ambulantes, rindo e me divertindo enquanto trabalho.

6.I A cordialidade dos comerciantes informais

No conjunto dos relatos colhidos na pesquisa, o de Mário distinguiu-se de tantos outros não apenas pela riqueza de detalhes, mas principalmente pelas questões que reincidiram no conjunto das entrevistas, razão pela qual se nos afigurou como um depoimento-padrão, sendo retomado com certa insistência no decorrer da análise. Nos três encontros ocorridos durante a pesquisa de campo, Mário nos contou parte de sua trajetória ocupacional. No primeiro encontro, a conversa se ateve ao roteiro das entrevistas semiestruturadas, ao qual o entrevistado acresceu espontaneamente outras informações interessantes para a pesquisa e que contribuíram para a sua inclusão no rol dos selecionados para a segunda etapa da pesquisa de campo. No segundo encontro, a conversa com Mário foi bem mais demorada e possibilitou-nos preencher as lacunas que ficaram de sua história como comerciante informal, que, depois de transcrita e confrontada com os dados da entrevista anterior, foi levada ao seu conhecimento num terceiro encontro, sendo por ele aprovada após alguns acréscimos e correções. A história de Mário foi considerada emblemática para a pesquisa por reunir elementos presentes em vários outros relatos escutados, à medida que dávamos prosseguimento à segunda etapa do trabalho de campo. Principia assim essa história:

Comecei a vim pra a rua com **cinco anos de idade** (hoje estou com 59), **para ajudar meu pai**, que era comerciante informal e morreu trabalhando na rua. Teve uma parada cardíaca e dobrou-se em cima do banco. Quando completei 14 anos e o meu pai faleceu, eu, na condição de filho mais velho assumi o negócio, e com a ajuda de minha mãe, para poder sustentar a família. Continuei a vender louças e “biscuit”, como meu pai fazia. Depois de algum tempo, a procura por esse tipo de artigo diminuiu e eu passei a vender aviamentos e meias. Depois fiquei somente com as meias, porque dá mais resultado, e permaneço assim até hoje. Quando decidi mudar o artigo de venda eu tive dificuldade porque não tinha “o capital” pra bancar a compra do primeiro lote de mercadoria, mas fui ajudado pelo dono de uma loja que vendia meias no atacado e no varejo e me forneceu as meias pra eu só pagar um mês depois. Deixei a carteira de identidade com ele (o lojista), que só me devolveu dois meses depois, quando consegui saldar a minha dívida. Em 1983 consegui uma licença da Prefeitura para trabalhar na Rua da Penha e tive que abandonar o ponto inicial (que era do pai) localizado na

frente do Mercado de São José. **Foi muito difícil abandonar o ponto** que havia pertencido ao meu pai – **o coração ficou muito apertado e chorei muito** no dia da mudança, mas era a única forma de conseguir a licença para continuar vendendo. Depois disso, passei por outros locais (outros pontos), de onde era retirado pela Prefeitura. A pior perseguição que eu me lembro foi a Operação Camelô. Quando fizeram o Camelódromo me deram um Box e me levaram pra lá, mas eu só passei 1 dia porque fiquei ali preso no terceiro módulo, colado, sem vender nada... No dia seguinte voltei pra Rua das Calçadas, onde fiquei perambulando até conseguir me fixar aqui, onde já estou acostumado. Agora, **se me tirarem daqui eu vou sofrer de novo**, porque tenho um filho que tem um banco bem ali na frente, onde negocia com frutas, e a minha mulher que também tem um banco no final da Rua da Penha, onde também vende meias. [...] Nessa rua aqui existem 168 ambulantes, todos na beira da calçada, todos cadastrados pela Prefeitura. São todos muito antigos... juntos a gente forma uma **grande família**: mexeu com um, mexe com todos. [...] Eu tenho muito receio, principalmente agora que o prefeito é de outro partido, de ser retirado desse local onde estou, porque **sinto muito prazer em trabalhar perto do meu filho e da minha mulher**. Se o prefeito fosse do PT eu me sentiria mais seguro porque o PT foi o partido que mais respeitou o camelô. [...] O meu rendimento varia muito, porque nós temos sete meses com movimento e 5 meses meio parado, por causa da chuva, mas **não tenho costume de viver contando o que eu ganho e o que eu gasto. Sempre vivi na insegurança e na aventura...** Sei que hoje estou aqui, mas amanhã eu posso não estar, mas gosto de viver assim mesmo... Não sei viver de outro jeito. [...] Eu não ia me acostumar nunca a trabalhar num local fechado, porque desde os cinco anos de idade eu trabalho na rua. Nunca tive patrão na minha vida... Pra mim, **patrão só se aproveita do empregado... suga, suga**, e no final do mês só paga aquele salário minguado... Também estou acostumado a ter dinheiro todo dia e esse negócio de só receber no final do mês não dá pra mim mesmo não. **Vivo muito satisfeito, mesmo inseguro**, porque com o que eu ganho sustentei a minha família com tranquilidade até hoje... e ainda ajudo. Mas sei que a qualquer momento eu posso ser retirado daqui. Tenho uma clientela cativa, que vem dos cafundós de Judas direto pra comprar no meu banco. Aqui eu vendo, **proso com meus clientes, conheço todo mundo**. Se o dono dessa loja pudesse (o banco fica na ponta da calçada de uma loja de joias) já me tinha tirado daqui, mas ele é dono da porta pra dentro... **A calçada aqui é pública e sendo pública a gente pode usar**. [grifos nossos].

Quando Buarque de Holanda delineou o indivíduo brasileiro como sendo um homem cordial, que privilegia a emoção em detrimento da razão, que não distingue o que é privado do que é público, que se mostra propenso à informalidade (HOLANDA, 1995, p. 149), antecipava-nos o personagem que viríamos conhecer: Mário, nosso entrevistado. Ele ficou muito abalado quando, por uma exigência da Prefeitura, teve de deixar o ponto que havia pertencido ao pai. Ficou com “o coração apertado e chorou muito no dia da mudança”, mas teve de sair a fim de poder conseguir permissão para permanecer na atividade. O fato de o ponto haver pertencido a seu pai e fazer parte de sua história familiar mexeu com a emoção de Mário, que, mesmo decorridos trinta anos desse acontecimento, ainda se emocionou ao descrevê-lo. Segundo ele

mesmo disse, não consegue desligar-se de sua história familiar e mostra-se satisfeito ao reproduzi-la: tem um filho que tem um banco em frente ao dele, onde negocia com frutas, e sua mulher também tem um banco no final da Rua da Penha, onde vende o mesmo produto que ele (meias), e diz sentir muito prazer em trabalhar perto deles. Os laços com a família permanecem muito fortes em Mário e também remetem às conclusões da pesquisa de Almeida (2012) acerca de valores que caracterizam a sociedade brasileira como familista⁶⁷ (além de hierárquica e patrimonialista), assim como o que presumimos no início deste estudo.

Mas Mário está acostumado e satisfeito com a vida que leva e com o lugar onde está: “Se me tirarem daqui eu vou sofrer de novo”, diz ele. A referência aos laços familiares expressa-se até mesmo quando ele fala dos outros comerciantes informais que atuam naquela mesma rua, todos muito antigos e que, segundo ele, “formam uma grande família: mexeu com um, mexe com todos”. Emotivo e informal, Mário, exemplo de *homem cordial*, valoriza as relações pessoais. Vaidoso, cita a sua “clientela cativa, que sai de onde mora direto para comprar no banco dele”. E ainda acrescenta que “as vendas são sempre seguidas de uma boa prosa”. Esse final do depoimento também remete ao que disse Buarque de Holanda sobre a esfera dos negócios no Brasil:

[...] Raramente se tem podido chegar, na esfera dos negócios, a uma adequada racionalização. O freguês, ou cliente, há de assumir de preferência a posição de amigo. Não há dúvida que, desse comportamento social, em que o sistema de relações se edifica essencialmente sobre laços diretos, de pessoa a pessoa, procedam os principais obstáculos que na Espanha, e em todos os países hispânicos – Portugal e Brasil, inclusive –, se erigem contra a rígida aplicação das normas de justiça e de quaisquer prescrições legais. (HOLANDA, 1995, p. 134).

A história contada por Laércio, em parte já repetida no capítulo anterior e aqui retomada com diferente propósito de análise, é outra na qual identificamos os elementos da cordialidade traçados por Holanda (1995):

Vim pra a rua junto **com meu pai** em 1969, quando tinha **15 anos**, e fiquei trabalhando com ele até 2002, quando ele morreu. Aí eu assumi o ponto e fiquei no ramo até hoje. São **44 anos nessa lida**. Em 2010, **sofri uma**

⁶⁷ Familista: adjetivo derivado do substantivo “familismo”, que significa tudo o que diz respeito à organização familiar. (HOUAISS, 2001, p. 1305). Holanda (1995, p. 141) asseverou que “[...] Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade”.

agressão muito grande porque o prefeito mandou arrancar a minha barraca, que era fincada no chão e padronizada desde os tempos de Jarbas. No dia em que iam derrubar a barraca, o comandante da polícia disse que eu tinha que assinar um documento... Eu só esperei mesmo pra assinar e logo depois **saí pra não ver a derrubada da barraca**, pois se ficasse pra ver eu não sabia qual ia ser a minha reação... Eu estava triste, nervoso e revoltado... **Só me lembrava do meu pai**. Eu tive um prejuízo grande e fiquei cinco meses vagando pelas ruas, com as mercadorias na mão. Aí foi quando o Prefeito João da Costa voltou atrás e me autorizou a voltar para o mesmo local, mas com outra barraca no modelo aprovado pela Prefeitura. Me deram 90 dias pra voltar, senão eu perderia o ponto, e disseram que se eu não voltasse dentro daquele prazo o ponto seria sorteado entre os camelôs mais antigos que ainda estavam sem ponto. Então eu tive que recorrer a **um agiota** para pegar R\$ 4.500,00 emprestado para refazer a barraca como eles queriam, mas já paguei tudo. [...] Eu não tenho mais idade pra sair por aí procurando trabalho, e mesmo que eu tivesse eu não ia, pois sempre trabalhei nisso, não tenho estudo e tenho uma espécie de paralisia de nascença nas pernas. Mas mesmo que eu não tivesse isso, eu não ia deixar nem a pau isso aqui, porque é muito bom: a gente tem o dinheirinho garantido, embora incerto, porque varia muito, principalmente no inverno, eu não deixaria isso aqui nem a pau. **Aqui é muito bom, a gente aqui se distrai e vive livre** (os grifos são todos nossos).

Esse depoimento de Laércio reforçou a narrativa de Mário no quesito do qual se depreende a cordialidade expressa nas reações emotivas e nas ligações familiares. Quando se referiu à derrubada de sua barraca, Laércio foi enfático:

Saí pra não ver a derrubada da barraca, pois se ficasse pra ver eu nem sabia qual ia ser a minha reação... Eu estava triste, nervoso e revoltado, só me lembrava do meu pai. Além do que, com o dinheirinho⁶⁸ garantido, embora incerto, eu não deixaria nem a pau isso aqui porque aqui é muito bom, **a gente aqui se distrai e vive livre**.

Outra narrativa que fundamenta as afirmativas que identificam as características do homem cordial nos comerciantes informais entrevistados é a de Moisés, que tem uma banca em frente a uma loja pertencente a uma conhecida rede de lojas especializadas na venda de eletrodomésticos, na Av. N. Sra. do Carmo. Ele foi abordado na segunda entrevista no momento em que estava atendendo a uma pessoa e pediu que o aguardássemos “no seu escritório”, apontando para o interior da referida loja e dizendo para esperarmos sentadas em um dos sofás que se encontrava com uma placa de venda. Obedecemos. Entramos na loja, sentamos no sofá e vimos os funcionários andando de um lado para o outro sem que nada nos

⁶⁸ Aqui aparece também o diminutivo *inho*, analisado por Buarque de Holanda como mais um traço da cordialidade, e que é aplicado de forma exagerada às pessoas visando justamente à quebra da formalidade da relação, para que esta passe a se tornar uma relação de amigos. (SILVEIRA, 2001).

perguntassem. Alguns minutos se passaram quando chegou Moisés e sentou-se à nossa frente. Após explicarmos o porquê dessa segunda entrevista, ele pôs-se a falar:

Vim de Bonito e **comecei a vender picolé pelas ruas do Centro, há mais de trinta anos**, ajudando uma pessoa que trabalhava com isso. Então comecei a juntar um dinheirinho,⁶⁹ já pensando em trabalhar pra mim mesmo. Naquele tempo, uns trinta anos atrás, era mais fácil a gente arranjar um cantinho⁷⁰ pra se alojar, porque não tinha tanta gente como tem hoje. A gente **fazia amizade e os colegas arranjavam o lugar** pra gente. Depois, com o tempo, eu fui vendo qual era o lugar melhor pra ficar e acabei ficando aqui (grifos nossos).

Quando começamos a conversar com Moisés, falamos da nossa estranheza diante daquela situação: realizando uma entrevista, sentadas dentro de um estabelecimento comercial. Rindo, ele nos disse:

Ah, mas eu me dou muito com o pessoal dessa loja... **todos gostam muito de mim...** até me deixam guardar as minhas mercadorias aqui, à noite, quando eu vou pra casa. Os funcionários da loja são todos clientes meus, me compram lanche (pipoca, refrigerante, água mineral, salgadinhos...) e **às vezes até me pedem uns favorzinhos**. Eu fico aí na calçada, e se alguém bater em mim ou reclamar alguma coisa eu tenho mesmo que ficar calado porque eu sei que o espaço é público e que, mesmo estando trabalhando, essa atividade não é 100% legal. Além disso, eu sei que tem o comerciante informal e tem o **“abusante”** (aquele que arranja problema com fiscal, que bota as carroças no meio da rua, muitas vezes nas paradas de ônibus...). E aí, a gente que trabalha certo é que termina pagando pelos erros dos outros. [...] Eu acho que o comércio de rua ajuda a movimentar o comércio das lojas, porque a gente atrai o pessoal para a rua... Me disseram que esse prefeito novo está querendo tirar o pessoal da rua, mas, na minha opinião, isso é uma coisa muito errada e ele não vai conseguir, porque ele tem é que ajudar as pessoas que mais precisam e que querem trabalhar... Se ele proibir as pessoas de trabalhar, ele vai ajudar a aumentar a violência. Com mais de trinta anos na rua, eu não sei fazer outra coisa a não ser isso... **Se quiserem me tirar daqui, eu vou tentar ficar na força**, só vou pra outro canto se não tiver mesmo jeito... Só não vou parar, porque meu coração não vai aguentar, pois **isso aqui é minha vida**.⁷¹[...] Eu boto a minha banca justamente numa das colunas da loja, bem recuada pra não ocupar a calçada, para não atrapalhar nem as pessoas nem a vitrine da loja. [...] Se chegar alguém querendo botar um ponto por ali, eu não vou deixar, mas vou fazer isso com jeito... Vou dizer que não pode porque a fiscalização não permite pois já tem muita gente por aqui. Se a gente deixar mais gente chegar, a gente vai prejudicar a gente mesmo (grifos nossos).

⁶⁹ O *inho* mais uma vez aparece.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Observamos que *Moisés* exerce uma certa liderança junto ao grupo de 10 pessoas que trabalham naquela área.

No relato de Moisés, mais traços da cordialidade. Ele investe nas relações pessoais a ponto de sentir-se tão à vontade com o pessoal da loja que até nos encaminhou para lá como se ali fosse o seu escritório. Fez questão de dizer que todos gostam muito dele, que à noite guarda as mercadorias lá dentro e os funcionários da loja também lhe compram pipoca, refrigerante, água mineral, salgadinhos, e às vezes até lhe pedem pequenos favores. Mais *cordial* ainda, Moisés confessou que, se quiserem tirá-lo de lá, vai tentar ficar na força, só vai para outro lugar se não tiver mesmo jeito. Com mais de trinta anos na rua, não admite parar de trabalhar no comércio informal, pois não sabe fazer outra coisa. Moisés só sairá dali se não houver outro jeito... “Só não vou é parar de trabalhar, porque meu coração não vai aguentar, pois isso aqui é minha vida.” Naturalmente, qualquer trabalhador, chefe de família, que se visse ameaçado de a qualquer momento ser privado de poder trabalhar agiria da mesma forma: inconformado e pronto para resistir à ameaça. Mas, por certo, mesmo se considerarmos tratar-se de uma situação hipotética, nem todos utilizariam os mesmos argumentos usados por Mário, Laércio e Moisés, nos quais o apego à atividade se expressa com emoção e a emotividade se sobrepõe à razão.

E assim as narrativas vão-se repetindo, deixando evidente que aquilo que procurávamos desvendar não era prerrogativa apenas de Mário, Moisés e Laércio, mas de muitos outros que, ainda crianças, tiveram suas vidas ligadas ao comércio informal, quando o pai ou a mãe os levavam consigo para as ruas porque não tinham com quem deixá-los em casa ou porque precisavam de ajuda no trabalho. E foi justamente isso o que ocorreu com Davi, que ingressou na atividade ainda novinho, auxiliando os pais, ambos comerciantes informais, até assumir o ponto quando eles vieram a falecer. Hoje, com 34 anos, disse: “Essa profissão é uma profissão de família, [...] tá no sangue, [...] não sei fazer outra coisa na vida a não ser isto.” Com Givanildo, a história é parecida: começou aos 17 anos, ajudando o pai que era estivador e nos finais de semana vendia confeitos, amendoim e laranja em casa e nos campos de futebol. Depois, com 20 anos, engravidou uma menina, precisou ganhar mais e decidiu trabalhar para si próprio. Conseguiu um lugar junto do ponto de um amigo, na Avenida Dantas Barreto, e lá se instalou. Já está com 62 anos e nunca deixou o comércio informal. Quando o pai faleceu, disse ele, foi chamado para trabalhar como estivador, mas não quis, porque só sabe viver assim, pois, “embora o ganho não seja certo, todo dia pinga uma coisinha que dá pra viver... E assim eu vivo mais feliz.” Conceição também comprovou esse desdobramento da atividade informal no interior de uma mesma família. Há 40 anos a mãe dela já vendia milho, pamonha

e acarajé nesse mesmo ponto, e ela começou ajudando-a. Quando a mãe não pôde mais trabalhar, ela assumiu o ponto. Hoje, com 48 anos, divide a banca com um filho de 23. Gosta da informalidade, “de trabalhar para ela mesma”. Edilene também ingressou no informal novinha, com 15 anos já ajudava a mãe, que vendia condimentos num tabuleiro montado na Avenida Dantas Barreto. Quando a mãe faleceu, ela continuou no ramo. Durante a semana, comercializa no Recife, e nos sábados e domingos na feira do bairro de Peixinhos. Há semanas em que ela só vem ao Centro da cidade três vezes, mas nas festividades vem todos os dias. Tem curso de contabilidade e fez um estágio de um mês na Compesa.

Os dados quantitativos da pesquisa traduzem o que Davi, Givanildo, Conceição e Edilene falaram sobre a forma como ingressaram na atividade, formas que podem ser resumidas na frase pronunciada por Davi: “Essa é uma profissão de família, tá no sangue”. Verificando as respostas do conjunto dos entrevistados da pesquisa, vemos que a falta de alternativas e a influência familiar figuram como as razões mais expressivas para o ingresso no comércio informal, com percentuais passíveis de ser aumentados se incluídas outras respostas que apontam no mesmo sentido (Tabela 69).

Tabela 69 – Por que veio trabalhar no comércio informal

Razão	Freq.	(%)
Não encontrei emprego / Não tive outra opção	24	23,8
Sempre trabalhei como ambulante, ajudando minha mãe, meu pai, meu tio / O ponto já pertencia à minha família / É uma profissão de família	23	22,8
Para ajudar o meu marido, que era ambulante	7	6,9
Para não ser humilhado / Para não receber reclamação / Para não ser mandado por ninguém / Para não ter patrão / Para ser independente / Para ter liberdade / Porque queria ser patrão	11	10,9
Para ter liberdade e poder cuidar dos filhos	6	5,9
Porque ganhar um SM é o mesmo que pedir esmola / Com um SM não posso viver	9	8,9
Por causa da idade	4	3,9
Aqui é menos cansativo e mais lucrativo / Para experimentar	2	2,0
Estava sem trabalho e um amigo me chamou pra trabalhar com ele e gostei	6	5,9
Trabalhava nos correios quando um fiscal da PCR me sugeriu botar um ponto aqui na calçada	1	1,0
Porque como ambulante tenho dinheiro todos os dias	2	2,0
Com 10 anos eu já vendia picolé na rua e me acostumei	1	1,0
Para complementar a minha aposentadoria	2	2,0
Para complementar a renda familiar	2	2,0
Porque sem leitura não posso arranjar um emprego	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Esse achado da pesquisa corrobora o que disseram os teóricos que tomamos como referências (BOURDIEU; LAHIRE) sobre os modos de pensar e de viver herdados de gerações anteriores, os quais entendemos que contribuem para manter as lealdades particularistas fundadas em laços familiares. (HOLANDA, 1995). Os depoimentos também refletem o apego que ainda existe aos valores da personalidade configurada pelo recinto doméstico, do qual fala Holanda, e que se reflete na conduta ordinária do homem cordial, convicção que o levou a afirmar que “é da esfera do privado [...] que provêm as crises de adaptação dos indivíduos aos mecanismos sociais”. (HOLANDA, 1995, p. 144). Essas conclusões, como mostram os dados, não se estendem a todos os entrevistados da pesquisa, mas, como já registramos, a uma parte significativa desse conjunto.

Com menor expressão percentual, mas expressivas no conjunto das respostas dadas ao questionamento sobre o que ocasionou a entrada no comércio informal, encontram-se duas outras razões que se vão juntar às explicações relativas aos motivos da permanência nessa atividade: a fuga da condição de trabalhador assalariado (“para não ser humilhado / para não receber reclamação / para não ser mandado por ninguém / para não ter patrão / para ser independente / para ter liberdade / porque queria ser patrão”) e a escapatória de sobreviver apenas com um salário-mínimo (“porque ganhar um salário é o mesmo que pedir esmola / porque com um salário-mínimo não posso viver”).

Estas duas últimas razões, imbricadas entre si, lideraram as respostas dadas ao questionamento a respeito dos motivos que os fazem permanecer na atividade. A primeira delas, apresentada por 45,5% dos entrevistados, expressa uma forte rejeição à relação de trabalho assalariada, o que confirma parte da hipótese⁷² que deu origem a este estudo, e mostra o comércio informal como uma decorrência de nossa formação social, que incitou o desenvolvimento de uma sociedade na qual a busca de autonomia surge como uma necessidade e, com o passar do tempo, se cristaliza num ideal de vida de não se depender dos outros para sobreviver (“não quero mais ter patrão” / “ninguém manda em mim” / “tenho liberdade e não sou pressionado” / “sinto prazer em trabalhar no que é meu”, etc.). A segunda, respondida por 27,7% dos entrevistados, credita à remuneração do trabalho assalariado o motivo de sua permanência na atividade (“ganho mais do que se trabalhasse para os outros” /

⁷² A outra parte da hipótese refere-se ao *jeitinho*.

“trabalhar pra mim mesmo é mais rendoso” / “o salário aqui é melhor, porque com um salário-mínimo não se pode sobreviver”) (Tabela 70).

Tabela 70: Principal motivo de permanecer no comércio Informal

Motivo	F	(%)
Ganho mais do que se trabalhasse para os outros / Trabalhar pra mim mesmo é mais rendoso / Com o salário-mínimo não é possível sobreviver.	28	27,7
Ainda não fui pegar os documentos no quartel	1	1,0
Ajuda a passar o meu tempo de aposentado	2	2,0
Posso ajudar o meu marido	2	2,0
Aumentar a renda familiar	1	1,0
Todo dia eu tenho dinheiro na mão	4	3,9
Não consegui outro trabalho / não arranji emprego	12	11,9
Sempre trabalhei nisso / Já estou acostumado / É profissão de família, tá no sangue / Gosto de viver assim / Me sinto melhor trabalhando pra mim mesmo / Não quero mais ter patrão / Ninguém manda em mim / Tenho liberdade e não sou pressionado / Gosto do que faço /Tenho o meu horário feito por mim / É um trabalho sem estresse, trabalho poucas horas, na sombra e água fresca / não é serviço puxado e não preciso fazer esforço / Não encontrei trabalho melhor que esse / tenho o meu dinheiro certo e não me aborço / Gostei de trabalhar livre e não quis mais trabalho fichado / Sinto prazer em trabalhar no que é meu	46	45,5
É minha única fonte de renda	1	1,0
Gosto de trabalhar com flores	1	1,0
Aqui eu posso dar um bom estudo ao meu filho	1	1,0
A idade não me permite mais arranjar emprego em empresa	1	1,0
Sobrei no exército e não quis procurar outro emprego, por causa do horário	1	1,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tais explicações para o ingresso e a permanência no comércio informal foram detalhadas por Mário (hoje com 59 anos de idade, e que aos cinco anos começou a vir para a rua ajudar o pai, que era comerciante informal); por Laércio (que veio para a rua junto com o pai em 1969, quando tinha 15 anos, e ficou trabalhando com ele até 2002, quando ele morreu); por Moisés (que veio de Bonito e começou a vender picolé pelas ruas do Centro, há mais de trinta anos); e ainda por Davi, Givanildo, Conceição e Edilene, dentre outros.

Mas, como vimos, a procura pelo comércio informal também acontece por outras razões decorrentes de outras histórias de vida, como, por exemplo, a de Vicente, hoje com 71 anos,

aposentado (ou “estacionado”, como ele se considera), cujo pai faleceu (“porque bebia muito e tinha barriga d’água”) no dia em que ele nasceu, em Quipapá, onde moravam. A mãe, sem condições para criá-lo, o ofereceu para uma família tomar conta. Mas o pai adotivo o espancava com frequência e, aos oito anos de idade, ele não aguentou mais e veio morar no Recife (com uma vizinha que se mudou para cá e se propôs a tomar conta dele). Aos 12 anos foi trabalhar para duas senhoras que tinham uma fábrica de doces e precisavam de gente para vender pelas ruas. Foi assim que tudo começou. Com 15 anos, passou a trabalhar para si próprio. Há 30 anos trabalha como comerciante informal:

Sem estudo e sem chance de trabalhar com carteira assinada, **não tive outra escolha**. Comecei vendendo limão e laranja nas paradas de ônibus, depois fiquei num ponto fixo, na Rua da Penha, e só depois vim pra cá. Vendo minhas bijuterias aqui, com meu tabuleiro encostado na vitrine dessa loja (de japoneses). A antiga proprietária gostava muito de mim e permitiu que eu “ancorasse” aqui. Quando ela vendeu a loja, pediu para os compradores me deixarem continuar aqui. Começo a trabalhar às 9 h, quando a loja abre, e fico só até às 5 horas. Preciso trabalhar para completar a minha aposentadoria e também para viver, pois se eu parar de trabalhar vou morrer logo, pois não aguento ficar em casa sem fazer nada (Vicente).

Observamos aqui um caso em que a entrada no informal se deu por absoluta falta de alternativa de emprego, situação atribuída à falta de estudo (Vicente declarou-se analfabeto pleno). Permanece na atividade porque precisa complementar a aposentadoria (por idade) que recebe do INSS, e também para viver, porque, segundo disse, se parar de trabalhar vai morrer logo, pois não suporta ficar em casa sem fazer nada. O comércio informal afigura-se aqui como uma alternativa de vida.

Patrícia é filha de um vendedor de picolé e tem dois irmãos que também são comerciantes informais. A mãe não trabalhava fora de casa (“Só às vezes, quando a gente ia vender numa festa, como no carnaval, na festa da Conceição ou do Carmo”), mas eventualmente costumava acompanhar o marido para dar uma ajuda. Aos 15 anos Patrícia começou a trabalhar como empregada doméstica, sem carteira assinada. Passou 14 anos nisso e, como disse, cansou de ser explorada, mas não tinha alternativa porque não tinha estudo e não sabia fazer nada a não ser cuidar da casa dos outros. Foi então que um dos irmãos lhe sugeriu vir trabalhar no Centro da cidade e ela acatou a ideia. Começou vendendo picolé juntamente com ele, e depois se separou e passou a trabalhar para si mesma. Fez amizades com outros comerciantes e

aprendeu outras coisas. Depois aproximou-se de um fiscal da Prefeitura que a ajudou a conseguir um ponto e passou a vender artigos importados. Para poder começar a trabalhar para si própria, pegou uma quantia emprestada de um agiota e passou dois anos pagando: “Foi uma fase muito difícil porque era todo o tempo xingada por ele”, disse ela. Patrícia acrescentou:

Trabalho com artigos importados, que compro nas lojas dos chineses. Hoje tenho a minha casa própria, ajudo (financeiramente) a minha mãe e vivo com tranquilidade. Meu companheiro está preso há 13 anos. Todo domingo eu visito ele e levo uma feira pra ele. Nunca fui roubada. À noite, boto as minhas coisas num carrinho de mão e eu mesma levo para o depósito. Nunca paguei toco pro fiscal encarregado de tomar conta do bairro de São José, mas sei de gente que paga.

As histórias de Vicente e de Patrícia mostram a entrada e a permanência no comércio informal como a única alternativa de trabalho de que dispunham para viver, devida, em ambos os casos, à falta de estudo. Já no caso de Amarildes, não foi a falta de estudo que a levou para o comércio informal. Com o curso de auxiliar de enfermagem, ela trabalhou no Hospital da Restauração e numa clínica particular, por “mais ou menos cinco anos”, mas não se adaptou porque “se sentia escrava de horário, sem liberdade”. Decidiu então voltar a trabalhar no comércio informal, pois já tinha experiência nesse ramo, porque o pai era comerciante informal e ela passou muito tempo trabalhando com ele, até concluir o curso. No final da entrevista, atendendo à insistência da pesquisadora para que apresentasse o motivo de sua volta à informalidade, Amarildes ratificou a explicação dada: “Eu me sentia escrava de horário, presa, sem liberdade... Trabalhar pros outros é sofrer humilhação.”

Também nas histórias de Patrícia e de Amarildes constatamos a ligação familiar com o comércio informal, embora não tenha sido esse o elo apontado como motivação para o ingresso na atividade.

Outro dado que confirma esse elo familiar com a atividade em estudo também aparece na tabela relacionada à forma como se deu o aprendizado do comércio informal, em que se verifica que 24,7% dos entrevistados responderam que foi ajudando um parente (Tabela 71) e 57,4% disseram ter parentes próximos (pais, filhos, genros e noras) inseridos no mesmo tipo de atividade (Tabela 72).

Tabela 71: Como se deu o aprendizado no CI

Forma do aprendizado	Freq.	(%)
Com a prática / A necessidade ensinou	66	65,3
Ajudando os pais, o tio, o marido	25	24,7
Ajudando um primo / ajudando um amigo	6	6,0
Não respondeu	4	4,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 72: Se tem parentes próximos no comércio informal

Foi retirado	Freq.	(%)
Sim	58	57,4
Não	43	42,6
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A investigação a respeito da ocupação exercida pelos pais dos entrevistados também mostra os laços existentes com o comércio informal. Na Tabela 73, vemos que os pais de 16,8% dos entrevistados eram comerciantes informais, enquanto na Tabela 74 o registro é de que 12,9% das mães tinham essa mesma ocupação.

Tabela 73: Profissão do pai do entrevistado

Profissão do pai	Freq.	(%)
Trabalhador rural	14	13,8
Trabalhador da indústria	6	5,9
Trabalhador da construção civil	11	10,9
Comerciante informal	17	16,8
Funcionário público	4	3,9
Prestador informal de serviços (borracheiro, marceneiro, eletricitista, encanador, pintor)	10	9,9
Feirante	4	3,9
Balconista de bar	1	1,0
Vigia, vigilante	5	4,9
Motorista	4	3,9
Portuário	2	1,98
Caminhoneiro	3	2,97
Portuário	2	2,0
Caminhoneiro	3	1,0
Comerciário	2	2,97
Corretor de imóveis	1	1,0
Ensacador/ carregador/estivador	3	1,0
Pedia esmola	1	8,9
Marchante	1	1,0
Não sabe / Não respondeu	12	12,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 74: Profissão da mãe do entrevistado

Profissão da mãe	Freq.	(%)
Trabalhadora rural	5	4,9
Trabalhadora da indústria	7	9,9
Comerciante informal	13	12,9
Empregada doméstica	8	7,2
Cobrador de ônibus	2	2,0
Costureira	6	5,9
Cozinheira em restaurante	1	1,0
Dona de bar	1	1,0
Gari da Prefeitura	1	1,0
Lavadeira em casa de família	4	4,0
Serviços gerais em frigorífico	1	1,0
Vendedora de passagens de ônibus	1	1,0
Zeladora de condomínio	1	1,0
Prendas do lar	48	47,5
Não sabe / Não respondeu	2	2,0
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Esses dados trazem à tona o que asseverou Lahire quando discorreu sobre os diversos contextos de ação (os princípios geradores) nos quais o indivíduo se insere na sua trajetória de vida, corroborando as observações feitas por Buarque de Holanda a respeito da manutenção dos laços familiares como um dos traços da cordialidade. (HOLANDA, 1995, p. 144).

6.2 O trabalho e a aventura dos comerciantes informais

Mesmo vivendo na insegurança e na aventura, características do aventureiro, Mário comporta-se como um trabalhador. Costuma chegar ao seu ponto às seis da manhã, que é a hora em que o vigia da rua encerra o seu expediente, pois ele deixa parte de sua mercadoria guardada em um baú fechado com cadeado, embaixo do banco que fica coberto com um encerado e amarrado com uma corda. O local, em frente à Praça Dom Vital, segundo ele é muito perigoso, e por isso é necessário deixar sempre alguém olhando as mercadorias para evitar que elas sejam roubadas por “malandros” que pernoitam nas redondezas. A outra parte da mercadoria, dele e da mulher, é guardada num depósito que fica no 1º andar de um prédio próximo (ele paga R\$ 200,00 mensais pelo aluguel do espaço). Ali mesmo, no seu ponto, ele toma o café da manhã e por volta das 7h30 horas, quando a rua começa a ficar movimentada, é que ele tira a cobertura do banco e arruma as meias para aguardar que apareça o primeiro comprador. Almoça ali perto (gasta mais ou menos uma meia hora) e permanece no ponto até às 19 horas, quando o vigia volta a executar sua função. Fazendo as contas, Mário passa diariamente mais de 12 horas na rua, seu local de trabalho. No sábado esse ritmo diminui,

pois, só trabalha até às 14 horas. Essa é uma jornada de trabalho que se repete na vida de muitos outros entrevistados, principalmente daqueles que comercializam com frutas e verduras e que precisam ir diariamente à Ceasa, onde costumam comprar esses produtos. Pedro, por exemplo, acorda todo dia às 4 horas da manhã para ir à Ceasa comprar as frutas que vende. Dali vem direto para o ponto, ali mesmo toma o seu café da manhã e almoça, e ali fica até às 19 h. Assim como Mário, nos sábados Pedro só fica na rua até às 14 horas. De um modo geral, os entrevistados costumam estar nos seus pontos de venda todos os dias, cumprindo uma jornada de trabalho que fica num patamar um pouco acima das oito horas oficiais de trabalho do setor formal (Tabela 33, no capítulo 4).

Os entrevistados mostraram ter características próprias do tipo descrito por Buarque de Holanda como *o trabalhador*: são previdentes, organizam-se, planejam, escolhem seus representantes – as lideranças das ruas –, pactuam entre si as regras que lhes asseguram a convivência diária, de modo a arrefecer os conflitos existentes no interior da própria atividade e facilitar as ações comuns necessárias quando se veem ameaçados: “Aqui, mexeu com um mexe com todos”, disse Mário, que também traz consigo outra marca do tipo *trabalhador*: a previdência. Mário preocupa-se com a velhice e com os imprevistos comuns à vida. Vejamos:

Por muito tempo contribuí para o INPS (o INSS), para me prevenir para a velhice e os imprevistos que aparecerem. Já pensou se eu sofro um acidente e não posso continuar trabalhando? Mas, nos últimos dois anos fiquei sem pagar porque tive que ajudar uma filha minha que se separou do marido. Mas ando meio aperreado com isso e vou atualizar e continuar pagando. Possuo uma quantia reservada numa caderneta de poupança, para algum imprevisto que possa aparecer de repente, como uma doença, uma operação...

A contribuição previdenciária, que denota uma preocupação com o futuro, e, por conseguinte, é uma forma de planejamento, foi observada em 12,9% dos entrevistados, que se declararam “autônomos em dia”, e aos quais se juntam os 6,9% dos que já se encontram aposentados (Tabelas 36 e 37 no capítulo 4).

A maioria dos entrevistados, no entanto, não projeta o futuro e se limita à insegurança e à aventura, que em Mário, Moisés e em outros entrevistados se aliam à previsibilidade que é própria do tipo *trabalhador* (o primeiro vai atualizar a sua contribuição previdenciária e

possui uma quantia reservada numa caderneta de poupança para algum imprevisto que possa aparecer; o segundo, “juntando um dinheirinho” conseguiu ficar independente, trabalhando para ele próprio), muito embora entre ambos se destaque uma diferença: na história de Mário não se observa a “prática do favor”⁷³ (que remete às relações de dependência, às relações pessoais, típicas da cordialidade), tal como se vê na história de Moisés. O primeiro recebeu o auxílio de um lojista quando precisou trocar o tipo de produto que vendia, mas uma ajuda que não se configura como um favor, e sim como uma transação comercial na qual o lojista repassou uma parte de um dos seus artigos de venda, mas com uma garantia (a retenção da carteira de identidade de Mário) de que receberia o pagamento no final do prazo acordado. Já o segundo alimenta uma relação de dependência com o estabelecimento em cuja coluna ele mantém o seu banco e onde à noite guarda as suas mercadorias, oferecendo, em troca, pequenos favores aos funcionários, comportamento típico do *homem cordial*.

Os exemplos de Mário e de Moisés confirmam que em estado puro não existe nem o *aventureiro* nem o *trabalhador*, tal como pressupôs o autor referido. A previsibilidade presente nos dois exemplos, e observada em muitos dos entrevistados da pesquisa, junta-se à *aventura* dos trabalhadores informais, esta última bem próxima da *cordialidade* mencionada por Holanda. Vejamos:

Mário tem consciência da precariedade de sua atividade, pois admitiu a possibilidade de ser retirado do local onde está e sabe que o filho, vivendo nas mesmas condições que ele – “na insegurança e na aventura” –, também se encontra vulnerável. Apesar disso, considera-se feliz por ter o filho trabalhando perto, tal como ele, e não acolhe a possibilidade de vê-lo afastar-se dali. Mário revela-se um fiel protagonista daquilo que Holanda classificou como “a velha ordem familiar”, fundada nos laços de sangue e de afeto e ainda presente em “algumas famílias retardatárias nas quais as decisões, de um modo geral, são reduzidas ao padrão pessoal e afetivo” (HOLANDA, 1995, p. 143). Ao declarar que “Cada dia é um dia e vou vivendo de acordo com o que aparece; vivo na insegurança e na aventura, mas gosto de viver assim”, Mário mistura predicados do aventureiro. Ao dizer que “anda meio aperreado porque está atrasado com a contribuição previdenciária, que vai atualizar e continuar pagando, e que possui uma quantia reservada numa caderneta de poupança, para algum imprevisto que possa

⁷³ Roberto Schwarz, ao analisar a prática do favor à luz do processo histórico, escreveu que “[...] o favor, ponto a ponto, pratica a dependência da pessoa” (SCHWARZ, 2005, p. 59).

aparecer de repente”, Mário aproxima-se do perfil do trabalhador (que planeja, não aventura, não afronta o desconhecido).

O sentimento de insegurança que perturba Mário, sem impedi-lo de sentir-se feliz com o que faz, está presente em 68,3% dos entrevistados que, quando foram indagados sobre se tinham receio de ser atingidos por alguma ação da Prefeitura responderam: “Não” (Tabela 29, no capítulo 4). E quando interrogados sobre o que farão caso venham a ser impedidos de permanecer no local, responderam, em sua maioria (23,1%), que farão “a mesma coisa de sempre: ficar com a mercadoria na mão e correr quando a fiscalização aparecer, voltar a vender no corre-corre”; outros (20,2%) disseram que “ainda não sabem, só vão saber na hora e nem querem pensar nisso”; outros (15,8%) responderam simplesmente que “se mudarão para outro local” (Tabela 59 no capítulo 4). São respostas que denotam as marcas de quem já está acostumado a viver na insegurança e na aventura, fato constatado nas Tabelas 61 e 62, no quarto capítulo, na qual podemos ver que 62,4% dos entrevistados já foram atingidos por intervenções da Prefeitura e retirados do local onde estavam, mas depois voltaram.

6.3 As razões e os “jeitinhos” para estar no comércio informal

A visão das atividades informais como opção existencial sempre foi recebida com reservas, seja por autores que se debruçavam na questão à luz das estratégias de sobrevivência (SOUSA, 1980),⁷⁴ seja por aqueles que as viam inseridas no circuito do capital, como Kowarick (1977)⁷⁵ e Oliveira (1976).⁷⁶ Este último autor, ao centrar a sua atenção na heterogeneidade dessas atividades, concluiu:

O que as homogeneíza enquanto forma, não enquanto conteúdo, é a não presença de estruturas formais de produção ou de circulação ou ainda de distribuição; dizendo de forma mais rigorosa o capital não é o sujeito dessas relações, e a força de trabalho não é pressuposta e posta no movimento da reprodução, não é uma mercadoria (OLIVEIRA, 1987, p. 86).

⁷⁴ Paulo Renato Sousa, ao examinar o funcionamento do mercado de trabalho e o problema do emprego nas economias atrasadas, fez uma caracterização do processo de desenvolvimento adotado na América Latina ressaltando como traço que mais caracteriza esse processo o reduzido ritmo do crescimento na oferta de emprego. Assim, o excedente de mão de obra que resulta desse processo vê-se impelido a criar os seus próprios meios de sobrevivência (SOUSA, 1980).

⁷⁵ Lúcio Kowarick explicou a expansão dessas atividades, por ele chamadas de “não tipicamente capitalistas”, como resultado da necessidade do sistema capitalista de ter à sua disposição um exército industrial de reserva de força de trabalho (KOWARICK, 1977).

⁷⁶ Francisco de Oliveira, que focou a sua atenção nas atividades informais de prestação de serviços, viu a proliferação dessas atividades como devida, principalmente, à necessidade de se dirigirem para as atividades industriais os escassos fundos de acumulação disponíveis. (OLIVEIRA, 1976).

Para Oliveira, as atividades informais, embora não sendo “tipicamente capitalistas”, encontram-se no circuito do capital, e assim sendo não faz sentido se falar em autonomia, pois, como as demais atividades, elas também estão subordinadas à ordem hegemônica (do capital). “[...] – ainda que no “informal” exista uma certa “ilusão” de autonomia, daí o termo “autônomo” com que eles próprios se denominam, [...] eles pertencem ao conjunto do proletariado em termo lato.” (OLIVEIRA, 1987, p. 91).

Ora, um aspecto que muitas vezes dificulta a compreensão desse amplo espectro de atividades que compõem o chamado setor informal é, como já foi salientado anteriormente neste estudo, o caráter diversificado dessas atividades, que dificulta na maioria das vezes o enquadramento teórico daquilo que a realidade nos mostra. Observemos a dificuldade de se justapor em um mesmo esboço teórico, como, por exemplo, o construído por Oliveira, atividades claramente caracterizadas como simples estratégias de sobrevivência e outras nitidamente articuladas com o setor organizado da economia. Por trás de cada uma delas, por certo, distinguiremos razões diferentes para explicá-las, embora saibamos que em muitas constataremos a preponderância do capital, e, por extensão, o que está contido na própria substância ideológica do capitalismo: o afã incontrolável de acumular e crescer indefinidamente, como visto inclusive no depoimento de Camilo (em parte também reproduzido no capítulo anterior), que tem 37 anos, o 2º grau incompleto e começou a trabalhar com 13 anos como carregador de frete em feiras livres. Aos 17 anos foi trabalhar como zelador em um condomínio residencial, sem carteira assinada, e logo depois foi servir às forças armadas, onde permaneceu até os 24 anos. Quando saiu do quartel, foi trabalhar como vigilante nas empresas Nordeste e Securite, função que desempenhou durante mais ou menos 7 anos. Sentiu-se explorado e decidiu ser ambulante para poder “subir na vida”. Ciente de que não vai poder ficar ali por muito tempo, pois, como ele próprio disse, “sabe que não está fazendo uma coisa certa porque está ocupando um local público, que pertence aos pedestres, além do que não quer ficar estacionado na vida”, nos últimos meses ele vem se preparando para abrir, em sociedade com um amigo, uma fábrica de roupas esportivas. O galpão já foi escolhido, no bairro de Afogados, e ele está providenciando a documentação. E, quando estiver com a sua “fabriqueta” funcionando e toda a documentação em ordem, vai tentar conseguir um empréstimo bancário para ampliar o negócio. Ele arrematou: “Sempre pensei em prosperar e me preparei para isso. Agora chegou a hora”.

Haveremos de convir, no entanto, que, quanto mais inquestionável é a preponderância do capital, tanto mais indiscutível é a influência dos valores histórico-culturais transmitidos de uma geração a outra, os quais permitem sobreexistirem espaços de liberdade, ou de criatividade, como diria Milton Santos, que transformam os pobres em “senhores da oportunidade” e lhes permitem escapar do totalitarismo da racionalidade – “aventura vedada aos ricos e às classes médias” (SANTOS, 1996, p. 325) – e vivenciar a sua opção existencial, tal como confirmado nos vários depoimentos aqui citados. Essa criatividade de que Santos nos falava remete aos *jeitinhos* na forma como DaMatta os definiu e como posteriormente Oliveira (2012, p. 32) os interpretou:

[...] não como um atributo dos dominados, mas um atributo dos dominantes para burlarem as leis. O que os portugueses nos legaram foi a falta de regras. Para colonizar o Brasil, Portugal não criou regras, ele apenas entregou a cada um dos donatários uma capitania e cada capitania criava as suas próprias regras. Depois veio a escravidão... A cada fato novo, o capitão criava uma nova regra, para driblar a anterior. Nós nascemos como uma colônia mercantil; nascemos para ser explorados, E então a ordem e a desordem se instalaram. Os dominantes criaram o *jeitinho* que foi transmitido para toda a sociedade, virando depois um atributo dos dominados.

Por caminhos diferentes, mas sem fugir do foco de sua análise (o capital), Oliveira se encontra com Holanda (que nos explicou à luz do que herdamos dos ibéricos em termos de caráter) e com DaMatta (que se ateuve aos *jeitinhos* utilizados como de “navegação social”). As evidências desse “encontro” surgiram quando os nossos entrevistados se pronunciaram a respeito dos motivos que os levaram a ingressar no comércio informal e a nele permanecer:

Não tive escolha. Procurei emprego e não encontrei (Ernandes).

Vivi a minha vida toda assim... Meu pai e minha mãe também eram comerciantes informais e desde pequeno trabalhava ajudando eles (Nicelson).

Tenho tio, primo e cunhado trabalhando assim. Esse ponto sempre pertenceu à minha família... é um lugar da minha família (Kelly).

Se eu tenho como viver independente, por que vou trabalhar para os outros? (Jorge).

Aqui eu ganho mais do que trabalhando pros outros (Marcos).

Esses quatro pronunciamentos resumem as quatro principais razões que levaram os entrevistados a ingressar no comércio informal, nas quais identificamos quatro teores distintos, apresentados numa ordem percentual decrescente, de acordo com os resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa de campo, mostrados na Tabela 1: falta de emprego (23,8%), herança familiar (22,8), busca de autonomia no trabalho (10,9%) e aspiração por rendimentos superiores ao salário-mínimo (8,9%). Com relação à primeira razão, os depoimentos de Nicelson, Ivo e Sérgio exprimem o que muitos outros disseram e que já foi exaustivamente explicado ao longo do percurso dos estudos sobre a informalidade:

Eu vim para o comércio informal porque fui demitido e depois não arranjei mais emprego. Não tive escolha (Ivo).

Desde pequeno vivi na rua, como guia de cego do meu pai. Quando ele morreu eu não sabia fazer nada, não tinha estudado, e aí ficou difícil de arranjar emprego (Nicelson).

Estava sem trabalho e um amigo me chamou pra trabalhar com ele e gostei (Sérgio).

Com 7 anos comecei catando ferro velho na rua pra vender, junto com meu irmão. Com 10 anos fui vender caldo de cana. Com 13 fui tomar conta de cachorro, e fiquei um tempo nisso. Depois não arranjei mais trabalho nessa área e vim ser ambulante (Evandro).

A segunda razão do ingresso na atividade está ligada às histórias de família e, pela sua significação no conjunto das respostas, e por estar diretamente relacionada aos pressupostos desta pesquisa, merece nossa atenção especial. Os relatos feitos pelos entrevistados deixam ver a influência que o grupo familiar exerceu em indivíduos que entraram no comércio informal ainda muito novos, conduzidos por pais e mães que ou não tinham com quem deixá-los em casa, ou necessitavam de auxiliares não remunerados. Portanto, não cabe aqui falar em opção existencial, conforme veremos nos depoimentos que seguem, alguns intencionalmente repetidos, e que dispensam comentários adicionais:

Comecei a vim pra a rua com **5 anos** de idade (hoje estou com 59), para ajudar meu pai, que era comerciante informal e morreu trabalhando na rua. Teve uma parada cardíaca e dobrou-se em cima do banco. Quando completei 14 anos e o meu pai faleceu, eu, na condição de filho mais velho assumi o negócio, e com a ajuda de minha mãe, para poder sustentar a família (Mário).

Com **15 anos** eu já trabalhava no comércio informal ajudando a minha mãe, que vendia condimentos. Quando ela morreu, eu continuei (Edilene).

Com **10 anos** eu já vinha pra rua com minha mãe. Ela se foi e eu continuei no ramo (Gilson).

Comecei nesse ramo com **11 anos**, ajudando o meu pai. Estudava de noite e fiz até o curso de enfermagem. Trabalhei no Hospital da Restauração e numa clínica particular, mas não gostei... Já estava acostumada a trabalhar livre e decidi voltar a ser comerciante informal (Amarildes).

Desde os **15 anos** que trabalho na rua ajudando meu pai... Gosto de trabalhar, vendo o movimento, sem ficar trancado dentro de um escritório (Maurício).

Aprendi, gostei e me acostumei. Só é isso que eu sei fazer (André).

Minha vó, meu pai e meu tio também são ambulantes. Eu aprendi ajudando o meu tio (Ígor).

É profissão de família. Minha mãe e meu pai também são. Aprendi com eles (David).

Comecei com **10 anos**, ajudando o meu pai a vender picolé (Luciana).

Desde os **17 anos** trabalho com meu pai, vendendo na rua (Givanildo).

Com **13 anos** (hoje já estou com 53) eu já ajudava a minha mãe a vender milho, pamonha e acarajé nesse mesmo ponto (Conceição).

Desde os **9 anos** que ajudo a minha mãe a vender acarajé aqui (Eliana).

Comecei com **10 anos**, ajudando o meu pai e aí peguei o embalo (Aristóteles).

Com **10 anos** eu já ajudava o meu pai a vender verdura na feira...Depois tomei gosto (Ivan).

Com **5 anos** eu já ajudava o meu pai numa barraca que ele tinha na praia do Pina (Eduardo).

Estou com 20 anos, mas desde os **9 anos** eu já vendia picolé aqui no centro, junto com a minha mãe que vendia tapioca. (Dayvinson).

Trabalhei sempre aqui com meu pai. É só isso que eu sei fazer (Marconi).

Meu pai tinha um ponto nesse mesmo local. Vi que dava certo e chamei a minha mãe para abrir um box junto (Tamires).

Esse ponto sempre pertenceu a minha família, meu pai, minha mãe...

É um lugar da minha família (Kelly).

Meu pai é ambulante e eu comecei ajudando ele. Depois me casei e resolvi abrir o meu próprio negócio (Leonardo).

O terceiro tipo de explicação para a entrada no comércio informal diz respeito à busca de autonomia no trabalho, que se expressa ora na rejeição ao trabalho assalariado, e mais explicitamente à figura do “patrão”, ora nas vantagens da flexibilidade de horário, ora no anseio por liberdade, outras vezes na vontade de exercer o poder de mando.

A rejeição ao trabalho assalariado reflete uma recusa explícita à submissão ao controle externo sobre o trabalho, ou seja, o anseio de se libertar dos seus empregadores e estabelecer o seu próprio negócio, uma razão que, a nosso ver, revela indícios: a) das “disposições” relacionadas ao percurso biográfico dos entrevistados (“é profissão de família, tá no sangue”, “desde pequena trabalho na rua, com a minha mãe”, “sempre trabalhei nisso e já estou acostumado”); b) de nossa herança histórico-cultural (“trabalho sem estresse, poucas horas, na sombra e água fresca”, “não é serviço puxado e não preciso fazer esforço”, “sinto prazer em trabalhar no que é meu”); c) e também do autoritarismo presente nas relações de trabalho ao longo da história do Brasil – entre o senhor e o escravo, o dominador e o dominado, o patrão e o empregado. Darcy Ribeiro,⁷⁷ Lúcio Kowarick⁷⁸ e Francisco de Oliveira⁷⁹ são autores que, dentre outros, analisaram esse traço de nossa história, tão bem representado na literatura por João Ubaldo Ribeiro com o seu personagem Ambrósio (RIBEIRO, 2005), e neste nosso estudo também ilustrado pelas frases de dois dos nossos entrevistados: “Não me interessa ser sempre gado” e “Trabalhar para os outros é sofrer humilhação”.

O desejo de trabalhar de forma independente, na condição de patrão de si próprio, também dá indícios do *personalismo* prevalecente entre nós, no contexto de uma visão mais espaçosa de mundo, como pressupôs Holanda (1995). Ao ser indagado sobre o seu sentimento trabalhando ali, naquele local, como comerciante informal, Mário disse “ter orgulho por ser conhecido e respeitado por todos, até pelos donos das lojas”. Kelly demonstrou satisfação ao dizer “aqui eu mando e desmando”, Néelson sente-se “muito satisfeito de não precisar de ninguém pra viver”, e Fernando ponderou: “Dou conta da minha família sem precisar dos outros”.

⁷⁷ Ao analisar as relações senhoriais que predominaram no “Brasil Crioulo”, Ribeiro (1995, p. 291) conclui: “[...] Um patrimônio social de usos, de atitudes e de procedimentos comuns se plasma e se transmite de geração a geração, emprestando sabor e congruência aos destinos daqueles que nasciam e morriam naquele mundo original voltado por inteiro a produzir açúcar que se exportava, e reproduzir modos de vida tão extremamente opostos, primeiro de senhores e escravos, depois dos mesmos senhores e de uma força de trabalho já não escrava, mas submetida quase às mesmas condições de existência.”

⁷⁸ Lúcio Kowarick identificou, nas condições mais recentes de trabalho no Brasil, práticas patronais de muitas décadas passadas que levaram homens livres e pobres a sentirem que trabalhar para alguém significava a forma mais aviltada de existência. (KOWARICK, 1994, p. 12).

⁷⁹ Oliveira (2012).

Esboçando um bocejo, Ednalva disse que “trabalha sem estresse, poucas horas, na sombra e água fresca”. Com um ar satisfeito, Francisco disse que vender informalmente “não é um serviço puxado e não requer muito esforço”. Dizendo-se feliz, Ednilza expressou a sua satisfação com o que faz, pois, “aqui a gente trabalha se divertindo... a gente não precisa de férias porque aqui não tem rotina... a gente nem vê o tempo passar”.

O que apreendemos com relação à questão da autonomia é que existe uma diferença quando a vemos como uma forma específica de relação de produção que se estabelece entre os agentes e os proprietários dos meios de produção, e quando a distinguimos como a flexibilidade de que dispõem os agentes para desenvolverem as suas atividades, sem o rigor disciplinar do emprego formal, principalmente em relação ao tempo e ao tipo de trabalho a realizar.⁸⁰ Portanto, vista sob a ótica da supremacia do capital, a autonomia só pode ser entendida como um conceito relativo, uma vez que não existe dúvida de que é o capital o sujeito subordinador das relações e, por conseguinte, só é possível considerar a autonomia do ponto de vista de sua representatividade para o trabalhador informal, ou seja, como uma “sensação ilusória” de libertação da condição subordinada que o assalariamento impõe. Neste estudo, porém, a autonomia é entendida como uma forma de resistência à ordem hegemônica do capital, a qual possibilita o controle sobre o ritmo de trabalho, a flexibilidade de horário e o predomínio das relações pessoais.

Essa liberdade à qual os comerciantes informais se reportam e os ganhos superiores ao salário-mínimo aparecem como importantes elementos compensatórios da ausência das garantias trabalhistas asseguradas ao empregado assalariado. E a associação que eles costumam fazer entre assalariamento e cativo também manifesta o inconformismo existente quanto ao autoritarismo ainda presente nas relações de trabalho no Brasil, à qual já nos referimos anteriormente.

Quando eu era mais moço tive experiência em firma grande, mas hoje nem quero ouvir falar mais nisso... É uma escravidão (Alex).

⁸⁰ Nas pesquisas realizadas em Fortaleza e Salvador, ainda na década de oitenta, Clóvis Cavalcanti e Renato Duarte constataram que a liberdade de escolha do local e do horário de trabalho tornam o setor informal atraente, na medida em que o indivíduo, confrontado com baixas rendas tanto no formal como no informal, muitas vezes dá preferência a este último. (CAVALCANTI; DUARTE, 1980).

Trabalho sem ter que olhar relógio de ponto e ficar contando os minutos pra largar. Esse negócio de cumprir horário é mesmo que ser escravo. Aqui não... **A gente se distrai e nem parece que está trabalhando.** A gente chega aqui, como eu, todo dia às 7 da manhã e fica até às 19 horas, e nem sente (Adilson.)

Trabalhando pra mim eu me sinto solto, livre. Mesmo que fosse pra ganhar mais, eu não queria trabalhar pros outros. Aqui, se eu não puder vim, tiver uma dor de barriga ou outra coisa, não preciso ir pra UPA atrás de atestado. Depois que a gente experimenta isso, não quer mais sair... Se não fosse a chuva e a chateação da Prefeitura, era um paraíso (Valdemir).

Procuramos nessas revelações aferir o que significa a carteira profissional para esses trabalhadores e constatamos que, se por um lado eles têm consciência de que o registro na carteira lhes asseguraria os direitos trabalhistas previstos na legislação, por outro lado estão certos de que isso lhes suprimiria a autonomia que representa, para eles, um ganho maior, ou seja, a submissão que a assinatura da carteira acarreta não é compensatória.⁸¹

Ao dizer que se distrai, nem parece estar trabalhando e se encontra no seu ponto todos os dias das 7 da manhã até às 19 horas, portanto 12 horas seguidas, Mário expressou o que muitos outros também disseram: que a flexibilidade de horário está relacionada à descontinuidade do processo de trabalho no qual estão inseridos. Ali eles conversam com os colegas, fumam o seu cigarro, saem para tomar um cafezinho, um guaraná ou comer um cachorro-quente na barraca da esquina, sem precisar da autorização de ninguém. Caso o cachorro-quente lhes traga algum embarço, nem precisam procurar uma UPA para conseguir um atestado, como disse Raquel. Com esses espaços de liberdade, não se dão conta do tempo real de trabalho e se sentem “livres dos ponteiros do relógio”, como se expressou Aurélio.

A aspiração por rendimentos acima do salário-mínimo apareceu na pesquisa como a quarta justificativa, dentre as mais significativas, para o ingresso na atividade informal, e em muitos depoimentos foi difícil desvinculá-la da questão da autonomia (“trabalhando pra mim mesmo eu ganho mais”, “patrão só quer mesmo sugar o empregado”, “viver de salário-mínimo é pra morrer de fome”, “não tenho patrão e ganho mais do que o salário-mínimo”). O que ficou muito evidente a esse respeito foi que os entrevistados têm uma opinião muito clara acerca do valor baixo do salário-mínimo, e que na atividade que desempenham recebem bem acima

⁸¹ Como vimos no quarto capítulo, somente 12,9% dos entrevistados estão conscientes de que contribuindo como autônomos para a previdência social, o INSS, podem usufruir desses direitos.

desse piso. Além disso, o fato de não terem de esperar o final do mês, ou da quinzena, é muito valorizado por eles (“aqui a gente não tem que esperar o final do mês pra receber a mixaria”, “aqui todo dia a gente sai com a mão molhada”, “aqui todo dia a gente bota o trocado no bolso”).

A rejeição ao trabalho assalariado, os ganhos acima do salário-mínimo e a falta de opção de emprego foram os três tipos de respostas mais significativos para o questionamento a respeito das justificativas para a permanência na atividade; portanto, não tratamos mais aqui das razões da entrada, e sim dos motivos da permanência no comércio informal. O primeiro, com 45,5% de ocorrências, apareceu vinculado ao envolvimento familiar com a atividade e à recusa à subordinação aos fatores estruturantes da relação formal de trabalho, principalmente ao agente representante do capital (“o patrão”) e à rigidez de horário. O segundo, com 27,7%, revelou-se de formas diversas (“ganho mais do que se trabalhasse para os outros”, “trabalhar pra mim mesmo é mais rendoso”, “com 1 salário-mínimo não é possível sobreviver”, “Sempre quis trabalhar pra mim mesmo porque só assim ganho mais”); e o terceiro, com 11,9%, foi expresso de forma direta: “Não arranjei emprego” (Tabela 2).

Mas é no contexto das histórias contadas por eles próprios que as respostas se completam, como, por exemplo, na história de Luís, que está com 35 anos e trabalha vendendo sombrinhas, óculos, água e pipoca numa esquina da Rua da Palma. Luís nos apresentou duas razões para a sua opção pelo comércio informal: o valor insuficiente do salário-mínimo e a vontade de ser independente.

Trabalhei no Hospital da Restauração e numa clínica particular, mas não gostei... Já tinha passado muito tempo no comércio informal, trabalhando com a minha mãe e estava acostumada a trabalhar livre, por isso decidi voltar a ser ambulante (Amarildes).

[...] Meu pai também foi ambulante. Morreu assim. Às vezes eu ajudava ele. Mas eu comecei mesmo a trabalhar, pra valer, como calunga de caminhão, com contrato e carteira assinada. Mas vi que não dava pra continuar vivendo só com um salário-mínimo. Além disso, eu não queria passar a vida toda recebendo ordens dos outros, então resolvi viver por minha própria conta, pra poder ter condição de pagar o aluguel da casa, sustentar a mulher e minhas três filhas e viver a vida porque eu trabalho pra viver, não vivo pra trabalhar. Como não podia ser empresário nem dono de loja, resolvi ser ambulante. Peguei um dinheiro emprestado com um agiota, montei uma carroça com fruta e verdura e saí pela rua vendendo. Depois me abusei de

trabalhar com isso e resolvi mudar de produto. Eu tinha conseguido juntar uns trocados e fui pra Caruaru conhecer a feira do Paraguai. Lá eu comprei umas sombrinhas e uns óculos de sol e comecei a vender aqui nessa esquina. Já faz mais de 10 anos que estou nisso. De vez em quando vem um fiscal dizendo que eu não posso continuar aqui, mas a gente leva na conversa, às vezes dá um agrado, e vai ficando. Graças a Deus eu vivo muito bem, dou conta da minha família e só trabalho até a hora que tenho vontade. (Luís)

No depoimento de Luís chamam a atenção: 1) a continuidade do ofício desempenhado pelo pai; 2) a recusa de viver ganhando apenas um salário-mínimo; 3) a rejeição ao trabalho assalariado; 4) a demanda por dinheiro emprestado a um agiota; 5) a assistência satisfatória dada à família; 6) o jeito *bonvivant* de encarar a vida, presente no *clichê* “trabalho pra viver, não vivo pra trabalhar”, que ele ratifica dizendo: “só trabalho até a hora que tenho vontade”. No arremate da fala de Luís, vislumbramos mais uma vez *o aventureiro* e o seu modo espaçoso de viver (HOLANDA, 1995).

Com ascendência diversa da de Luís, Abel veio para o Recife há 22 anos. Ele explica:

Antes de vim pra cá eu trabalhava numa usina, perto de Amaraji, e **o que eu ganhava só dava mesmo pra matar a fome, porque além do salário ser pequeno demais**, quando a usina parava a gente ficava desamparado, sem nada... A gente comia até banana verde com pimenta, pra não morrer de fome. Aí eu resolvi vim pra cá com um primo meu, pra trabalhar como ajudante de pedreiro. Depois mandei buscar a minha mulher que tinha ficado lá, e permaneci nessa situação durante quatro anos. **Aí comecei a pensar em trabalhar pra mim mesmo, mas não sabia como**. Foi quando a minha esposa resolveu trabalhar de faxineira na casa de uma senhora que vendia arranjos de flores. Aos poucos a mulher foi pedindo pra ela ajudar a vender os arranjos, e pagava uma quantia por cada arranjo vendido. Aí minha mulher foi juntando o dinheiro que recebia das faxinas com o que ganhava dos arranjos que vendia, e foi prestando mais atenção para aprender como a patroa dela fazia os arranjos e os jarros, até que um dia ela conseguiu sozinha fazer cinco arranjos e vendeu tudo rapidinho. **Aí veio a ideia dela de passar a trabalhar pra ela mesma** nesse ramo de arranjos de flores. Depois nos veio a ideia de trabalhar juntos, ela em Prazeres e eu aqui no Recife; ela fazendo os arranjos e eu fabricando os jarros. Deu certo. Quando eu ainda era ajudante de pedreiro, **um vereador que ganhou a eleição me chamou pra trabalhar de gari da Prefeitura, mas eu não quis não, porque já estava pensando em me libertar, em deixar de trabalhar pros outros...** Não queria mais ser mandado, obedecer a horário ditado e ganhar só pra matar a fome. Um dia saímos eu e minha mulher **rondando o Centro da cidade** procurando um ponto, e quando passamos por aqui, de manhã cedinho, vimos esse ponto desocupado. Uma meninota que tava perto disse que já tinha gente aqui, mas nós não arredamos o pé, ficamos por ali observando, até que uma abençoada disse que o ponto estava vazio, pois

fazia muito tempo que o dono não aparecia. Então pedi **autorização ao segurança da Refesa** e ele disse que a gente podia ficar. Hoje eu fico aqui e a minha esposa fica em Prazeres, negociando o mesmo tipo de mercadoria. No começo precisamos da **ajuda de um agiota** pra comprar umas mercadorias que a gente estava precisando, mas foi só uma vez, porque eles cobram juros muito altos e ficam o tempo todo no pé da gente.

Também no depoimento de Abel a remuneração recebida pelo trabalho assalariado, que pelo seu relato era bem mais limitada que a de Luís, e o desejo “de se libertar”, ou seja, de deixar de trabalhar para os outros (“para não passar a vida toda recebendo ordens” ou “porque não queria mais ser mandado, obedecer a horário ditado e ganhar só pra matar a fome”) aparecem como determinantes para a escolha do comércio informal. O começo da atividade, quando não se trata de herança, é sempre parecido: entra-se na atividade com *jeitinho*, como disse Luís (“de vez em quando vem um fiscal dizendo que eu não posso continuar aqui, mas a gente leva na conversa, às vezes dá um agrado, e vai ficando”), ou como relatou Abel no seu depoimento citado anteriormente.

Lenira é pensionista do INSS e está no comércio informal há apenas três anos. Nela ganha menos de um salário-mínimo, mas, segundo ela, serve para complementar a pensão que recebe, pois, sem isso não conseguiria pagar o aluguel da casa onde mora (R\$ 250,00). E Lenira nos contou parte de sua história:

O **salário-mínimo** que recebo do INPS (INSS) não dá pra eu me manter, por isso tive que procurar **abrigo no comércio informal. Desde os 12 anos eu trabalhava em casa de família, mas deixei porque naquele tempo trabalhar em casa de família não era como hoje, não se tinha nenhum direito e se sofria muita humilhação.** Eu mesma já levei nome de ladrona e, com 14 anos, sofri até uma tentativa de estupro do filho rapaz da dona da casa em que eu trabalhava. Consegui pular e me livrar dessa tentativa, mas saí com as duas rótulas do joelho desconjuntadas. Trabalhei em outras casas até conhecer Roseval, um pedreiro, mais velho do que eu, com quem casei e não me deixou mais trabalhar como empregada doméstica. Depois que Roseval morreu, fiquei muito depressiva e muito apertada de dinheiro, porque não tenho casa própria e tenho que pagar aluguel. Fiquei sendo ajudada por meu filho, que também é ambulante e trabalha aqui junto de mim. Ele já está no ramo há mais de 10 anos e, vendo a minha necessidade, me chamou pra negociar junto dele, no lugar de uma mulher que tinha abandonado o ponto. Meu filho sabia que **o meu sonho era vender pano de prato e pano de mão.** Logo assim que eu cheguei, a Prefeitura passou por aqui, pegou o meu nome e me alistou. Estou gostando muito desse trabalho porque é mais descansado do que trabalhar para os outros. Trabalho sentada, saio de vez em quando, recebo os meus fregueses que admiram os panos que eu faço porque eu capricho muito neles (boto uns bordados, uns babados,

uns entremeios) e ganho o meu dinheirinho sossegada. E é isso que está me sustentando, mantendo a minha casa e evitando que eu passe necessidade, porque só com o dinheiro que eu recebo do governo, da pensão, não dá pra viver. O meu filho começou vendendo pipoca dentro dos ônibus, mas a fiscalização dos ônibus deu em cima e ele não pode mais fazer retorno. Aí um colega dele, que estava na mesma situação, chamou ele para “**ir ficando por ali**, e ali ficaram até hoje. Há 3 anos, já foi ele que me chamou”. A gente está aqui porque precisa. Tem muita gente que vê a gente como marginal, mas, **uma coisa é certa: se a gente pudesse não estava aqui...** A gente passa o dia todo aqui, levando sol, levando chuva e até agressão... Isso vira até um preconceito contra nós, porque nós não somos marginais, nós somos trabalhadores, estamos aqui porque precisamos. **E a gente ainda ajuda as pessoas**, porque ontem mesmo tinha dois garotos (um deles com um facão dentro da calça) querendo assaltar uma moça, e aí a gente começou a olhar pra eles, e eles terminaram indo embora. Se não fosse a gente, não tinha como ela escapar.

No caso de Lenira, como foi no de Vicente, o valor da pensão oficial, equivalente a um salário-mínimo, aparece como o principal motivo para o seu ingresso no comércio informal, mencionado por ela como sua única saída, já que é ela mesma quem afirma que “se a gente pudesse não estava aqui”. Contraditoriamente, é nessa única saída que Lenira consegue realizar o seu sonho: “vender pano de prato e pano de mão na rua”. Ao atribuir a razão do seu ingresso no comércio informal ao valor insatisfatório do salário-mínimo, Lenira reúne o pensamento de parte dos entrevistados, como podemos conferir na Tabela 1, que disseram ter-se encaminhado para a atividade: a) “porque ganhar um SM é o mesmo que pedir esmola” / “porque com um SM não posso viver” (8,9); b) “porque aqui é menos cansativo e mais lucrativo” (1,0); c) “porque como ambulante tenho dinheiro todos os dias” (1,0); d) “para complementar a minha aposentadoria” (2,0); e) “para complementar a renda familiar” (2,0). Somadas, essas respostas perfazem um percentual equivalente a 14,9%, que, embora expressivo, se situa num patamar distante das duas principais razões de ingresso na atividade: a falta de opção de emprego (23,8%) e a “herança” familiar (22,8%).

Mário reafirmou estar acostumado a viver assim. Há dias em que vende mais, outros dias em que vende menos, numa oscilação que às vezes o deixa preocupado devido à incerteza da renda, principalmente nos meses de chuva – “não é como num emprego formal em que a gente tem um salário fixo –, mas no final compensa “porque a gente recebe bem mais que um salário-mínimo” (declarou que a sua renda se situa entre 2 e 3 salários-mínimos). O depoimento de *Henrique* vai na mesma linha do relato de *Mário*, mas acrescido de um outro

componente: a “falta de cabeça” para o estudo e a flexibilidade que a atividade informal proporciona:

Não tenho cabeça para estudo e gosto muito do que faço porque trabalho variado: quando aparece algum biscate bom eu faço (carrego mudança, faço faxina em lojas e prédios ao redor, carrego metralha, e quando não tem biscate eu fico nesse trabalho de ambulante, onde chego e saio na hora que quero e tenho sempre o meu trocado no bolso. Esse negócio de trabalhar fichado pros outros eu não quero nunca, porque fazem muito escândalo com empregado, dão grito e exigem muito horário (Henrique).

Rafael também pretende permanecer no comércio informal, pois, segundo ele:

Hoje consegui me organizar e não quero mais depender de ninguém, pra não ser explorado... Não quero nem pensar em trabalhar para os outros, pois só em saber que vou viver levando xingamento...

Quanto à ênfase na questão dos rendimentos, alguns estudos sobre as atividades informais já haviam apontado a possibilidade de ganhos superiores ao salário-mínimo levar as pessoas a preferirem a informalidade. O refúgio no comércio informal seria, então, *o jeitinho* encontrado por esses trabalhadores para escaparem de uma forma dissimulada da exploração do capital – o salário-mínimo. Muitos foram os relatos cujo teor mostra a compreensão que os entrevistados têm a esse respeito: “Trabalhar como assalariado é pra morrer de fome”, “O salário-mínimo não dá pra viver, só dá pra vegetar”, “Ganhar salário-mínimo é o mesmo que pedir esmola”.

A forma parcelada de acesso aos rendimentos é outro atrativo da atividade que não sobressai nas tabelas, mas que foi bastante enfatizada nas entrevistas do retorno. Repetidas vezes ouvimos a frase pronunciada por Mário: “A gente que está acostumado a ter dinheiro todo dia não se acostuma a só receber no final do mês.” Além disso, devido à flexibilidade de horário alguns conseguem aliar outras atividades à de comerciante informal. Mas a averiguação relativa à satisfação dos entrevistados com o comércio informal mostrou que 92,9% dos entrevistados estão satisfeitos com o que fazem (Tabela 75), deixando-nos de certa forma surpreendidos com as revelações sobre o que mais os satisfaz com a atividade desempenhada, pois esperávamos que nessa questão a referência aos rendimentos aparecesse de forma mais significativa, o que não ocorreu. As explicações dos entrevistados (Tabelas 76) apontaram na

mesma direção das justificativas apresentadas para a permanência no comércio informal (Tabela 70, na página 153).

Tabela 75 : Se está satisfeito com o Comércio Informal

Foi retirado	Freq.	(%)
Sim	93	92,1
Não	2	2,0
Mais ou menos	6	5,9
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Independência, liberdade, vida tranquila, honradez, comunicação com as pessoas, movimento da rua, ausência de rotina... São esses os termos-chaves com os quais os entrevistados justificam a sua satisfação com o comércio informal e, com seu jeito próprio de encarar a vida, mostram que o comércio informal do Centro do Recife tem razões que ultrapassam os domínios da economia, razões cujas raízes estão encravadas na nossa formação social que incitou o desenvolvimento de uma sociedade na qual a busca de autonomia surge como uma necessidade e que, com o passar do tempo, se cristaliza no ideal de vida de não se depender dos outros para sobreviver. Foi a nossa hipótese.

Tabela 76: O que mais satisfaz no comércio informal		
O que mais satisfaz	Freq.	(%)
Aqui tem muitas novidades e eu ganho bem / É divertido e nunca falta dinheiro no bolso	4	4,3
Aqui eu sou o patrão, faço o meu horário e ganho melhor	2	2,0
Gosto de lidar com o público e ter a minha clientela certa	6	6,5
Aqui eu chego na hora que quero	1	1,0
Ganho o que necessito / o lucro é bom / ganho bem / aqui ganho mais do que trabalhando pros outros	7	7,6
Aqui eu posso ajudar meu marido	1	1,0
É como se fosse uma independência não trabalhar para ninguém / Dá uma espécie de prazer trabalhar pra si mesmo / Me sinto honrado trabalhando pra mim mesmo / Me sinto mais livre / Me sinto melhor / Aqui não recebo grito de ninguém / Aqui eu tenho liberdade e não sou mandado por ninguém / Não tenho patrão e vivo tranquilo / Não tenho patrão e chego e saio na hora em que quero / Não trabalho mais pra ninguém pra não me aperrear / Ninguém manda mais em mim / A vida é tranquila sem patrão / Não levo xingamento nem sofro humilhação / Tenho total autonomia no negócio / Vivo do que é meu / Me sinto orgulhoso de poder manter a família sem depender dos outros / É como se fosse uma independência não trabalhar pra ninguém / Tenho liberdade e não sou pressionada / Me sinto honrado em poder viver do meu próprio negócio / Me sinto melhor trabalhando pra mim mesmo / posso manter a minha família sem depender dos outros / Me sinto mais livre fazendo eu mesmo o meu horário / É bom saber que não trabalho pra terceiros / Gosto do que faço e já estou acostumado(a) / A gente se diverte, faz amigos e tem dinheiro toda hora / A rua é alegre / A gente conhece pessoas novas / Converso com os colegas e vejo o movimento da rua / Aqui é divertido e movimentado / Aqui a vida não vira rotina / Não fico em casa ocioso / Aqui eu não fico preso numa sala, tenho liberdade, conheço novas pessoas/ Aqui é muito distraído e dá para sobreviver direitinho / Não fico trancado num escritório sem ver o movimento da rua / Adoro trabalhar com flores, os arranjos ficam sempre muito bonitos .	55	59,1
Aqui eu complemento a minha renda	1	1,0
É só o que sei fazer na vida / não me vejo fora do comércio informal	5	5,5
Toda hora tem dinheiro no bolso / não precisa esperar o mês todo para receber dinheiro	6	6,5
Aqui não tenho muito trabalho, fico no meu canto e as pessoas é que vêm a mim pra comprar	5	5,5
Total	93	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Os que não estão plenamente satisfeitos com o comércio informal apresentaram como justificativas: o receio de a qualquer momento “a carrocinha chegar”, a exposição à chuva e ao sol, a localização do ponto e o fato de não ser “o dono do negócio”. Já os que declararam total insatisfação com a atividade apontaram como causas as pressões que recebem da Prefeitura e a humilhações que sofrem da parte de alguns clientes (Tabelas 77 e 78).

Tabela 77: Por que não está plenamente satisfeito com o comércio informal		
Motivos	Freq.	(%)
A gente fica muito exposto, não tem segurança e fica com medo de a qualquer momento a carrocinha chegar	2	33,3
Porque não sou dono do negócio	1	16,7
Porque trabalho na chuva e no sol, sem proteção	2	33,3
Porque o ponto está num lugar de pouco movimento	1	16,7
Total	6	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 78: Por que não está satisfeito com o comércio informal

Motivos	Freq.	(%)
Recebe muita pressão da Prefeitura e dos lojistas	1	50,0
Às vezes se sente humilhado pelos clientes	1	50,0
Total	2	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

A rejeição incondicional ao trabalho formal foi mais uma vez confirmada quando os entrevistados foram investigados acerca da receptividade à ideia de trabalharem como assalariados, em outro local e em outra atividade: 72,3% foram categóricos ao responder “Não”; 11,9% disseram que “ia depender das condições”, e 2,0% não tinham opinião formada (Tabelas 79).

Tabela 79: Receptividade à ideia de trabalhar como assalariado, em outro local e em outra atividade

Receptividade	Freq.	(%)
Sim	14	13,9
Não	73	72,3
Não sabe	2	2,0
Ia depender das condições	12	11,9
Total	101	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Os que se mostraram receptivos a uma mudança de atividade apresentaram como razões para essa aceitação os benefícios assegurados pela previdência social (férias, 13º, aposentadoria) e, aliada a isso, a perspectiva de terem o salário certo todo mês (Tabelas 80). Os que apresentaram condicionantes para a possibilidade de mudar de atividade relacionaram a sua posição: a) à manutenção do horário (flexível) e a um salário maior do que o rendimento atual; b) à manutenção do que lhes rende a atividade (Tabelas 81).

Tabela 80: Razões pelas quais aceitaria trabalhar como assalariado, em outro local e em outra atividade

Razões por que aceitaria	Freq.	%
Pra ter a minha carteira assinada e ganhar mais do que ganho aqui	1	7,1
Pra ter o meu INSS pago e o meu dinheiro certo todo mês.	3	21,5
Pelas garantias que eu ia ter da Previdência (férias, 13º, etc.)	5	35,9
Porque a Prefeitura perturba demais	1	7,1
Porque agora, na minha idade, seria bom ter a carteira assinada	1	7,1
Porque agora tem muita gente vendendo e o lucro diminuiu	1	7,1
Porque quando chove o povo não compra	1	7,1
Não respondeu	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Tabela 81: Condições nas quais aceitaria trabalhar como assalariado, em outro local e em outra atividade

Condições	Freq.	%
Só se fosse com um horário e um salário melhores que os daqui	3	25,1
Só se fosse pra ganhar a mesma coisa que ganho aqui	2	16,7
Só se fosse pra trabalhar como vendedor, com salário mais comissão	1	8,3
Só se fosse pra ganhar mais do que o salário-mínimo	1	8,3
Só se fosse pra trabalhar somente de segunda a sexta	1	8,3
Só se fosse pra não trabalhar em serviço de limpeza e pra ganhar mais	1	8,3
Só se fosse para ter todos os meus direitos garantidos	2	16,7
Não respondeu	1	8,3
Total	12	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

No entanto, quando foi feita a indagação sobre as razões pelas quais os entrevistados não aceitariam trabalhar como assalariados, em outro local e em outra atividade (Tabela 83), eles foram bastante enfáticos na questão salarial, parecendo-nos, no primeiro momento, contradizer⁸² os motivos revelados para justificar a permanência no comércio informal (Tabela 70), quando a questão dos rendimentos apareceu em posição secundária. Olhando a Tabela 83, vemos que 34,2% dos entrevistados disseram que “não se interessam mais em ser assalariados e viver de salário-mínimo”; 12,3% responderam que nunca tiveram patrão e que depois de um tempo trabalhando para eles próprios não querem mais ser “fichados”, nem

⁸²Por instantes nos esquecemos do que disse Marx: “toda ciência seria supérflua se a essência das coisas e sua forma fenomênica coincidisse diretamente” (MARX, *apud* Lukács, 1979, p.26).

ganhar salário-mínimo (“se eu tenho como trabalhar pra mim mesmo, porque vou trabalhar pros outros?”), “Trabalhar pra enriquecer patrão?”, “patrão gosta mesmo é de sugar empregado”). Para 13,7%, as justificativas estão presas ao salário-mínimo: “A minha despesa é muito alta e o salário que pagam não é bom”, “Aqui eu ganho mais”, “O salário-mínimo não daria pra custear as minhas despesas”, “O salário de quem trabalha pros outros está muito defasado”.

Tabela 83: Razões pelas quais não aceitaria trabalhar como assalariado, em outro local e em outra atividade

Razões	Freq.	%
A minha despesa é muito alta e o salário que pagam não é bom / Aqui eu ganho mais / O salário-mínimo não daria pra custear as minhas despesas / O salário de quem trabalha pros outros está muito defasado.	10	13,7
Aqui só numa semana eu ganho um salário-mínimo	1	1,4
Aqui é melhor porque o negócio é meu e quem manda sou eu / Já estou acostumado e não tenho patrão / Não quero mais ninguém mandando em mim	8	10,9
Aqui eu tenho passagem, lanche e almoço	1	1,4
Aqui eu ganho mais e não tenho hora para chegar nem sair	1	1,4
Hoje mais não porque não tenho mais idade / Não tenho mais idade nem saúde	10	13,7
Não me acostumo mais a viver presa dentro de uma firma, cumprindo horário e recebendo só o salário-mínimo	1	1,4
Não me interessa mais ser assalariado e viver de salário-mínimo	25	34,2
Não sei fazer outra coisa além disso / Sempre trabalhei aqui	2	2,7
Não vejo nenhuma vantagem em trabalhar para os outros, ter horário marcado, só ganhar 1 salário-mínimo e ainda por cima ficar preso num mesmo local.	1	1,4
Numa firma eu só receberia no final do mês e aqui todo dia eu tenho o apanhado do dia e ainda por cima não tenho patrão	2	2,7
Nunca tive patrão e, além disso, depois desse tempo todo trabalhando pra mim mesmo, não quero mais ser fichado nem ganhar salário-mínimo / Nunca gostei de ter patrão / Aqui, além de ganhar mais não tenho patrão / Se eu tenho como trabalhar pra mim mesmo, porque trabalharia pros outros? / Trabalhar pra enriquecer patrão? / Patrão paga muito pouco / Patrão gosta é de sugar empregado	9	12,3
Porque não saber ler	1	1,4
Não respondeu	1	1,4
Total	73	100,0

Fonte: Pesquisa direta, 2013.

Outros 13,7% disseram não ter mais idade para procurar emprego e 10,9% vincularam suas respostas à questão do mando. Mesmo cientes da diferença entre uma opinião emitida por um indivíduo quando ele se encontra diante de uma situação concreta e uma opinião dada perante uma situação hipotética, a possibilidade de os entrevistados trocarem o comércio informal por um emprego formal mostrou-se inviável para a maioria dos entrevistados, mesmo aqueles

portadores de algum tipo de qualificação profissional, seja por cursos profissionalizantes que fizeram, seja por experiência adquirida informalmente.

Como vimos no quarto capítulo (Tabela 66, no capítulo 4), uma expressiva maioria dos entrevistados (70,3%) não identifica nada de ruim na atividade desempenhada, e os que pensam de modo diferente atribuem o lado negativo da atividade principalmente à falta de proteção para a chuva e para o sol, à “perseguição” da Prefeitura e à inexistência de banheiro nas proximidades do ponto (Tabela 67, no capítulo 4). Ao especificarem o que veem de bom no comércio informal, confirmam o que disseram em outros momentos da entrevista e que pode ser resumido em uma palavra: autonomia (Tabela 68, no capítulo 4).

6.4 Quanto aos jeitinhos...

O *jeitinho* é um forte aliado da teimosia de Jean Carlos, Lenira, Luís, Abel e tantos outros, para permanecerem no comércio informal. Ao reafirmarem a estratégia de Jean Carlos a fim de dar curso à sua atividade, eles comprovam o uso do *jeitinho* como um importante mecanismo de ação para escapar às normas restritivas de sua forma própria de viver:

Eu sei que a Prefeitura de uma hora pra outra pode inventar de me tirar daqui, mas se isso acontecer eu recolho o meu balcão e saio por aí com as minhas mercadorias na mão, perambulando pelas ruas... e quando a Dircon⁸³ afrouxar, eu volto, como já fiz outras vezes (Jean Carlos).

Essa é uma estratégia frequentemente utilizada pelos comerciantes informais quando são retirados dos locais onde se encontram, e é muito representativa dos *jeitinhos* que caracterizam o comportamento nacional, vistos por DaMatta como uma forma genuinamente brasileira de o indivíduo escapar das normas vigentes para poder enfrentar as contradições sociais (DAMATTA, 1986), e revistos por Oliveira como sendo um atributo das classes dominantes brasileiras transmitido às classes dominadas:

[...] trata-se de um modo peculiar de livrar-se dos problemas, ou de falsificá-los, e se personifica no homem cordial – para quem as relações pessoais e de afeto (para o bem e para o mal) se sobrepõem à impessoalidade da lei e à norma vigente (OLIVEIRA, 2012, p. 32).

⁸³ DIRCON – Diretoria de Controle Urbano, órgão da Prefeitura do Recife.

Oliveira, fiel à sua convicção marxista segundo a qual as ideias e os hábitos das classes dominantes se transformam em hegemonia e caráter nacional, opta por resguardar-se em Norbert Elias, que via a burla (*o jeitinho*) como:

uma forma de adotar o capitalismo como solução incompleta na periferia do sistema. Incompleta porque o capitalismo trouxe para cá a revolução das forças produtivas, mas não as soluções formais da civilidade. As classes dominantes então “se viram”, dão um jeitinho para garantir a coesão de um sistema troncho e, *comme il faut*, a exploração. (OLIVEIRA, 2012, p. 33).⁸⁴

Ao focar a sua atenção na segunda metade do século XIX, quando o café era a mercadoria líder no comércio mundial, Oliveira mostrou qual foi o jeitão encontrado pelos cafeicultores (classe dominante) diante do fim do escravismo no Brasil: em vez de incorporarem os escravos à cidadania, preferiram importar mão de obra europeia. Concluiu Oliveira (OLIVEIRA, 2012, p. 33): “O jeitão da classe dominante obrigou os dominados a se virarem por meio do *jeitinho* do trabalho ambulante.”

“Ora, se eu tenho como trabalhar pra mim mesmo, por que eu vou trabalhar pros outros?” Foi com essa pergunta que *Lourival* devolveu a indagação que lhe foi feita pela pesquisadora, ele próprio resumindo do seu jeito a definição de DaMatta sobre o *jeitinho*. Quando esse autor discorreu sobre o *jeitinho* brasileiro como sendo um modo de navegação social mediante o qual o indivíduo enfrenta as contradições sociais de um modo tipicamente brasileiro (DAMATTA, 1986, p. 100), fundamentou a sua tese ao mostrar a contradição existente entre as regras jurídicas (importadas) e as práticas da vida diária (marcadas pela cordialidade), da qual decorrem as nossas contradições sociais que são enfrentadas de um modo tipicamente brasileiro: “Conseguimos descobrir e aperfeiçoar um modo, um jeito, um estilo de navegação social que passa sempre nas entrelinhas desses peremptórios e autoritários ‘não pode!’” (*Ib.*, p. 100). O enunciado do autor, concretizado nas palavras de *Lourival*, é ratificado no depoimento de Pedro⁸⁵, que, quando questionando sobre como aprendeu a lidar com o comércio informal, respondeu: “Aprendendo as malícias do mundo”. Pedimos a Pedro para falar um pouco sobre essas malícias, e ele, rindo, disse textualmente:

⁸⁴ A tese de Oliveira traz à lembrança “A Teoria do Medalhão”, célebre conto de Machado de Assis, publicado em 1881, no qual a tese de Oliveira se expressa no conselho de um pai na noite em que o filho atinge a maioridade (ASSIS, 1986).

⁸⁵ Bastante esperto, Pedro é líder da rua onde atua. Negocia com frutas variadas, dispostas em um banco triplo bem maior que os dos outros, e mantém dois auxiliares trabalhando com ele.

São os *jeitos* que a gente tem de arrumar pra viver... Às vezes a gente tá aqui, passa um fiscal novato que olha pra gente enviesado, se aproxima, começa a implicar porque o banco tá muito grande, ocupando muito espaço, e tal... e aí a gente tem que ter jeito pra acomodar o cara, descola uma grana para um lanche, diz que é líder da área e que ajuda a manter a ordem por ali... leva na boa conversa e o cara termina indo embora. Às vezes a gente tem que saber levar uma conversa com o lojista que implica porque diz que a gente está atrapalhando a passagem ou que está sujando a calçada, e aí a gente tem que saber convencer que não e até mostra que está de olho nos malandros, pra não perturbar quem entra na loja.

Com *jeitinho*, levam vantagem Pedro, o fiscal que recebe a propina para o lanche e o próprio lojista que, de certa forma, utiliza a *vigilância informal* que lhe é oferecida. Pedro fez ainda um adendo sobre a fiscalização. Ele disse que antes, quando os fiscais eram funcionários da Prefeitura, era muito bom,

porque eles aliviavam pra gente, às vezes sem receber nada. Hoje eles são terceirizados, não interagem muito com a gente e, como têm que mostrar serviço pra Prefeitura, eles tomam as mercadorias e ficam no pé da gente. No meu caso, e no da maioria daqui, isso não acontece muito porque a gente é tudo cadastrado, mas mesmo assim, eles implicam com o banco, com os ajudantes... Mas de vez em quando aparece um mais camarada...

Dayvison, 27 anos, comercializa com produtos diversos (chaveiros, pochetes, carteiras, camisas de times de futebol) na Ponte da Boa Vista. Já trabalhou como vigilante, mas resolveu deixar o emprego para poder trabalhar como comerciante informal, vendendo DVDs piratas pelas ruas do Centro. Foi advertido várias vezes, mas insistiu até que os fiscais apreenderam toda a sua mercadoria (que ele havia adquirido graças a um dinheiro que conseguiu com um agiota). Foi aberto um processo na justiça contra ele, por causa dessa atividade irregular (vendedor de DVDs), processo ao qual ele ainda está respondendo. Quando o caso for encerrado, ele pretende voltar a trabalhar como vigilante, para ter os direitos trabalhistas assegurados, mas sem deixar de ser comerciante informal, pois como vigilante ele só trabalha em dias alternados e por isso poderá trabalhar como ambulante,⁸⁶ também em dias alternados, e assim “ganhar dos dois lados”. Na história de Dayvison, *o jeitinho* aparece não apenas na atividade (informal) desempenhada, mas também no tipo de produto que ele vende (DVDs piratas), na aquisição do dinheiro necessário para adquirir as mercadorias (empréstimo a um agente bancário informal, o agiota) nas duas vezes em que precisou, e no seu projeto de

⁸⁶ Ele prefere o termo ambulante ao de comerciante informal.

no futuro voltar a exercer a atividade desempenhada anteriormente, sem deixar a atual. Vale lembrar mais uma vez Maria José, que, caminhando pelo Centro, adquiriu os saberes da rua, fez amizade com um fiscal da Prefeitura que a ajudou a conseguir um ponto onde hoje também vende artigos importados. Para começar a trabalhar, ela fez como Patrícia: recorreu à ajuda de um agiota e passou dois anos pagando: “Foi um tempo muito ruim, ele ficava o tempo todo no meu pé, cobrando e me xingando quando eu demorava a pagar”.

Inquirido sobre a possibilidade de ser retirado do local onde hoje onde se encontra, Mário declarou não temer, pois, caso isso venha a ocorrer, ele “não vai se render e permanecerá por ali mesmo, correndo de um lugar para outro com as mercadorias na mão”. Como muitos outros, Mário vai dar um *jeitinho*. Já registramos que na ocasião em que essa pergunta foi feita aos cento e um entrevistados pela pesquisa, 68,3% deles confessaram ter receio de uma intervenção da Prefeitura (Tabela 29 no capítulo 4), e que, se isso vier a acontecer, 23,1% farão exatamente a mesma coisa que sempre fizeram: “Ficar com a mercadoria na mão e correr quando a fiscalização aparecer, voltar a vender no corre-corre” – na aventura (Tabela 59 no capítulo 4). A estratégia, ou *o jeitinho*, de ficar perambulando e vendendo “no corre-corre” foi utilizada por 66,4% dos que já foram removidos de pontos onde atuavam e teve a sua eficiência comprovada: “Dava um tempo e voltava pro mesmo local, me escondia e depois voltava, tiravam num dia e eu voltava no outro, vivo insistindo, na teima” (Tabela 63 no capítulo 4).

Quem acompanha com mais atenção os movimentos do comércio informal no centro da cidade, sabe que é assim que tem funcionado no Centro do Recife: reaparecem as cobranças de medidas que organizem o comércio informal, algumas ações são postas em prática, parte dos comerciantes informais são retirados ou transferidos para outras ruas, e passado algum tempo tudo volta à situação de antes. Teimosos, eles estão sempre prontos a usar as suas estratégias – seus *jeitinhos* – para se aproveitarem da oportunidade que lhes possibilite a retomada dos seus pontos:

Sou aposentada e há vinte anos trabalho como ambulante, vendendo vestidos que compro em Caruaru. Isso me ajuda a passar o tempo e a complementar a minha aposentadoria. Acho o trabalho na rua muito divertido e não penso nem de longe em largar ele. **Quando eu vejo os fiscais, enfio os vestidos nas bolsas e saio correndo feito uma doida. Às vezes eles me pegam, ficam puxando as bolsas e eu puxando de volta. Aí eles terminam desistindo, eu dou um tempo e volto pro mesmo local.** E assim vou vivendo...” (Maria do Carmo).

Raquel fez uso de um *jeitinho* bem atípico para assegurar sua permanência no comércio informal:

Quando eu comecei como ambulante, ajudando a minha mãe, eu tinha apenas 10 anos. Trabalhava e estudava. Estudava, mas não pensava em deixar de trabalhar nesse comércio, onde eu já estava acostumada. Aí foi quando **inventaram o tal *Pró-jovem*, que eu passei a receber durante um ano e meio. Gastava uma parte e guardava a outra. Quando terminei de estudar, peguei o dinheiro que eu tinha juntado e comprei as mercadorias para negociar.** Comecei na boa, sem dever a ninguém (Raquel).

Para escapar da fiscalização, o *jeitinho* usado por Alex, que desde os 14 anos vende mungunzá na esquina da Rua 7 de Setembro com a Conde da Boa Vista, foi assim descrito por ele:

Chego nesse ponto por volta das 8 horas da manhã, que é a hora em que o povo gosta de comer mungunzá, e fico até mais ou menos 10 horas, que é **quando o pessoal da fiscalização começa a passar. Aí eu boto o meu caldeirão (que cabe uns 18 litros de mungunzá) na carroça e saio andando pela 7 de Setembro, driblando os fiscais e vendendo até acabar.** Depois vou pra casa e só volto no outro dia. Trabalho poucas horas, sou dono do meu negócio e dou conta da minha família muito bem (Alex).

Outros *jeitinhos* são criados, ou recriados, à medida que as situações aparecem. Alguns deles se resumem a simples mudanças de posturas: como a da entrevistada que, quando tentaram retirá-la do local onde estava, só precisou concordar em não mais ficar encostada na parede lateral da igreja onde costumava ficar; ou do entrevistado que prende as suas bijuterias numa tela encostada numa parede e, quando os fiscais aparecem na esquina, a enrola e bota embaixo do braço para, assim que os fiscais passam, poder voltar à posição anterior; ou de um outro que lamentou ser todo dia perseguido pelos fiscais, mas que: “Quando eles se aproximam eu corro com a minha carroça e me escondo no estacionamento, de onde só saio depois que eles vão embora”. Outros *jeitinhos*, no entanto, se aproximam da corrupção e do clientelismo político, como os relatados por Jessé e Baltazar: “Vez por outra chega um fiscal querendo um “toco” pra abrandar com a gente... Aí a gente ajeita, se livra da peça e vai ficando”; “A Prefeitura não queria me liberar e eu precisei falar com uns vereadores amigos meus pra me ajudar, e consegui.”

E assim as histórias vão se revelando, muitas vezes repetidas, e os *jeitinhos* aparecendo sob formas as mais diferenciadas, deixando-nos ver comerciantes informais contentados com o que fazem e firmes no seu propósito de dar seguimento à sua opção existencial, conscientes,

no entanto, de que, para prosseguirem no seu intento, é necessário apropriarem-se dessas e de outras astúcias ou “manhas”: “Comecei ajudando o meu irmão e fui pegando as manhas dele”; “Aprendi vendo os outros trabalharem, e aos poucos fui vendo e aprendendo as manhas que eles usavam”. (Alex e Cleonildo)

Com as limitações de horizontes numa sociedade de consumo na qual o empenho por um espaço no mercado de trabalho para uns ainda tem uma feição de luta pela sobrevivência e para outros de uma sobrevivência mais digna, compreendemos não ser fácil acolher a ideia de que o gosto por um certo tipo de atividade constitua justificativa suficiente para a intenção de continuar a exercê-la. Haveremos de concordar, no entanto, que, por maior que seja a preponderância do capital existem outras ordens de motivações que influenciam as escolhas dos indivíduos e mostram que “o homem não pode ser reduzido ao *homo economicus* e não se modifica enquanto ser social” (POLANYI, 2000, p. 65).⁸⁷ Reportamo-nos, portanto, ao que foi mencionado no primeiro capítulo deste estudo a respeito do que demonstrou Polanyi: que, ao longo da história humana conhecida, a atividade econômica sempre esteve incrustada nas relações sociais. Observando que o mercado autorregulável separa a economia da sociedade em detrimento desta última, o autor disse não ser de estranhar que a sociedade gere um contra-movimento e se proteja da desintegração.⁸⁸

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age dessa forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos (POLANYI, 2000, p. 65)

Ao reconhecer uma dimensão sociocultural nas atividades econômicas das pessoas (no seu trabalho diário, nas suas compras, no seu comércio, no seu consumo), Polanyi foi além das

⁸⁷ Polanyi denominou de “a não-modificação do homem como ser social”. (POLANYI, 2000, p. 65).

⁸⁸ O objeto da crítica de Polanyi era o sistema de mercado autorregulável, operando tão somente de acordo com a lei da oferta e da procura. Contrapondo-se ao pensamento econômico neoliberal, ele concluiu que a sociedade capitalista moderna se caracteriza por “um duplo movimento”: de um lado, o mercado autorregulável, suportado pelas classes comerciais e de proprietários, e de outro lado a salvaguarda da sociedade por forças sociais que tentam proteger as pessoas, a terra e a sua cultura. E é justamente por causa desse duplo movimento que a sociedade industrial moderna não rompeu com as grandes ordens sociais do passado. A sociedade moderna continua a tentar proteger-se das forças que minam a sua solidariedade social e que ameaçam distorcer a sua relação com o ambiente natural. É justamente esse contra-movimento que Polanyi (2000) chama de *A Grande Transformação*.

categorias econômicas e, apoiado em fontes históricas, não admitiu que as ações do homem pudessem ser limitadas pelas leis do mercado e pelos ditames do capital. E foi justamente isso o que depreendemos dos relatos obtidos na nossa pesquisa, alguns deles até repetidos em razão do significado do seu conteúdo para a hipótese que aqui defendemos:

Gosto do comércio informal **porque nele me sinto vivo**, com disposição para trabalhar, vendo o movimento da rua e me distraíndo com os conhecidos que vêm me visitar no ponto (Nélson).

A rua é alegre, aqui eu me divirto, tenho amigos pra conversar e ganho o meu trocadinho. **Daqui do meu canto eu vejo o mundo** (Vicente).

Já trabalhei como cobrador de ônibus, apontador (em obras), auxiliar de cozinha, motorista, ajudante de almoxarifado. Fiquei desempregado e vim ajudar meu pai no comércio informal. Gostei e agora que entrei aqui não saio mais. **Estou livre de patrão, trabalho pra mim mesmo, ganho o meu dinheiro tranquilo, vendo as pessoas passando, conversando, sem pressão** (Francisco).

Já trabalhei em quartel, como barbeiro, já fui cobrador em Kombi e até comecei um curso de enfermagem. Hoje sou adventista e não posso trabalhar nos sábados. No comércio informal eu não preciso trabalhar nos sábados e **posso viver a minha vida tranquilo, como Deus quer** (Antônio).

Gosto muito do que faço, do meu jeito de viver... **É como se fosse uma independência** (Lenira).

Aqui eu tenho liberdade de horário e **até de me vestir** (Luís).

Trabalhei no Moinho Recife e depois como taxista, mas nada se compara com isso aqui. **Sou um homem livre** (Irinaldo).

Se eu for retirado daqui, eu vou brigar pelos meus direitos de poder trabalhar na rua, porque eu gosto de trabalhar conhecendo as pessoas e vendo o movimento da rua. **Eu não sou passarinho pra viver trancado** (Fernando).

O que tem de melhor no meu trabalho é eu ser **dona de mim**. (Jucélia).

Se eu for retirado da rua, eu volto. “É o que sei fazer desde novo; **tá no sangue**” (Alex).

Já trabalhei como estivador e garçom, mas deixei porque **gosto mais de viver assim** (Givanildo).

Prefiro viver assim. No trabalho anterior (formal) eu não aguentava mais ser humilhado... Gosto de trabalhar pra **mim porque trabalho sem levar “esporro” e as pessoas me respeitam** (Maurici)

Agora que entrei aqui não saio mais. Estou livre de patrão, trabalho pra mim, ganhando o meu dinheiro e vendo as pessoas passando, conversando... (André).

Não sou escravo de relógio e sou **querido pelos clientes.** (Valdemir)

O meu sonho sempre foi vender pano de prato na rua. (Lenira)

Com outros relatos similares, que agrupados e mensurados representam 45,5% do conjunto das respostas apresentadas na Tabela 70 e 59,1% na Tabela 76, nossos entrevistados mostraram que a dimensão do comércio informal no Centro do Recife não se explica apenas pela falta de oportunidades de emprego no setor formal ou pela procura por rendimentos melhores, muito embora, como vimos, essas causas sejam relevantes na explicação da atividade. Os depoimentos também evidenciam a relação que existe entre a decisão de permanecer no informal e os resíduos de um poder de mando herdado de uma sociedade escravocrata e de um capitalismo periférico obsoleto e estagnado que leva as pessoas a viverem em mundos tão distanciados e tão diferentes – como é o mundo de Lenira, cujo sonho se resume em vender pano de prato na rua, e de tantos outros que se dizem satisfeitos porque têm liberdade de horário, ou porque se sentem livres por poder fumar um cigarrinho quando têm vontade, ou até porque podem escolher a roupa com que trabalham.

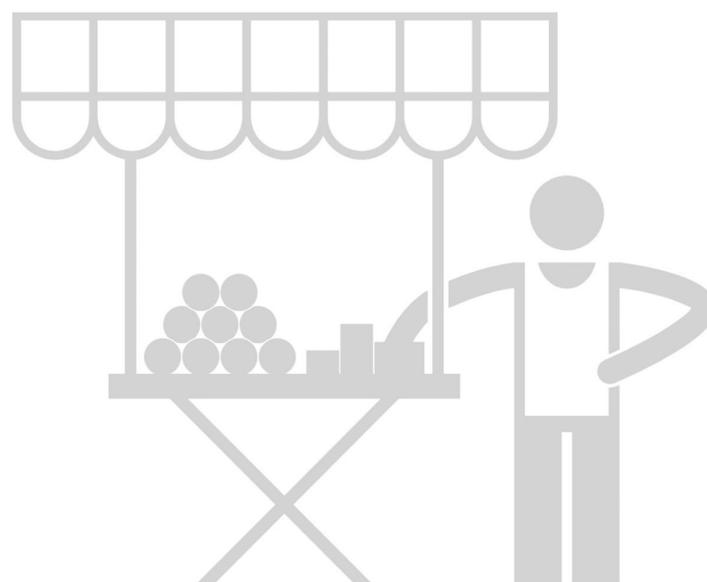
Como supúnhamos desde o início, a magnitude do comércio informal também se deve à forma como se deu o ingresso de alguns na atividade, levados pelo pai ou pela mãe, e às experiências gratificantes vivenciadas no exercício da atividade e que os fazem nela permanecerem, revelando o contra-movimento que os protege da desintegração a que se referiu Polanyi e os caracteriza com uma lógica civilizatória diferenciada.

Mas, nisso tudo, onde afinal detectar a cordialidade dessa gente?

Retomando a noção de “homem cordial”, insistimos aqui no registro já feito no primeiro capítulo deste estudo acerca do cuidado que teve Buarque de Holanda ao alertar os seus leitores para que a cordialidade não fosse interpretada no sentido literal da expressão, e sim como uma característica acentuada do modo de ser do brasileiro, que consiste na dificuldade de cumprir os ritos sociais que sejam rigidamente formais e não pessoais e afetivos.

A lhaneza no trato, a hospitalidade e generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileira, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças. (HOLANDA, 1995, p. 146).

Como revelou esta pesquisa, nossos entrevistados, em sua grande maioria, são cordiais: estão satisfeitos com o que fazem porque “se sentem livres, não vivem na rotina, veem o movimento da rua, comunicam-se com as pessoas, o comércio informal é uma profissão de família, tá no sangue, nele se sentem vivos, vendo o mundo, com liberdade até de se vestir e poder fumar um cigarrinho trabalhando, não recebem ordens de ninguém, são donos de si próprios”. Também são trabalhadores: trabalham o dia todo, com um olho na rua e o outro no freguês, de sábado a sábado, na chuva e no sol, em pé ou sentados em desconfortáveis tamboretas, acordando cedo para ir à Ceasa ou para transportar as mercadorias do depósito até o banco antes que acelere o movimento da rua, onde permanecem até que o cessar da agitação da cidade lhes aponte a impossibilidade de mais um trocado no bolso. E são também aventureiros: vivem na insistência, num vaivém que não tem fim, saindo e voltando, num trabalho arriscado, mas compensador, sentindo-se livres, embora na insegurança e na aventura.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este estudo movidas por uma intuição sociológica que nos levava a acreditar que a magnitude do comércio informal no Recife tem outras explicações que se juntam àquela, de caráter mais geral, pensada para o conjunto das atividades informais, ou seja, que elas resultam das características do capitalismo nas regiões periféricas. Mas tais explicações por si sós não nos satisfaziam, quando lembrávamo-nos do que havia dito Polanyi – que na história humana a atividade econômica sempre esteve incrustada nas relações sociais –, e no que afirmaram Buarque de Holanda e Roberto DaMatta sobre as características do caráter nacional. Nascia daí a hipótese de que as raízes do comércio informal no Recife são bem mais remotas, que estão fincadas na nossa formação histórica e social. Lendo Bourdieu e Lahire nos aprofundamos no que eles disseram a respeito das disposições presentes nos indivíduos e demos prosseguimento à investigação.

Em vários trechos desta tese assinalamos que, observando o comércio informal de forma ampla, objetiva e num contexto histórico em que se vê o caráter predatório do capitalismo na forma como utiliza e explora o trabalhador, não há como dissociá-lo da submissão ao capital. Sob essa ótica, admitimos ser a autonomia dos trabalhadores informais ilusória. No entanto, quando direcionamos o foco para as pessoas, para as suas disposições, para o que vemos e para o que não é possível ver, e refletimos sobre as noções teóricas que fundamentaram este estudo, Karl Polanyi e, principalmente, Bourdieu e Lahire, com os conceitos de *habitus* e disposições, nos convencemos de que as ações humanas não podem ser reduzidas à objetividade, pois os indivíduos incorporam valores que vêm sendo transmitidos de geração a geração, que destoam dos valores próprios de sociedades que viveram processos históricos diferentes e distanciados no tempo.

Daí termo-nos perguntado que outras razões haveria por trás desse conjunto tão vasto de trabalhadores que insistem em se manter numa atividade que lhes custa insegurança, incertezas e requer astúcia e obstinação. Que outros motivos poderiam explicar um apego tão grande a um pedaço de chão onde se negocia uma mercadoria qualquer, para sobreviver? Teria esse pedaço de chão – o ponto – um sentido igual para todos?

Nossa pesquisa mostrou que não. Por ela concluímos que, se para uns a posse de um ponto na rua para trabalhar como comerciante informal representa uma simples garantia de sobrevivência, uma oportunidade para viver em melhores condições ou mesmo um trampolim para outras investidas – e nesses casos o ponto não passa de um território, um local de luta onde prevalecem as relações de poder –, para outros a importância do ponto ultrapassa as questões práticas da vida. Para estes últimos, o ponto deixa de ser apenas um território e passa a ser um lugar – um lugar que tem a ver com a sua história familiar, com a sua própria história. Por isso, o lugar na rua é o seu lugar no mundo, o lugar que lhes assegura a satisfação das necessidades materiais, mas também lhes permite reproduzir o passado e juntar o trabalho à aventura, onde à custa de dribles ou jeitinhos podem viver cordialmente. Muitos dos que adotaram a rua como o seu lugar no mundo, para lá foram levados ainda pequenos, conduzidos pelo pai ou pela mãe que, como seus antepassados, também só conheciam esse jeito de (sobre)viver: na rua. E para esses, os sonhos são tão singelos como era o sonho (realizado) de Lenira: vender pano de prato e pano de mão na rua.

Mas a pesquisa também mostrou que, quando não se trata de “herança”, as relações sociais são fundamentais para se adquirir um ponto e nele permanecer, constituindo-se assim um processo no qual as trocas sociais se intensificam no âmbito de uma rede de solidariedade e interesses que envolvem informais, lojistas, políticos e atores civis específicos, como, por exemplo, os promotores do turismo. Às vezes essas relações parecem meio dúbias, como no caso das que se estabelecem entre comerciantes informais e lojistas que, ao mesmo tempo em que tecem críticas à concorrência desleal e à obstrução das ruas e calçadas, aparecem dando algum tipo de apoio a quem desempenha a atividade informal e também tirando proveito dela, como no caso dos comerciantes que abastecem os vendedores informais com mercadorias vendidas à vista, a prazo ou mesmo em consignação.

Mesmo “na insegurança e na aventura”, os comerciantes informais estão satisfeitos com a vida que levam, pois, se para muitos o comércio informal é “uma profissão de família”, e portanto a preferência por ele é uma questão de identidade, para outros a forma como trabalham os faz sentir-se livres porque são donos de si próprios, não vivem recebendo ordens de ninguém, não sofrem humilhação, não vivem na rotina, participam do movimento da cidade, comunicam-se com as pessoas e não são escravos do relógio. Esta última justificativa, tão insistentemente repetida pelos entrevistados e estreitamente relacionada com a questão da autonomia, parece carecer de fundamento quando lembramos que muitos fizeram menção a uma jornada de trabalho que se inicia às sete da manhã e se estende até às 19 horas, mas logo recordamos à complementação que sempre faziam: “A gente se distrai e nem parece que está trabalhando”. E mais uma vez nos vemos remetidos a Buarque de Holanda, que identificou a inclinação do brasileiro à informalidade como uma das marcas sociais do Brasil.

Ao dizerem que se distraem e nem parece estarem trabalhando, nossos entrevistados esclarecem o sentido da flexibilidade de horário, que se mostra relacionada muito mais à descontinuidade do processo de trabalho do que à duração da jornada diária. Nos seus pontos, conversam com os colegas, fumam um cigarro, saem para tomar um cafezinho, um guaraná ou comer um cachorro-quente na barraca da esquina, sem necessitarem da autorização de ninguém. Caso o cachorro-quente lhes traga algum embaraço, como relatou uma entrevistada, nem precisam procurar uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) para conseguir um atestado. Com esses espaços de liberdade, eles não se dão conta do tempo real de trabalho que, como vimos, muitas vezes extrapola as oito horas diárias previstas na legislação. Embora

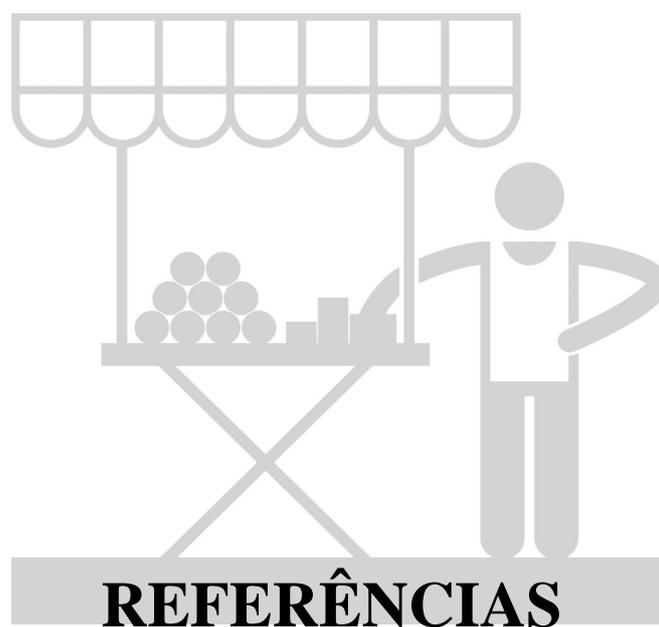
para alguns o ingresso e a permanência na atividade devam-se exclusivamente à inexistência de alternativas, a grande maioria gosta de ser comerciante informal também porque os rendimentos que recebem ficam num patamar que ultrapassa o salário-mínimo, o que resulta na fórmula que elucida o elevado grau de satisfação que a atividade proporciona aos que a exercem: “autonomia + ganhos melhores”.

De um modo geral, eles acolhem a ideia de que ocasionam problemas à cidade, mas alguns, pelo contrário, acham até que auxiliam os transeuntes prestando-lhes informações; funcionam como âncoras para o comércio formal à medida que atraem pessoas para as ruas; atuam como vigilantes informais da cidade, pois têm familiaridade com as ruas; conhecem os que nelas transitam; beneficiam a população de menor poder aquisitivo à medida que lhe possibilita adquirir bens com preços mais baratos do que os oferecidos no mercado formal.

Vimo-nos, portanto, diante de uma realidade complexa que inclui uma rede emaranhada de outros personagens que também tiram proveito dessa forma de sobre(viver) que ocupa ruas, praças, pontes e avenidas de um modo que subverte os padrões formais de uso do espaço público e do mercado, numa sociedade capitalista. Justamente por isso, a relação desses comerciantes (principalmente os não cadastrados) com as diferentes gestões municipais tem sido historicamente marcada por períodos alternados de violência e tolerância, alianças e resistências, e se transforma muitas vezes num dilema para os que têm por dever definir diretrizes urbanísticas para a cidade.

Para uma parte dos transeuntes, conviver com as dificuldades de acessibilidade a lojas, calçadas, igrejas e paradas de ônibus não é fácil. Caminhar pelo Centro da cidade em meio a um amontoado de barracas, bancos e tabuleiros é muitas vezes desafiador. O Centro da cidade fica sujo, apinhado de gente convivendo em espaços mal cuidados, onde inexistente delimitação entre o que é público e o que é privado, e onde há até quem, na ausência de um sanitário nas proximidades, satisfaça as suas necessidades escondendo-se atrás do tronco de uma árvore ou utilizando-se de uma garrafa *pet* que depois é jogada nas águas do rio Capibaribe. Uma realidade que reflete um modo de vida que fere os interesses de outros segmentos sociais (especialmente os comerciantes formais e empreendedores do turismo na cidade), uma realidade que ocupa espaço nas agendas dos gestores públicos, mas que prossegue vencendo as décadas que se sucedem.

Enquanto isso, as histórias de Mário, Laércio, Genésia, Vicente, Lenira, Raquel e tantos outros vão se repetindo. Unidos pela pobreza característica do meio ao qual pertencem, portanto, portadores das mesmas “disposições duráveis” (*habitus*), como diria Bourdieu, cada um carrega a sua própria história, a sua trajetória pessoal, ou seja, o seu próprio “estoque de disposições”, como descreveria Lahire. Mário tem o 1º grau completo. Laércio não. Genésia foi comercializar na rua porque precisava criar os filhos. Vicente porque cortava cana e nunca esteve numa escola. Lenira porque queria realizar um sonho – vender pano de prato e de mão confeccionados por ela. Raquel porque, embora com curso profissionalizante concluído, passou parte de sua vida trabalhando na rua, ajudando a mãe, e se acostumou com isso. Todos eles relutando à ideia de ter um patrão. Todos querendo permanecer na rua, porque é na rua que, à custa de dribles ou *jeitinhos*, podem viver cordialmente, juntando o trabalho à aventura.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos de. *A cabeça do brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

AMORIM, Augusto. *Cinema brasileiro e espectadores*. Olinda: Livro Rápido, 2011.

ANDRADE, G. S.; GOMES, E. T. A. Análise da paisagem de um dos principais eixos de expressão da cidade do Recife, a Avenida Recife - uma leitura de sua dinâmica. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 9., 2001, Recife. *Anais...* Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001. v. 1.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. 13. ed. São Paulo: Ed. Martins, 1976.

ASSIS, Machado de. *A teoria do medalhão*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. Obra completa, v. 2.

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Ed. Papiros, 1994. (Coleção Travessia do Século).

BALMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Paulus, 1997.

BARBOSA, Alexandre. *A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento*. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

_____. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO Ivan. *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011. p. 105-159.

- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BERNARDES, Denis. *Recife: o caranguejo e o viaduto*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.
- BERDOULAY, Vincent; ENTRIKIN, Nicholas. Lugar e Sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR.; HOLZER W.; OLIVEIRA, L. de (Org.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 94-116.
- BORGES, Fernanda Carlos. *A filosofia do jeito*. São Paulo: Ed. Summus Editorial, 2006.
- BOTELHO, Ângela V.; REIS, Liana M. (Org.). *Dicionário Histórico Brasil-Colônia e Império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- _____. *A miséria do mundo*. 7. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2008.
- BRAGA, Thaiz. *O setor informal e as formas de participação na produção: os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador e Recife*. 2006. Texto mimeografado.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das grandezas do Brasil*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1997.
- BRAYNER, Flávio Henrique A. *Educação e sociedade: a herança de um fim de século desencantado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2002.
- BRESCIANI, M. S. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, 1984/1985.
- BRESCIANI, M. S. *Londres e Paris no Século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BUSSAB, Wilton O.; MORETTIN, Pedro A. *Estatística básica*. São Paulo: Atual, 1987.
- CABANES, R. et al. *Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2011.
- CAEIRO, Alberto. O Tejo. In: PESSOA, Fernando. *Obra poética*. 7. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977. p. 215.
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Ed. Mameluco, 2009.
- CANDIDO, Antônio. A dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 17-46.

_____. O direito à literatura. In: LIMA, Aldo et al. (Org.). *O direito à literatura*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012. p. 17-40

CARDOSO, Ruth C. L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

CARVALHO, Ciara. Recifense aprova camelô. *Jornal do Commercio*, Recife, 2 ago. 2012. Cidades, p. 4.

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil dos oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAVALCANTI, Clóvis; DUARTE, Renato. *À procura de espaço na economia urbana: o setor informal em Fortaleza*. Recife: Ed. Massangana, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COCRHAN, William G. *Técnicas de amostragem*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

CORREIA, T. *A Prefeitura do Recife e o comércio de rua*. 1987. 211 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

COSTA, Ana Maria da. *Calçada dos Mascates – promessas e desilusões de uma intervenção urbana: o olhar dos comerciantes informais*. 2004. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. *Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp; Nova Stella, 1989.

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais pernambucanos 1666-1700*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1952. v. 4 e v. 8.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: LIMA, Júlio César; NEVES, Lúcia Maria (Org.). *Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006. p. 173-200.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

_____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. A colonização do Brasil. *Diário de Pernambuco*, Recife, 24 mar. 1856. Coluna A Carteira.

FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1974. (Série Ensaio 3).

FREYRE, Gilberto. *Sugestões em torno da ciência e da arte na pesquisa social*. Recife: MEC/Fundaj, 1969.

_____. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1985.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. *Centro do Recife: atores, conflitos e gestão*. Recife, 1992. Relatório de pesquisa.

_____. *Operação Camelô: uma tentativa de disciplinamento do uso do espaço urbano*. Recife, 1993. Relatório de pesquisa.

_____. *O comércio de rua e o calçadão dos mascates*. Recife, 1995. Relatório de pesquisa.

GIBBS, Graham. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

HUGO, Victor. *Os trabalhadores do mar*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2009.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Petrópolis, RJ: Paz e Terra, 1980.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAHIRE, Bernard. *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

_____. *O homem plural: as molas da acção*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

_____. *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. *Por uma sociologia disposicionalista e contextualizada na acção*. Natal, RN: UFRN, 2009. Conferência proferida no Brasil em 12 de novembro de 2009.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Documentos, 1969.

_____. *Lógica formal/ Lógica dialética*. 3. ed. Rio de Janeiro, 1983.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-uso da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Editora da UFS, 2004.

LIMA, Aldo de. *Metáfora e cognição*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

LÖWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1985.

MARANDOLA JR.; HOLZER W.; OLIVEIRA, L. de (Org.). *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2012.

MARRE, Jacques Leon. História de vida e método biográfico. *Cadernos de Sociologias*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, jan./jul. 1991.

MARTINS, António Eusébio Cardoso. *A grande transformação: alcance e atualidade da obra de Karl Polanyi*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2007. Disponível em: <<http://www.adelinotorres.com/estudantes>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2000.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Um mascate e o Recife: a vida de Antônio Fernandes de Matos no período de 1671-1701*. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. (Col. Recife. v. XIX).

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O Tempo dos Flamengos*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988.

MELO, Hildete P.; TELES, Jorge Luís. *Serviços e Informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro*. Brasília: Ipea, 2000. Texto para Discussão, nº 773.

MILLÁS, Juan José. *O mundo: o mundo é a rua da tua infância*. São Paulo: Editorial Planeta, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec-Abrasco, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Rio de Janeiro: Vozes/Cebrap, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Jeitinho e jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. *Revista Piauí*, São Paulo, n. 73, ano 7, out. 2012.

OLIVEIRA, R. V.; GOMES, D.; TARGINO Ivan. *Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2011.

PASCAL, Maria Aparecida. Imigração portuguesa em São Paulo: memórias, gênero e identidade. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Org.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. São Paulo: Edusc, 2008. p. 283-291.

PÈREZ-SAINZ, Juan P. Globalización y neoinformalidades en América Latina. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 135, p. 36-41, enero-feb. 1995.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1983.

RIBEIRO, Ana Clara T.; ELIAS, Roseli. A luta pelo lugar: os camelôs no centro do Rio de Janeiro. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n. 103, maio/jun. 1986.

RIBEIRO, Darcy. *Os brasileiros*. Livro 1-Teoria do Brasil. 8. ed. Petrópolis: Vozes. 1980.

_____. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SÁ, Márcio. *Feirantes: quem são e como administram seus negócios*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SANTOS, Carlos Nelson F. *A cidade como um jogo de cartas*. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

_____. Território e Sociedade. Entrevista com Milton Santos. In: KOGA, Dirce. *Medidas de cidade: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre território*. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli. *Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território*. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em: 5 abr. 2013.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SILVA, Luis Antonio Machado da. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. *Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

SILVA, Nilza Nunes da. *Amostragem probabilística: um curso introdutório*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVEIRA, Éder. Considerações sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *A Teoria do Medalhão*, de Machado de Assis. *Revista Urutágua* Maringá, PR, ano I, n. 2, jul. 2001.

SOUZA, Paulo Renato. *Emprego, salários e pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1980.

SOUZA, Jessé (Org.). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al.(Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TOLLENARE, L.F. *Notas Dominicais*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura. 1978. v. XVI. (Coleção Pernambucana).

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VEER, René van der; VALSINER, Jaan. *Vigotski: uma síntese*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VYGOTSKY, Lev S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A - O roteiro das entrevistas

Entrevistador: Data da entrevista:

BLOCO I: Perfil do entrevistado

- 1) Nome do entrevistado:
Apelido: Tel:
- 2) Endereço do ponto:
.....
- 3) Idade (anos completos):
- 4) Sexo: masculino; feminino
- 5) Grau de instrução: analfabeto pleno; lê e escreve o nome; alfabetizado ;
 1º grau incompleto; 1º grau completo; 2º grau incompleto; 2º grau completo;
 superior incompleto; superior completo; não informou
- 6) Se tem alguma formação profissional ou se já fez algum curso profissionalizante:
 sim; não; não informou
- 7) Se sim, especificar:
- 8) Onde nasceu:
Município: Estado:
- 9) Onde reside:
Município: Estado:
- 10) Qual é a posição econômica do entrevistado no domicílio onde reside:
 chefe da família (principal provedor); contribuinte da renda familiar
 não contribuinte da renda familiar; mora sozinho; não informou
- 11) Rendimento líquido mensal nessa atividade, no mês anterior: menos de 1 SM;
 1 SM; mais de 1 até 2 SM; mais de 2 até 3 SM; mais de 3 até 4 SM;
 mais de 4 até 5 SM; mais de 5 SM; não informou
- 12) Além desse ponto, possui algum outro: sim; não; não informou
- 13) Se sim, em que local: no centro; em outro bairro;
 em outro município da RMR; outro local; não informou
- 14) Se sim, comercializando: o mesmo tipo de artigo; comercializando outro
tipo de artigo; não informou

- 15) Se além dessa atividade (comerciante informal) exerce alguma outra:
 sim; não; não informou
- 16) Se sim, qual:
- 17) Qual a situação atual para com a previdência social:
 autônomo em dia; autônomo em atraso; nunca contribuiu;
 contribuiu quando era empregado; empregado contribuinte;
 aposentado/pensionista/beneficiário/reformado; não informou
- 18) Se costuma trabalhar todos os dias:
 sim; não; não informou
- 19) Se não, relatar como isso acontece:
- 20) Quantas horas, em média, costuma trabalhar por dia:

BLOCO II: As estratégias e o uso do espaço (Objetivos específicos 1 e 2)

- 1) Se teve alguma dificuldade para ingressar na atividade:
 sim; não; não informou
- 2) Se sim, quais:

- 3) Se teve que pagar a alguém para ocupar o espaço onde começou a trabalhar:
 sim; não; não informou
- 4) Se sim, a quem:
- 5) Se contou com a ajuda de alguém para iniciar a atividade:
 sim; não; não respondeu
- 6) Se sim, de quem:
 cônjuge/filho/pais; outros parentes; amigo/conhecido; lojista;
 político; sindicato; outro; não informou
- 7) Se sim, que tipo der ajuda:
- 9) Se paga alguma quantia a alguém para se manter no espaço onde trabalha:
 sim; não; não respondeu
- 10) Se sim, a quem:
- 11) Local onde (à noite) costuma guardar os artigos que vende:

- 12) Que banheiro costuma utilizar quando precisa:
- 13) Se costuma ser aborrecido pela fiscalização da Prefeitura:
 sim; não; algumas vezes; não respondeu
- 14) Se sim ou raramente, o que faz para escapar da ação dos fiscais:

BLOCO III: Os arranjos (Objetivo específico 3)

- 1) Se, na condição de comerciante informal, conta com a ajuda de alguém **para permanecer** na atividade::
 sim; não; não informou
- 2) Se sim ou algumas vezes, de quem: cônjuge/filho/pais; amigo/conhecido;
 lojista; político; líder sindical; político;
 outro:; não informou
- 3) Se sim, que tipo de ajuda:
- 4) Se trabalha sozinho ou costuma contratar auxiliares: trabalha sozinho;
 costuma contratar auxiliares; contrata auxiliares eventualmente;
 não informou
- 5) Qual o principal artigo comercializado:
- 6) Onde adquire os artigos que comercializa:
- 7) Como adquire os artigos que comercializa (a prazo, a vista, em consignação...):
.....
- 8) O ponto onde atua é:
 próprio; cedido; alugado; partilhado; outro; não informou
- 9) Se não é próprio, explicar as condições do uso:
- 10) Se sim, qual é a principal e por que a considera assim:.....

BLOCO IV: (Objetivo geral – a hipótese)

- 1) Há quanto tempo trabalha como comerciante informal?
- 2) Antes de ser comerciante informal, já havia desempenhado alguma outra atividade?
 sim; não; não informou
- 3) Se sim, por quanto tempo?
- 4) Se sim, com carteira assinada? sim; não; não informou
- 5) Se sim, por que deixou a atividade anterior:
- 6) Por que decidiu trabalhar no comércio informal?
- 7) Como aprendeu a lidar com o comércio informal
- 8) Se gosta de trabalhar com o comércio informal:
 sim; não; mais ou menos; não informou
- 8) Se gosta, por quê:
.....
- 9) Se não gosta, por quê:
- 10) Se mais ou menos, por quê:
- 11) Qual o principal motivo que o fez permanecer no comércio informal:
- 12) Se aceitaria trabalhar como assalariado, em um outro local e em outra atividade:
 sim; não; não sabe; ia depender das condições;
 outra resposta; não respondeu
- 13) Por quê (justificar a resposta):
- 14) Qual é (ou foi) a ocupação atual do pai do entrevistado:
- 15) Qual é (ou foi) a ocupação atual da mãe do entrevistado:
- 16) Se tem parentes próximos (pai, mãe, filhos, genros, noras) que também trabalham no comércio informal:
 sim; não não informou
- 17) Se sim, onde exercem a atividade?
 no centro do Recife; em outro bairro do Recife;
 em outro município da RMR; em outro local; não respondeu

- 18) Se acha que a atividade traz algum problema para o centro da cidade
() sim; () não; () não sabe/não informou
- 19) Se sim, especificar
- 20) Se tem receio de alguma ação da prefeitura que possa retirá-lo de onde está:
() sim; () não; () não informou
- 21) Caso isso venha a ocorrer, o que acha que vai fazer
- 22) Se gostaria de trabalhar no comércio formal, como vendedor (assalariado) dos mesmos produtos que comercializa atualmente:
() sim; () não; () ia depender do salário;
() outra:; () não informou
- 23) Justificar a resposta (por quê?):
- 24) E se fosse em outro ramo, compatível com a qualificação profissional do entrevistado (caso exista):
() sim; () não; () ia depender do salário;
() outra:; () não informou
- 25) Justificar a resposta (por quê?):
- 26) Se acha alguma coisa ruim no trabalho que realiza (no comércio informal):
() Sim; () Não; () Não respondeu
- 27) Se Sim, especificar:
- 28) E o que é que tem de bom no trabalho que realiza:

APÊNDICE B - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife distribuídos segundo as ruas / praças / becos / avenidas e tempo na atividade nos referidos locais.

Quadro 1 - CENTRO EXPANDIDO

Comerciantes informais 2003 e 2006

Bairros	2003	2006	% de variação
Bairro do Recife	84	82	- 2,44
Bairro da Boa Vista	777	836	7,59
Bairro de Sto. Antônio *	953	1.002	5,14
Bairro de São José **	727	1.081	48,70
Subtotal	2.541	3.001	18,11
Bairro de Santo Amaro ***	-	154	-
Bairro da Ilha do Leite ***	-	50	-
Total	2.541	3.205	26,13

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

* Não contabilizados os quantitativos referentes ao Camelódromo

** Não contabilizados o Shopping Santa Rita e ao Mercado das Flores

*** O levantamento não contemplou esse bairro.

Quadro 2 - BAIRRO DO RECIFE

Comerciantes informais registrados / por tempo na atividade

Nº	Ruas / Praças / Avenidas	2003	2006	% de var.
01	Rua Alfredo Lisboa	4	2	- 100,00
02	Rua Aluízio Piriquito	-	1	-
03	Rua do Bom Jesus	4	5	5,00
04	Rua do Brum	8	5	- 60,00
05	Av. Cais do Apolo	30	26	- 15,38
06	Rua da Guia	1	1	-
07	Rua Madre de Deus	1	2	100,00
08	Mariz de Barros	6	9	50,00
09	Rua Marq. de Olinda	14	15	7,14
10	Rua da Moeda	1	1	-
11	Av. Rio Branco	7	5	- 40,00
12	Rua São Jorge	4	5	25,00
13	Travessa Tiradentes	1	2	100,00
14	Rua Vigário Tenório	1	3	200,00
15	Rua da Assembléia	1	-	-
16	R. Martin Luther King	1	-	-
	Total	84	82	- 2,44

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 3 - BAIRRO DO RECIFE

Comerciantes informais registrados / por tempo na atividade – 2006

Nº	Ruas / Praças /Becos/ Avenidas	Nº de Comerc.	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
01	Rua Alfredo Lisboa	02	-	-	-	-	2	-	-
02	R; Aluizio Piriquito	01	1	-	-	-	-	-	-
03	Rua do Bom Jesus	05	5	-	-	-	-	-	-
04	Rua do Brum	05	-	1	-	-	-	3	1
05	Av. Cais do Apolo	26	5	9	3	4	2	3	-
06	Rua da Guia	01	-	-	1	-	-	-	-
07	Rua Madre de Deus	02	2	-	-	-	-	-	-
08	Mariz de Barros	09	-	-	-	1	4	4	-
09	R. Marq. de Olinda	15	3	3	3	1	-	5	-
10	Rua da Moeda	01	-	-	1	-	-	-	-
11	Av. Rio Branco	05	-	1	3	-	-	1	-
12	Rua São Jorge	05	-	3	1	1	-	-	-
13	Travessa Tiradentes	02	-	-	-	-	2	-	-
14	R. Vigário Tenório	03	1	1	1	-	-	-	-
15	Rua da Assembléia	-	-	-	-	-	-	-	-
16	R. Martin Luther King	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	82	17	18	13	7	10	16	1

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 4 - BAIRRO DA BOA VISTA

Comerciantes informais registrados - 2003 e 2006

Nº	Ruas / Praças / Becos / Avenidas	2003	2006	% de variação
01	Rua Afonso Pena	4	4	-
02	Rua Almeida Cunha	4	11	175,00
03	Rua do Aragão	1	1	-
04	Rua da Aurora	20	4	-400,00
05	Rua B. de São Borja	4	7	75,00
06	Beco da Fome	1	4	300,00
07	R. B. Cardoso Ayres	1	2	100,00
08	R. Bulhões Marques	5	8	600,00
09	R. Carlos P. Carreiro	-	5	-
10	Rua Cass. de Abreu	2	1	-100,00
11	Rua dos Coelhoos	6	5	-20,00
12	Rua da Conceição	23	20	-15,00
13	Av. C. da B. Vista	-	48	-
14	R. Corredor do Bispo	7	10	42,85
15	Travessa Costa Neto	-	1	-
16	Rua Dom Bosco	15	17	13,33
17	R. Estevão de Olivei	-	1	-
18	Rua Gervásio Pires	31	30	-3,33
19	Rua Gonçalves Maia	2	2	-
20	Rua do Hospício	177	169	-4,73
21	Rua da Imperatriz	1	2	100,00
22	Av. João de Barros	11	8	-37,50
23	R. Fernandes Vieira	4	10	150,00
24	Rua João Lira	1	2	100,00
25	Rua Joaquim Felipe	8	11	37,50
26	Rua José de Alencar	10	14	40,00
27	R. Dr. José Mariano	7	4	-65,00
28	Rua José Semeão	1	1	-
29	Largo de Santa Cruz	2	2	-
30	Av. Manuel Borba	20	18	-11,11
31	Rua Martins Júnior	-	3	-

32	Rua da Matriz	-	4	-
33	Rua das Ninfas	6	7	16,66
34	Rua Nunes Machado	9	8	-12,5
35	Rua Oliveira Lima	-	2	-
36	Rua Oswaldo Cruz	7	8	14,28
37	P. Machado de Assis	13	23	76,92
38	P. Maciel Pinheiro	17	7	-142,86
39	Av. Princesa Isabel	17	16	6,25
40	Rua do Príncipe	13	11	-18,18
41	Rua do Progresso	8	9	12,5
42	Rua do Riachuelo	40	42	5,00
43	Rua São Gonçalo	-	3	-
44	R. Rosário da B. Vista	2	1	-100,00
45	Rua da Saudade	31	25	-24,00
46	Rua de Santa Cruz	1	1	-
47	R. Dr. Sebastião Lins	3	3	-
48	Av. Agam. Magalhães	-	3	-
49	R Sete de Setembro	111	113	1,80
50	Rua da Soledade	16	9	-77,77
51	Rua do Sossego	3	1	-200,00
52	Parque 13 de Maio	50	74	48,00
53	Rua da União	19	22	15,78
54	Av. Visc. Suassuna	20	19	-5,26
55	R. Bernardo Guimarães	5	-	-
56	Av. Mário Melo	2	-	-
57	Rua 13 de Maio	1	-	-
58	Rua Martins Amorim	1	-	-
59	Rua dos Prazeres	1	-	-
60	R. Cl. Náutico Capibaribe	1	-	-
61	Rua Henrique Dias	2	-	-
62	Rua Joaquim de Brito	1	-	-
63	Rua Tabira	1	-	-
64	Av. Montevideú	2	-	-
65	Rua Dom Manuel Pereira	1	-	-
66	Rua do Pombal	3	-	-
67	Rua dos Palmares	2	-	-
Total		777	836	7,59

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 5 - BAIRRO DA BOA VISTA

Comerciantes informais registrados por tempo na atividade 2006

Nº	Ruas / Praças / Becos / Avenidas	Nº de Comerc.	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
01	Rua Afonso Pena	4	-	3	-	-	-	-	1
02	Rua Almeida Cunha	11	2	2	-	5	1	-	1
03	Rua do Aragão	1	-	-	1	-	-	-	-
04	Rua da Aurora	4	-	-	-	2	-	2	-
05	Rua B. de São Borja	7	-	2	1	1	1	2	-
06	Beco da Fome	4	-	2	-	-	1	-	1
07	R. B. Cardoso Ayres	2	1	-	-	1	-	-	-
08	R. Bulhões Marques	8	1	2	2	2	-	1	-
09	R. Carlos P. Carreiro	5	-	2	1	1	-	1	-
10	Rua Cass. de Abreu	1	-	1	-	-	-	-	-
11	Rua dos Coelhoos	5	-	4	1	-	-	-	-
12	Rua da Conceição	20	1	7	3	3	-	6	-

13	Av. C. da B. Vista	48	18	14	4	4	2	4	2
14	R. Corredor do Bispo	10	3	2	1	4	-	-	-
15	Travessa Costa Neto	1	-	1	-	-	-	-	-
16	Rua Dom Bosco	17	1	3	6	4	2	-	1
17	R. Estevão de Olivei	1	1	-	-	-	-	-	-
18	Rua Gervásio Pires	30	6	14	5	2	1	2	-
19	Rua Gonçalves Maia	2	-	1	-	-	1	-	-
20	Rua do Hospício	169	15	83	40	18	6	4	3
21	Rua da Imperatriz	2	2	-	-	-	-	-	-
22	Av. João de Barros	8	1	2	-	2	1	2	-
23	R. Fernandes Vieira	10	1	1	1	-	2	3	2
24	Rua João Lira	2	-	-	2	-	-	-	-
25	Rua Joaquim Felipe	11	4	7	-	-	-	-	-
26	Rua José de Alencar	14	1	2	1	4	4	2	-
27	R. Dr. José Mariano	4	1	-	1	1	-	1	-
28	Rua José Semeão	1	-	-	1	-	-	-	-
29	Largo de Santa Cruz	2	-	1	1	-	-	-	-
30	Av. Manuel Borba	18	1	3	8	1	1	3	1
31	Rua Martins Júnior	3	-	3	-	-	-	-	-
32	Rua da Matriz	4	3	1	-	-	-	-	-
33	Rua das Ninfas	7	-	2	1	1	-	3	-
34	Rua Nunes Machado	8	1	1	3	1	-	1	1
35	Rua Oliveira Lima	2	1	-	-	-	1	-	-
36	Rua Oswaldo Cruz	8	-	3	2	1	-	2	-
37	P. Machado de Assis	23	2	1	6	5	5	4	-
38	P. Maciel Pinheiro	7	1	2	1	2	-	1	-
39	Av. Princesa Isabel	16	-	5	6	3	1	-	1
40	Rua do Príncipe	11	2	6	-	1	1	-	1
41	Rua do Progresso	9	1	5	-	2	-	1	-
42	Rua do Riachuelo	42	7	12	13	6	2	1	1
43	Rua São Gonçalo	3	2	1	-	-	-	-	-
44	R Rosário da B. Vista	1	-	-	-	-	1	-	-
45	Rua da Saudade	25	2	6	10	4	1	-	2
46	Rua de Santa Cruz	1	-	-	-	1	-	-	-
47	R. Dr. Sebastião Lins	3	2	1	-	-	-	-	-
48	Av. Agam. Magalhães	3	-	3	-	-	-	-	-
49	R Sete de Setembro	113	31	30	23	13	10	6	-
50	Rua da Soledade	9	1	2	3	-	2	1	-
51	Rua do Sossego	1	-	1	-	-	-	-	-
52	Parque 13 de Maio	74	17	12	15	15	6	9	-
53	Rua da União	22	1	7	5	1	1	6	1
54	Av. Visc. Suassuna	19	2	8	4	1	2	2	-
55	R Bernardo Guimarães *	-	-	-	-	-	-	-	-
56	Av. Mário Melo *	-	-	-	-	-	-	-	-
57	Rua 13 de Maio *	-	-	-	-	-	-	-	-
58	Rua Martins Amorim *	-	-	-	-	-	-	-	-
59	Rua dos Prazeres *	-	-	-	-	-	-	-	-
60	R. C Náutico Capibaribe*	-	-	-	-	-	-	-	-
61	Rua Henrique Dias *	-	-	-	-	-	-	-	-
62	Rua Joaquim de Brito *	-	-	-	-	-	-	-	-
63	Rua Tabira *	-	-	-	-	-	-	-	-
64	Av. Montevideú *	-	-	-	-	-	-	-	-
65	R Dom Manuel Pereira *	-	-	-	-	-	-	-	-
66	Rua do Pombal *	-	-	-	-	-	-	-	-
67	Rua dos Palmares *	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	836	136	271	172	112	56	70	19

Quadro 6 - BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO
Comerciantes informais registrados 2003 e 2006

Nº	Ruas / Praças / Becos / Avenidas	2003	2006	% de variação
01	Rua Alarico Bezerra	3	04	33,33
02	Rua Dr. Amaro Pedrosa	1	25	2.400,00
03	Rua Camboa do Carmo	6	09	33,33
04	Rua Cleto Campelo	7	07	-
05	Rua da Concórdia	12	10	- 20,00
06	Av. Dantas Barreto *	216	195	-10,77
07	Rua Diár de Pernambuco	3	06	100,00
08	Rua Estreita do Rosário	18	17	-5,88
09	Rua do Fogo	5	05	-
10	Rua das Flores	32	30	-6,66
11	Rua Floriano Peixoto	38	44	15,79
12	Rua Frei Caneca	14	13	-7,69
13	Rua F. Vicente Salvador	1	02	100,00
14	Av. Guararapes	62	101	62,90
15	Rua do Imperador	29	18	-61,11
16	Rua Inf. Dom Henrique	27	24	-12,50
17	Rua João Souto Maior	5	04	-25,00
18	Rua Josefa P. de Carvalho	-	03	-
19	Rua Largo do Rosário	15	16	6,66
20	Rua Marquês do Recife	41	42	2,43
21	R. Mathias de Albuquerque	20	93	365,00
22	Rua Martins de Barros	21	17	-23,52
23	Rua N. Senhora do Carmo	67*	60	-11,66
24	Rua Nova	10	07	-12,85
25	Rua da Palma	41	43	4,87
26	Pátio/Largo do Carmo	5	10	100,00
27	Rua Pedro Ivo	5	08	60,00
28	Praça 17	-	01	-
29	Praça da Independência	2	11	450,00
30	Praça do Diário	3	20	566,66
31	Praça Joaquim Nabuco	43	05	760,00
32	Praça da República	2	03	50,00
33	Rua 1º de Março	17	11	-54,54
34	Rua Siqueira Campos	24	26	8,33
35	Rua Passo da Pátria	-	6	-
36	Travessa do Falcão	-	9	-
37	Rua do Sol	35	45	28,57
38	Rua Tobias Barreto	111	20	- 455,55
39	Rua Ubaldo G. de Matos	10	08	-25,00
40	Rua Uchôa Cintra	2	02	-
41	Travessa da Congregação	-	6	-
	Não informou	-	16	-
	Total	953	1.002	5,14

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

*Foram incluídos aqui os 40 que constavam do bairro de São José.

Quadro 7 - BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO

Comerciantes informais registrados por tempo na atividade - 2006

Nº	Ruas / Praças / Becos/ Avenidas	Nº de Comerc.	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
01	Rua Alarico Bezerra	04	1	-	-	-	2	1	-
02	Rua Dr. Amaro Pedrosa	25	-	1	19	4	1	-	-
03	Rua Camboa do Carmo	09	3	2	-	1	-	2	1
04	Rua Cleto Campelo	07	-	2	3	-	-	2	-
05	Rua da Concórdia	10	6	3	1	-	-	-	-
06	Av. Dantas Barreto *	195	20	99	34	14	7	19	2
07	R. Diário de Pernambuco	06	2	-	4	-	-	-	-
08	Rua Estreita do Rosário	17	4	3	4	1	1	2	2
09	Rua do Fogo	05	4	1	-	-	-	-	-
10	Rua das Flores	30	3	6	18	-	3	-	-
11	Rua Floriano Peixoto	44	4	6	15	14	2	2	1
12	Rua Frei Caneca	13	-	6	1	1	3	2	-
13	Rua F. Vicente Salvador	02	-	1	-	-	-	1	-
14	Av. Guararapes	101	2	23	5	12	14	38	7
15	Rua do Imperador	18	1	7	1	1	3	4	1
16	Rua Inf. Dom Henrique	24	-	-	24	-	-	-	-
17	Rua João Souto Maior	04	-	-	-	-	1	2	1
18	Rua Josefa P. de Carvalho	03	-	-	-	-	3	-	-
19	Rua Largo do Rosário	16	2	1	1	-	-	12	-
20	Rua Marquês do Recife	42	2	1	39	-	-	-	-
21	R. Mathias de Albuquerque	93	1	13	1	73	-	3	2
22	Rua Martins de Barros	17	7	3	4	-	1	2	-
23	Rua N. Senhora do Carmo	60	11	27	17	4	-	-	1
24	Rua Nova	07	-	1	5	-	-	1	-
25	Rua da Palma	43	16	14	9	2	1	1	-
26	Pátio/Largo do Carmo	10	1	1	2	4	-	-	2
27	Rua Pedro Ivo	08	1	6	-	-	-	1	-
28	Praça 17	01	-	1	-	-	-	-	-
29	Praça da Independência	11	-	2	3	3	1	2	-
30	Praça do Diário	20	2	-	9	8	-	-	1
31	Praça Joaquim Nabuco	05	-	-	2	3	-	-	-
32	Praça da República	03	-	-	-	3	-	-	-
33	Rua 1º de Março	11	2	-	9	-	-	-	-
34	Rua Siqueira Campos	26	-	3	16	-	4	2	1
35	Rua Passo da Pátria	06	-	-	-	-	-	-	6
36	Travessa do Falcão	9	-	-	7	-	1	-	1
37	Rua do Sol	45	20	4	7	8	2	1	3
38	Rua Tobias Barreto	20	2	2	2	5	4	5	-
39	Rua Ubaldo G. de Matos	08	-	3	-	1	-	4	-
40	Rua Uchôa Cintra	02	-	-	1	-	-	1	-
41	Trav. da Congregação	6	-	3	-	-	1	1	1
	Não informou	17	-	-	-	-	-	-	16
	Total	1.002	117	245	263	162	55	111	49

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 8 - BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Comerciantes informais registrados - 2003 e 2006

Nº	Ruas / Praças / Becos / Avenidas	2003	2006	% de variação
01	Rua das Águas Verdes	-	6	-
02	Rua Antônio Henrique	12	10	20,00
03	Rua Arsenal de Guerra	-	7	-
04	Rua Barão da Vitória	3	9	200,00
05	Av. Cais de Santa Rita	15	9	- 66,66
06	Rua das Calçadas	7	14	100,00
07	Rua da Carioca	2	1	- 100,00
08	Rua Coração de Maria	7	3	133,33
09	Rua Cristóvão Colombo	-	1	-
10	Av. Dantas Barreto	243	211	- 15,16
11	Rua Direita	17	49	188,23
12	Rua do Fogo	6	7	16,66
13	Rua do Jardim	-	3	-
14	Rua do Nogueira	15	9	- 66,66
15	Rua Marquês do Herval	-	11	-
16	Rua Padre Floriano	-	1	-
17	Rua Padre Muniz	-	5	-
18	Beco do Marroquino	19	19	-
19	Rua da Penha	-	41	-
20	Rua do Peixoto	2	1	- 100,00
21	Rua do Porão	24	22	- 9,09
22	Rua da Praia	9	10	11,11
23	Pr. do F. das Cinco Pontas	-	5	-
24	Praça Dom Vital	25	163	552,00
25	Rua do Rangel	9	10	11,11
26	Rua Santa Cecília	16	7	- 128,57
27	Rua de Santa Rita	22	11	- 100,00
28	Rua São J. do Ribamar	19	17	- 11,76
29	Rua Tobias Barreto	111	99	- 12,12
30	Travessa do Cirigado	26	28	7,69
31	Travessa do Macedo	-	31	-
32	Travessa do Mercado	72	9	- 700,00
33	Pátio do Carmo	-	168	-
34	Rua de São João	-	1	-
35	Rua 24 de Maio	3	51	1.600,00
36	Praça Mauá	13	6	- 116,66
37	Rua Vital de Negreiros	-	3	-
38	Travessa do Forte	7	-	-
39	Pr. Machado de Assis	-	23	-
40	Rua da Palma	12	-	-
42	Rua Hélio Feijó	9	-	-
42	Rua Bartolomeu Anacleto	2	-	-
	Total	727	1.081	48,69

Fonte: Elaboração própria. *Foram retirados daqui os 40 que constavam da Av. Nossa Senhora do Carmo e incluídos no bairro de Santo Antônio.

Quadro 9 - BAIRRO DE SÃO JOSÉ

Comerciantes informais registrados por tempo na atividade – 2006

Nº	Ruas / Praças / Becos/ Avenidas	Nº de Comerc.	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
01	Rua das Águas Verdes	06	6	-	-	-	-	-	-
02	Rua Antônio Henrique	10	-	4	6	-	-	-	-
03	R. Arsenal de Guerra	07	2	4	-	1	-	-	-
04	Rua Barão da Vitória	09	-	-	6	-	1	1	1
05	Av. Cais de Santa Rita	09	-	-	-	-	-	-	9
06	Rua das Calçadas	14	-	3	9	1	-	1	-
07	Rua da Carioca	01	-	1	-	-	-	-	-
08	Rua Coração de Maria	03	-	1	-	2	-	-	-
09	R; Cristóvão Colombo	01	1	-	-	-	-	-	-
10	Av. Dantas Barreto	211	10	136	46	7	6	2	4
11	Rua Direita	49	6	8	8	6	6	15	-
12	Rua do Fogo	07	-	7	-	-	-	-	-
13	Rua do Jardim	03	1	1	1	-	-	-	-
14	Rua do Nogueira	09	1	6	1	1	-	-	-
15	R; Marquês do Herval	11	3	2	5	1	-	-	-
16	Rua Padre Floriano	01	-	-	1	-	-	-	-
17	Rua Padre Muniz	05	1	2	-	1	-	-	1
18	Beco do Marroquino	19	-	-	-	-	-	-	19
19	Rua da Penha	41	1	-	-	40	-	-	-
20	Rua do Peixoto	01	-	-	1	-	-	-	-
21	Rua do Porão	22	-	1	2	4	3	9	3
22	Rua da Praia	10	2	7	-	-	-	-	1
23	Pr. do F. das 5 Pontas	05	2	-	2	-	-	-	1
24	Praça Dom Vital	163	2	77	57	11	2	13	1
25	Rua do Rangel	10	1	6	1	-	-	2	-
26	Rua Santa Cecília	07	1	5	1	-	-	-	-
27	Rua de Santa Rita	11	1	2	4	1	-	3	-
28	Rua São J. do Ribamar	17	6	1	5	3	1	1	-
29	Rua Tobias Barreto	99	6	22	66	-	1	1	3
30	Travessa do Cirigado	28	3	13	10	1	1	-	-
31	Travessa do Macedo	31	-	12	3	-	6	10	-
32	Travessa do Mercado	09	6	-	-	-	1	-	2
33	Pátio do Carmo	168	-	4	163	-	-	-	1
34	Rua de São João	01	1	-	-	-	-	-	-
35	Rua 24 de Maio	51	6	13	19	4	3	6	-
36	Praça Mauá	06	4	1	-	1	-	-	-
37	Rua Vital de Negreiros	03	1	-	1	1	-	-	-
38	Travessa do Forte	-	-	-	-	-	-	-	-
39	Pr. Machado de Assis	23	-	-	-	-	-	-	23
40	Rua da Palma	-	-	-	-	-	-	-	-
42	Rua Hélio Feijó	-	-	-	-	-	-	-	-
42	R. Bartolomeu Anacleto	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	1.081	74	339	418	86	31	64	69

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 10 - BAIRRO DE SANTO AMARO
Comerciantes informais registrados - 2003 e 2006

Nº	Ruas/Praças /Becos/ Avenidas	2003	2006
01	Rua Abnon Batista	-	2
02	Rua Alúzio de Azevedo	-	2
03	Rua Arnóbio Marques	-	11
04	Rua Capitão Lima	-	4
05	Rua Dr. Carlos Chagas	-	2
06	Rua dos Casados	-	11
07	Rua coelho Leite	-	1
08	Av. Cruz Cabugá	-	22
09	Rua da Fundação	-	1
10	Rua Frei Cassimiro	-	13
11	Av. João Vieira de Menezes	-	2
12	Av. Mário Melo	-	4
13	Av. Norte	-	5
14	Rua dos Palmares	-	12
15	Rua Pedro Afonso	-	15
16	Rua do Pombal	-	16
17	Praça do Campo Santo	-	22
18	Praça General Carlos Pinto	-	3
19	Av. da Saudade	-	2
20	Rua do Sossego	-	2
21	Rua Treze de Maio	-	2
	Total	-	154

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 11 - BAIRRO DE SANTO AMARO
Comerciantes informais registrados por tempo na atividade – 2006

Nº	Ruas / Praças / Becos/ Avenidas	Nº de Comerc.	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
01	Rua Abnon Batista	02	1	-	-	1	-	-	-
02	Rua Aluísio Azavedo	02	1	1	-	-	-	-	-
03	Rua Arnóbio Marques	11	-	3	1	2	1	3	1
04	Rua Capitão Lima	04	1	1	1	1	-	-	-
05	R. Dr. Carlos Chagas	02	1	-	-	1	-	-	-
06	Rua dos Casados	11	-	11	-	-	-	-	-
07	Rua Coelho Leite	01	-	-	-	-	-	-	1
08	Av. Cruz Cabugá	22	1	7	4	5	-	5	-
09	Rua da Fundação	01	1	-	-	-	-	-	-
10	Rua Frei Cassimiro	13	-	-	3	2	2	-	6
11	Av. João V. Menezes	02	1	-	-	-	1	-	-
12	Av. Mário Melo	04	1	-	1	1	1	-	-
13	Av. Norte	05	-	1	2	-	-	1	1
14	Rua dos Palmares	12	6	-	2	2	2	-	-
15	Rua Pedro Afonso	15	2	1	7	1	2	1	1
16	Rua do Pombal	16	3	-	10	-	-	2	1
17	Pr. do Campo Santo	22	-	1	15	4	-	2	-
18	Pr. Gal. Carlos Pinto	03	-	3	-	-	-	-	-
19	Av. da Saudade	02	-	1	1	-	-	-	-
20	Rua do Sossego	02	-	1	1	-	-	-	-
21	Rua Treze de Maio	02	1	-	1	-	-	-	-
	Total	154	19	31	49	20	9	14	12

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 12 - BAIRRO DA ILHA DO LEITE
Comerciantes informais registrados 2003 e 2006

Nº	Ruas/Praças Becos/ Avenidas	2003	2006
01	Rua Antônio G. de Freitas	-	3
02	Rua Capitão José da Luz	-	2
03	Rua Elvira C. de Oliveira	-	2
04	Rua Estado de Israel	-	2
05	Rua Francisco Alves	-	2
06	Rua Frei Matias Tevis	-	3
07	Rua das Fronteiras	-	4
08	Rua Gal. Joaquim Inácio	-	2
09	Rua Henrique Dias	-	4
10	Rua Dr. João Asfora	-	4
11	Rua J. Edmundo Bitencourt	-	1
12	Rua Trajano Chacon	-	1
13	Rua Lins Petit	-	3
14	Rua Mário Domingos	-	3
15	Rua Montevideú	-	2
16	Rua do Paissandu	-	4
17	Rua Des. Roderick Galvão	-	2
18	Senador José Henrique	-	6
	Total	-	50

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 13 - BAIRRO DA ILHA DO LEITE
Comerciantes informais registrados por tempo na atividade - 2006

Nº	Ruas / Praças / Becos/ Avenidas	Nº de Comerc.	- de 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 +	NI
01	R. Antônio G. Freitas	03	1	1	1	-	-	-	-
02	R. Cap. José da Luz	02	1	1	-	-	-	-	-
03	R. Elvira C. Oliveira	02	-	1	1	-	-	-	-
04	Rua Estado de Israel	02	-	-	-	2	-	-	-
05	Rua Francisco Alves	02	-	2	-	-	-	-	-
06	Rua Frei Matias Tevis	03	2	1	-	-	-	-	-
07	Rua das Fronteiras	04	-	1	1	2	-	-	-
08	R. G. Joaquim Inácio	02	-	-	2	-	-	-	-
09	Rua Henrique Dias	04	-	-	4	-	-	-	-
10	Rua Dr. João Asfora	04	2	1	-	-	1	-	-
11	R. J. Edmundo Bitencourt	01	-	-	-	-	-	1	-
12	Rua Trajano Chacon	01	-	-	1	-	-	-	-
13	Rua Lins Petit	03	1	-	1	1	-	-	-
14	Rua Mário Domingos	03	1	1	-	1	-	-	-
15	Rua Montevideú	02	-	2	-	-	-	-	-
16	Rua do Paissandu	04	1	-	2	1	-	-	-
17	Rua Des. Roderick Galvão	02	-	2	-	-	-	-	-
18	Senador José Henrique	06	-	2	2	2	-	-	-
	Total	50	9	15	15	9	1	1	-

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

APÊNDICE C - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife distribuídos por artigos e equipamentos utilizados

QUADRO 1 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro da Boa Vista / Tipo de equipamento - 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	CI	Tipo de equipamento
01 – Rua Afonso Pena	04 *	Barraca = 2; fiteiro = 1; tabuleiro = 1
02 – Rua Almeida Cunha	11 *	Barraca = 4 ; carroça = 4; banca = 1; traller = 2
03 – Rua do Aragão	01	Fiteiro = 1
04 – Rua da Aurora	04	Fiteiro = 3; barraca = 1
05 – Rua Barão de São Borja	07	Carroça = 4; barraca = 2; banca = 1
06 – Beco da Fome	04	Fiteiro = 1; tabuleiro = 1; barraca = 2
07 – Rua Bispo Cardoso Ayres	02	Banca = 1; carro = 1
08 – Rua Bulhões Marques	08	Barracas = 6; fiteiro = 1; carroça = 1
09 – Rua Carlos Porto Carreiro	05	Carroça = 3; carro = 1; barraca = 1
10 – Rua Cassimiro de Abreu	01	Fiteiro = 1
11 – Rua dos Coelhoos	05	Barracas = 2; carroças = 2; fiteiro = 1
12 – Rua da Conceição	20	Barraca = 7; fiteiro = 5 ; banca = 2; carroça = 6
13 – Av. Conde da Boa Vista	48	Barraca = 1; banca = 10 ; carroça = 10; tela = 10; tabuleiro = 15; tripé = 2
14 – Rua Corredor do Bispo	10	Fiteiro = 1; barraca = 8; carroça = 1
15 – Travessa da Costa Neto	01	Carro = 1
16 – Rua Dom Bosco	17	Barraca = 8; carroça = 4; tabuleiro = 1; fiteiro = 2; banca = 1; tela = 1
17 – Rua Estevão de Oliveira	01	Carroça = 1
18 – Rua Gervásio Pires	30	Barraca = 6; Fiteiro = 13; carroça = 6; carro = 2; tela = 2; banca = 1
19 – Rua Gonçalves Maia	02	Barraca = 1; carroça = 1
20 – Rua do Hospício	169	Barraca = 19; fiteiro = 24; quiosque = 38; carroça = 15; banca = 9; expositor = 2; carro = 2; tabuleiro = 30; tela = 30
21 – Rua da Imperatriz	02	Quiosques = 2
22 – Av. João de Barros	08	Barraca = 2; carroça = 3; banca = 1; fiteiros = 2
23 – Rua Fernandes Vieira	10 *	Barraca = 9; carroça = 1
24 – Rua João Lira	02	Barraca = 1; fiteiro = 1
25 – Rua Joaquim Felipe	11	Carroça = 8; carro = 2; tabuleiro = 1
26 – Rua José de Alencar	14	Barraca = 6; banca = 2; tabuleiro = 1; carroça = 2; tela = 1; carro = 1; fiteiro = 1
27 – Rua Dr. José Mariano	04	Barraca = 4
28 – Rua José Semeão	01	Fiteiro = 1
29 – Pátio/largo de Santa Cruz	02	Fiteiro = 1; barraca = 1
30 – Av. Manuel Borba	18	Fiteiro = 9; barraca = 4; carroça = 2; banca = 3
31 – Rua Martins Júnior	03	Carroça = 2; carro = 1
32 – Rua da Matriz	04	Carroça = 4
33 – Rua das Ninfas	07	Banca = 1; barraca = 1; fiteiro = 3; carro = 1; carroça = 1
34 – Rua Nunes Machado	08	Barraca = 2; fiteiro = 4; carroça = 1; expositor = 1

35 – Rua Oliveira Lima	02	Carroça = 1; barraca = 1
36 – Rua Oswaldo Cruz	08	Barraca = 3; carroça = 3; tabuleiro = 1; carro = 1
37 – Praça Machado de Assis	23 *	Barraca = 10; carroça = 6; fiteiro = 6; tela = 1
38 – Praça Maciel Pinheiro	07	Barraca = 1; carroça = 2; fiteiro = 4
39 – Av. Princesa Isabel	16	Barraca = 7; fiteiro = 6; banca = 1; carroça = 2
40 – Rua do Príncipe	11 *	Fiteiro = 4; barraca = 4; banca = 3
41 – Rua do Progresso	09	Barraca = 5; carroça = 2; fiteiro = 1; carro = 1
42 – Rua do Riachuelo	42	Fiteiro = 13; barraca = 13; carroça = 8; banca = 4; quiosque = 1; tabuleiro = 2; carro = 1
43 – Rua São Gonçalo	03	Carroça = 2; barraca = 1
44 – Rua Rosário da B. Vista	01	Barraca = 1
45 – Rua da Saudade	25	Banca = 5; carro = 1; barraca = 10; carroça = 2; quiosque = 1; fiteiro = 5; tabuleiro = 1
46 – Rua de Santa Cruz	01	Fiteiro = 1
47 – Rua Dr. Sebastião Lins	03	Barraca = 2; fiteiro = 1
48 – Av. Agamenon Magalhães	03 *	Barraca = 2; banca = 1
49 – Rua Sete de Setembro I	113	Quiosque = 3; banca = 2; carroça = 5; barraca = 6; carro = 4; fiteiro = 17; tabuleiro = 73; tela = 3
50 – Rua da Soledade	09	Carroça = 4; barraca = 2; fiteiro = 2; banca = 1
51 – Rua do Sossego	01	Fiteiro = 1
52 – Parque 13 de Maio (dentro do parque)	74	Isopor = 12; carroça = 30; painel = 1; tabuleiro = 5; suporte = 2; carro de passeio = 2; equip. p/ diversões = 6; tripé = 9; barraca = 5; quiosque = 2
53 – Rua da União	22	Barraca = 8; banca = 2; fiteiro = 7; carro = 1; carroça = 4
54 – Av. Visconde de Suassuna	19	Barraca = 5; fiteiro = 4; carroça = 10
55 – R. Bernardo Guimarães **	-	---
56 – Av. Mário Melo **	-	---
57 – Rua 13 de Maio **	-	---
58 – Rua Martins Amorim **	-	---
59 – Rua dos Prazeres **	-	---
60 – R. Cl. Náutico Capibaribe **	-	---
61 – Rua Henrique Dias **	-	---
62 – Rua Joaquim de Brito **	-	---
63 – Rua Tabira **	-	---
64 – Av. Montevideu **	-	---
65 – Rua Dom Manuel Pereira **	-	---
66 – Rua do Pombal **	-	---
67 – Rua dos Palmares **	-	---
Total	836	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

* Na contagem “um a um” o número encontrado difere do que consta do cadastro da Prefeitura.

** Não contabilizados em 2006.

Quadro 2 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro da Boa Vista / Tipo de artigo comercializado – 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comerciante Informais	Tipo de artigo comercializado
01 – Rua Afonso Pena	04	Lanche = 2; fiteiro = 2
02 – Rua Almeida Cunha	11	Lanche = 7; fiteiro = 2; não informou = 2
03 – Rua do Aragão	01	Fiteiro = 1
04 – Rua da Aurora	04	Livro = 1; fiteiro = 2; relógio/cheveiro = 1
05 – Rua Barão de São Borja	07	Lanche = 5; fiteiro = 1; revista = 1
06 – Beco da Fome	04	Lanche = 1; fechado = 2; não identificado = 1
07 – Rua Bispo Cardoso Ayres	02	Lanche = 1; revista = 1
08 – rua Bulhões Marques	08	Lanche = 7; fiteiro = 1
09 – Rua Carlos Porto Carreiro	05	Lanche = 4; Fiteiro = 1
10 – Rua Cassimiro de Abreu	01	Fiteiro = 1
11 – Rua dos Coelhoos	05	Fiteiro = 1; lanche = 3; coco verde = 1
12 – Rua da Conceição	20	Coco verde = 2; almoço = 4; fiteiro = 4; óculos = 1; frutas tropicais = 2; lanche = 5; diversos = 2
13 – Av. Conde da Boa Vista	48	Revista = 10; sombrinhas = 3; fiteiro = 11; frutas tropicais = 2; lanche = 9; óculos = 1; acess. p/ celular = 2; Bijuteria = 4; couro = 2; relógio = 1; antena = 2; não identificado = 1
14 – Rua Corredor do Bispo	10	Coco verde = 2; fiteiro = 1; lanche = 5; não identificados = 2
15 – Rua Costa Neto	01	Lanche = 1
16 – Rua Dom Bosco	17	Fiteiro = 4; coco-verde = 1; lanche = 8; <i>jogo de bicho</i> = 1; importado = 1; revista = 1; bijuteria = 1
17 – Rua Estevão de Oliveira	01	Lanche = 1
18 – Rua Gervásio Pires	30	Coco verde = 4; fiteiro = 9; lanche = 13; DVD = 1; revista = 1; diversos = 2
19 – Rua Gonçalves Maia	02	Fiteiro = 1; lanche = 1
20 – Rua do Hospício	169	Coco verde = 9; Fiteiro = 26; bijuteria = 10; lanche = 51; CD = 1; ervas = 1; fechado = 1; diversos = 15; relógio = 12; revista = 16; <i>jogo de bicho</i> = 1; artesanato = 3; importados = 3; sombrinhas = 2; óculos = 7; acess. p/ celular = 7; não identificados = 4
21 – Rua da Imperatriz	02	Fiteiro = 1; revista = 1
22 – Av. João de Barros	08	Fiteiro = 3; lanche = 4; revista = 1
23 – Rua Fernandes Vieira	10	Lanche = 5; fiteiro = 1; não identificados = 4
24 – Rua João Lira	02	Fiteiro = 1; lanche = 1
25 – Rua Joaquim Felipe	11	Frutas tropicais = 1; lanche = 9; fiteiro = 1
26 – Rua José de Alencar	14	Fiteiro = 2; lanche = 5; frutas tropicais = 1; xerox = 1; coco verde = 1; óculos = 1; revista = 2; diversos = 1
27 – Rua Dr. José Mariano	04	Coco verde = 1; lanche = 1; bolsas = 1; acess. p/ celular = 1

28 – Rua José Semeão	01	Fiteiro = 1
29 – Largo de Santa Cruz	02	Fiteiro = 1; lanche = 1
30 – Av. Manuel Borba	18	Fiteiro = 8; lanche = 5; coco verde = 1; relógio = 1; não identificados = 3
31 – Rua Martins Júnior	03	Frutas tropicais = 1; lanches = 2
32 – Rua da Matriz	04	Frutas tropicais = 1; lanche = 3
33 – Rua das Ninfas	07	Fiteiro = 3; revista = 1; frutas tropicais = 1; lanche = 1; não identificado = 1
34 – Rua Nunes Machado	08	Fiteiro = 2; fechado = 1; lanche = 2; bolsas = 1; bijuteria = 1; não identificado = 1
35 – Rua Oliveira Lima	02	Lanche = 2
36 – Rua Oswaldo Cruz	08	Coco verde = 1; lanche = 5; fiteiro = 1; puls. p/ relógio = 1
37 – Praça Machado de Assis	23	Fiteiro = 7; frutas tropicais = 2; lanche = 5; coco verde = 2; frutas nobres = 2; acess. p/ celular = 1; não identificado = 4
38 – Praça Maciel Pinheiro	07	Frutas nobres = 1; fiteiro = 3; lanche = 1; frutas tropicais = 1; não identificado = 1
39 – Av. Princesa Isabel	16	Fiteiro = 9; fechado = 1; coco-verde = 2; lanche = 2; revista = 1; não identificado = 1
40 – Rua do Príncipe	11	Lanche = 7; fiteiro = 3; não identificado = 1
41 – Rua do Progresso	09	Lanche = 7; fiteiro = 2
42 – Rua do Riachuelo	42	Fiteiro = 15; coco-verde = 5; lanche = 12; relógio = 3; frutas tropica = 1; revista = 3
43 – Rua São Gonçalo	03	Fiteiro = 1; lanche = 2; não identificados = 3
44 – Rua Rosário da B. Vista	01	Lanche = 1
45 – Rua da Saudade	25	Revista = 1; flores = 4; lanche = 8; frutas nobres = 1; coco-verde = 2; fiteiro = 2; chave = 1; óculos = 1; diversos = 3; fechado = 1; não identificado = 1
46 – Rua de Santa Cruz	01	Fiteiro = 1
47 – Rua Dr. Sebastião Lins	03	Óculos = 1; fiteiro = 1; não identificado =
48 – Av. Agamenon Magalhães	03	Lanche = 2; revista = 1
49 – Rua Sete de Setembro	113	Coco- verde = 4; lanche = 10; chave = 2; revista = 13; bolsa = 1; frutas nobres = 2; fiteiro = 15; relógio = 10; revista = 10; importados = 10; CD = 15; sombrinha = 2; bijuteria = 6; óculos = 3; confecção = 1; pano de prato = 1; acess. p/ celular = 1; diversos = 5; não identificado = 2
50 – Rua da Soledade	09	Revista = 1; fiteiro = 4; lanche = 3; frutas tropicais = 1
51 – Rua do Sossego	01	Fiteiro = 1
52 – Parque 13 de Maio	74	lanche = 53; brinquedos = 9; fiteiro = 3; coco-verde = 2; <i>diversões</i> = 6; não identificado = 1
53 – Rua da União	22	Coco-verde = 1; fiteiro = 7; chave = 1; almoço = 1; lanche = 3; <i>jogo de bicho</i> = 1; revista = 2; relógio = 1; diversos = 1; frutas tropicais = 3; não identificado = 1
54 – Av. Visconde de Suassuna	19	Fiteiro = 7; lanche = 6; chave = 1; coco-verde = 2; frutas tropicais = 3
Total	836	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 3 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro de Santo Antônio / Tipo de equipamento – 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comerciantes informais	Tipo de equipamento
01 - Rua Alarico Bezerra	04	Fiteiro = 3 ; carroça = 1
02 - Rua Dr. Amaro Pedrosa	25	Fiteiro = 1 ; quiosque = 24
03 - Rua Camboa do Carmo	09	Fiteiro = 6 ; barraca = 3
04 - Rua Cleto Campelo	07	Fiteiro = 2 ; carroça = 1 ; barraca = 4
05 - Rua da Concórdia	10	Fiteiro = 2; carroça = 2; tabuleiro = 1; carro = 2; tela = 3
06 - Av. Dantas Barreto	195 *	Fiteiro = 45 ; carroça = 15; banca = 2; barraca = 33; cadeira = 1; quiosque = 7; Tabuleiro = 88; Tela = 4
07 - Rua Diário de Pernambuco	06	Fiteiro = 2 ; carroça = 2; carros = 2
08 - Rua Estreita do Rosário	17	Fiteiro = 2 ; carroça = 1 ; banca 1 = ; quiosque = 5; barraca = 7; tabuleiro = 1
09 - Rua do Fogo	05	Tabuleiro = 3; barraca = 1; carro = 1
10 - Rua das Flores	30	Barraca = 1; banca = 1; fiteiro = 1; carroça = 2; quiosque = 25
11 - Rua Floriano Peixoto	44	Fiteiro = 10; barraca = 12; carroça = 5; cadeira = 2; quiosque = 3; banca = 1; tabuleiro = 2; box = 8; outro = 1
12 - Rua Frei Caneca	13	Fiteiro = 4; barraca = 2; tabuleiro = 6; carroça = 1
13 - Rua Frei Vicente Salvador	02	Barraca = 1; banca = 1
14 - Av. Guararapes	101	Tabuleiro = 13; fiteiro = 24; banca = 14; carroça = 5; barraca = 12; cadeira = 28; expositor = 4; quiosque = 1
15 - Rua do Imperador	18	Bancas = 2; carroça = 6; cadeira = 2; barraca = 4; fiteiro = 3; tabuleiro = 1
16 - Rua Infante Dom Henrique	24	Quiosque = 24
17 - Rua João Souto Maior	04	Fiteiro = 2; quiosque = 2
18 - Rua Josefa P. de Carvalho	03	Fiteiro = 2; barraca = 1
19 - Rua Largo do Rosário	16	Banca -1; fiteiro = 15
20 - Rua Marquês do Recife	42	Barraca = 3; carro = 1; quiosque = 38
21 - Rua Mathias de Albuquerque	93	Fiteiro = 13; barraca = 1; quiosque = 79
22 - Rua Martins de Barros	17	Fiteiro = 2; barraca = 5; tabuleiro = 2; carroça = 8
23 - Rua N. Senhora do Carmo	60	Tela = 4; banca = 2; fiteiro = 8; tabuleiro = 23; tripé = 11; barraca = 6; carroça = 6
24 - Rua Nova	07	Quiosque = 7
25 - Rua da Palma	43	Fiteiro = 7; barraca = 12; carroça = 4; quiosque = 5; carro = 8; banca = 1; tabuleiro = 6
26 - Rua Pátio/Largo do Carmo	10	Barraca = 5; fiteiro = 1; quiosque = 1; cadeira = 1; banca = 1; outro = 1
27 - Rua Pedro Ivo	08	Fiteiro = 5; tabuleiro = 3
28 - Praça 17	01	Banca = 1
29 - Praça da Independência	11	Barraca = 4; tabuleiro = 1; fiteiro = 4; carroça = 1; cadeira = 1
30 - Praça do Diário	20	Quiosque = 20
31 - Praça Joaquim Nabuco	05	Fiteiro = 2; barraca = 1; tela = 1; carroça = 1
32 - Praça da República	03	Fiteiro = 2; carroça = 1

33 - Rua 1º de Março	11	Fiteiro = 4; carroça = 2; tabuleiro = 5
34 - Rua Siqueira Campos	26	Banca = 1; fiteiro = 12; barraca = 13
35 - Rua Passo da Pátria	06	Barraca = 4; fiteiro = 1; carro = 1
36 - Travessa do Falcão	9	Fiteiro = 3; barraca = 6
37 - Rua do Sol	45	Fiteiro = 12; barraca = 9; carroça = 12; banca = 1; tabuleiro = 10; quiosque = 1
38 - Rua Tobias Barreto	20	Carro = 1; barraca = 5; banca = 3; tabuleiro = 2; fiteiro = 6; carroça = 3
39 - Rua Ubaldo Gomes de Matos	08	Fiteiro = 3; barraca = 4; carroça = 1
40 - Rua Uchôa Cintra	02	Fiteiro = 1; carroça = 1
41 - Travessa da Congregaçã	06	Barraca = 6
Não informou	16	Não informou = 16
Total	1.002	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

* Este total não confere com o total constante da tabela referente ao quantitativo geral de comerciantes informais da Dantas Barreto (tem 35 a menos).

Quadro 4

Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro de Santo Antônio / Tipo de artigo comercializado - 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comciantes informais	Tipo de artigo comercializado
01 - Rua Alarico Bezerra	04	Fiteiro = 3 *; frutas tropicais = 1
02 - Rua Dr. Amaro Pedrosa	25	Fiteiro = 1; bijuteria = 2; confecções = 7; artesanato = 7; couro = 8
03 - Rua Camboa do Carmo	09	Chapéu = 1; fiteiro = 2; diversos = 3; fechado = 1; plástico/couro = 1; bolsa/cinto = 1
04 - Rua Cleto Campelo	07	Fruta nobre = 1; fiteiro = 2; lanche = 3; côco = 1
05 - Rua da Concórdia	10	Acessório p/ celular = 3; fiteiro = 2; antenas = 1; frutas tropicais = 1; lanche = 2; não identificado = 1
06 - Av. Dantas Barreto	195	Fiteiro = 43; coco verde = 21; acarajé = 6; revista = 3; tapioca = 3; celular = 1; milho verde = 5; frutas nobres = 6; plástico = 2; lanche = 3; ferragens = 1; batata frita = 2; guar do Amazonas = 1; sorvete = 4; diversos = 24; acess. p/ celular = 4; couro = 8; fechado = 2; relógio = 13; óculos = 6; veneno = 1; importados = 17; CDs = 3; cinto = 1; bijuteria = 9; meia = 3; não identificados = 3
07 - Rua Diário de Pernambuco	06	Fiteiro = 2; lanche = 3; frutas tropicais = 1
08 - Rua Estreita do Rosário	17	Conserto = 3; revistas = 1; couro = 1; fiteiro = 1; relógio = 1; lanche = 7; confecções = 1; côco = 1; fechado = 1
09 - Rua do Fogo	05	Côco = 1; lanche = 1; importados = 1; tempero = 1; peças para fogão = 1
10 - Rua das Flores	30	Milho verde = 1; revista = 1; côco = 1; relógio = 1; acess. p/ celular = 2; flores = 7; bijuteria = 1; acess. p/relógio = 16
11 - Rua Floriano Peixoto	44	Fiteiro = 11; aquário/peixe = 8; peixe = 1; lanche = 6; revistas = 1; côco = 6; castanha = 1; frutas nobres = 1; não identificado = 9
12 - Rua Frei Caneca	13	Fiteiro = 4; côco verde = 2; antena = 3; cortador = 1; relógio = 1; diversos = 1; acess. p/TV = 1
13 - Rua Frei Vicente Salvador	02	Revista = 1; côco verde = 1
14 - Av. Guararapes	90	Papelaria = 10; jornais = 1; castanha = 1; fiteiro = 25; revistas = 12; artigos evangélicos = 1; milho verde = 1; tapioca = 1; frutas nobres = 1; côco verde = 10; flores = 4; lanche = 5; diversos = 8; não identificados = 21.

15 - Rua do Imperador	18	Lanche = 4; revista = 2; côco verde = 3; fiteiros = 3; castanha = 1; não identificados = 5
16 - Rua Infante Dom Henrique	24	Livro/games = 19; revistas/ jornais = 3; CDs = 2;
17 - Rua João Souto Maior	04	Flore = 2; lanche = 2
18 - Rua Josefa P. de Carvalho	03	Fiteiro = 2; relógio = 1
19 - Rua Largo do Rosário	16	Cinto = 1; revista = 1; calçado = 10; fiteiro = 1; diversos = 2; acess. p/celular = 1
20 - Rua Marquês do Recife	42	Fiteiro = 1; lanche = 2; côco verde = 1; livro/revista = 22; CDs/DVDs = 16
21 - R Mathias de Albuquerque	93	Fiteiro = 8; relógio/carteira = 1; relógio/bolsa = 1; relógio = 1; chapéu = 1; acess. p/celular = 2; flores = 6; côco verde = 1 Bijuteria = 12; confecções = 7; couro = 24; artesanato/confecções = 20; grafitação = 1; plantas = 2; couro/confecções = 2; bordados = 1; plástico/couro = 1; diversos = 2.
22 - Rua Martins de Barros	17	Chaves = 1; lanches = 4; fiteiro = 7; crustáceos = 1; batata frita = 1; milho verde = 1; água mineral = 1; espetos = 1
23 - Rua N. Senhora do Carmo	60	Celular = 2; óculos = 1; couro = 1; revista = 2; côco verde = 5; fiteiro = 10; sombrinhas = 2; diversos = 20; confecções = 2; milho verde = 1; frutas tropicais = 1; lanche = 3; antenas = 2; importados = 1; pano de prato = 2; bijuterias = 2; castanha = 1
24 - Rua Nova	07	Flores = 1; lanche = 1; revista = 2; sorvete = 1; côco verde = 1; diversos = 1
25 - Rua da Palma	43	Fiteiro = 6; côco verde = 6; revista = 1; fruta nobre = 6; fruta tropical = 1; lanche = 11; CDs = 1; cortador = 1; diversos = 4; acess. celular = 1; flores = 4
26 - Rua Pátio/Largo do Carmo	10	Côco verde = 3; sorvete = 1; lanche = 1; revista = 1; fechado = 1; não identificados = 3
27 - Rua Pedro Ivo	08	Fiteiros = 3; óculos = 1; bolsas = 1; diversos = 1; tapioca = 1; artesanato = 1
28 - Praça 17	01	Revista = 1
29 - Praça da Independência	11	Côco verde = 2; lanche = 2; CDs = 1; fiteiro = 3; acess. celular = 1; não identificado = 2
30 - Praça do Diário	20	Bolsas = 12; diversos = 5; chapéu/carteira = 1; cintos/ carteira = 1; bolsas/cintos = 1
31 - Praça Joaquim Nabuco	05	Fiteiros = 1; óculos = 1; acess. celular = 1; côco verde = 1; importados = 1
32 - Praça da República	03	Fiteiro = 2; lanche = 1
33 - Rua 1º de Março	11	Fiteiro = 3; chaveiro = 1; jornal = 1; frutas tropical = 1; importados = 3; diversos = 1; relógio = 1
34 - Rua Siqueira Campos	26	Revista = 1; fiteiro = 10; chaveiro = 2; diversos = 2; côco verde = 3; lanche = 1; carimbo = 3; <i>jogo de bicho</i> = 2; não ident. = 2
35 - Rua Passo da Pátria	06	Lanches = 5; fiteiro = 1
36 - Travessa do Falcão	09	Ervas = 3; fiteiro = 1; conserto de relógio = 1; discos = 3; chaveiro = 1;
37 - Rua do Sol	45	Fiteiro = 13; fechado = 3; chapéu = 2; flores = 2; revista = 2; côco verde = 3; lanche = 2; confecção = 5; meias = 1; antenas = 1; diversos = 3; cintos = 1; relógio = 1; miudezas = 1; acarajé = 1; caldo de cana = 1; laranja = 1; caldo/lanche = 1; sorvete = 1
38 - Rua Tobias Barreto	20	Lanche = 5; fiteiro = 6; côco verde = 2; ferragens = 1; diversos = 1; relógio = 2; chaveiro = 1; importados = 1; miudezas = 1
39 - R. Ubaldo Gomes de Matos	08	Fiteiro = 2; fechado = 1; côco verde = 1; fruta nobre = 3; frutas tropicais = 1
40 - Rua Uchôa Cintra	02	Fiteiro = 1; churrasquinho = 1
41 - Travessa da Congregação	06	Lanche = 4; fechado = 1; <i>jogo de bicho</i> = 1
Não informou	16	Não informou = 16
Total	1.002	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

* Fiteiro aqui corresponde ao equipamento que comercializa bombons, chocolates, picolé, cigarros, pilhas, etc.

Quadro 5 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro de São José / Tipo de equipamento – 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comerciantes informais	Tipo de equipamento
01 – Rua das Águas Verdes	06 *	Carroça = 5; barraca = 1
02 – Rua Antônio Henrique	10	Barraca = 6. carroça = 2. tripé = 2
03 – Rua Arsenal de Guerra	07	Fiteiro = 1; barraca = 3; carroça = 3
04 – Rua Barão da Vitória	09	Fiteiro = 1; barraca = 7; carroça = 1
05 – Av. Cais de Santa Rita	09	Fiteiro = 2; barraca = 5; quiosque = 1; tabuleiro = 1
06 – Rua das Calçadas	14	Fiteiro = 3; barraca = 6; carroça = 2; carro = 2; trailer = 1
07 – Rua da Carioca	01	Barraca = 1
08 – Rua Coração de Maria	03	Fiteiro = 1. Carroça = 1; barraca = 1
09 – Rua Cristóvão Colombo	01	Expositor = 1
10 – Av. Dantas Barreto	211 **	Fiteiro = 61; carroça = 19; barraca = 54; banca = 4; Tabuleiro = 71; Tela = 2
11 – Rua Direita	49 ***	Quiosque = 34; tabuleiro = 6; fiteiro = 7; carroça = 6; carro = 1
12 – Rua do Fogo	07	Carroça = 3; tabuleiro = 4
13 – Rua do Jardim	03	Barraca = 1; carroça = 1; carro = 1
14 – Rua do Nogueira	09	Barraca = 4; carroça = 5
15 – Rua Marquês do Herval	11	Fiteiro = 1; barraca = 4; carroça = 5; carro = 1
16 – Rua Padre Floriano	01	Barraca = 1
17 – Rua Padre Muniz	05	Barraca = 4; carroça = 1
18 – Beco do Marroquim	19	Barraca = 12; box-balcão = 5; balcão = 2;
19 – Rua da Penha	41	Quiosque = 40; fiteiro = 1
20 – Rua do Peixoto	01	Fiteiro = 1
21 – Rua do Porão	22	Barraca = 22
22 – Rua da Praia	10	Fiteiro = 1; barraca = 2; carroça = 4; carro = 2; tabuleiro = 1
23 – Pr. do F. das Cinco Pontas	05	Barraca = 4; fiteiro = 1
24 – Praça Dom Vital	163	Barraca = 82; expositor = 2; fiteiro = 24; tabuleiro = 43; banca = 2; carroça = 2; cadeira = 4; carro = 1; tela = 1; não identificados = 2
25 – Rua do Rangel	10	Fiteiro = 6; barraca = 1; carro = 3
26 – Rua Santa Cecília	07	Barraca = 1; tabuleiro = 5; tela = 1
27 – Rua de Santa Rita	11	Fiteiro = 4; barraca = 4; carroça = 3
28 – Rua São José do Ribamar	17	Fiteiro = 12; carroça = 2; banca = 1. barraca = 1; carro = 1
29 – Rua Tobias Barreto	99	Tabuleiro = 80; barraca = 2; tripé = 7; fiteiro = 6; carroça = 1; banca = 2; não identificado = 1
30 – Travessa do Cirigado	28	Tabuleiro = 20; carroça = 1; barraca = 3; não identificados = 4
31 – Travessa do Macedo	31	Banca = 8; barraca = 20; box = 3
32 – Travessa do Mercado	09	Tabuleiro = 8; carro = 1
33 – Pátio do Carmo	168	Quiosque = 168

34 – Rua São João	01	Fiteiro = 1
35 – Rua 24 de Maio	51	Barraca = 47; tabuleiro = 1; fiteiro = 1; carroça = 2
36 – Praça Mauá	06	Tabuleiro = 6
37 – Rua Vital de Negreiros	03	Carroça = 3
38 – Travessa do Forte	-	
39 – Pr. Machado de Assis	23	Não informado.
40 – Rua da Palma ****	-	---
41 – Rua Hélio Feijó ****	-	---
42 –R Bartolomeu Anacleto****	-	---
Total	1.081	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

* Nos quadros específicos há 5 a mais do que no quadro-resumo.

** Nos quadros específicos há 51 a menos (211 e não 262)

*** Nos quadros específicos há 5 a menos do que no quadro-resumo (54).

**** Não contabilizados em 2006.

Quadro 6 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro de São José / Tipo de artigo comercializado – 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comerciantes Informais	Tipo de artigo comercializado
01 – Rua das Águas Verdes	06 *	Fiteiro = 2; lanche= 3; coco-verde = 1
02 – Rua Antônio Henrique	10	Importados = 3; Diversos = 1; frutas nobres = 1; revistas (época) = 3; lanche = 1; frutas tropicais = 1
03 – Rua Arsenal de Guerra	07	Fiteiro = 1; lanche/bebida = 3; coco-verde = 1; frutas tropicais = 2
04 – Rua Barão da Vitória	09	Coco-verde = 1; lanche/bebida = 6; almoço = 1; fechado = 1
05 – Av. Cais de Santa Rita	09	Fiteiro = 2; coco-verde = 1; fruta nobre = 3; lanche = 2; fechado = 1
06 – Rua das Calçadas	14	Fiteiro = 3; coco-verde = 5; lanche = 6;
07 – Rua da Carioca	01	Lanche = 1
08 – Rua Coração de Maria	03	Lanche = 2; CD = 1
09 – Rua Cristóvão Colombo	01	CD = 1
10 – Av. Dantas Barreto	211 **	Calçado = 2; confecções = 2; ferragens = 1; diversos = 37; miudezas = 1; lanche = 35; fechado = 7; fiteiro = 60; relógio = 7; cigarro = 1; coco = 12; almoço = 2; art. Evangélico = 3; fruta nobre = 10; revista (época) = 15; importados = 4; óculos = 1; discos = 2; acess. Celular = 2; meia/cinto = 3; condimento = 2; não identificados = 2
11 – Rua Direita	49 ***	Confecção = 44; fiteiro = 1; lanche = 2; Flores = 1; diversos = 1
12 – Rua do Fogo	07	CD = 1; diversos = 1; não identificados = 5
13 – Rua do Jardim	03	Lanche = 2; coco-verde = 1
14 – Rua do Nogueira	09	Lanche = 4; coco-verde = 1; chapéu = 2; diversos = 2
15 – Rua Marquês do Herval	11	Fiteiro = 2; coco-verde = 2; lanche = 5; frutas -= 1; não identificado = 1

16 – Rua Padre Floriano	01	Lanche = 1
17 – Rua Padre Muniz	05	Lanche = 3; frutas-nobres = 1; coco-verde = 1
18 – Beco do Marroquim	19	Lance = 7; cinto e botões = 3; almoço = 1; bicos e rendas = 2; frutas = 1; confecções = 3; calçados = 1; bolsas = 1
19 – Rua da Penha	41	Aviamentos = 25; confecções = 15; bolsa = 1
20 – Rua do Peixoto	01	Fiteiro = 1
21 – Rua do Porão	22	<i>Jogo de bicho</i> = 3; disco = 3; fechado = 2; ferragem = 3; diversos = 3; aves/gaiolas/aves = 3; lanche = 2; não identif. = 3
22 – Rua da Praia	10	Fiteiro = 1; coco-verde = 2; lanche = 4; frutas tropicais = 2; relógio = 1
23 – Pr. do F. das Cinco Pontas	05	Lanche = 3; fiteiro = 1; fechado = 1
24 – Praça Dom Vital	163	Revista (Época) = 4; confecções = 56; CD/DVD = 1; calçado = 13; meia = 5; lanche = 3; coco-verde = 2; frutas nobres = 5; fiteiro = 4; diversos = 22; cinto = 1; importados = 1; bijuteria = 1; não informou = 1; ervas = 4; ferragens = 7; óculos = 4; relógio = 1; celular = 1; alumínio = 7; bolsa = 1; não especificou = 2; engraxate = 4; não identificados = 13
25 – Rua do Rangel	10	Confecções = 2; fiteiro = 2; meia = 1; cinto = 1; coco = 1; lanche = 3.
26 – Rua Santa Cecília	07	Coco-verde = 1; confecção = 2; DVD = 1; óculos = 2; celular = 1.
27 – Rua de Santa Rita	11	Importados = 1; fiteiro = 2; diversos = 1; coco-verde = 1; aviamentos = 1; sacaria = 1; lanche = 4
28 – Rua São José do Ribamar	17	Fiteiro = 2; bijuteria = 2; lanche = 5; DVD = 1; chapéu = 1; confecção = 1; <i>jogo de bicho</i> = 1; óculos = 1; coco = 2; não identificado = 1
29 – Rua Tobias Barreto	99	Revista (Época) = 6; diversos = 24; cinto = 1; miudezas = 3. calçado = 21; meia = 2; bijuteria = 4; confecções = 23; importados = 4; relógio = 3. couro = 2; pano de prato = 1; óculos = 2; ferragem = 1; fruta nobre = 1; coco-verde = 1; fiteiro = 1; fechado = 2; água = 1; não identificados = 4
30 – Travessa do Cirigado	28	Confecções = 14; ferragens = 4; importados = 2; CD = 1; bijuteria = 1; diversos = 1; lanche = 1; não identificados = 4
31 – Travessa do Macedo	31	Frutas = 1; diversos = 4; lanche/bebida = 7; <i>jogo de bicho</i> = 1; crustáceo = 2; frios = 5; cigarro = 7; verdura = 1; carne = 1; não identificados = 2
32 – Travessa do Mercado	09	Confecções = 2; CD = 2; pano de prato = 1; miudezas = 1; Meia = 1; calçado = 1; lanche = 1
33 – Pátio do Carmo	168	Artesanato = 13; bolsa = 3; calçado = 16; confecção = 76; couro = 30; ferragem = 9; diversos = 7; miudezas = 7; sombrinha = 2; lanche = 1; papelaria = 3; fechado = 1
34 – Rua São João	01	Fiteiro = 1
35 – Rua 24 de Maio	51	Lanche/bebida = 17; madeira = 4; CD = 1; disco = 1; fiteiro = 2; fechado = 5; outros = 21 (depósitos, e moradia)
36 – Praça Mauá	06	Fiteiro = 6
37 – Rua Vital de Negreiros	03	Fruta tropical = 2; lanche/bebida = 1
38 – Travessa do Forte	-	---
39 – Pr. Machado de Assis	23	Não informado.
40 – Rua da Palma	-	---
41 – Rua Hélio Feijó	-	---
42 – Rua Bartolomeu Anacleto	-	---
Total	1.081	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

Quadro 7 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro de Santo Amaro / Tipo de equipamento – 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comer. Informais	Tipo de equipamento
01 – Rua Abnon Batista	02	Carroça = 1; barraca = 1
02 – Rua Aluísio Azavedo	02	Carroça = 1; tabuleiro = 1
03 – Rua Arnóbio Marques	11	Fiteiro = 2; barraca = 8; carroça = 1
04 – Rua Capitão Lima	04	Fiteiro = 1; barraca = 1; carroça = 2
05 – Rua Dr. Carlos Chagas	02	Carroça = 1; trayler = 1
06 – Rua dos Casados	11	Barraca = 6; carroça 5
07 – Rua Coelho Leite	01	Barraca = 1
08 – Av. Cruz Cabugá	22	Barraca = 11; carroça = 7; tela = 1; tabuleiro = 1; fiteiro = 1; banca = 1
09 – Rua da Fundição	01	Barraca = 1
10 – Rua Frei Cassimiro	13	Fiteiro = 1; barraca = 12
11 – Av. João Vieira de Menezes	02	Carroça = 1; barraca = 1
12 – Av. Mário Melo	04	Carroça = 1; carro = 2; barraca = 1
13 – Av. Norte	05	Fiteiro = 2; barraca = 2; carroça = 1
14 – Rua dos Palmares	12	Carroça = 6; barraca = 1; fiteiro = 2; carro = 3
15 – Rua Pedro Afonso	15	Carroça = 3; barraca = 9; fiteiro = 1; banca = 2
16 – Rua do Pombal	16	Fiteiro = 2; barraca = 9; carroça = 5
17 – Praça do Campo Santo	22	Barraca = 22
18 – Praça General Carlos Pinto	03	Carro = 3
19 – Av. da Saudade	02	Carroça = 2
20 – Rua do Sossego	02	Fiteiro = 1; barraca = 1
21 – Rua Treze de Maio	02	Barraca = 1; carroça = 1
Total	154	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

QUADRO 8 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro de Santo Amaro / Tipo de artigo comercializado - 2996

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comer. Informais	Tipo de artigo comercializado
01 – Rua Abnon Batista	02	Lanche = 2;
02 – Rua Aluísio Azavedo	02	Fiteiro = 1; lanche = 1
03 – Rua Arnóbio Marques	11	Fiteiro = 1; almoço = 1; lanche = 8; fechado = 1
04 – Rua Capitão Lima	04	Fiteiro = 1; lanche = 2; coco-verde = 1
05 – Rua Dr. Carlos Chagas	02	Lanche = 1; frutas = 1
06 – Rua dos Casados	11	Lanche = 10; almoço = 1
07 – Rua Coelho Leite	01	Fechado = 1
08 – Av. Cruz Cabugá	22	Lanche = 9; almoço = 1; fiteiro = 9; óculos = 1; revista = 1; nãoident. = 1

09 – Rua da Fundição	01	Fechado = 1
10 – Rua Frei Cassimiro	13	Fiteiro = 1; almoço = 3; fechado = 6; peixe = 1; não identificados = 2
11 – Av. João Vieira de Menezes	02	Lanche = 1; almoço = 1
12 – Av. Mário Melo	04	Fiteiro = 1; lanche = 3
13 – Av. Norte	05	Fiteiro = 3; coco-verde = 1; fechado = 1
14 – Rua dos Palmares	12	Lanche = 6; fiteiro = 4; frutas = 2
15 – Rua Pedro Afonso	15	Lanche = 6; almoço = 1; coco-verde = 3; fiteiro = 3; revistas = 1; não identificado = 1
16 – Rua do Pombal	16	Fiteiro = 3; jogo de bicho = 2; almoço = 4; peixe = 1; lanche = 3; frutas tropicais = 1; não identificado = 2
17 – Praça do Campo Santo	22	Almoço = 9; jogo de bicho = 2; flores = 7; coco-verde = 1; lanche = 2; não identificado = 1
18 – Praça General Carlos Pinto	03	Lanche = 3
19 – Av. da Saudade	02	Lanche = 2
20 – Rua do Sossego	02	Fiteiro = 1; lanche = 1
21 – Rua Treze de Maio	02	Lanche = 2
Total	154	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

QUADRO 9 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro Recife Antigo / Tipo de equipamento – 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comerc. Informais	Tipo de equipamento
01 – Rua Alfredo Lisboa	02	Fiteiro = 2
02 – Rua Aluízio Piriquito	01	Carroça = 1
03 – Rua do Bom Jesus	05	Barraca = 1; fiteiro = 4
04 – Rua do Brum	05	Barraca = 3; fiteiro = 2
05 – Av. Cais do Apolo	26	Carroça = 20; barraca = 1; tabuleiro = 3; banca = 1; carro = 1
06 – Rua da Guia	01	Fiteiro = 1
07 – Rua Madre de Deus	02	Carroça = 2
08 – Mariz de Barros	09	Fiteiro = 1; barraca = 8
09 – Rua Marquês de Olinda	15	Barraca = 4; fiteiro = 6; cadeira = 1; banca = 1; carroça = 3
10 – Rua da Moeda	01	Fiteiro = 1
11 – Av. Rio Branco	05	Fiteiro = 1; barraca = 2; carroça = 1; banca = 1
12 – Rua São Jorge	05	Carroça = 4; barraca = 1
13 – Travessa Tiradentes	02	Carroça = 1; barraca = 1
14 – Rua Vigário Tenório	03	Fiteiro = 1; carroça = 2
15 – Rua da Assembléia	-	---
16 – Rua Martin Luther King	-	---
Total	82	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

QUADRO 10 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro Recife Antigo / Tipo de artigo comercializado – 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comerc. Inform,	Tipo de artigo comercializado
01 – Rua Alfredo Lisboa	02	Fiteiro = 2
02 – Rua Aluísio Piriquito	01	Frutas tropicais = 1
03 – Rua do Bom Jesus	05	Fiteiro = 4; não identificado = 1
04 – Rua do Brum	05	Fiteiro = 2; almoço = 1; jogo de bicho = 1; fechado = 1
05 – Av. Cais do Apolo	26	Lanche = 15; frutas tropicais = 3; fiteiro = 5; coco = 2; revista = 1
06 – Rua da Guia	01	Fiteiro = 1
07 – Rua Madre de Deus	02	Lanche = 2
08 – Mariz de Barros	09	Fiteiro = 2; almoço = 2; lanche/bebida = 4; coco = 1;
09 – Rua Marquês de Olinda	15	Fiteiro = 5; coco = 1; lanche= 3; revista = 1; frutas tropicais= 1; não identificados = 4
10 – Rua da Moeda	01	Fiteiro = 1
11 – Av. Rio Branco	05	Fiteiro = 2; coco = 1; lanche = 1; revista = 1
12 – Rua São Jorge	05	Lanche = 3; almoço = 1; coco = 1
13 – Travessa Tiradentes	02	Lanche = 1; fiteiro = 1
14 – Rua Vigário Tenório	03	Fiteiro = 1; lanche= 1; frutas = 1
15 – Rua da Assembléia	-	- - -
16 – Rua Martin Luther King	-	- - -
Total	82	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

QUADRO 11 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro Ilha do Leite / Tipo de equipamento – 2006

Ruas/Praças/Becos/ Avenidas	Comerc. Informais	Tipo de equipamento
01 – Rua Antônio G. de Freitas	03	Carroça = 2; barraca = 1
02 – Rua Capitão José da Luz	02	Carroça = 1; fiteiro = 1
03 – Rua Elvira C. de Oliveira	02	Fiteiro = 1; barraca = 1
04 – Rua Estado de Israel	02	Banca = 1; barraca = 1
05 – Rua Francisco Alves	02	Carroça = 2
06 – Rua Frei Matias Tevis	03	Carro = 1; carroça = 2
07 – Rua das Fronteiras	04	Carroça = 2; carro = 2
08 – Rua Gal. Joaquim Inácio	02	Carro = 1; carroça = 1
09 – Rua Henrique Dias	04	Banca = 2; barraca = 2
10 – Rua Dr. João Asfora	04	Carro = 2; barraca = 1; carroça = 1
11 – Rua Jorn. Edmundo Bitencourt	01	Barraca = 1

12 – Rua Trajano Chacon	01	Barraca = 1
13 – Rua Lins Petit	03	Carro = 1; barraca = 1; carroça = 1
14 – Rua Mário Domingos	03	Carroça = 2; carro = 1
15 – Rua Montevideú	02	Fiteiro = 1; barraca = 1
16 – Rua do Paissandu	04	Carroça = 2; barraca = 2
17 – Rua Des. Roderick Galvão	02	Fiteiro = 1; carroça = 1
18 – Senador José Henrique	06	Barraca = 5; carroça = 1
Total	50	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

QUADRO 12 - Comerciantes informais do Centro Expandido do Recife / Bairro Ilha do Leite / Tipo de artigo comercializado – 2006

Ruas/ Praças / Avenidas	Comerc. Informais	Tipo de artigo comercializado
01 – Rua Antônio G. de Freitas	03	Lanche = 2; fiteiro = 1
02 – Rua Capitão José da Luz	02	Lanche = 1; fiteiro = 1
03 – Rua Elvira C. de Oliveira	02	Lanche = 1; não identificado = 1
04 – Rua Estado de Israel	02	Revista = 1; lanche/xerox = 1
05 – Rua Francisco Alves	02	Lanche = 2
06 – Rua Frei Matias Tevis	03	Lanche = 2; fiteiro = 1
07 – Rua das Fronteiras	04	Lanche = 3; coco = 1
08 – Rua Gal. Joaquim Inácio	02	Lanche = 2
09 – Rua Henrique Dias	04	Fiteiro = 1; revista = 1; lanche = 1; frutas = 1
10 – Rua Dr. João Asfora	04	Lanche = 3; frutas tropicais = 1
11 – Rua Jorn. Edmundo Bitencourt	01	Lanche/bebida = 1
12 – Rua Trajano Chacon	01	Almoço = 1
13 – Rua Lins Petit	03	Lanche = 3
14 – Rua Mário Domingos	03	Lanche = 1; coco/lanche = 1; frutas tropicais = 1
15 – Rua Montevideú	02	Fiteiro = 2
16 – Rua do Paissandu	04	Frutas = 1; fiteiro = 2; lanche = 1
17 – Rua Des. Roderick Galvão	02	Fiteiro = 1; lanche = 1
18 – Senador José Henrique	06	Lanche = 3; fiteiro = 2; não identificado = 1
Total	50	

Fonte: Dados da Prefeitura da Cidade do Recife. Elaboração própria, 2012

APÊNDICE D - Centro Expandido: ambulantes registrados pela PCR/CSURB, por ruas e avenidas – 2003

N.º	Ruas/Avenidas	B do Recife	Boa Vista	Sto. Antônio	São José	Total
01	Rua do Sol			35		35
02	Rua João Souto Maior			5		05
03	Av. N. Senhora do Carmo			27	40	67
04	Rua 1º de Março			17		17
05	Travessa do Forte				7	07
06	Rua Bernardo Guimarães		5			05
07	Largo N. Senhora do Carmo			5		05
08	Rua Sebastião Lins		3			03
09	Praça Dom Vital				25	25
10	Rua do Porão				24	24
11	Rua das Calçadas				7	07
12	Rua Machado de Assis		13			13
13	Rua da Praia				9	09
15	Rua Cleto Campelo			7		07
16	Rua Dom Bosco		15			15
17	Rua Almeida Cunha		4			04
19	Rua Engº Ubaldo Gomes			10		10
20	Praça Maciel Pinheiro		17			17
21	Rua Antônio Henrique				12	12
22	Rua das Ninfas		6			06
23	Rua Direita				17	17
24	Rua Largo do Rosário			15		15
25	Rua do Rangel				9	09
27	Rua São José do Ribamar				19	19
28	Av. Visconde de Suassuna		20			20
29	Rua Frei Vicente Salvador			1		01
30	Rua Passos da Pátria				5	05
31	Avenida Mário Melo		2			02
32	Rua do Rosário da B. Vista		2			02
33	Rua São Jorge	4				04
34	Rua Frente ao Cemitério					-
35	Rua Bispo Cardoso Ayres		1			01
36	Rua do Rosário					-
37	Rua Francisco Alves					-
38	Rua Abdon Batista					-
39	Rua da Soledade		16			16
40	Praça das Cinco Pontas					-
41	Rua Dr. João Asfora					-
42	Rua Princesa Isabel		17			17
43	Lat. do Mercado de São José					-
44	Rua do Fogo			5	6	11
45	Rua Frei Caneca			14		14
46	Rua do Livramento					-
47	Travessa do Falcão					-
48	Rua do Brum	8				08
49	Rua Camboa do Carmo			6		06
50	Rua 13 de Maio		1			01
51	Parque 13 de Maio		50			50

52	Rua do Progresso		8			08
53	Avenida Marquês de Olinda	14				14
54	Rua Barão da Vitória				3	03
55	Rua Marquês do Herval					-
56	Rua Alfredo Lisboa	4				04
57	Rua Frei Cassimiro					-
58	Rua do Príncipe		13			13
59	Rua Dr. José Mariano		7			07
60	Rua Gonçalves Maia		2			02
61	Avenida Rio Branco	7				07
62	Rua Mariz de Barros	6				06
63	Travessa Arsenal de Guerra				7	07
64	Rua Osvaldo Cruz		7			07
65	Avenida Manoel Borba		20			20
66	Travessa do Mercado				72	72
67	Largo de Santa Cruz		2			02
68	Rua Velha					-
69	Rua Jorn Trajano					-
70	Praça Joaquim Nabuco			43		43
71	Rua Pedro Ivo			5		05
72	Rua da Penha					-
73	Rua Coração de Maria				7	07
74	Praça da Independência			2		02
75	Rua da Aurora		20			20
76	Travessa do Macedo					-
77	Beco da Fome		1			01
78	Rua Rego Melo					-
79	Rua Nunes Machado		9			09
80	Rua Alarico Bezerra			3		03
81	Rua Uchoa Cintra			2		02
82	Praça da República			2		02
83	Praça do Carmo					-
84	Praça Osvaldo Cruz					-
85	Rua Afonso Pena		4			04
86	Rua Capitão Lima					-
87	Rua do Aragão		1			01
88	Rua de Santa Cruz		1			01
89	Pátio de Santa Cruz					-
90	Rua do Sossego		3			03
91	Rua Martins Amorim		1			01
92	Rua Diário de Pernambuco			3		03
93	Rua Giriquiti					-
94	Rua Cassimiro de Abreu		2			02
95	Cais do Apolo	30				30
96	Rua dos Prazeres		1			01
97	Rua Vigário Tenório	1				01
98	Rua Coelho Leite					-
99	Rua dos Coelhos		6			06
100	Rua do Paissandu					-
101	Rua Siqueira Campos			24		24

102	Rua Senador José Henrique					-
103	Rua da Saudade		31			31
104	Rua José de Alencar		10			10
105	Avenida Conde da Boa Vista					-
106	Rua do Imperador			29		29
107	Rua de Santa Rita				22	22
108	Travessa do Bom Jesus	4				04
109	Avenida Martins de Barros			21		21
110	Cais de Santa Rita				15	15
111	Rua João Lira		1			01
112	Rua da Carioca				2	02
113	Rua das Flores			32		32
114	Rua do Nogueira				15	15
115	Rua Gervásio Pires		31			31
116	Rua da Concórdia				12	12
117	Rua 7 Setembro		111			111
118	Beco da Congregação			6		06
119	Rua do Riachuelo		40			40
120	Avenida Guararapes			62		62
121	Avenida João de Barros		11			11
122	Rua da União		19			19
123	Rua da Palma			41	12	53
124	Rua Marquês do Recife			41		41
125	Rua Amaro Pedrosa			1		01
126	Praça do Diário					-
127	Rua Infante Henrique			27		27
128	Rua Estreita do Rosário			18		18
129	Rua Nova			10		10
130	Avenida Dantas Barreto			216	243	459
131	Rua Floriano Peixoto				38	38
132	Rua Corredor do Bispo		7			07
133	Rua Tobias Barreto				111	111
134	Rua do Hospício		177			177
135	Rua Mathias de Albuquerque			20		20
136	Rua Barão de São Borja		4			04
137	Rua João Fernandes Vieira		4			04
138	Rua 24 de Maio				3	03
139	Rua da Conceição		23			23
140	Rua Josefa Paes de Carvalho					-
141	Rua Lar Brasileiro			6		06
142	Rua Henrique Wanderley			1		01
143	Praça Mauá				13	13
144	Rua Pintor Hélio Feijó				9	09
145	Rua do Peixoto				2	02
145	Rua Lambari				1	01
146	Rua Bartolomeu Anacleto				2	02
147	Rua Santa Cecília				16	16
148	R. Clube Náutico Capibaribe		1			01
149	Beco Cirigado				26	26
150	Beco do Marroquino				19	19

152	Travessa Tiradentes	1				01
153	Rua da Assembléia	1				01
154	Rua da Guia	1				01
155	Rua da Moeda	1				01
156	Rua Madre de Deus	1				01
157	Rua Martin Luther King	1				01
158	Rua Henrique Dias		2			02
159	Rua Joaquim de Brito		1			01
160	Rua Joaquim Felipe		8			08
161	Rua Tabira		1			01
162	Avenida Montevideú		2			02
163	Rua Dom Manuel Pereira		1			01
164	Rua José Semeão		1			01
165	Rua do Pombal		3			03
166	Rua dos Palmares		2			02
167	Rua da Imperatriz		1			01
168	Rua Bulhões Marques		5			05
169	Frente do Camelódromo (1º)			34 *		34 *
170	Camelódromo (dentro)			1 038 *		1 038 *
171	Shopping Santa Rita (fora)				34 *	34 *
172	Shopping Santa Rita (dentro)				908 *	908 *
173	Mercado das Flores				30 *	30 *
	TOTAL(%)	84(1,87)	769(17,13)	1 834 (40,86)	1 802 (40,14)	4 489 (100,0)